

Universidade do Sul de Santa Catarina

História Econômica



UnisulVirtual

Universidade do Sul de Santa Catarina

História Econômica

UnisulVirtual
Palhoça, 2015

Créditos

Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário UnisulVirtual

Fabiano Ceretta

Campus Universitário UnisulVirtual

Diretor

Fabiano Ceretta

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços

Amanda Pizzolo *(coordenadora)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Educação, Humanidades e Artes

Felipe Felisbino *(coordenador)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Produção, Construção e Agroindústria

Anelise Leal Vieira Cubas *(coordenadora)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Saúde e Bem-estar Social

Aureo dos Santos *(coordenador)*

Gerente de Operações e Serviços Acadêmicos

Moacir Heerd

Gerente de Ensino, Pesquisa e Extensão

Roberto Iunskovski

Gerente de Desenho, Desenvolvimento e Produção de Recursos Didáticos

Márcia Loch

Gerente de Prospecção Mercadológica

Eliza Bianchini Dallanhol

Alexandre de Medeiros Motta
Paola Beatriz May Rebollar

História Econômica

Livro didático

Designer instrucional
Marcelo Tavares de Souza Campos

UnisuVirtual
Palhoça, 2015

Copyright ©
UnisulVirtual 2015

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Livro Didático

Professores conteudistas

Alexandre de Medeiros Motta
Paola Beatriz May Rebollar

Designer instrucional

Marcelo Tavares de Souza Campos

Projeto gráfico e capa

Equipe UnisulVirtual

Diagramador(a)

Cristiano Neri Gonçalves
Ribeiro

Revisor(a)

Diane Dal Mago

ISBN

978-85-7817-736-2

330.09

M87 Motta, Alexandre de Medeiros

História econômica : livro didático / Alexandre de Medeiros Motta, Paola Beatriz May Rebollar; design instrucional Marcelo Tavares de Souza Campos. – Palhoça : UnisulVirtual, 2015.
232 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7817-736-2

1. Economia – História. 2. História econômica. I. Rebollar, Paola Beatriz May. II. Souza, Marcelo Tavares de. III. Título.

Sumário

Introdução | 7

Capítulo 1

A história econômica | 9

Capítulo 2

A economia igualitária na
pré-história | 31

Capítulo 3

A economia entre a antiguidade e o início do
moderno | 53

Capítulo 4

A economia entre o moderno e o
contemporâneo | 111

Capítulo 5

A economia no mundo contemporâneo | 169

Considerações Finais | 221

Referências | 223

Sobre os Professores Conteudistas | 231

Introdução

Na Unidade de Aprendizagem, **História Econômica**, você viajará por diferentes épocas históricas e perceberá como as pessoas produziam seus bens econômicos. Perceberá também que a economia cresceu muito com a evolução humana. Na Pré-História, por exemplo, a obtenção de comida preenchia quase toda a economia das comunidades humanas.

Com o desenvolvimento da agricultura, essa passou a ser o centro da economia. Entretanto, em épocas mais recentes, a indústria surgiu para tornar a economia mais complexa e promover inovações nas relações de trabalho, nas relações sociais e com a natureza.

Diante desse contexto, você compreenderá como as sociedades humanas chegaram à situação econômica atual, a qual, apesar de ser caracterizada por uma produção de riquezas cada vez mais poderosa, é marcada por grandes impactos ambientais e imensa desigualdade social.

Compreenderá também que as diferentes formas de pensar o fazer econômico ao longo do tempo tiveram múltiplas influências e consequências em várias áreas da sociedade, seja na cultura, na educação, nos direitos civis e outras.

Por fim, entenderá como essas diferentes esferas da realidade interagem e se influenciam mutuamente, propiciando maior clareza para interpretar o passado e o presente. Isso é o que se chama de criticidade, a qual permite que sejamos capazes de pensar e agir com autonomia e realmente contribuir com a sociedade onde vivemos e com a humanidade.

Bom estudo!

Prof. Alexandre de Medeiros Motta

Prof^a. Paola Beatriz May Rebollar

Capítulo 1

A história econômica

Paola Beatriz May Rebollar

Alexandre de Medeiros Motta (Revisão e ampliação)

Habilidades

Neste estudo, você desenvolverá as habilidades de interpretar os instrumentos analíticos para análise de situações atuais, bem como identificar as principais características dos modos de produção construídos ao longo da história.

Seções de estudo

Seção 1: A história econômica, seu método e objeto de estudo

Seção 2: A economia nos liames dos períodos históricos

Seção 1

A história econômica, seu método e objeto de estudo

O estudo da economia no decorrer da história é muito importante para que possamos interpretar cenários socioeconômicos atuais e assim identificar as principais características dos modos de produção construídos ao longo da história.

1.1 O objeto de estudo da história econômica

A História Econômica é o ramo da História que estuda os fenômenos econômicos no tempo, e também o ramo da economia, que estuda os fatos à luz da análise econômica. O seu objeto consiste em estudar os modelos e/ou doutrinas econômicas de cada época, a partir do pensamento econômico que perpassa os períodos históricos, ou melhor, da antiguidade, idade média, mercantilismo, doutrina liberal e individualista, reações socialistas e as não socialistas, até as reações contra a ciência clássica.

De modo mais específico, podemos dizer que a história econômica tem como objeto de estudo as formas de produção e distribuição da riqueza social, assim como as causas e consequências do crescimento econômico na história. Essa ciência investiga diversas questões como: a) os tipos de bens e serviços produzidos; b) as formas de organizar e financiar a produção; c) o grau de eficiência dos métodos de produção; d) a relação entre os setores econômicos (agricultura, indústria, comércio e serviços); e) a forma com que a renda e a riqueza foram distribuídas; f) as relações entre grupos sociais e a economia; g) o papel do Estado, das leis, das ideias; h) o crescimento demográfico e a economia; i) o desenvolvimento tecnológico; j) discontinuidades e rupturas, na forma de crises e mudanças institucionais no sistema econômico. COLESTETE (2008).

Neste sentido, a História pode ser vista como um dos três pilares básicos da ciência econômica, junto com a teoria econômica de um lado e os vários campos da economia aplicada, de outro. Esses três pilares tem uma importância equivalente e devem ser considerados tão indispensáveis pelos historiadores como pelos teóricos e/ou analistas da economia. Nem os primeiros nem os segundos podem ir muito longe em suas sistematizações e generalizações sem o aporte conjunto desses pilares. O historiador econômico, em particular, sempre carece do suporte de um arcabouço teórico capaz de propiciar os pressupostos

e as hipóteses para seu raciocínio; também precisa usualmente apoiar-se em um ou mais campos da economia aplicada, que sejam passíveis de lhe fornecer a armação empírica necessária para a organização e a análise das evidências materiais que se encontram a seu dispor. (SZMRECSÁNYI, 1992).

Um exemplo concreto refere-se ao estudo de um processo histórico como a Revolução Industrial, que requer não apenas o levantamento empírico de todos os fatores e eventos responsáveis por seu surgimento e existência, mas também e, talvez, principalmente – um entendimento teórico dos vários níveis e aspectos da divisão (técnica e social) do trabalho, bem como a devida compreensão da natureza complexa e diversificada de todos os tipos de produção material envolvidos. (SZMRECSÁNYI, 1992).

É importante ressaltar que esse intercâmbio e essa interdependência entre a história, a teoria e as várias áreas de conhecimento aplicadas não constitui apenas uma característica da ciência econômica, mas é um aspecto comum a todas as ciências humanas e sociais. Não há compartimentos estanques no conhecimento histórico, por essa razão a história econômica só pode ser adequadamente estudada na medida em que tiver como pano de fundo o processo histórico como um todo, e não apenas seus aspectos econômicos. (SZMRECSÁNYI, 1992).

Nesse sentido, a História tem sido constantemente reescrita, representando por isso mesmo muito mais que um simples estudo do passado. Seu principal objeto de análise reside na transformação dos homens e da sociedade por meio do tempo. São os processos e mecanismos de mudança a partir do tempo, e não o passado por si, que mais atraem o enfoque dos estudos históricos em geral.

Enquanto a História relata os fatos, localizando-os no tempo e no espaço, a Economia estuda a alocação dos recursos escassos da sociedade em uma determinada época. Assim a economia tenta resolver os problemas econômicos quer seja estáticos ou dinâmicos, lançando mão dos relatos históricos para melhor direcionar as decisões de um fazer perfeito, isto é, não incorrendo nos erros do passado, como ainda se incorre hoje em dia.

1.2 A gênese e formação da história econômica

Embasado nos autores Aquino; Franco e Lopes (1980) apresentamos na sequência um panorama sobre as principais etapas de formação da História Econômica.

A História Econômica tem raízes no século XIX, em virtude da ação da chamada Escola Histórica de Economia e, ainda, devido à ênfase dada ao fator econômico na interpretação da realidade histórica pelo Marxismo. Já, no século XX, em

virtude das reformulações que se deram na estrutura do conhecimento histórico, as produções históricas explicitam um efetivo contato entre a Economia, fornecedora de acervo teórico, e a História.

Vejamos, então, as etapas desse contato entre Economia e História.

Até a década de 1930, apareceram os primeiros trabalhos expressivos abordando a realidade econômica em termos qualitativos e centrados em torno de alguns temas: capitalismo, vida econômica dos Tempos Modernos e dos Tempos Medievais, a vida econômica da Antiguidade. Os principais representantes desse período foram Max Weber, Henri Sée, Henri Pirenne e Gustave Glotz.

Após a década de 1930, deu-se o aparecimento da História Econômica Quantitativa, com utilização flagrante dos dados estatísticos. Pouco depois de 1945, tivemos a afirmação da História Econômica Quantitativa e Qualitativa. Os temas mais comuns são: apreensão das estruturas econômicas, das conjunturas ou dos movimentos de fluxo e refluxo da vida econômica, em termos qualitativos e quantitativos.

Após 1945, surgiu a preocupação com crises econômicas, crescimento econômico, estudos dos preços e dos movimentos dos preços (inflação e deflação), produção e consumo, macro e microempresas. A História Social implantou-se como uma exigência da História Econômica e se afirmou com uma aproximação entre a Sociologia e Antropologia. A partir da década de 1930, voltou-se, sobretudo, para o estudo das estruturas sociais e das relações coletivas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Portanto, os grandes problemas da humanidade em termos de economia, tal como as crises que tem ocorrido, os progressos econômicos, a Revolução Industrial, a Revolução Agrícola, a Revolução Financeira e muitas outras formas de problema que a humanidade tem enfrentado, isso sempre tem a ajuda da História. Essa exerce a sua grande influência na economia como elemento basilar da solução dos problemas econômicos que todos atravessam em diferentes épocas, pois o fundamento mais importante são os documentos históricos que proporcionam sustentáculos.



Os fatos mais recentes envolvendo a História Econômica que valem ressaltar são as reuniões sobre biodiversidade, o Protocolo de Quioto, escasseamento de recursos naturais e a economia sustentável, entre outros.

Nesse sentido, a análise da História Econômica desenvolve-se combinando métodos de história, métodos estatísticos e pela aplicação da teoria econômica às situações históricas. Inclui a História da Administração, das Finanças e sobrepõe-se com áreas da História Social, tais como a da demografia e a do trabalho. Assim, as inquietudes e incertezas provocadas pelo advento do capitalismo e pela Revolução Industrial induziram ao estudo mais detido desses aspectos.

Após a primeira Guerra Mundial (1914-1919), a História Econômica abrange grandes discussões, principalmente por meio da *Economic History Review* e da *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, abrindo novas perspectivas e espaços de debates. A História Econômica é introduzida em importantes programas universitários como os de Cambridge (1928) e de Oxford (1931), completando a sua “emancipação” com a criação de seções especiais que lhe são fornecidas em congressos, ampliando ainda mais o seu fórum de debate.

1.3 A Economia como fator de estudo

A palavra economia deriva do grego *oikonomia* (de *óikos*, cada; *nómos*, lei), que significa a administração de uma casa, ou do Estado, e pode ser assim definida: é a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas. (VASCONCELLOS, 2004).

Segundo Vasconcellos e Garcia (2004, p. 3),

em qualquer sociedade, os recursos produtivos ou fatores de produção (mão-de-obra, terra, matérias-primas, dentre outros) são limitados. Por outro lado, as necessidades humanas são ilimitadas e sempre se renovam, por força do próprio crescimento populacional e do contínuo desejo de elevação do padrão de vida. Independentemente do grau de desenvolvimento do país, nenhum deles dispõe de todos os recursos necessários para satisfazer todas as necessidades da coletividade. Tem-se então um problema de escassez: recursos limitados contrapondo-se a necessidades humanas ilimitadas.

Fica posto então que a questão central do estudo da Economia consiste em “como alocar recursos produtivos limitados para satisfazer todas as necessidades da população.” (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004, p. 2). Em outras palavras, a Economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos com o fim de estimular a produção de bens e serviços, e de como distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Se a escassez de recursos não existisse, ou seja, se todos os bens fossem abundantes, não haveria necessidade de questões como inflação, crescimento econômico, *déficit* no balanço de pagamentos, desemprego, concentração de renda, desenvolvimento econômico, entre outros a serem estudados, já que esses problemas provavelmente não existiriam e obviamente nem a necessidade de se estudar economia.

Para Mankiw (2005), não há nada de misterioso sobre o que é uma economia, uma vez que em qualquer parte do mundo ela é um grupo de pessoas que interagem umas com as outras e, dessa forma, vão levando a vida. Em outras palavras, Economia é a ciência que estuda os processos de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços. Os economistas estudam a forma de os indivíduos, os diferentes coletivos, as empresas de negócios e os governos alcançarem seus objetivos no campo econômico. Seu estudo pode ser dividido em dois grandes campos: a microeconomia, teoria dos preços, e a macroeconomia.

Antes da Renascença (séculos XV e XVI) era quase impossível a visualização da Economia como campo específico de estudo, pois estava restrita à dominação do Estado e da Igreja, à força dos costumes e às crenças religiosas e filosóficas, à natureza e à amplitude limitada da atividade econômica. No entanto, a atividade econômica para a satisfação de necessidades ocorreu em todas as épocas da história humana.

A Economia se desenvolveu como ciência no decorrer dos últimos 500 anos, coincidindo com o desenvolvimento das práticas comerciais e com a criação de estados-nações. Contudo, é preciso destacar que na Antiguidade, o pensamento econômico começou a ser moldado, inicialmente, de forma filosófica, por exemplo, a palavra economia remonta à Grécia antiga, onde *oeconomicus* significava “gerenciamento das questões domésticas”. Nesse contexto, os pensadores gregos Aristóteles e Platão fizeram algumas contribuições importantes para o pensamento econômico.

Aristóteles (384-322 a. C) distinguia o pensamento econômico, e, por que não, as atividades econômicas, em “artes naturais e não naturais de aquisição”. Ele definiu como Aquisições Naturais atividades como agricultura, pesca e caça, enfatizando que tais atividades produzem bens para as necessidades básicas da vida. Já as Aquisições não naturais envolvem adquirir bens além da necessidade, situação que era desaprovada por Aristóteles, assim, correlacionar esse conceito da Antiguidade com os dias atuais seria compará-los a uma espécie de consumo desenfreado.

Já Platão (427-347 a. C), considerado o principal discípulo de Sócrates, preconiza, em seu diálogo “A República e as Leis”, sobre a “Cidade-Estado-Ideal”, no qual abordava um Estado regido por leis e a importância da especialização humana para o desenvolvimento da sociedade e a convivência harmônica entre os cidadãos. Essa abordagem, em relação à especialização humana, serviu de referência para teorias econômicas posteriores.

Na Idade Média, a Igreja Católica Romana exerceu grande influência no pensamento econômico, com destaque para as Ideias de São Tomás de Aquino (1225- 1274) em relação ao preço. Ele cunhou o termo “preço justo” como um preço em que nem o comprador nem o vendedor levam vantagem sobre o outro. Além do mais, a Igreja se apegava a textos bíblicos para condenar a cobrança de juros, que considerava como “usura”, nome dado à prática de se cobrar juros excessivos sobre empréstimos financeiros. A Igreja se baseava no Livro de Gênesis, do antigo testamento da Bíblia, que dizia: “comerás teu pão com o suor do teu rosto”. Dessa forma, obter lucro sem nenhum trabalho era considerado uma afronta aos preceitos católicos da época, passível de punição.

Diante do exposto, a economia evoluiu como ciência e influenciou a condução das atividades comerciais ao longo dos séculos por meio de suas escolas, teorias e pensadores. BATISTA (2012).

Na chamada pré-economia, antes da revolução industrial do século XVIII, que corresponde ao período da idade média, a atividade econômica era vista como parte integrante da Filosofia, Moral, Ética. A economia era orientada por princípios morais e de justiça. Não existia ainda um estudo sistemático das leis econômicas, predominando princípios como Lei da usura, o preço justo etc. Ainda hoje, as encíclicas papais refletem a aplicação da filosofia moral e cristã as relações econômicas entre os homens. (VASCONCELLOS, 2001).

Ainda de acordo com esse autor, o início do estudo da economia coincidiu com os grandes avanços na área de Física e Biologia nos séculos XVIII e XIX. A construção do núcleo científico inicial da Economia, por exemplo, foi desenvolvida com base nas chamadas concepções organicistas (biológicas) e mecanicistas (físicas). Segundo o Grupo Organicista, a Economia se comportaria como um órgão vivo, daí de se utilizarem termos como funções, circulação, fluxos, na Teoria Econômica. De acordo com o Grupo Mecanicista, as leis da Economia se comportariam como determinadas leis da Física.

Disso advém os termos estática, dinâmica, aceleração, velocidade, forças etc. Com o passar do tempo, predominou uma concepção humanística, que coloca em plano superior os móveis psicológicos da atividade humana. Afinal, a

economia repousa sobre os atos humanos, e é por excelência uma ciência social, pois objetiva a satisfação das necessidades humanas. (VASCONCELLOS, 2001).

É importante observar que embora a economia ainda não se constituísse em uma ciência, já se praticava na antiguidade, quando os gregos fizeram importantes contribuições, assim como no período medieval, por meio do trabalho dos escolásticos. Mais tarde, do século XV ao XVIII, emergiu o mercantilismo, que era uma política econômica e, posteriormente, a fisiocracia, com o seu princípio liberal do “*Laissez faire, laissez passer*” (Deixe fazer, deixe passar). No entanto, em 1776, o economista Adam Smith publicou sua obra “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” inaugurando a Escola Clássica de Economia Política Inglesa. A partir desse evento, a economia adquire um estatuto científico desvinculando-se dos preceitos políticos e filosóficos, característicos da fase anterior.

Assim como os fisiocratas, Adam Smith adotou uma atitude liberal, apoiando o não intervencionismo. Por isso é considerado o “Pai da Economia Liberal”, por meio da “Teoria da Mão Invisível”. Esse defendia também que o valor do produto correspondia à soma de três fatores: salário, lucros e aluguéis.

Por volta de 1817, David Ricardo, outro economista clássico, publica a obra “Princípios da economia política e tributação”, inserindo o aspecto político na análise econômica. Sua tese girava em torno da distinção entre as noções de valor e de riqueza. O valor define-se como a quantidade de trabalho dispendida à produção do bem, conforme as condições de sua produção. Já a riqueza definia-se como os bens úteis e agradáveis às pessoas. Tal como Adam Smith, Ricardo admitia que a qualidade do trabalho era decisiva para o valor de um bem.

Em 1848, um dos defensores da Teoria do Utilitarismo, John Stuart Mill publica a obra “Princípios de Economia Política”, considerada um dos compêndios econômicos ou políticos mais importantes da metade do século XIX. Essa obra consolida o pensamento econômico clássico, perpassando todas as escolas econômicas presentes até o momento, desde Smith, Ricardo, Say, Fisiocracia, Mercantilismo, entre outras.

Passado alguns anos, em 1867, ao escrever *O Capital*, Karl Marx revolucionou a forma de pensar a economia da época, em especial o capitalismo. Partindo da teoria do valor, de David Ricardo, Karl Marx defendeu que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. O lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias, mas sim no processo de produção. Nesse sentido, a crítica de Marx voltava-se diretamente ao capital.

No ano de 1870, William Stanley Jevons, Anton Menger e Léon Walras defendem a substituição da Teoria do valor do trabalho, da Escola de Economia Clássica, pela Teoria do valor baseado na utilidade marginal.

Entre a publicação da obra *Princípios de economia* (1890), de Alfred Marshall, e o episódio do *crash* de Wall Street, ocorrida em 1929, criou-se uma nova corrente econômica liderada por Marshall e Léon Walras. Nessa corrente, desenvolveu-se uma distinção entre custos privados e custos sociais, definindo as bases para a criação da Teoria do Bem-Estar.

Em 1936, John Maynard Keynes renovou as teorias clássicas e reformulou a política de livre mercado, por meio da Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Keynes acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária, que desapareceria graças às forças do mercado. Contudo, essa tese sofreu fortes críticas das escolas alemã e norte-americana.

A escola histórica alemã de economia, por exemplo, critica a ideia da utilização de termos abstratos no conceito de economia, baseadas em supostas leis universais, desconsiderando o estudo dos fatos concretos em cada contexto nacional. Essa escola entendia que a história era a principal fonte de conhecimento sobre as ações humanas e sobre as matérias econômicas. Nesse sentido, a economia dependia das particularidades culturais e não poderia ser tomada por universal (como os modelos matemáticos).

Já a escola norte-americana de economia política não concordava com a tendência de separação da economia do campo das ciências sociais e criticava a ideia de buscar um mecanismo de ajuste automático dos mercados. Na verdade, essa escola tinha como objetivo maior possibilitar aos Estados Unidos a independência econômica e a autossuficiência nacional.

Passados meio século após a Segunda Guerra Mundial, o estudo sobre a economia sofreu mudanças significativas, uma vez que passou a ter uma abordagem predominante nas diversas especialidades, por meio da aplicação de procedimentos matemáticos e estatísticos a problemas de economia. A partir daí o cálculo passou a fazer parte do raciocínio econômico, acompanhando a dinâmica da mundialização capitalista.

1.4 O método de estudo da História Econômica

A Economia começou como um ramo da Filosofia moral durante o Século XVIII, mas se desenvolveu com o passar do tempo até se tornar uma área que enfatiza uma abordagem científica para compreender como funciona a economia. Isto decorreu em parte da aplicação de métodos em seus estudos. Como cientistas sociais, bem como sociólogos, psicólogos e cientistas políticos, os economistas aplicam alguns métodos científicos para estudar como as sociedades alocam recursos escassos para suprir suas necessidades e carências.

Os métodos econômicos são os princípios sobre os quais se sustenta o raciocínio econômico. Eles se preocupam com a elucidação científica da economia e com a relação entre diferentes fatores econômicos. Ao utilizar a metodologia em economia, os especialistas são capazes de determinar as consequências de uma determinada política em países e explorar o desenvolvimento em escala global ou doméstica. Os métodos principais são o experimental, o matemático, o panorama econômico e a estatística comparativa. (DANEY, 2012).

O panorama econômico

O panorama econômico é o principal método utilizado para a separação dos estudos da economia. Ele promove a distinção entre certas áreas da ciência econômica. A economia moderna reconhece a divisão em macro e microeconomia. A primeira consiste em assuntos e princípios mais amplos da economia - crescimento econômico, desemprego, renda e outros. A microeconomia se refere aos estudos particulares, de esferas menores da economia - por exemplo, concorrência em um mercado, oferta e demanda, políticas e seus impactos na economia. O panorama econômico é essencial para a economia moderna por dividi-la em áreas mais compreensíveis de estudo.

Economia experimental

O método de economia experimental consiste na aplicação de dados econômicos para testar a validade de declarações relacionadas a desenvolvimentos futuros da economia. Por exemplo, se uma companhia espera por aumento na demanda de certo produto, os economistas devem utilizar os dados atuais e sobre as condições futuras de produção desse produto em particular e aplicá-los no interesse atual do público para, assim, poderem estimar o preço e a demanda do produto. Um trabalho do economista Daniel Kahneman, da *Royal Swedish Academy of Science*, indica que essa abordagem é relativamente nova e é utilizada na determinação de mudanças em tempo real da economia de vários países.

Economia matemática

A economia matemática é o método utilizado para calcular variáveis econômicas. Ele inclui uma grande quantidade de equações matemáticas que pretendem determinar o estado atual e futuro de uma economia. Por exemplo, métodos matemáticos da economia são utilizados para determinar a taxa de desemprego de um país. Por meio de uma lógica matemática estabelecida, os economistas podem esperar o aumento ou a diminuição da taxa de desemprego e avisar aos administradores para incentivar ações que reduzam os impactos de problemas que estão por vir.

Estatísticas comparativas

A economista de Harvard, Susan Athey, descreveu em seus trabalhos que a estatística comparativa é o método econômico que compara duas variáveis econômicas, antes e depois de uma mudança na economia. Esse princípio é especialmente útil na determinação da demanda e dos estoques, na análise de toda a economia e na estimativa dos impactos das políticas monetárias. Por exemplo, utilizando estatísticas comparativas, um indivíduo pode observar as mudanças nas indústrias de computadores. Utilizando dados de antes e depois de inovações, como o aparecimento dos *tablets* no mercado, que ocorreu pela primeira vez em 2009, é lógico concluir que a demanda no futuro deve crescer por conta do aumento do público interessado e da venda crescente de *tablets*. DANNEY (2012).

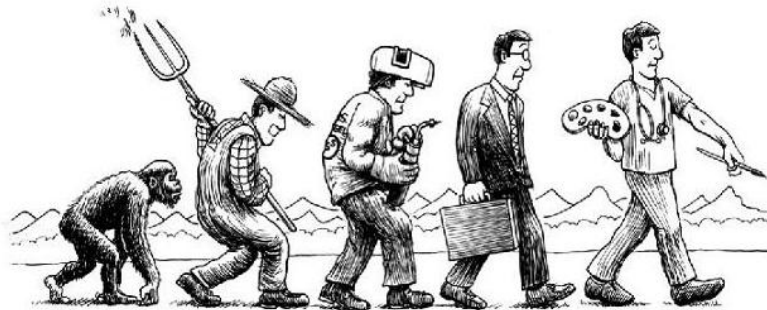
Os economistas procuram abordar seu campo de estudo como cientistas. Eles desenvolvem teorias e utilizam o método científico para prová-las ou refutá-las. O principal problema do economista no método científico é a experimentação. Ao contrário da Física ou Química, não é possível reproduzir fenômenos econômicos em laboratório (pelo menos ainda não). Por isso o economista usa muitas vezes as lições aprendidas com a história para seu estudo, teses e teorias.

No âmbito da história econômica, a análise não deve ficar reduzida somente à dimensão dos recursos materiais e matemáticos, havendo a necessidade também de relacionar (a esta análise) a dimensão histórica (temporal) dos aspectos que a envolvem. Sendo assim, propõe-se inserir a economia no âmbito da mudança e da permanência histórica, não podendo ser abstraída dela sem que se perca substancialmente seu realismo enquanto ciência social aplicada.

É interessante observar que grande parte das pessoas passa a maior parte do seu tempo envolvida em atividades econômicas, nas quais o processo de transformação ocorre tanto para os sujeitos envolvidos quanto para os produtos resultantes dessas relações. Isso acontece no âmbito econômico, social, político e também ideológico. Dessa forma, no atual sistema econômico em que vivemos, é muito difícil nos desvincularmos do processo produtivo, uma vez a sociedade capitalista, da qual fazemos parte, é marcada pelas práticas consumista e individualista.

A figura a seguir ilustra a contextualização histórica da evolução do homem e do trabalho.

Figura 1.1 – Evolução do homem e o trabalho



Fonte: Miguel (2012).

Diante da presente abordagem, podemos afirmar que nossa forma de sobrevivência tem por base o trabalho assalariado, uma vez que vivemos no sistema capitalista.



Mas será que os homens sempre viveram dessa maneira?

Evidentemente que não, sendo que para entendermos esse processo, precisamos recorrer à tradição historiográfica de nossa cultura. A estrutura mental é condicionada pelo modo de vida da sociedade. Portanto, para compreendermos o trabalho realizado pelos historiadores por meio do tempo, precisamos ter claro que as condições de possibilidade para a produção histórica estão condicionadas pelo grau de consciência que os homens possuem de sua historicidade: do seu contexto histórico-cultural e de sua posição na sociedade. (AQUINO; FRANCO; LOPES, 1980).

Para os mesmo autores (1980), escrever história significa assumir e registrar uma presença no mundo, sendo que esse registro possibilita ao grupo, para quem se escreve a história, entender e superar as adversidades da realidade. Assim, baseando-se em suas experiências, o homem não pode incorrer nos erros do passado, desenvolvendo atitudes mais maduras, capazes de superá-los e, desse modo, aprimorar a vida humana.

Contudo, é importante ressaltar que o historiador, em seu trabalho de investigação, primeiramente realiza a coleta de fontes históricas, que, entre outras, classificam-se em fontes arqueológicas (restos de animais, utensílios,

fósseis etc.) e fontes escritas (documentos oficiais). Com base nesses registros, o historiador é capaz de interpretar com mais lucidez aspectos que envolvem uma época econômica, entre a diversidade de informações que a constitui.

Ao contrário do que geralmente se acredita, o historiador não é um estudioso do passado apenas pelo passado. Da mesma forma que os demais seres humanos, ele tem seus interesses centrados na atualidade e no futuro, procurando, inclusive, pelos seus conhecimentos do passado, elucidar as raízes e as razões da primeira, e tentar construir cenários para o segundo. O objeto de estudo reside então nas transformações das estruturas sociais, econômicas e culturais por meio do tempo. Tais transformações são primordialmente os processos de permanência e de mudança, tanto fenômenos de ruptura como fenômenos de continuidade. (SZMRECSÁNYI, 1996).

Um fato do passado não é um fato histórico se o historiador não conferir a ele um significado. Isso quer dizer que a história e a economia devem andar de mãos dadas, pois o contexto (e seus significados) é essencial para situar ou localizar o estudo da economia em determinada época, sem perder de vista os seus valores próprios, sejam materiais ou imateriais.



Seja em nosso cotidiano, nos jornais, rádio e televisão, deparamo-nos com inúmeras questões econômicas como: aumentos de preços; períodos de crise econômica ou de crescimento; desemprego; setores que crescem mais do que outros; diferenças salariais; entre muitos outros. Esses temas, já rotineiros em nosso dia a dia, são discutidos pelos cidadãos comuns, que, com altas doses de empirismo, têm opiniões formadas sobre as medidas que o Estado deve adotar. [...]. O objetivo do estudo da Ciência Econômica é [portanto,] analisar os problemas econômicos e formular soluções para resolvê-los, de forma a melhorar nossa qualidade de vida. (VANCONCELLOS, 2004).

Conforme mencionamos anteriormente, a História Econômica só pode ser adequadamente estudada na medida em que tiver como pano de fundo o processo histórico como um todo, e não apenas seus aspectos econômicos. O principal interesse dessa ciência vincula-se à identificação e caracterização das causas, das consequências e dos mecanismos das mudanças econômica e social. As mudanças e transformações por meio do tempo referem-se não apenas ao passado como também ao presente e ao futuro.

Para facilitar seu estudo, a economia foi dividida tradicionalmente em dois campos: a microeconomia e a macroeconomia. A primeira diz respeito ao estudo de como famílias e empresas tomam decisões e de como esses agentes interagem em mercados específicos. Já a segunda está relacionada ao estudo

dos fenômenos da economia como um todo, incluindo inflação, desemprego e crescimento econômico.

No entanto, apesar da divisão, os dois campos estão intimamente ligados. Por exemplo, para um economista estudar a macroeconomia ele deve saber os efeitos que as decisões macro têm no dia a dia das pessoas (que se refere a microeconomia) e vice-versa! Decisões micro também podem afetar a economia de forma macro.

É importante ressaltar também que a economia se define como uma ciência social, apesar da recorrência sistemática aos domínios matemáticos. Um fato econômico insere-se no campo social, mais complexo e plural. Assim a economia dialoga reciprocamente com todas as áreas das ciências sociais, desde a sociologia, história até a antropologia.

Os sistemas econômicos por si só estão condicionados à evolução histórica da civilização, sendo que as ideias as quais constituem as teorias são formuladas num contexto histórico em que as atividades e as instituições econômicas são desenvolvidas. A pesquisa empírica sobre os fatos econômicos é desenvolvida com base no registro histórico das informações sobre a realidade que se propõe a analisar.

De acordo com Leite (2008, p. 30-31), um sistema econômico é o conjunto de relações técnicas, básicas e instituições que caracterizam a organização econômica de uma sociedade. Esse deve responder a quatro questões básicas:

- O que produzir?
- Quando produzir?
- Como produzir?
- Para quem produzir?

A hegemonia do capitalismo é um bom exemplo para demonstrar aspectos econômicos, como o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais em elevada escala, que marcam nossa época. Certamente perpassam os questionamentos expostos anteriormente. As políticas governamentais de valorização do capital são um fator preponderante no movimento da globalização econômica, fenômeno que se iniciou no século passado.

Seção 2

A economia nos liames dos períodos históricos

A concepção de economia divergiu entre as diversas épocas históricas, cada qual com suas características econômicas que evidenciam contextos particulares.

2.1 Periodização das fases econômicas

Periodizar é uma forma de nos situar em torno dos detalhes que marcaram as fases de formação da economia. Assim, para entendermos e entender-se nesse processo econômico, apresentaremos as principais fases históricas da economia.

A partir da luta para a satisfazer nossas necessidades mais reais e vitais, como alimentar-se, vestir-se, instruir-se e divertir-se, precisamos buscar um conhecimento do passado, conhecer como os homens empreenderam essa luta que hoje é também nossa. Desse modo é preciso conhecer a história da sociedade em que somos influenciados. Precisamos ter consciência histórica para sermos considerados verdadeiramente homens. Nesses moldes, o estudo da economia é uma forma de construir criticidade sobre os vários modos de organizar e produzir da sociedade.

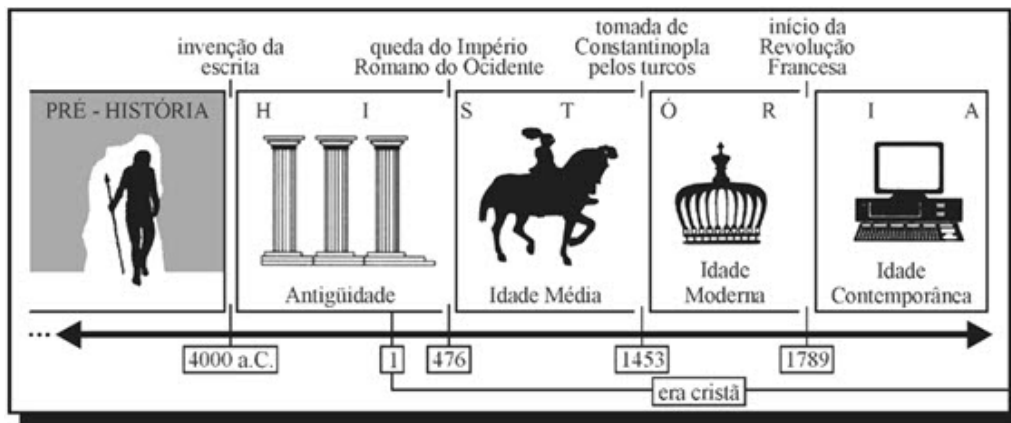
Antes disso, cabe destacar que a maneira como as comunidades ou sociedades resolvem os problemas econômicos fundamentais depende do modo de produzir ou da forma de organizar a economia do país. Para entender esse processo, é necessário percorrermos um longo caminho histórico, que vai da pré-história até a contemporaneidade. Isso é uma tarefa muito interessante tanto para o economista quanto para pesquisadores ou interessados pelo tema, o que compete à História Econômica.

Vale lembrar também que a reconstrução do passado envolve não apenas as costumeiras dificuldades inerentes à interpretação dos dados, mas, principalmente, aquelas que dizem respeito à obtenção desses dados. Como sabemos, as fontes escritas sobre a Pré-História e a Antiguidade são muito escassas, desiguais e lacunosas. Assim, a Arqueologia tem tido uma importância sem igual na recuperação de informações e na reinterpretação de muitas situações obscuras da história desses períodos.

Desse modo, de forma sucinta e com a finalidade de proporcionar uma visão panorâmica inicial sobre a análise que a História Econômica desenvolve, apresentamos, a seguir, as principais etapas históricas de formação da economia. Certamente, notaremos que em cada período há peculiaridades e detalhes que caracterizam o contexto da época, sendo assim, é importante fazermos a leitura atentamente para perceber as diferenças.

A seguinte figura ilustra os períodos históricos os quais marcaram a evolução da humanidade, e os respectivos eventos de referência.

Figura 1.2 – Os períodos históricos



Fonte: Alternar (2012).

2.2 A economia na pré-história

A humanidade existe há pelo menos 100.000 anos. Nesse período, o clima da Terra se modificou fortemente e, em consequência, a relação entre humanos e ambiente também se modificou. Até 10.000 anos atrás, a base da economia na Pré-História era a caça, a pesca e a coleta. Ao longo de milênios, os grupos humanos foram adquirindo conhecimentos sobre os recursos naturais e gerando tecnologias que permitiram sua exploração. A Arqueologia (estudo dos grupos humanos) e a Paleontologia (estudo de seres vivos) são as ciências que estudam períodos distantes de nosso tempo, por meio da análise de vestígios encontrados em sítios específicos.

É possível que a busca pelo atendimento pleno de nossas necessidades, ou seja, a busca por qualidade de vida tenha direcionado nosso processo de adaptação ao ambiente. Durante a Pré-História, a maior parte das necessidades humanas estava relacionada com a obtenção de produtos diretamente do meio natural. Os produtos da caça, pesca e do extrativismo mineral eram processados de forma artesanal e individual (cozidos, costurados, pintados, desidratados), diferente da sociedade humana atual, a qual já acumulou conhecimentos tão específicos e os aplicou para gerar tecnologias tão elaboradas, que a maior parte das pessoas obtém suas necessidades de produtos industrializados, com alto grau de transformação econômica.

As mudanças ambientais e culturais possibilitaram à humanidade ocupar todas as regiões do planeta e a explorar os recursos naturais de forma mais eficiente e impactante. Faz parte do trabalho dos profissionais da área econômica a construção de cenários futuros e a capacidade de fazer projeções sobre a sucessão de acontecimentos vindouros. Estudar o passado nos permite conhecer uma grande diversidade de cenários com consequências conhecidas. O conhecimento de variados cenários dá maior confiança nas análises futuras.

2.3 A economia entre a antiguidade e a idade média

O surgimento da agricultura ocorreu há mais de 10.000 anos, em diversos lugares do mundo, estando relacionado a mudanças climáticas e aos conhecimentos ambientais acumulados pela espécie humana na Pré-História. Inicialmente, foram domesticados diferentes espécies de animais e plantas em cada lugar do mundo. Para a prática agrícola, as comunidades humanas procuraram as regiões mais férteis, em geral, ao longo de rios com planícies inundáveis.

Aos poucos, os grupos humanos foram se tornando sedentários e sua população foi aumentando. Com o crescimento populacional, houve uma progressiva diferenciação social baseada nas posses, dando origem ao conceito de propriedade. No decorrer dos tempos, essa diferenciação foi se acentuando e deu origem a diversas funções sociais: agricultores, comerciantes, artesãos, administradores, sacerdotes e reis.

É importante observar que as primeiras sociedades onde isso aconteceu formaram civilizações. Essas civilizações constituíram impérios ou Cidades-Estados e eram baseadas na agricultura e/ou no comércio. Seus principais representantes foram os gregos, egípcios, mesopotâmios, chineses, indianos, entre outros. Suas civilizações são chamadas de hidráulicas, por sua forte relação com os recursos hídricos. Seu modo de produção era baseado na servidão coletiva, em que as famílias prestavam serviços compulsórios aos governantes na construção de grandes obras.

O escravismo foi o sistema predominante na Grécia e em Roma, até o século V d.C. Nessa época, as pessoas eram vistas como naturalmente diferentes e conduzidas em suas vidas por um destino pré-concebido por forças sobrenaturais. Roma era uma pequena cidade-estado na península itálica. Passou de pequena vila agrícola à rota comercial do rio Tibre. Suas jazidas de sal tornaram-se moeda de troca e, com isso, iniciaram a prática comercial. Guerras de conquista a levaram a entrar em contato com a cultura helenística e, sob essa influência, tornou-se o maior centro financeiro da Europa e África por mais de 300 anos.

O Império Romano criou uma unidade político-econômica na Antiguidade mediterrânea. Seu sistema econômico tinha por características: a escravidão, como forma de trabalho; a monetarização, como padrão de troca; o comércio,

como estratégia motora; e a agricultura regionalmente especializada como base. O fim do império romano trouxe grande instabilidade política e social às suas províncias como Sicília, Córsega, Sardenha dentre outras, as quais eram a base política dessa estrutura. Para tentar solucionar essas questões, as pessoas abandonaram as cidades e voltaram para as regiões rurais.

Tal situação levou ao surgimento de outro modo de produção de riquezas: o Feudalismo. Nesse modo de produção, dava-se a denominação de servos aos trabalhadores, os quais não eram escravos, contudo, também não tinham liberdade total. Já os proprietários das terras eram chamados de senhores feudais. Suas necessidades eram providas pelos servos, cuja defesa e proteção estavam sob a responsabilidade dos senhores. Esse sistema existiu na Europa, China e Japão, com características especiais em cada região.

Vários fatores levaram ao desequilíbrio o sistema feudal, a partir dele, surgiu o Mercantilismo. Por exemplo, no decorrer do século XIV, a Europa medieval foi marcada por uma severa crise econômica e social, que culminou na desagregação do modo de produção feudal e transição para o modo de produção capitalista, por meio da fase mercantilista. Como consequência, a fome, a peste e as guerras assolaram a população europeia. Esses acontecimentos inserem-se na chamada Baixa Idade Média.

Do início do século XIV em diante houve uma escassez de dinheiro que inevitavelmente afetou as operações bancárias e o comércio. Além disso, a escassez de recursos de metais levou a repetidas adulterações na cunhagem em vários países sucessivamente, e daí a uma inflação inevitável. No campo social, emergiu um novo grupo, o da burguesia comercial, o qual reside nas cidades e expande cada vez mais seus negócios, atraindo os camponeses e os marginalizados da sociedade feudal.

2.4 A economia na idade moderna

No final da Idade Média, o clima de instabilidade e violência diminuiu em decorrência do progresso tecnológico que se iniciou nesse período. Esse fato levou ao crescimento demográfico e ao aumento da produção agrícola, bem como à produção de excedentes. Esses excedentes deram novo impulso ao comércio e às cidades (locais onde o comércio era praticado), inicialmente apenas no continente europeu. Com o tempo, comerciantes italianos das cidades de Gênova e Veneza estabeleceram contato com comerciantes da China e do norte da África, para obter produtos asiáticos (temperos, tecidos, chás). Esse comércio tornou-se muito lucrativo.



Enquanto genoveses e venezianos comercializavam com a Ásia, os árabes empreendiam guerras de conquistas, expandindo seu império pelo Oriente Médio, norte da África e Península Ibérica.

Nessa península, nobres cristãos se uniram e formaram reinos e exércitos para reconquistar seu território nas chamadas Guerras de Reconquista. Nessas guerras, surgiram os dois primeiros países do mundo moderno: Portugal e depois Espanha. Portugal, em virtude de sua localização, experiência marítima e governo centralizado, passou a participar do lucrativo comércio de produtos orientais. Entretanto, em 1453, os árabes fecharam a passagem destes produtos, ao conquistarem a cidade de Constantinopla. Diante disso, portugueses e espanhóis começam sua expansão marítima, buscando um novo caminho para o comércio com o Oriente.

Nesse processo, fortes mudanças econômicas ocorreram. O Feudalismo, baseado na relação servo-senhor feudal foi aos poucos desaparecendo em diferentes regiões da Europa. No seu lugar, surgiu o capitalismo comercial, uma das primeiras fases desse modo de produção. Devido à manutenção de algumas características medievais (agricultura não assalariada, inexistência de indústrias, entre outras), esse modo de produção necessitou inicialmente de uma forte intervenção estatal, que foi denominada Mercantilismo.

O Mercantilismo não é um modo de produção, mas um conjunto de ações que permitiu o desenvolvimento do modo de produção capitalista. As ações mercantilistas foram baseadas em cinco características principais, que variaram em importância, de acordo com o país: o Metalismo, a balança comercial favorável, o Industrialismo, o Protecionismo e o Colonialismo. Portugal e Espanha, por exemplo, basearam suas economias no Metalismo e Colonialismo. Já a Inglaterra e a França basearam suas economias na balança comercial favorável, no Industrialismo e no Protecionismo.

A expansão marítima ibérica promoveu profundas transformações na economia de diversas regiões do planeta. Metais preciosos e produtos agrícolas com elevado valor de mercado afluíram à Europa, levando a grandes circulações de capitais e forte acumulação de riqueza no continente. Além disso, portugueses e espanhóis redistribuíram diversos produtos agrícolas entre os continentes, levando a consideráveis aumentos de produção. Esse acúmulo de capital, possibilitado pelo renascimento comercial, a entrada de produtos americanos e as tecnologias desenvolvidas ao longo de séculos, levaram o capitalismo (comercial) a uma nova fase: a industrial.

2.5 A economia na idade contemporânea

A Inglaterra substituiu Portugal e Espanha como principal potência econômica mundial a partir do século XVIII. Isso ocorreu em virtude da reunião de diversos fatores, como a melhoria da produção de alimentos (produtos americanos associados e novos equipamentos agrícolas), ao aumento populacional decorrente, ao avanço industrial, ao comércio interno e externo desses produtos e à sua poderosa frota naval. A reunião desses fatores fez com que, tanto colônias como metrópoles se tornassem dependentes economicamente da Inglaterra.



Somente no século XX, a hegemonia inglesa foi abalada. Devido ao envolvimento desse país em duas guerras mundiais, sua economia foi enfraquecida e seu território arrasado. Nesse momento, os EUA despontaram como nova potência econômica.

Por ser antiga colônia inglesa, os EUA acompanharam o desenvolvimento industrial inglês e foram capazes de substituir a Inglaterra no comércio internacional, entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Além disso, emprestaram volumosas somas de dinheiro aos países europeus destruídos. Também interferiram fortemente na política e na economia da América latina. Com os lucros dessas atividades econômicas, os EUA foram capazes de constituir um forte exército e assumir a hegemonia econômica e militar mundial.

Cabe destacar que durante o desenvolvimento industrial europeu, diversos problemas sociais surgiram. O Liberalismo e a defesa da autorregulação do mercado, por exemplo, favoreciam os proprietários dos bens de produção. Isso levou ao surgimento de duas classes sociais opostas: empregados e empregadores, as quais possuíam desigualdades socioeconômicas marcantes: enquanto empregadores acumulavam capital, devido aos altos lucros obtidos na indústria e comércio, os empregados recebiam salários reduzidos e trabalhavam em péssimas condições, sem direitos trabalhistas.

Nesse contexto, surge o Socialismo, um conjunto de ideias sobre como produzir riquezas sem gerar desigualdades sociais, a partir da tomada do poder político pelas camadas pobres e a extinção das classes sociais. Entre os muitos pensadores socialistas, o mais citado é Karl Marx.

As ideias socialistas foram aplicadas em diversos lugares do mundo, como Rússia e países satélites, China, Cuba, Vietnã, Coreia e diversos países africanos. No entanto, na maior parte desses países, a prática do socialismo foi distinta da teoria, uma vez que não foram as camadas pobres que assumiram o poder, não havendo, dessa forma, a extinção das classes sociais. Apesar disso, as

experiências socialistas foram fundamentais, porque demonstraram a importância das preocupações sociais nos modos de produção econômicos.

Contudo, o avanço da industrialização gerou outro grave tipo de problema: o problema ambiental, que foi percebido pelas comunidades humanas apenas a partir do século XX. Essa percepção levou a discussões internacionais sobre a viabilidade da economia capitalista, assim como sobre alternativas que poderiam ser utilizadas visando, ao mesmo tempo, à continuidade da economia, à justiça social e ao equilíbrio ambiental. A partir dessas discussões, organizações internacionais, como bancos, vêm forçando os diferentes países a adotarem medidas de proteção ambiental.

Sendo assim, o século XX foi marcado também pelo crescimento e expansão das ideias ecologistas. Essas ideias se refletiram principalmente nas atividades industriais. Até agora, a ideologia ecológica já foi capaz de consolidar instrumentos voltados para gestão dos bens naturais, tais como estabelecimento de padrões de emissões, de licenciamento ambiental, de tributação sobre a poluição e sobre o uso de recursos naturais e educação ambiental, por exemplo.

Capítulo 2

A economia igualitária na pré-história

Paola Beatriz May Rebollar

Alexandre de Medeiros Motta (Revisão e ampliação)

Habilidades

Por meio deste estudo você desenvolverá a habilidade de identificar as principais características dos modos de produção construídos ao longo da história, a partir da análise dos seus conceitos essenciais.

Seções de estudo

Seção 1: A economia na pré-história

Seção 2: Mudanças na pré-história

Seção 1

A economia na pré-história

A Pré-História é um período da história humana em que não se utilizou a escrita para o registro dos acontecimentos de época.

1.1 A pré-história e os métodos de estudo

Não temos como saber exatamente o que aconteceu no passado, uma vez que, mesmo com o progresso tecnológico, não há instrumentos classificadores civilizatórios precisos. Nesse sentido, é preciso considerar outros fatores como propulsores da dita “evolução da humanidade”, como, por exemplo, o fator felicidade humana.

Caso quiséssemos saber o que aconteceu ao nosso aventureiro *Homo erectus*, que há 1 milhão de anos saiu da África centro-oriental, como iríamos refazer seus passos? Como recompor seu cotidiano, imaginar suas práticas, conhecer seus valores? Como saber se esses homens viviam isolados ou em grupos, formavam famílias, desenvolviam crenças? Como chegar a seres tão distantes no tempo, considerando que só de poucos milênios para cá o homem inventou a escrita? (PINSKY, 1994).

Para o citado historiador, cientistas e pensadores contemporâneos têm tentado responder a essas questões por meio de, basicamente, três formas, isoladas ou combinadas:

1. O raciocínio lógico e a teoria.
2. Escavações e análise de vestígios.
3. Observação de grupos contemporâneos que, supostamente, tenham padrões de existências semelhantes.

Todos esses métodos têm suas vantagens e seus limites. Entretanto, o que importa é desfazer a imagem pejorativa do homem “primitivo”, como infantil, no sentido de pré-lógico ou que não estava dotado de razão. Há uma tendência natural de considerar nossos valores atuais como os mais corretos, pois estamos em outro contexto civilizatório. Sendo assim, é necessário perguntar-se: Seriam esses “primitivos” inferiores a nós, contemporâneos? Desse modo, é necessário rever nossos conceitos sobre o processo de hominização.

Nesse caso, em virtude de dificuldades na obtenção e verificação das fontes históricas, todas as informações que existem sobre a Pré-História foram obtidas por meio do estudo dos arqueólogos. Esta, até então nova categoria de

profissionais iria tornar-se bastante conhecida em filmes clássicos do cinema, como Indiana Jones e O Retorno da Múmia. Suas descobertas nos permitem conhecer um longo período da história humana, em que as pessoas viviam de forma bem diferente da nossa e a noção de riqueza e economia também era muito diferente.

Naquele período, elas viviam em grupos pequenos, caçando, pescando e coletando, sendo que a vida em comunidade era mais importante do que as motivações individuais. Assim, a partir do estudo desse modo de produção, podemos compreender que vantagens e limites existem para uma forma de produzir riqueza fortemente comunitária. Podemos ainda compreender por que esse modo de produção desapareceu depois de longo tempo de existência.

1.2 A Arqueologia e o processo de hominização

O interesse pelo passado da humanidade acompanhou nossa história. Mesmo nos tempos das pirâmides e em Roma, achados de culturas mais antigas chamavam a atenção das pessoas. Durante muito tempo, o interesse pelo passado estava relacionado com a recuperação de artefatos antigos valiosos, fama e riqueza.

Diante desse contexto, é importante compreendermos como trabalham os profissionais que dedicam seus estudos à “evolução da humanidade” e quais conhecimentos já foram produzidos para a identificação das principais características dos diferentes modos de produção, sendo, nesta análise, considerado o período pré-histórico.

Muitas pessoas não conseguem definir a diferença entre Arqueologia, Pré-História, História e Paleontologia. Assim, torna-se necessário uma breve contextualização de cada uma dessas ciências. A Arqueologia é uma ciência que surgiu no século XIX. Muito mais do que artefatos valiosos, os arqueólogos buscam compreender as diferentes culturas humanas e seus modos de produzir riqueza.

Já a História é a ciência que estuda sociedades as quais possuem escrita. Dessa forma, o estudo das sociedades que não tinham escritas (ágrafas) é domínio da Pré-História. (PROUS, 1999). No entanto, a escrita surgiu em momentos diferentes nos diversos continentes.



A escrita surgiu há aproximadamente 4.000 anos na China, na América Central e no Oriente Médio (de onde foi levada para a África e Europa). Já, no Brasil, a escrita só apareceu com a chegada dos portugueses, há pouco mais de 500 anos.

Assim, o momento em que acaba a Pré-História e começa a História não é o mesmo em todos os lugares. Ainda hoje, existem sociedades que não têm escrita, e quem estuda essas sociedades ágrafas modernas é a Antropologia Cultural. (PROUS, 1999). Por outro lado, além da escrita, o fogo foi outro elemento importantíssimo para a sobrevivência do homem em meio à natureza hostil da época. Por isso, para alguns historiadores, esse elemento é o mais adequado para dividir a História da Pré-História.

Os primeiros vestígios da utilização do fogo pelo homem datam de aproximadamente 500 mil anos atrás. Esse domínio do fogo representou um passo fundamental para o avanço do homem no meio que naturalmente lhe era adverso. O fogo facilitou o cozimento dos alimentos, serviu como proteção de outros animais, proporcionou iluminação e aquecimento nos dias de frio, bem como foi utilizado na fundição de metais para confecção de ferramentas mais resistentes. A figura a seguir ilustra uma das primeiras técnicas utilizadas para o domínio do fogo, fogo por fricção.

Figura 2.1 - Técnica de domínio do fogo por fricção



Fonte: Cena do filme "Guerra do fogo" (1981).

Em termos culturais, o fogo na Pré-História significou o poder do animal homem diante dos outros animais. Depois, passou a ser utilizado para aquecimento e ajuda para variação de sua dieta. Em seguida, o seu uso em fundições e domínio da mineração proporcionou um avanço tecnológico para a humanidade. Entre as razões que justificam a importância do domínio do fogo para a humanidade destaca-se que o homem, diferente de outros animais, não tinha medo do fogo, o que tornou esse elemento uma fonte de calor diante do intenso frio da época glacial, facilitando o cozimento dos alimentos e a sua digestão. Esse fato foi

decisivo para a regressão das mandíbulas e o aumento da caixa craniana e do volume cerebral.

O fogo facilitou também o desenvolvimento de novas técnicas, proporcionando a fabricação de instrumentos, como foi o caso da utilização do calor nos processos de amolecimento de dentes de mamute e no “endireitamento” de varas. Por último, o fogo estimulou a vivência em grupo, fator de encontro e de reunião, conseqüentemente, desenvolveu a comunicação e a linguagem humana.

“O domínio do fogo foi, provavelmente, o primeiro passo na emancipação do homem da servidão do ambiente”. (CHILDE, 1975). Depois que aprendeu a produzir e a mantê-lo, o *homo erectus* se distanciou dos outros animais, possibilitando vantagens, como aquecer e iluminar o interior das cavernas, cozinhar alimentos, fabricar instrumentos e facilitar a comunicação em grupo.

O domínio do fogo é, portanto, uma das mais significativas diferenças entre os homens e os outros animais. Além de sua função objetiva, o fogo tem funcionado para as pessoas como meio de reforçar os laços sociais e de espantar os espíritos do mal. (PINSKY, 1994).

Assim, o fogo passou a ser um fator cultural que fortaleceu o convívio humano ou grupal, tornando o homem mais resistente e audaz diante das adversidades da natureza da época. Essa formação de um grupo social é condição que supera a força natural dos outros animais. Nesse aspecto, a habilidade para criar ferramentas diferencia o homem dos outros animais. Um primata até pode saber usar um pedaço de pau ou uma pedra, mas não saberá usar uma ferramenta para adequar essa pedra ou esse pau ao objetivo que se destina. (PINSKY, 1994). Diante desse contexto, podemos observar que o fogo representou uma importância capital para as antigas civilizações.

1.3 A Arqueologia e a Paleontologia

Estudos revelam que a humanidade surgiu na face da Terra há cerca de 100.000 anos, sendo que a Pré-História é o período mais longo pelo qual a humanidade já passou: durou pelo menos 96.000 anos. Logo, o estudo deste período é muito importante.



Mas, se não existia escrita, como podemos saber o que aconteceu no passado?

Esse é o trabalho da Paleontologia e da Arqueologia. A Paleontologia busca estudar os seres vivos (plantas, animais e homens) já extintos. Portanto, essa ciência se ocupa de corpos (PROUS, 1999). Em geral, corpos de antigos seres extintos passaram por um processo chamado fossilização.

Os fósseis são os corpos de animais que não entraram em decomposição, como acontece na maioria das vezes em que algum ser vivo morre. Para que ocorra a decomposição é necessário que exista oxigênio. Quando um corpo é soterrado por uma avalanche ou por uma grande pedra, por exemplo, é possível que não ocorra a decomposição e que partes desse corpo se transformem em rocha, tornando-se um fóssil. A próxima figura ilustra um fóssil humano.

Figura 2.2 - Fóssil humano - Luiza



Fonte: Xavier (2014).

Esse fóssil humano é o mais antigo encontrado nas Américas, o qual foi denominado Luiza. Frente ao que foi apresentado, podemos verificar que a Paleontologia estuda seres extintos, inclusive homens.

Hoje muito se fala na extinção de espécies. No entanto, esse é um processo natural, que já aconteceu milhares de vezes durante a história do nosso planeta. No que concerne ao ser humano, nós somos a quarta espécie de homens que já surgiu na Terra. A primeira espécie foi chamada de *Homo habilis* e desapareceu

antes mesmo do nosso surgimento. Essa espécie foi a primeira a produzir ferramentas e utensílios para facilitar a obtenção de alimentos e a construção de abrigos, há aproximadamente 250.000 anos.

Depois, surgiu o *Homo erectus*, os primeiros humanos a controlar o fogo, há 200.000 anos. Esse controle fogo foi muito importante, porque permitiu que essa espécie ocupasse também as regiões mais frias do planeta. Logo em seguida, surgiu outra espécie muito próxima de nós, o *Homo sapiens neandertalensis*. Esses homens desenvolveram uma cultura bastante adaptada ao frio. Somente depois disso é que nós, *Homo sapiens sapiens*, aparecemos.



De todas as espécies zoológicas, só o homem não pode sobreviver adaptando-se ao meio natural. Teve que esforçar-se para adaptar o meio ambiente a suas próprias exigências e necessidades. Assim, o trabalho foi a atividade consciente e social nascida da possibilidade de comunicação e ajuda espontânea entre os membros da raça humana, constituindo-se no instrumento mediante o qual o homem atuou sobre o ambiente natural.

Portanto, o trabalho, a organização social, a linguagem e a consciência são as características próprias do homem, inseparáveis e mutuamente determinadas. Sem os instrumentos de trabalho, o homem não poderia produzir, ou seja, conseguir todo o alimento necessário para a sobrevivência da espécie. COSTA (2013).

O que se refere ao estudo das sociedades pré-históricas de espécies que não desapareceram é o objeto da Arqueologia. Essa ciência se desenvolveu no século XIX e criou um conjunto de métodos e técnicas para entender os vestígios materiais. Na ausência de escrita, os arqueólogos pesquisam os utensílios, as casas, as vestimentas, os restos de alimentação e outros exemplos da cultura material. Essas sociedades antigas viviam em contato profundo com a natureza, dependiam do seu ritmo. Por isso, é muito importante para o arqueólogo compreender o clima, as estações, a disponibilidade de recursos naturais em uma determinada área, para, a partir daí, compreender como as sociedades humanas interagem com esse quadro natural e geográfico. (BINFORD, 1994; PROUS, 1999; TRIGGER, 2004).



A Arqueologia precisa de muitas outras ciências para realizar seus estudos. É, portanto, essencialmente interdisciplinar. O local onde são encontrados vestígios de antigas sociedades humanas é chamado de sítio arqueológico, sendo os estudos e trabalhos desses sítios coordenados por arqueólogos e executados em etapas.

1.4 Principais etapas do trabalho arqueológico

O trabalho do arqueólogo passa por pelo menos cinco etapas, conforme veremos na sequência:

Preparação documental

Nessa etapa, o pesquisador deve buscar outras pesquisas que já foram realizadas sobre o mesmo assunto ou sobre a mesma região. Além disso, nessa etapa é necessário obter mapas, fotografias aéreas ou imagens de satélites para compreender as condições topográficas e ambientais do local de estudo.

Identificação dos sítios

Essa etapa começa com as análises dos mapas, fotografias e imagens, a partir dos quais o pesquisador busca encontrar os possíveis locais onde grupos pré-históricos poderiam ter vivido. Por exemplo, se o arqueólogo está interessado em grupos de agricultores, precisa identificar nos mapas e imagens as áreas mais férteis.

Depois da identificação por mapas e imagens, o pesquisador precisa percorrer a área para identificar, em campo, os locais onde os vestígios de sociedades antigas ainda existem. Quando a área de pesquisa é muito grande, é necessário usar técnicas de amostragem para realizar esses estudos. Por meio da amostragem, é possível usar a Estatística para compreender as características de uma sociedade pré-histórica sem, entretanto, estudá-la completamente. Em Arqueologia, a amostragem é chamada de prospecção ou *survey*.

Estudo dos sítios em campo

Na etapa de estudo dos sítios em campo, o pesquisador e sua equipe percorrem a área de pesquisa a pé e procuram obter informações sobre os sítios arqueológicos com os moradores locais, por meio de entrevistas. (PROUS, 1999). Essa é uma técnica muito importante, uma vez que os moradores locais são pessoas que conhecem muito bem sua região e, geralmente, sabem da localização de vestígios de sociedades pré-históricas.

Após conversas com a população local, tem início o estudo dos sítios arqueológicos. Primeiro são realizadas sondagens e prospecções, depois cavados buracos para definir o tamanho (largura, comprimento e profundidade) do sítio. Em seguida, iniciam-se as escavações, sempre muito cuidadosas, porque buscam recuperar os objetos que aparecem no local e registrar todas as informações sobre as camadas de sedimentos e a localização das peças. (HODDER; ORTON, 1990).

Essa etapa é muito parecida com o trabalho de policiais e legistas que, a partir da cena de um crime e dos vestígios encontrados, buscam reconstruir o evento. A seguinte figura mostra o início de escavações em um sítio arqueológico.

Figuras 2. 3 - Escavações em um sítio arqueológico



Fonte: Acervo da autora (2009).

Essas figuras são de um sítio arqueológico localizado às margens da rodovia federal BR 101, no município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina. Nesse local estão presentes utensílios pertencentes à cerâmica maciambú.

Análise das informações obtidas

Nesta etapa, as informações e vestígios coletados em campo são analisados em laboratórios de Arqueologia e de outras ciências correlatas. (PROUS, 1999). A partir dessas análises, é possível definir a matéria-prima utilizada e de onde foi obtida, as técnicas de construção de utensílios e moradias, o raio de exploração de recursos, a época de ocupação do sítio arqueológico, entre outras coisas.

Para realizar essas análises, são utilizados microscópios, manuais de referência, remontagem de artefatos quebrados e reprodução das decorações utilizadas. É possível, ainda, descobrir quando o lugar foi ocupado, efetuando a datação de vestígios orgânicos por meio de carbono quatorze (C14), ou de artefatos de cerâmica, empregando a termoluminescência.

Essas técnicas são bastante refinadas e necessitam de laboratórios específicos para serem realizadas. Se o arqueólogo for capaz de encontrar esqueletos humanos, então, é possível fazer muitas outras análises e descobrir qual a idade e sexo do indivíduo, sua principal atividade física praticada (pesca, agricultura), qual sua base alimentar, quais doenças graves o afetaram e, muitas vezes, a causa da morte. Geralmente, são encontrados junto aos esqueletos outros objetos que representam os rituais funerários e estéticos daquela população.

Divulgação dos resultados

Depois de todo esse trabalho, que em geral demora anos, os arqueólogos procuram divulgar seus resultados em congressos, revistas especializadas, revistas para o público em geral e programas de televisão. Na Europa e na Ásia, a Arqueologia é uma ciência muito importante e valorizada, porque ajuda as sociedades do presente a conhecer e compreender seu passado. A maioria das pessoas apresenta grande interesse nos achados arqueológicos, porque eles simbolizam seus antepassados.

Entretanto, nas Américas (inclusive no Brasil) e na África, essa ciência não recebe tanto reconhecimento. Em virtude do processo de colonização europeia que esses continentes conheceram, as populações modernas não se identificam com as populações pré-históricas, geralmente indígenas. Isso leva, muitas vezes, à destruição dos sítios arqueológicos e à perda irremediável desse patrimônio histórico da humanidade.

Seção 2

Mudanças na pré-história

A Pré-História diz respeito a um longo período, em que a humanidade, totalmente dependente do ambiente natural, desenvolveu, lentamente, diversos conhecimentos e tecnologias para transformação da natureza. Entretanto, aos poucos, ela foi criando formas para tornar o ambiente mais favorável.

2.1 As etapas de adaptação dos hominídeos

A história do planeta Terra demonstra que a sucessão de espécies faz parte de seus ciclos naturais. Desde o surgimento da vida, muitas espécies de seres vivos se sucederam. Assim, desde os primeiros organismos unicelulares, passando por trilobitas, dinossauros e mamíferos gigantes, muitas espécies já surgiram e desapareceram. Muitas, por fatores naturais, outras, por pressão de uma espécie predadora.



Há aproximadamente 2 milhões de anos nossos ancestrais buscaram por um estilo de vida tecnológico condicionado ao meio em que viviam, a partir do aproveitamento de materiais naturais como: pau, pedra e osso. Assim foram produzidos os primeiros utensílios para uso cotidiano, distinguindo culturalmente a espécie humana do restante dos animais. Por volta de 1,5 milhão de anos atrás se presencia a evolução gradual das atividades de caça e de coleta, combinando o consumo de carne e de vegetais.

Durante o tempo de existência de uma espécie, diferentes mecanismos contribuem para seu melhoramento contínuo. Esse processo foi descrito por Darwin, que o chamou de evolução das espécies. Para ele, esse processo seria estimulado pela competição por recursos, o que levaria à sobrevivência dos mais aptos, ou seja, aqueles capazes de se adaptar ao ambiente. Outros pesquisadores, como o russo Kropotkin, também estudaram o tema e verificaram que a competição não era o único estímulo para a evolução: a cooperação também seria capaz de desencadear mudanças adaptativas. Essas mudanças adaptativas são hoje denominadas mutações genéticas e são hereditárias.

A história humana também demonstra a existência dessas mudanças adaptativas. A partir das antigas espécies de homínídeos que já existiram, diversas mutações conduziram ao surgimento de nossa espécie, o *Homo sapiens*.



O homem surgiu na Terra há aproximadamente três milhões de anos, contudo, formou sociedades organizadas, com escrita, estado, leis, cidades, há somente cinco ou seis mil anos. Como vemos, a vida “histórica” do homem é muito mais curta e recente que a pré-história, sobre a qual temos informações fragmentárias, dispersas e polêmicas. “A Pré-História não só faz recuar a história escrita como também faz avançar a história natural” (CHILDE, 1975).

No entanto, segundo esse mesmo autor, em nossa espécie, não foram apenas as mutações genéticas que permitiram nossa adaptação ao ambiente. A espécie humana passa constantemente por mudanças culturais. Além da herança genética, recebemos também uma herança cultural, que nos permite criar novas indústrias e novas economias. (CHILDE, 1975).

A herança cultural é o que determina a capacidade humana de usar peles e lã de carneiro ou pele de onça e lã de guanaco para conviver com o frio, construir pás e enxadas e usar tijolos, pedras e madeira para construir refúgios, além de construir flechas e lanças para obter alimento, usando as experiências em grupo acumuladas ao longo dos séculos. As roupas, ferramentas, armas, hábitos e proibições representam séculos de experiência acumulada pela tradição social.

Isso quer dizer que temos a capacidade de nos adaptarmos ao ambiente, melhorando nossa cultura material, nossa tecnologia. Diferentemente de nós, no período pré-histórico, os grupos humanos viviam em contato intenso com o ambiente natural.

Existe uma diferença entre meio e ambiente. O ambiente é um conceito abstrato, porque envolve tanto fatores físicos como psicológicos. Já o conceito de meio está relacionado diretamente com fatores físicos, como os recursos naturais. Considere o exemplo. Imagine que existe um local com árvores e pastagens exuberantes, um rio de águas cristalinas, com um sol ameno e agradável onde pasta calmamente um antílope. Nesse contexto, os meios são o sol, a vegetação, o solo onde cresce a vegetação, a água, o ar e o próprio antílope. Já o ambiente compreende todos esses meios e ainda a sensação do animal (calma). Podemos dizer que diante desse cenário a qualidade ambiental é boa. Entretanto, se um leão surgir entre as árvores, os meios continuarão os mesmos. Mas o antílope já não se sentirá seguro e ficará ansioso. Seu ambiente mudou. Podemos então dizer que a qualidade ambiental piorou. (D'AGOSTINI; ALVES; SOUZA, 2008).

Na Pré-História os grupos humanos estavam em contato direto com os meios. Para que sua qualidade ambiental fosse boa, precisavam explorar os recursos naturais. No entanto, o clima do planeta passou por muitas mudanças drásticas de temperatura, chamadas eras glaciais. Com o clima instável, não era possível praticar a agricultura.

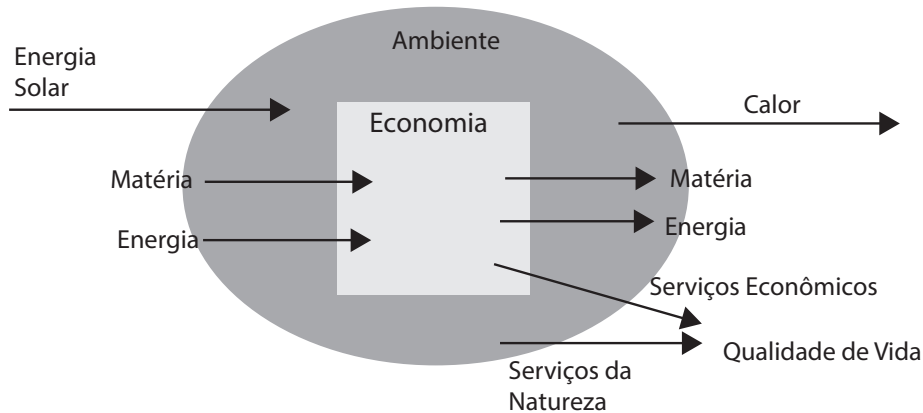
2.2 As principais atividades dos hominídeos

Na Pré-História as pessoas obtinham alimento por meio da caça, da pesca e da coleta, ou seja, da exploração direta dos recursos naturais, caracterizando-se como atividade humana de natureza extrativista, uma etapa muito importante no processo de hominização. A exploração econômica depende do ambiente onde os seres humanos estão inseridos. Hoje não é tão fácil perceber isso, porque diversos eventos provocados pelos humanos transformaram fortemente os ambientes naturais. Construímos cidades imensas, estradas, pontes e portos que modificam completamente a fisionomia de um local. Hoje, é possível trabalhar e deslocar-se o dia inteiro sem ver o céu ou respirar o ar da rua: entra-se no carro dentro da garagem do edifício, dirige-se até o escritório, entra-se novamente na garagem, estaciona-se, pega-se o elevador e chega-se até o escritório.

No entanto, na Pré-História, o ambiente e os meios nele contidos definiam a economia das sociedades daquele lugar. As pessoas precisavam adaptar-se ao frio ou ao calor, conhecer muito bem as espécies vegetais comestíveis, conhecer os hábitos dos animais para poder capturá-los, saber a localização das fontes de água etc. Ao longo dos séculos, a espécie foi acumulando e transmitindo

esses conhecimentos. Isso permitiu que, a cada nova geração, novas ideias surgissem, novas tecnologias, novas formas de fazer. A economia na Pré-História é representada pela figura a seguir.

Figura 2.4 - A economia na pré-história



Fonte: Adaptado de Farley (2009).

Podemos observar que o ambiente é o sistema base sobre o qual a economia se desenvolve. A principal energia que entra no sistema é a energia solar. A partir dessa energia, desencadeiam-se as principais funções do ambiente. Essa energia sai do sistema na forma de calor.

A Economia é uma parte do ambiente. Ela precisa de matéria e energia obtidas do ambiente natural para serem processadas e transformadas em produtos econômicos. O conjunto desses produtos compõe os Serviços Econômicos. O conjunto de produtos naturais explorados diretamente da natureza compõe os Serviços da Natureza, esses serviços geram nossa qualidade de vida. Então, vamos fazer uma comparação para entender melhor.

O planeta Terra é o mesmo desde a Pré-História, logo, os meios, os recursos naturais também são os mesmos. A quantidade de energia solar que o planeta recebe ainda é a mesma. Entretanto, nossa tecnologia, os conhecimentos humanos acumulados se modificaram muito.

Na Pré-História, a maior parte dos bens que os grupos humanos precisavam era explorada diretamente da natureza: ao invés de construir edifícios, buscávamos abrigos sob a rocha ou cavernas; ao invés de comprar os alimentos no supermercado, embalados em sacos plásticos, coletávamos vegetais e caçávamos animais; ao invés de ir ao shopping para comprar roupas, usávamos fibras vegetais e peles para confeccionar, individualmente, cada peça de roupa.



Hoje, a maior parte daquilo que necessitamos para ter boa qualidade de vida são serviços econômicos, ou seja, produtos transformados pela economia. Mas, na Pré-História, a maior parte do que as pessoas precisavam para obter qualidade de vida eram serviços da natureza, produtos explorados primariamente.

Diante desse contexto, os arqueólogos buscam compreender, por meio de suas pesquisas, como a humanidade foi criando novas tecnologias e modificando seu ambiente. (BINFORD, 1994; CHILDE, 1975; LEE; DALY, 1999). Diversas pesquisas apontam o surgimento de espécies de hominídeos na África. Com o controle do fogo, esses hominídeos puderam sair desse continente e explorar a Europa e a Ásia. Sobre essa primeira onda de expansão, nossa espécie se espalhou também por esses continentes, chegamos à América e, por último, à Oceania.

É importante observar que em cada lugar era necessário desenvolver diversos conhecimentos e tecnologias. Por exemplo, quais matérias-primas poderiam ser utilizadas para a confecção de armas, artefatos, roupas? Quais espécies poderiam servir como alimento? Como se sucedem as estações do ano? Aos poucos, fomos nos diferenciando, como resultado de mutações genéticas adaptativas e mudanças culturais. Dessa diferenciação, surgiram todas as etnias e culturas que hoje existem no mundo.

Temos etnias asiáticas, com feições características, adaptando-se ao ângulo da radiação solar na Ásia, que favoreceu indivíduos com os olhos mais fechados, os quais corriam menor risco de cegueira e, conseqüentemente, conseguiam reproduzir-se de forma mais eficiente. Temos etnias africanas, com a pele escura para não sofrer graves queimaduras solares e permitir a absorção de vitamina D, responsável pela formação do tubo neural nos fetos e garantir a reprodução.

Temos etnias europeias, com peles claras para maximizar a absorção dos raios solares nas poucas horas de sol do inverno temperado. A figura a seguir ilustra essa diversidade humana.

Figura 2.5 - Diversidade humana



Fonte: Oliveira (2010).

Apesar dessas adaptações em função do meio e ambiente em que vivemos, temos todos a mesma estrutura morfológica e fisiológica, com lentas mutações genéticas, e mudanças culturais, relacionadas à adaptação ambiental ao longo dos milênios, que nos tornaram tão diferentes.

2.3 A caça, a pesca e a coleta

A partir das descobertas arqueológicas, é possível compreender como os grupos humanos adquiriram e acumularam conhecimentos que permitiram o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao ambiente onde estavam inseridos. O homem primitivo comportava-se como nômade e vivia da caça, da pesca e da coleta de raízes e frutas. Assim, quando os alimentos escasseavam, ele procurava outros lugares para manter-se por determinado tempo. No entanto, aos poucos, eles perceberam que podiam produzir e modificar o ambiente natural conforme suas necessidades, passaram, então, a fixarem-se em determinados lugares.

Contudo, essas mudanças foram muito lentas e variaram de lugar para lugar. Os alimentos que produziam eram distribuídos para todos os que ali habitavam, tudo era de todos e, por isso, tornava-se difícil que houvesse competições. Dessa forma, não havia a necessidade da instituição estatal, e, nem a divisão em classes sociais, sendo todos potencialmente iguais na comunidade.

Até aproximadamente 10.000 anos atrás, todos os grupos humanos viviam da pesca, da caça e da coleta de produtos naturais. Nessa época, ainda não existia agricultura. Esses grupos exploravam os recursos naturais e os transformavam, utilizando tecnologias específicas. Estavam acumulando conhecimentos para gerar tecnologias cada vez mais eficientes.

A caça e a coleta são atividades distintas em muitos aspectos. A primeira tanto pode resultar em sucesso, ou seja, no abate de um grande animal que alimente o grupo por semanas, como pode redundar em fracasso completo. Ela é feita por homens e em silêncio. Já a coleta, ruidosamente feita por mulheres (que a utilizam como eficiente forma de socialização), sistematicamente termina com uma quantidade suficiente de vegetais coletados para que o grupo se alimente durante três dias. (PINSKY, 1994, p. 26).

De forma geral, os arqueólogos chamam esses grupos humanos de caçadores-coletores ou caçadores-pescadores-coletores. Os grupos que viviam no interior dos continentes dependiam mais fortemente da caça, enquanto os grupos do litoral estavam mais relacionados com a pesca. Muitos grupos de caçadores do interior viviam acompanhando os grandes grupos de mamíferos gigantes, como mamutes e bisontes. Atrás desses grupos de animais, os humanos se espalharam pelo mundo. (LEE; DEVORE, 1965).

Nas Américas, os pesquisadores acreditam que a ocupação do continente teve início pelo Alasca. Grupos de caçadores-coletores vindos da Ásia teriam seguido bandos de animais de grande porte por meio do Estreito de Bering, há 12.000 anos. Continuaram em direção ao sul e chegaram à América do Sul por volta de 10.000 anos atrás. (ROOSEVELT, 1999). Esses grupos humanos são chamados de Paleoíndios. O ambiente que habitavam era frio e seco. Vivam em grupos pouco numerosos, dispersos e nômades, organizados em bandos frouxos. (SCHMITZ, 1999).

Nos planaltos norte-americanos, foram encontrados sítios arqueológicos onde a principal atividade humana era a matança de animais. Nesses sítios, foi encontrada enorme quantidade de ossos de animais e instrumentos utilizados para matar, desossar e retirar o couro. Com o couro, esses grupos faziam suas vestimentas e cobriam suas casas feitas de ossos. Alguns pesquisadores sugerem que esses grupos caçavam de forma extremamente predatória e podem ter contribuído, junto com as mudanças climáticas, para extinção das espécies de mamíferos gigantes.

A próxima figura ilustra um dos animais que faziam parte da caça dos grupos humanos, o Mamute.

Figura 2.6 - Mamute: animal pré-histórico do período Paleolítico



Fonte: Cultura mix (2014).

Com a tecnologia que conseguiram desenvolver, esses grupos de caçadores-coletores conseguiram viver com qualidade, em áreas abertas de clima temperado. Suas estratégias de caça consistiam no cercamento e lançamento dos bandos de animais de penhascos. Obtinham seus alimentos, principalmente, da caça, já que, em áreas tão frias, havia pouca disponibilidade de recursos vegetais variados. No entanto, sua tecnologia não permitia a vida nas florestas, que consistiam em barreiras ecológicas para expansão de sua cultura. (ROOSEVELT, 1999).

Caçadores-coletores também existiram na América do Sul. Na região de Minas Gerais, em Lagoa Santa, existem diversos sítios arqueológicos desse tipo. Também na região do pampa argentino existem sítios de caçadores de animais de grande porte. No Rio Grande do Norte, sítios de caçadores-coletores antigos são encontrados. Esses sítios estão relacionados com arte-rupestre, em que são retratados diferentes animais. (PROUS, 1999).



Com o final da glaciação, os caçadores-coletores começaram a explorar outros ambientes, como a savana, as florestas, as beiras de rios e lagos.

A caça passou a ser mais diversificada, a coleta vegetal aumentou bastante e, aos poucos, teve início a domesticação de plantas e animais. (SCHMITZ, 1999). Ainda não existia a agricultura propriamente dita. Esses grupos foram denominados de caçadores-pescadores-coletores do Arcaico.

Em outra região do Estado brasileiro, na Amazônia, existem sítios arqueológicos de caçadores. Entretanto, não há como comprovar que esses caçadores fossem especializados em fauna gigante. Existem cavernas com grande quantidade de

painéis pintados com animais de muitos tipos diferentes, figuras humanas caçando e parindo, também há seres míticos, como insetos com pernas e braços humanos, ou figuras humanas com cabeças em forma de sol. (ROOSEVELT, 1999).

Os grupos humanos do período histórico em estudo deixaram impressões das palmas das mãos tanto de adultos quanto de crianças. Sua economia estava baseada na exploração de floresta tropical com caça, pesca e coleta ribeirinha e o extrativismo mineral. Esses grupos consumiam diversos produtos, como por exemplo, frutos de palmeiras, castanha-do-Brasil, leguminosas, peixes, roedores, morcegos, moluscos, jabutis, cobras, anfíbios, pássaros, peixes, antas etc.

Conheciam diferentes tipos de rochas, como arenito, quartzo, basalto e calcáreo; e as utilizavam de formas diversas, conforme sua aptidão. Assim, acumulavam conhecimentos e desenvolviam tecnologias relacionadas com a caça (instrumentos e armadilhas) e com os recursos vegetais (tintas, fibras e alimentos).

No Brasil Central, os caçadores-coletores buscavam veados, tatus, roedores grandes e pequenos, carnívoros, répteis (lagartos, jacarés, tartaruga), aves (desde passarinhos até ema), ovos de ema e alguns peixes. Não existem muitos registros sobre quais vegetais eram explorados, mas aparecem nos sítios arqueológicos muitos instrumentos para a preparação de vegetais para o consumo. Exploravam, ainda, blocos de quartzitos e calcedônias para confecção de facas, pontas de flecha, raspadores e outros artefatos. (SCHMITZ, 1999).

Nesse período, o sul do Brasil foi habitado por caçadores do campo, nas áreas abertas, e caçadores da floresta (Floresta Subtropical, Mata Atlântica e Mata de Araucárias). Apesar de baseadas na caça, suas economias eram diferentes no que se refere aos produtos utilizados. Os caçadores de campo inicialmente conviveram com os animais gigantes, como tigre-dente-de-sabre, preguiça-gigante, cavalos e outras espécies extintas. Caçavam-nos com boleadeiras confeccionadas de material lítico (rocha).

Vale observar que os cavalos extintos são antepassados dos cavalos modernos. O interessante é observar que existiam cavalos nas Américas que foram extintos e depois trazidos novamente pelos europeus.

Com a mudança do clima, diversificaram a caça e se concentraram em animais menores. Começaram a construir aterros ou cerritos nas áreas alagadiças, ricas em aves, moluscos, rãs, mamíferos (irara, capivara, preá, jacaré, veados, antas) e outros animais. Viviam em grupos de 25 a 40 indivíduos, que consistiam em 8 ou 10 famílias. Faziam inscrições rupestres, raspando as paredes das cavernas e abrigos para deixar impressões. Os caçadores das florestas caçavam os mesmos animais, mas exploravam recursos vegetais diferenciados. (SCHMITZ, 1999).



Além desses caçadores-coletores, existiram na Pré-História grupos que viviam em ambientes relacionados com recursos hídricos: áreas costeiras, espaços próximos a rios ou a lagos e lagoas. Esses grupos eram os caçadores-pescadores-coletores.

A economia dos grupos caçadores-pescadores-coletores era baseada fortemente na exploração de recursos pesqueiros (peixes, moluscos e crustáceos) e complementada com a caça de pequenos animais, a coleta de vegetais e o extrativismo mineral. Vestígios dessas populações podem ser encontrados em diversos lugares do Brasil e do mundo. Seus sítios arqueológicos são caracterizados pela presença de montículos ou de grandes elevações, compostos principalmente por restos de alimentação e depositados de forma a construir aterros secos em áreas alagadiças. Muitos autores chamam esses sítios arqueológicos de sambaquis, que significa montes de conchas. (TENÓRIO, 1999). No Pantanal do Mato Grosso do Sul, esses sítios aparecem ao longo de áreas alagadas, muitas vezes formando coroas no entorno de lagoas temporárias ou permanentes. Os montes são formados por conchas de moluscos, ossos de répteis, peixes, mamíferos e aves, além de instrumentos de osso e rocha. Esses grupos fizeram inscrições em rochas, em abrigos próximos aos montes de conchas.

Esses montes de conchas dos caçadores-pescadores-coletores também existem no litoral brasileiro de norte a sul. Apesar da prática de construir aterros com conchas, existem muitas diferenças na composição dos sítios arqueológicos, dependendo de sua localização. Isso ocorre, porque, em cada lugar, existem determinados tipos de rochas, de animais e de vegetais, que são diferentes dos que se encontram em outras áreas. Os grupos exploravam os recursos presentes em sua área. A partir deles é que geravam conhecimentos e tecnologias para obter suas necessidades. (GASPAR, 1999).

No sul e sudeste do Brasil, os sambaquis são muito comuns em todo o litoral. São compostos de conchas de diversas espécies de moluscos, cascas de siris e ouriços, restos de peixes (corvinas, robalos, pescadas, tubarões, tainhas, bagres, raias, xaréu), de aves, de mamíferos terrestres e mamíferos aquáticos (golfinhos, baleias), artefatos de pedra (facas, machados, anzóis, pesos de rede), restos

de fogueiras, enfeites (brincos, colares, saias) e esqueletos humanos, conforme mostra a seguinte figura.

Figura 2.7 – O Povo dos Sambaquis



Fonte: ForumEJA (2014).

Algumas pesquisas arqueológicas apontaram que a alimentação dessas populações era baseada, principalmente, em proteínas dos peixes, crustáceos e moluscos. Sua tecnologia permitiu a construção de barcos capazes de ir a alto-mar, bem como redes de pesca. Coletavam vegetais para diversos fins, como por exemplo:

- usavam as cabaças (cuias) como recipientes para alimentos líquidos e sólidos;
- utilizavam fibras de palmeiras para confeccionar roupas, redes de pesca, redes para dormir, - cestos e balaios para transporte de materiais;
- coletavam frutos de diversas árvores e palmeiras para consumo;
- utilizavam folhas de palmeiras para cozinhar os alimentos;
- consumiam raízes e talos comestíveis.

Enfim, a caça, a pesca, a coleta e o extrativismo mineral foram as principais atividades econômicas da humanidade por um longo período de tempo (mais de 90.000 anos). A exploração mineral e a caça foram as atividades predominantes no extenso período, enquanto o clima do planeta era mais frio, seco e imprevisível. Nessa época, os grupos humanos conviveram com animais gigantes (megafauna), que eram seus alvos de caçada preferenciais.

Mas, há pouco mais de 10.000 anos, o clima do planeta passou por profundas transformações. Essas transformações levaram à extinção de muitas espécies, como praticamente todos os animais gigantes. As sociedades humanas, no entanto, conseguiram adaptar-se às novas condições ambientais, por meio do

acúmulo de conhecimentos e de tecnologia. Continuaram caçando e extraindo minerais, mas diversificaram os alvos de caça, expandiram a atividade pesqueira e começaram a explorar os vegetais de forma mais intensa, o que foi um importante passo para o início da agricultura.



Em cada lugar do planeta, esse processo de adaptação teve características próprias. Em comum, está a capacidade humana de modificar seu ambiente e explorá-lo em busca de qualidade de vida.

De qualquer forma, na África, na Europa ou na Ásia, as atividades continuavam baseadas na caça e na coleta. Talvez uma caça mais organizada e planejada, em grandes grupos, demandando uma sofisticação administrativa maior, mas sempre caça. (PINSKY, 1994).

Revolução

Neolítica: Também denominada Revolução Agrícola, esse termo foi criado pelo arqueólogo australiano Gordon Childe para designar o movimento dado na Pré-História, que marcou a transição do nomadismo para a sedentarização do *homo sapiens*, por meio do domínio da agricultura.

Cabe destacar que os conhecimentos acumulados no longo período pré-histórico deram início ao desenvolvimento tecnológico, que foi sendo intensificado cada vez mais. Além disso, o homem, consciente do seu domínio sobre o fogo, sabendo utilizar as ferramentas, organizando caçadas de animais maiores e mais poderosos que ele e atuando em grupos de solidariedade, estava pronto para uma mudança radical na sua forma de existência, aquilo que chamamos de **Revolução Neolítica**. Essa relação com a natureza foi criando novos modos de produzir riqueza e novas formas de pensar e fazer a Economia.

Capítulo 3

A economia entre a antiguidade e o início do moderno

Paola Beatriz May Rebollar

Alexandre de Medeiros Motta (Revisão e ampliação)

Habilidades

Neste estudo, você desenvolverá a habilidade de identificar as principais características dos modos de produção construídos ao longo da história.

Seções de estudo

Seção 1: A economia na antiguidade e na idade média europeia

Seção 2: A Europa pré-capitalista

Seção 3: O mercantilismo entre os mundos feudal e capitalista

Seção 1

A economia na antiguidade e na idade média europeia

No período final da Pré-História, fortes mudanças climáticas levaram os grupos humanos a desenvolver a agricultura. Isso mudou muito a vida das pessoas, uma vez que os grupos deixaram de se deslocar por longas distâncias para caçar e coletar alimentos, então, começaram a construir cidades, período esse denominado de Neolitização. Alguns grupos que se formaram, construíram impérios tão grandes e poderosos que deixaram marcas que persistem até os dias atuais como, por exemplo, os impérios do Egito, da Mesopotâmia e de Roma.

1.1 A domesticação de plantas e animais

O surgimento da agricultura e a organização coletiva do trabalho são eventos que promoveram fortes mudanças econômicas nos grupos humanos das civilizações passadas, os quais viveram em profundo contato com a natureza durante mais de 90.000 anos.

Com o surgimento da agricultura, a Economia de muitos grupos humanos vai mudar completamente. A desigualdade social vai aparecer, bem como as classes sociais. De uma economia igualitária na pré-história, onde o interesse individual era menos importante do que os interesses do grupo, os humanos passarão à servidão coletiva e ao escravismo, como formas de produzir riqueza.

Durante a Pré-História, os grupos humanos viveram muitos milênios da caça, pesca e coleta, sendo que somente começaram a cultivar alimentos há mais ou menos 10.000 anos.



Mas por que durante toda a Pré-História não existia a agricultura? Será que ninguém pensou nisso? Será possível que ninguém tenha tentado?

Nada disso. O que aconteceu foi que durante toda a pré-história vivemos em um clima muito mais frio e instável do que agora. Podemos citar como exemplo dessa instabilidade climática o filme chamado O dia depois de amanhã, cuja trama o planeta congela de uma hora para outra, e um pai tenta atravessar o gelo para encontrar o filho que está escondido em uma biblioteca de Nova Iorque.

No começo do filme, há alguns cientistas na Antártida fazendo pesquisas no gelo. Eles colocam um instrumento comprido no gelo e retiram amostras, assim,

descobriram que no passado o clima da Terra era muito instável e que não existiam estações do ano definidas.

Sendo a agricultura uma atividade extremamente dependente de fatores climáticos como, por exemplo, o calor, a chuva e frio, os quais condicionam a definição de períodos colher e plantar culturas agrícolas, e que estão associados às estações do ano, seria impossível praticar agricultura caso elas não existissem.

Vale observar que a palavra agricultura compreende a produção de plantas (como milho, feijão, arroz, entre outras), animais (bovinos, suínos, aves etc.), a pesca e a produção de mel. Então, a partir de 10.000 anos atrás, por algum motivo ainda desconhecido, o clima do planeta mudou. Essa mudança fez com que os grupos humanos que já viviam aqui há milênios e que conheciam muito bem seus ambientes, as plantas e os animais com os quais conviviam, iniciassem o processo da domesticação de plantas e animais.

O papel da mulher na domesticação de plantas e animais

A princípio, possivelmente o cultivo da terra foi uma atividade praticada pelas mulheres, assim como a coleta de frutos e raízes comestíveis, de que se teria originado a agricultura, e talvez a domesticação dos animais. A caça era atividade masculina, tendo sido por muito tempo o principal meio de subsistência da comunidade. Porém, mesmo depois que a caça teve diminuída a sua importância econômica, em algumas comunidades esse fato não correspondeu ao seu declínio em prestígio social e político. Na realidade, a contribuição da caça, atividade praticada pelos homens, era opcional, enquanto que a coleta de frutos e raízes, atividade feminina, era muito mais regular. Já havia, portanto, na comunidade primitiva uma divisão natural do trabalho. As mulheres, tanto quanto os homens, asseguravam o sustento do grupo, embora cuidassem também das tarefas domésticas.

O trabalho era realizado coletivamente, tendo nele homens e mulheres uma mesma importância. A mulher não era apenas reprodutora, embora esse papel fosse importante e necessário para a própria sobrevivência da comunidade primitiva – de onde eram usuais as práticas da poligamia e da endogamia, dos casamentos entre parentes (permitidos a princípio), entre outros fatores. Tais práticas não eram, propriamente, uma opção individual, mas o resultado das condições da forma de organização econômica da sociedade, a fim de assegurar o crescimento numérico da espécie, principalmente com o início do pastoreio e da agricultura, que permitiram empregar o trabalho das crianças, ao contrário da caça, atividade dos adultos. (AQUINO; FRANCO; LOPES, 1980).

Nikolai Vavilov: O russo Nikolai Ivanovich Vavilov (1886-1943) realizou vários estudos sobre o conhecimento da distribuição geográfica, a origem e dispersão das plantas. Na primeira metade do século XX, Vavilov viajou pelos cinco continentes. Além de colher sementes de milho silvestre e cultivado, batata, grãos, forragem, frutas e outros tipos de vegetais, recompilou diversos dados sobre os lugares que visitava e sobre os idiomas e culturas de seus habitantes. Sua coleção de sementes, com aproximadamente de 200 mil espécies, foram armazenadas e semeadas em mais de 100 estações experimentais na então União Soviética.

Nos anos de 1930, **Nikolai Vavilov** decidiu estudar a fundo esse processo de domesticação de plantas e animais. Ele pensou muito e criou uma hipótese (uma ideia que precisava ser comprovada), para que uma planta seja domesticada, é preciso que existam ancestrais silvestres; logo, para descobrir onde as plantas foram domesticadas, é necessário descobrir quem são seus ancestrais silvestres e onde eles estão ainda hoje. Para testar essa ideia, ele viajou por muitos lugares do mundo e comprovou sua hipótese.

É importante destacar que ainda hoje é possível encontrar os ancestrais silvestres das plantas e animais domesticados, ou seja, aquelas que são produzidas pela agricultura. Vavilov chamou estes locais de Centros de Origem. (SMITH, 1998).

Numa dessas viagens de Vavilov pelo mundo, ele conheceu um menino chamado Jack Harlan. O pai de Harlan trabalhou nas pesquisas de Vavilov e levou seu filho. O menino cresceu pensando muito nas ideias de Vavilov e começou a estudar o assunto. Harlan percebeu que nem todas as plantas tinham um centro de origem só. Algumas espécies, como o feijão, foram domesticadas várias vezes em lugares diferentes. Ele chamou isso de Não-Centros de Origem. (HARLAN, 1995).

Desse modo, unindo as pesquisas de Vavilov e Harlan, hoje sabemos que os humanos domesticaram a maior parte das culturas agrícolas em diferentes locais, dando origem a espécies diferentes, como as abóboras (PIPERNO; EARSALL, 1998), os feijões (PIPERNO; PEARSALL, 1998) e amendoim (FREITAS et al., 2003). No entanto, algumas poucas espécies foram domesticadas em apenas um local e daí dispersadas por outras regiões, como a mandioca (CARVALHO, 2005) e o milho (DOEBLEY, 2004; MATSUOKA et al., 2002b; STALLER et al., 2006).



Hoje já é possível saber de onde vieram as plantas e animais que foram domesticados por grupos humanos e que ainda são utilizados.

No Oriente Médio, por exemplo, os ancestrais dos árabes atuais conheciam as espécies silvestres que deram origem aos figos e tâmaras; as cabras, ovelhas e gado bovino, até o trigo e cevada. Na Europa, os grupos humanos que deram origem aos alemães, franceses, gregos e italianos domesticaram espécies como as couves, os nabos, o repolho, o centeio, as uvas e as oliveiras (azeitonas). A

maior parte das espécies agrícolas da Europa foi trazida do Oriente Médio e adaptada às condições locais (ovelhas, gado bovino, trigo e cevada).

Na Ásia, os grupos humanos que deram origem aos chineses e indonésios atuais domesticaram o arroz, o taro, os citrus (laranja, limão etc.), a manga, a banana, a cebola, a cana-de-açúcar, os marrecos, os porcos, os búfalos. (HARLAN, 1995; SMITH, 1998). Na África abaixo do Saara, os grupos que deram origem aos bantos atuais adaptaram o gado bovino e domesticaram espécies para alimentação dos animais, como milho e sorgo. Já os grupos Mande, que viviam nas florestas, domesticaram o arroz africano (avermelhado), o inhame, o dendê. E nas áreas altas da África, onde hoje está o Quênia, foram domesticadas espécies muito importantes e que a maioria das pessoas que você conhece consome todos os dias: o café e a noz de cola (hoje utilizada como matéria prima para produção de alguns refrigerantes). (HARLAN, 1995; SMITH, 1998; CARNEY, 2001; MARSHALL; HILDEBRAND, 2002).

No continente americano, os grupos indígenas da região do norte do México e Califórnia domesticaram o girassol. Já os maias do México domesticaram o milho, as pimentas e alguns tipos de feijão. Na Amazônia, os grupos Tupi domesticaram a mandioca, a batata-doce, pupunha, taiá, jenipapo, alguns tipos de feijão e abóboras. Em Santa Catarina, os grupos Jê plantavam um pouco de milho, feijão e abóbora complementada com a caça, pesca e coleta de pinhão e frutas. Os grupos Guarani plantavam bastante milho, mandioca, batata-doce, feijão, abóbora, amendoim, erva mate, criavam patos e complementavam sua alimentação com caça, pesca e coleta de frutos. (SMITH, 1998; FREITAS et al., 2003; CARVALHO, 2005; DE MASI, 2006).



A produção agrícola trouxe vantagens nutricionais importantes para os grupos que domesticaram espécies silvestres. Trouxe ainda uma mudança muito importante para esses grupos, uma vez que para plantar, além de se conhecer o clima, também faz-se necessário conhecer a qualidade dos solos de uma região, o que induziu ao conhecimento empírico sobre a atividade de cultivo.

Vale observar que as espécies domesticadas eram totalmente dependentes dos humanos e precisavam de solos muito férteis. Assim, para praticar essa atividade, foi preciso que esses grupos se estabelecessem definitivamente nas regiões onde estavam esses solos, deixando de ser nômades e passando a ser sedentários. Entretanto, viver sempre no mesmo lugar e praticar uma atividade econômica como a agricultura, colocava grupos com poucas pessoas em desvantagens. (SMITH, 1998).

Para grupos de caçadores-coletores, a prática econômica implicava andar longas distâncias, viver em abrigos e dispor de quantidades variáveis de alimentos (às vezes muito, às vezes pouco). Nesse contexto, tornava-se difícil cuidar de muitas crianças, por isso os grupos humanos eram compostos de poucas pessoas, entre 25 e 40 indivíduos, que realizavam atividades parecidas.

Hoje sabemos que nos primeiros Estados do Oriente Médio as populações tinham uma expectativa de vida menor que a do período Neolítico e menor ainda que a do Paleolítico. Com o crescimento demográfico dessas populações, aumentou a mortalidade por doenças e subnutrição. Nas sociedades caçadoras e coletoras, que sobreviviam em número reduzido, mas controladas pelas condições ambientais, isso não acontecia. A contradição entre o aumento da energia disponível e a redução da qualidade de vida das populações se explica não apenas pela qualidade dessa energia, mas também pela eficiência de seu uso na produção. (GUGLIELMO, 1991, p. 60).

Com a agricultura, a quantidade de trabalho diário aumentou muito, especialmente em épocas de plantio e colheita. Vivendo em casas bem fixadas e com grande disponibilidade de alimento garantida, os grupos humanos necessitavam de muitos braços para trabalhar. Assim, o tamanho dos grupos foi aumentando sempre mais, passando de centenas para milhares, em alguns lugares do planeta. A esse processo chamamos de Revolução Neolítica, expressão criada pelo antropólogo australiano Gordon Ghide.

Para esse autor, o período Neolítico foi caracterizado pelo sedentarismo, quando os homens passaram a se dedicar periodicamente à agricultura e à criação de animais. Hoje, porém, há indícios materiais de lugares como na Síria e na Palestina, onde o aparecimento de vilarejos permanentes deu-se anteriormente à fase da agricultura. Além disso, a vida nômade e o deslocamento dos rebanhos no verão não são, por si só, reflexos de um comportamento arcaico, anterior à civilização agrícola. A migração pastoral perdurou em um grande número de países até a época atual.

Segundo Pinsky (1994), a expressão “revolução agrícola” deve-se ao enorme impacto da nova atividade na história do homem. E não se trata apenas de mera questão acadêmica, mas de algo muito real e palpável, como o próprio número de seres humanos sobre a face da Terra.

De fato, nos sistemas de caça e de coleta estabelece-se um controle demográfico resultante da limitação da oferta de alimentos. Não é por não existirem alimentos na natureza, mas porque sua obtenção torna-se extremamente mais complicada para grandes grupos. (PINSKY, 1994).

Assim, locomovendo-se menos, usando as crianças para a agricultura e não tendo limites tão rígidos no suprimento alimentar, os homens passam a se reproduzir mais, causando um crescimento demográfico notável. Os grupos já poderiam ser maiores, desde que dentro de limites estabelecidos pela fertilidade do solo, quantidade de terra disponível e estrutura organizacional da tribo. Quando o crescimento do grupo entrava em contradição com qualquer um desses fatores, ocorria a cissiparidade, procurando a tribo derivada outro local. Esse processo intenso de subdivisões e deslocamentos iria provocar uma onda de difusão da agricultura e da atividade pastoril. (PINSKY, 1994).

Desse modo, a revolução agrícola torna-se quase irresistível. Seu avanço, a partir de poucos focos difusores, atinge áreas cada vez mais extensas, cercadas por contornos marginais, como diz Darcy Ribeiro. Esses pontos vão diminuindo a ponto de se tornarem simples pontos esquecidos pelo avanço da História. (PINSKY, 1994).

O fato é que a revolução agrícola paulatinamente destrói formas de existência anteriores, e os povos que se mantêm coletores são poucos e facilmente assimiláveis às ideias da revolução, quando atingidos.

Pelos conhecimentos atuais supõe-se que a primeira atividade agrícola tenha ocorrido na região de Jericó, na Cisjordânia (hoje sob a tutela de Israel), num grande oásis junto ao mar Morto, há cerca de 10 mil anos. A crença no Egito como berço da agricultura já não tem tantos seguidores. A dificuldade em estabelecer uma certeza a esse respeito decorre da inexistência de documentação indiscutível: os trigais desapareceram com o tempo. Só por meio de comprovações indiretas – ruínas arqueológicas de silos, onde os cereais são armazenados é que se pode tentar datar o início de uma atividade agrícola sistemática. (PINSKY, 1994).

Cabe destacar que no período Neolítico sobrava mais tempo ao homem para desenvolver outras atividades, impossíveis de fazer quando se preocupavam apenas com a procura de uma caça ou com a coleta de alimentos, práticas mais comuns na época Paleolítica. Nesse sentido, nossos ancestrais, além de otimizar seu tempo, presenciaram também o aumento populacional decorrente, principalmente, do desenvolvimento agrícola e pastoril.

Com esse aumento populacional, os grupos começaram a se diferenciar internamente. Assim, passaram a existir:

- os agricultores, que plantavam e cuidavam de animais;
- os artesãos, que manufacturavam recursos naturais, transformando-

- os em roupas, calçados, ferramentas, armas, entre outras coisas;
- os guerreiros, que cuidavam da segurança das colheitas, dos animais e dos demais recursos naturais (água, minérios, terra) de que o grupo necessitava para viver;
- os governantes e sacerdotes, que definiam as estratégias agrícolas, ou seja, a hora certa de plantar, onde plantar, quanto plantar.

O certo é que sedentarização, polimento da pedra, cerâmica não são critérios que permitem dizer que uma população pertenceu ao período Neolítico. A questão central é que, sem abandonar completamente a prática da caça ou a da coleta, o homem modificou suas relações com o ambiente que o cercava. Seja com a domesticação dos animais, seja com a reprodução de plantas úteis, esse hábil manipulador da natureza deixou de ser unicamente predador para se tornar produtor e prover com novas técnicas uma parte substancial de suas necessidades para sobreviver.

Assim, o período Neolítico foi um longo processo estabelecido em muitos séculos ou milênios. Hoje é de conhecimento que essa fase não se originou unicamente no Oriente Médio, tendo muitos focos, independentes uns dos outros, e tributários de sua relação com o meio natural. O cão, por exemplo, parece ter sido domesticado de maneira generalizada em todas as partes do planeta, muitas vezes antes da neolitização propriamente dita.

Nessa linha de raciocínio, podemos questionar se o homem aprendeu antes a plantar, a domesticar os animais e criá-los, ou ambas as atividades surgiram de maneira simultânea? Pinsky (1994) é um dos historiadores que acredita ter a agricultura precedida à criação. Para isso, ele alega que há tribos de agricultores as quais não possuem animais domésticos, bem como há registro de grupos que aliavam a agricultura à caça, enquanto não se tem notícia de criadores que desconhecem a atividade agrícola.

Nesse contexto, a economia simples de produção de alimentos provocou grande transformação nos grupos humanos, e pela primeira vez ocorreu um excedente a ser armazenado. Isso não decorreu da vontade manifesta dos membros do grupo ou de algum sentimento de usura, mas da própria realidade ditada pela natureza: os grãos produzidos ficavam maduros de uma só vez, numa certa época e não ao longo do ano. Entretanto, deveriam ser consumidos lentamente, em refeições distribuídas pelo ano todo. Além disso, parte da colheita serviria de semente na próxima semeadura. Assim, o grupo precisou mudar sua atitude com relação ao alimento: começou a planejar e a poupar; começou também a construir silos, depósitos adequados para armazenamento dos grãos. (PINSKY, 1994).

Por isso, há um entendimento porque o desenvolvimento da agricultura provocou também o surgimento paulatino do conceito de propriedade e a diferenciação social baseada na posse. Esse conceito levou à necessidade de definir lotes e áreas, contar rebanhos, medir a produção agrícola, registrar dívidas. Diante de tais necessidades, surgiu a escrita há aproximadamente 4.000 anos na Ásia, no Oriente Médio e na América Central. Então, deu-se início ao processo de globalização.



Mas o que é globalização?

A globalização é a difusão de produtos e culturas características de uma região para todas as outras partes do mundo. Na década de 1990, escutamos falar muito de globalização devido à internet, que levou a comunicação instantânea para todas as partes do mundo, revolucionando a capacidade das pessoas de conhecerem o planeta.

No entanto, a primeira globalização aconteceu na época do estabelecimento da agricultura como a principal atividade econômica dos grupos humanos. Com a sedentarização e o aumento populacional, foi possível produzir muitos alimentos, e tudo aquilo que não era consumido passou a chamar-se excedente de produção. O excedente poderia ser comercializado, o que levou ao surgimento de uma nova classe de comerciantes, além dos agricultores, artesãos, guerreiros e governantes.

O comércio também é, portanto, uma atividade econômica antiga. Na época do surgimento da escrita, foi estabelecido intenso comércio em diversas partes do mundo, a saber:

- no Mediterrâneo, azeite de oliva e vinhos produzidos na Grécia e em Portugal eram levados para outras regiões, em barcos construídos por Fenícios (atual Líbano);
- no leste da África, barcos a vela levavam café, sorgo e gado para a Índia e traziam arroz e outros produtos;
- nas Américas, a mandioca amazônica foi levada para a América Central, o milho foi levado do México, para todas as partes do continente.

Junto com este comércio de produtos agrícolas também eram negociados diversos minérios, produtos manufaturados (roupas, joias, tecidos etc.), alianças militares, casamentos e muitas outras coisas.

1.2 A Revolução Neolítica e as civilizações antigas

Na neolitização, o processo de distanciamento entre o homem e a Natureza tomou impulso decisivo com a domesticação de plantas e animais, permitindo a produção e estocagem de alimentos. Houve, nesse período, a divisão social do trabalho que, intensificando-se, deu origem à estratificação social e às primeiras formas de Estado. (GUGLIELMO, 1991, p. 71).

Para Pinsky (1994), a sociedade neolítica estabelecia divisão de tarefas e não de trabalho, a chefia, por exemplo, era um ônus e não privilégio, pois não havia extração de mais-valia. Mas, entre os iguais, os homens se tornaram um pouco mais-iguais que as mulheres. Isso mostra que se forjou a ideia de que o homem era o principal produtor, diferentemente das sociedades agrícolas, em que a mulher era quem semeava, colhia e preparava os alimentos, ficando os homens fora da produção direta. Assim, por meio de mitos, ritos e instituições elas estabeleceram seu poder virtualmente ameaçado.

A difusão cultural do Neolítico não foi homogênea. Houve tanto um processo de difusão cultural quanto de reelaboração independente, de distintos modos de produção em condições ambientais específicas. As diversas tecnologias aplicadas ao meio ambiente respeitaram os limites máximos de obtenção de energia de cada ecossistema humano. (GUGLIELMO, 1991, p. 71).

Nesse sentido, independência econômica não pode ser confundida com isolamento. Contatos entre tribos neolíticas deveriam ser frequentes e até amistosos. Encontros de pastores nos pastos e de agricultores nos oásis ocorreram muito, sem, contudo, transformarem em integração política. Trocas eventuais de produtos excedentes não alteram a estrutura dos grupos. Por isso, não se pode falar em uma cultura neolítica comum a todos os povos do período. Cada grupo, a partir do número de seus membros, condições geoclimáticas, fauna e flora naturais, matéria-prima disponível, além de outros fatores, estabelecia sua especificidade cultural concretamente construída. Sua diversidade era tão grande quanto a variedade dos territórios ocupados. (PINSKY, 1994).

Cabe destacar também, nesse período histórico, a invenção da cerâmica que proporcionou melhoria na qualidade da alimentação do homem neolítico, embora essa não seja uma característica exclusiva do Neolítico, pois há lugares, como Oriente Médio e Peru, onde a cerâmica foi uma atividade mais tardia que a agricultura e a criação de animais. Mesmo assim, com potes de cerâmica era possível armazenar alimentos, ou cozinhá-los misturados, aproveitando melhor suas qualidades nutricionais. Também nesse período é provável o início da construção de casas de barro, junco ou madeira, conforme a região onde se encontravam estes recursos naturais.

No entanto, não se pode afirmar que a evolução social da sociedade se deva a apenas um fator isolado. Uma conjugação de fatores – pressão demográfica, disponibilidade de recursos naturais, inovações tecnológicas etc. – determina, em última análise, as transformações necessariamente na elevação dos padrões de bem-estar das sociedades envolvidas, mesmo que tecnologicamente mais avançadas ou socialmente mais complexas. (GUGLIELMO, 1991, p. 71).

Sob as condições favoráveis, a agricultura de irrigação permitiu obter mais energia em relação à energia empregada no processo produtivo. Grande quantidade de trabalho extra, no entanto, era empregada na construção e manutenção dos sistemas de irrigação, o que não permitia aos produtores utilizarem sua tecnologia para trabalhar menos.



Qualquer tecnologia deve ser avaliada com base na relação que estabelece com um ambiente específico. Mas quando o equilíbrio entre o número de habitantes e os recursos energéticos é rompido, a produção decresce, e os danos, irreversíveis ao meio ambiente, sem dúvida, prejudicam a própria cultura humana do hábitat. (GUGLIELMO, 1991).

Cumprir dizer também que os modos de produção se distinguem pela tecnologia aplicada ao ambiente na obtenção da energia necessária à vida social. O modo pelo qual as tarefas sociais são coordenadas depende da satisfação das necessidades e interesses da classe que detém o poder econômico e político. (GUGLIELMO, 1991).

Isso ocorre, em virtude de a natureza ter sido dominada pelos humanos como grupo, e não enquanto indivíduos isolados. Assim, o poder que sentimos enquanto reis dos animais nos dá a falsa sensação de que cada um de nós é capaz de perpetrar as proezas que apenas alguns conseguem realizar. (PINSKY, 1994).

Podemos relacionar três aspectos importantes que perpassam os períodos paleolítico e neolítico, quais sejam:

- a. A imagem de caçadores pré-históricos subnutridos, lutando contra as intempéries e doenças, não tem base real de sustentação.
- b. É inegável que sistemas energéticos mais eficientes resultam em constante crescimento dos núcleos populacionais humanos.
- c. Não se pode afirmar que existem ou existiram sociedades humanas culturalmente inferiores. Todas as culturas exibem farta produção cultural, embora com modos distintos de produção. (GUGLIELMO, 1991).

Nesse contexto, com o surgimento da agricultura, as comunidades humanas se fixaram nas regiões com solos mais férteis. Essas regiões ficavam às margens de grandes rios, os quais formavam planícies inundáveis. Foi aí, justamente, que nasceram as primeiras civilizações.



Mas quais podem ser os fatores de tais inovações civilizatórias, no caso, a agrícola?

Para Childe, a redução na incidência das chuvas, ao menos na Europa Ocidental e no Oriente Médio, tornou a vida mais precária e instigou a busca de novos meios de subsistência. Outros, como o arqueólogo inglês Robert John Braidwood, argumentam que a causa se encontraria em um conjunto de condições favoráveis, que permitiu a passagem da coleta à agricultura e da caça à criação de animais. (GARANGER, 1992).

É importante ressaltar que o termo “civilização” não é um elogio e pré-civilizado, não pode ser tomado como ofensa. O certo é que sem cidades não há civilização. As grandes descobertas e invenções do Neolítico seriam apenas comodidades, se não provocassem, por meio da urbanização, uma significativa mudança socioeconômica. A roda, a metalurgia, o carro de boi, o animal de tração, o barco, a vela, tiveram seu caráter transformador por se integrarem a uma nova organização social propiciada pela urbanização. (PINSKY, 1994).

Crescente Fértil: É um termo referente a uma região que compreende os atuais Estados de Israel, Jordânia, Líbano e partes das regiões da Síria, Iraque, Egito, Turquia e Irã. Essa área estende-se das planícies aluviais do Nilo, continuando pela margem leste do Mediterrâneo, em torno do norte do deserto sírio e pela Península Arábica e da Mesopotâmia, até o Golfo Pérsico. Na antiguidade, eram territórios de intensa produção agrícola, pertencentes às civilizações do Egito e da Mesopotâmia. Seu formato era de uma lua crescente, daí o termo “Crescente Fértil”.

Nas inúmeras aldeias espalhadas pelo **Crescente Fértil** não havia necessidade de levar os inventos e as descobertas até sua utilização máxima. Já no sul da Mesopotâmia e do Egito tudo foi utilizado para que o homem pudesse enfrentar e dominar a Natureza. (PINSKY, 1994).

Diante desse contexto, a cidade do neolítico não pode ser vista como mero produto de determinado grau de desenvolvimento das técnicas e do conhecimento humano, em geral. Ela também impele a espécie humana a crescer. Por isso, a cidade é populosa, entre 10 e 35 mil habitantes era comum. Portanto, enquanto a revolução agrícola ocorreu em grande parte de forma espontânea, a revolução urbana desenvolveu-se mais pela difusão. (PINSKY, 1994).

Assim, nas civilizações antigas, o trabalho coletivo era regulado pelo governo. Esses governos englobavam características políticas e religiosas. Trata-se de

monarquias teocráticas, visto que o soberano era considerado um deus ou um representante dos deuses. Nesse tipo de monarquia, as pessoas não eram escravas, mas viviam em um regime de servidão coletiva.

Conforme Guglielmo (1991), sistemas políticos e econômicos resultam, em grande parte, de formas coercitivas de apropriação dos excedentes de produção, que superam as formas igualitárias de distribuição. A natureza do poder se associa, portanto, ao domínio da energia pelo controle de ferramentas, máquinas e técnicas, para aplicá-las às necessidades individuais ou coletivas.

1.3 As civilizações orientais do regadio ou hidráulicas

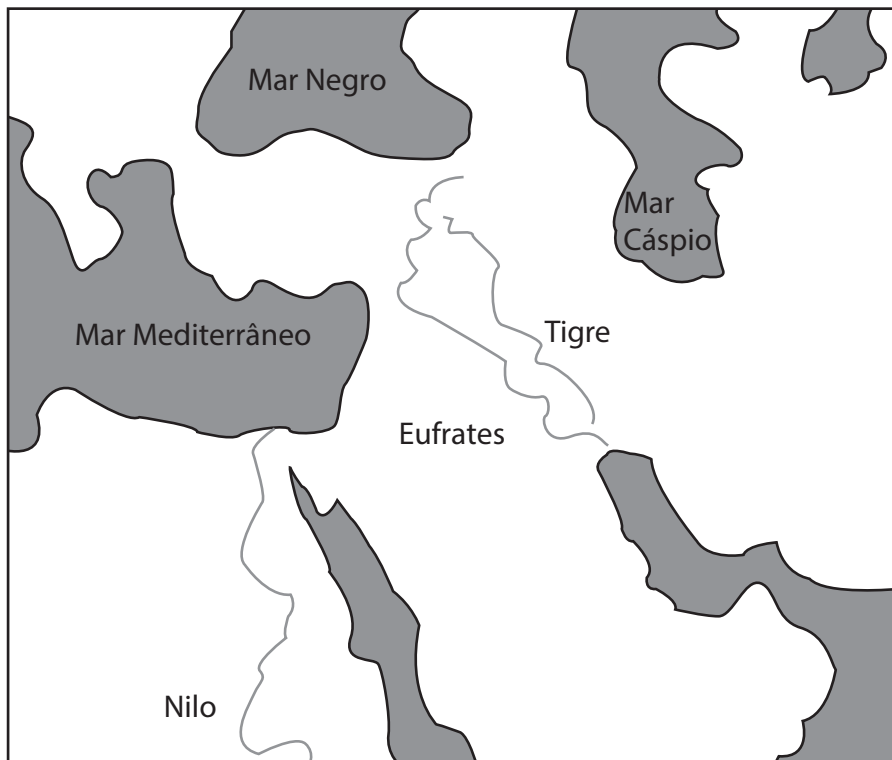
As primeiras civilizações surgiram às margens de grandes rios, localizados em planícies que eram inundadas nas épocas de cheias anuais. Depois da inundação, as planícies ficavam muito férteis e permitiam plantios agrícolas bastante produtivos. Os principais rios onde se estabeleceram tais civilizações foram os rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia (atual Irã e Iraque); o rio Nilo, no Egito; os rios Ganges e Indo, na Índia; e o rio Amarelo, na China. (HUBERMANN, 1981; HUNT; SHERMAN, 2000).

A atividade agrícola decorria de um trabalho de grupo que exigia estoques de alimento para liberar muitos indivíduos para a tarefa coletiva, pois esses, enquanto realizavam tais obras, não produziam diretamente seus alimentos. Quanto maior o pedaço de terra a ser resgatado ao caos, maior o número de trabalhadores será serem requisitados e mais comida tinha que ser colocada à disposição deles. (PINSKY, 1994).

Nesse contexto, a figura do rei ou dirigente era fundamental para manter em seu nome a unidade territorial em prol da coletividade. No entanto, na antiga Grécia e em Roma, a posse da propriedade cabia aos cidadãos, o que torna a situação um pouco diferente da realidade vivida pelas civilizações orientais. Isso, certamente, forçou os gregos, por exemplo, a criarem colônias em lugares mais distantes, chegando, inclusive, a estabelecer a civilização cartaginesa no norte da África.

Ressaltamos também que a configuração da propriedade passou por profundas modificações ao longo de sua evolução histórica, representada primeiramente pelo entendimento desse instituto nas regras jurídicas do Direito Romano e, posteriormente, no do Direito Medieval, Direito Moderno, marcado pelas transformações decorrentes da Revolução Francesa de 1789, e do Direito Contemporâneo, caracterizado por um novo sistema constitucional voltado para a realização da Justiça Social.

Figura 3.1- As primeiras civilizações



Fonte: Adaptado de Histórianet (2014).

Como foi exposto anteriormente, notamos que o conceito de propriedade privada ou individual está marcado pela herança que perpassou o Direito Romano e o da Idade Média Ocidental, como forma absoluta do direito de usar e abusar da coisa possuída, codificadas nas leis romanas, o que não se enquadra na realidade oriental dessa época. Assim, ao não encontrar este conceito nas sociedades orientais, colocamos em dúvida o fato de terem essas civilizações conhecido tal tipo de propriedade. Desse modo, o conceito de servidão coletiva não segmenta a sociedade em apenas três categorias possíveis de trabalhadores: livres, servos e escravos, uma vez que há implicações maiores e diferentes no que tange as civilizações orientais. (CARDOSO, 1984).



É lógico que a produção do excedente trouxe consigo a noção de propriedade privada, engendrando as desigualdades sociais perante um Estado coercitivo. Isto implicou, também, o aparecimento da família como uma unidade de organização da economia. A descendência passou a se fazer pelo lado paterno, para garantir o direito dos filhos à herança. Entretanto, esse contexto fica mais claro e objetivo nas sociedades ocidentais, como a Grega e a Romana, que são posteriores às civilizações orientais.

Nossa preocupação neste momento é com as civilizações orientais, onde os governantes eram considerados deuses ou representantes dos deuses. Por isso, eram os donos de todas as terras, que emprestavam à população para a produção de alimentos, roupas, utensílios (talheres, panelas de cerâmica, armas etc.), calçados e todas as outras necessidades. Em troca, sempre que havia necessidade de realizar alguma grande obra, as famílias deveriam trabalhar. Isso acontecia de forma compulsória.

O trabalho compulsório, como é chamado por Cardoso (1984), define-se como aquele tipo de atividade para o qual o trabalhador tiver sido recrutado sem seu consentimento voluntário; e/ou do qual não se puder retirar se assim o desejar, sem ficar sujeito à possibilidade de uma punição. Então, esse tipo de trabalho não se restringe apenas à escravidão de qualquer tipo, pois em muitas dessas civilizações, onde se instalou tal forma de trabalho, após o término das construções para o qual foi recrutado, o trabalhador tinha o direito de retornar ao lugar de origem e viver como antes na comunidade do qual fazia parte. É bem verdade que isso só valia para aqueles que conseguiam sobreviver às adversidades do trabalho.

Dessa forma, em todos esses lugares, o ritmo das cheias anuais implicava um grande volume de trabalho coletivo. Era necessário construir e manter diques, barragens, canais e reservatórios, os quais permitiam a irrigação das áreas de cultivo. Esse trabalho coletivo beneficiava a todos. No entanto, nem todos trabalhavam.

Cabe lembrar que, com o aumento populacional, ocorreu a diferenciação social e surgiram as classes dos agricultores, artesãos, guerreiros, comerciantes e governantes. Isso fica mais evidente no mundo ocidental, pois no oriental temos as figuras místicas dos reis e suas culturas e religiões peculiares, principalmente na Mesopotâmia e no Egito. Nesses lugares, a ideia de indivíduo foi superada pela noção de grupo, o que o tornava membro ou parte do coletivo, sem individualismos. Portanto, não havia autonomia vinculada ao ofício, como foi o caso do estado faraônico, por exemplo, onde o faraó era a ordem (“cosmos”) em torno do qual se organizava a sociedade egípcia, como forma de se evitar a desordem (“caos”). Em poucas palavras, este (faraó) representava a soma das partes.

Nas civilizações egípcia e mesopotâmica, por exemplo, onde ocorre a divisão social do trabalho, o indivíduo tinha que fazer parte do grupo maior, elemento da engrenagem que era: o grupo dependia dele e ele dependia do grupo. Assim, colocar-se à margem da comunidade era colocar-se à margem da terra resgatada aos pântanos e da água canalizada. Essas sociedades premiavam o membro que demonstrava bom comportamento e punia aquele que falhava, por meio de sanções que o condenavam a viver fora da estrutura de produção. Quando o

líder exigia o trabalho de alguém, fazia-o em nome do grupo, que o apoiava: a solidariedade social podia ser imposta. (PINSKY, 1994).



Os responsáveis pelo trabalho nas obras de irrigação eram os agricultores. Sempre que havia necessidade de realizar alguma obra, alguns representantes de cada família eram convocados compulsoriamente e levados pelos guerreiros para as áreas de trabalho. Não havia alternativa: cada família de agricultores era obrigada a ceder alguns de seus membros para os trabalhos. Esse era o regime de servidão coletiva. (HUBERMANN, 1981; HUNT e SHERMAN, 2000).

O modo de produção baseado no regime de servidão coletiva substituiu o regime igualitário que predominava na Pré-História. Nesse regime, os meios de produção, ou seja, os bens que permitiam criar riquezas (como a terra, as ferramentas agrícolas, as sementes etc.) pertenciam apenas ao governante. Já as outras pessoas utilizavam esses bens sob a condição de prestar trabalhos coletivos sempre que solicitado. No entanto, apenas alguns representantes de cada família trabalhavam. Isso ocorria porque era importante não comprometer a produção agrícola.

Esse modo de produção foi comum nas civilizações mesopotâmica, egípcia e chinesa, também chamadas de civilizações do regadio ou de civilizações hidráulicas, conforme veremos na sequência.

Mesopotâmia

A Mesopotâmia era uma região densamente povoada, e composta de várias Cidades-Estados, ou seja, cidades com suas áreas agrícolas, em geral cercadas e protegidas por guerreiros. Apesar de serem compostas por apenas uma cidade, as Cidades-Estados funcionavam como estados independentes, cada uma com seu governante.

Algumas das Cidades-Estado da Mesopotâmia, surgidas há mais de 4.000 anos, são Lagash, Assur, Babilônia, entre outras. Seus principais produtos agrícolas eram o trigo e a cevada, as cabras, as aves, o gado bovino e os cavalos, além da pesca. Esses produtos eram processados e, com eles, produzia-se artesanalmente cerveja, e, mais, vinho de tâmara, móveis, cestos e esteiras, óleos, tecidos, queijo e outros produtos, todos comercializados.

As cheias dos rios Tigres e Eufrates eram violentas e devastadoras. Por isso, houve grande necessidade de sistematização das áreas agrícolas, com a construção de diques, barragens e vertedouros, além de canais para irrigar a produção.

Nessa região, além da necessidade de produção agrícola, vários outros fatores levaram a população a se organizar em Cidades-Estados, tais como: a presença

de populações hostis, que tentavam invadir as cidades e áreas de cultivo; e a necessidade de importar matérias-primas diversas (madeira, rochas, metais etc.), o que levou à produção de excedentes para o comércio.



O sistema econômico das Cidades-Estado era baseado na solicitação de trabalho e excedentes agrícolas para as famílias de agricultores.

O trabalho e os excedentes obtidos permitiam a existência de toda uma população urbana (artesãos, militares, comerciantes, sacerdotes, entre outros.) que não trabalhava na agricultura. Assim, o sistema econômico da Mesopotâmia era centralizado nos templos e palácios, onde viviam a família real, os chefes militares e os altos sacerdotes. Vale observar que esse sistema econômico era composto pelas terras, rebanhos, barcos, granjas, estábulos, celeiros e oficinas. Foi nesse sistema, composto por uma multidão de homens livres os quais prestavam trabalho compulsório, que surgiu a monetarização, ou seja, a moeda.

Na Mesopotâmia, foi adotado o conceito de moeda como um bem que serve de medida de valor e como instrumento de troca. Inicialmente, a moeda era a cevada (de onde se produz a cerveja). Depois, metais como ouro e prata começaram a ser utilizados como moeda. Com o surgimento da moeda, desenvolveram-se também os bancos, que emprestavam dinheiro às pessoas e cobravam juros. Diante dessa intensa atividade econômica, a escrita era uma ferramenta importante na Mesopotâmia. Como não dispunham de papel, usavam discos de argila para registrar seu comércio e sua história. (HUBERMANN, 1981). Essa escrita foi chamada de Escrita Cuneiforme.

Figura 3.2- Escrita cuneiforme



Fonte: Gomes (2011).

A escrita inventada pelos sumérios, uma das civilizações mesopotâmicas, foi utilizada até a era cristã e difundida em diversas regiões do Médio Oriente. Originalmente pictográficos, os cuneiformes evoluíram para ideogramas e, posteriormente, para escrita silábica. Os sinais eram feitos por meio da pressão de estiletos ou cunhas sobre argila úmida, que depois era exposta ao sol para secagem.

Egito

A civilização egípcia se desenvolveu ao longo do rio Nilo. As cheias desse rio são regulares e pouco destruidoras. Fertilizam aproximadamente uma faixa de 20 km em cada margem do rio. Nos últimos 150 km, o rio Nilo se abre em braços, formando canais naturais e mangues: é o Delta do Nilo. Os principais produtos dessa região eram o trigo, a cevada, frutas, papiro (para fazer papel), linho, verduras e legumes. Também havia a criação de ovelhas, cabras e porcos, assim como patos, gansos, pombos e codornas.

O Egito era protegido das ameaças externas pelo deserto. Foi organizado, há mais de 4.000 anos, na forma de Império unificado, com algumas cidades importantes, como Tebas, Mênfis e Tânis. O comércio não era muito forte. Seu artesanato não era comercializado, e toda a produção era consumida no próprio Egito pela família real e altos funcionários da administração. O Egito dispunha de fontes das matérias-primas para as principais necessidades (madeira, rochas, metais etc.). A economia egípcia nunca se monetizou, havendo troca de produtos. No caso de funcionários urbanos, eles também recebiam produtos como pagamento por seu trabalho.

Figura 3.3 - Civilização Egípcia



Fonte: História do mundo (2014a).

Diante disso, o trabalho compulsório de membros das famílias de agricultores era utilizado para a construção de canais de irrigação e para a construção das cidades e pirâmides.

China

A China é uma civilização milenar que acumula mais de 4000 anos de História. Às margens do Rio Huang Ho, a Civilização Chinesa desenvolveu-se. Por volta de 5000 a.C., os chineses já praticavam a agricultura e domesticavam carneiros, porcos, bois e cachorros. Nessa civilização, a domesticação de plantas, como o arroz, levou à fixação das comunidades humanas em pequenas vilas ao longo dos rios. As famílias extensas trabalhavam de forma comunal. Aos poucos, as diversas regiões da atual China foram sendo unificadas em cinco grandes reinos, processo que ocorreu há 4.000 anos.

Ao longo dos séculos, esses reinos empreenderam guerras, anexando vizinhos ou sendo anexados por eles. O controle do território era centralizado e dividido entre os governadores. Seus principais produtos eram agrícolas, mas não eram o centro da atividade comercial. As porcelanas, os tecidos, como a seda, as joias, os tapetes, os chás e temperos, consistiam no centro do comércio chinês. Na Idade Antiga, os barcos chineses praticavam comércio no Oceano Índico, levando produtos chineses para a Índia e para a costa leste da África.

1.4 As civilizações clássicas (ocidentais) e escravistas

O modo de produção escravista surgiu na Grécia clássica e, posteriormente, foi dominado pelo império romano e assim assimilado. Nessas civilizações, a elite era formada por pessoas nativas da região, os chamados cidadãos, que não trabalhavam em atividades braçais, tarefa que cabia somente aos escravos. Para isso, esses últimos recebiam em troca de seu trabalho apenas alimentos, vestuário e moradia. Eram concebidos como meras ferramentas de trabalho e compunham mais da metade da população.

Dessa forma, o trabalho passou a ser uma exclusividade dos escravos, bem como dos pequenos camponeses. Então, fica evidente a importância que o trabalho escravo tinha para esses povos, já que ele se tornou a base de suas economias.

Para gregos e romanos, a economia era uma pequena parte de sua existência, suprida pelo trabalho dos escravos. O centro da vida de gregos e romanos era a busca da felicidade. A honra (a admiração do próximo), o convívio familiar e o convívio em sociedade eram mais importantes do que o prazer carnal.

Grécia

A Grécia também era formada por *poleis* ou Cidades-Estados independentes, nas margens do mar Mediterrâneo. Havia poucas terras férteis e o relevo era bastante acidentado, o que dificultava a prática agrícola. A existência de inúmeros portos naturais favoreceu sua orientação econômica, voltada para a navegação e o comércio exterior. Seus principais produtos agrícolas eram trigo, cevada e azeitonas, bem como gado bovino. Das azeitonas faziam o azeite de oliva, também havia a produção de vinho, seus produtos principais de comércio.

Inicialmente, as Cidades-Estados gregas eram bastante distintas entre si. Praticavam agricultura simples, com introdução do gado bovino e do trigo e cevada, bem como uvas e oliveiras. Esses produtos estavam ao encargo de famílias extensas, denominadas *genos*. Não existia o conceito de propriedade particular. Nesse período, houve crescimento demográfico (período arcaico).

Depois, o comércio passou a ser a atividade mais importante. Os navios gregos levavam o azeite e vinho em recipientes de cerâmica para distribuir nos locais mais distantes do Mediterrâneo e traziam de volta gêneros alimentícios (trigo, peixe seco, carne salgada, e outros) e matérias-primas (ouro, cobre, ferro, madeiras, marfim, peles, linho etc).



Nas *poleis* gregas, o cidadão era frequentemente confundido com a própria cidade. O fundamento da cidadania era a riqueza proveniente da terra.

Nesta época (há 2.500 anos), denominada Período Clássico, a escravidão era a forma de trabalho padrão. A escravidão grega podia ocorrer por nascimento, por condenação judicial, dívidas ou guerra. A guerra, no entanto, era a principal fonte de escravos. Esses indivíduos faziam todos os trabalhos braçais, seja na agricultura, seja no artesanato ou comércio, além dos serviços domésticos. Isso levou a um grande atraso tecnológico na Grécia.

Por se tratar de uma mercadoria, digamos “especial”, em Atenas, ficava sempre a cargo do dono do escravo aplicar com maior ou menor rigor a lei, no que se refere ao tratamento no trabalho. Muitos escravos, por exemplo, exerciam a profissão fora da casa de seu senhor, dando-lhe parte do produto de seu trabalho. (FLORENZANO, 1986).

A maior parte dos escravos encontrava-se nas cidades, onde executavam toda sorte de serviço, de funcionário público a perfumista, de entalhador de mármore a doméstico. Não existia um trabalho que fosse especificamente

escravo, realizavam de tudo, ao lado de trabalhadores livres, cidadãos ou metecos (estrangeiros livres). Quando conseguia a liberdade (alforria) tornava-se automaticamente um meteco (rara vez um cidadão). (FLORENZANO, 1986).

O escravo é comparado a um instrumento animado da produção. Como tal ele não é parte integrante da sociedade dos homens, ele está fora do quadro da cidade grega. A extensão da escravidão aparece como o único meio de desenvolver as forças produtivas. (FLORENZANO, 1986). Ao cidadão ou homem da cidade cabe pensar o “viver junto” ou se ater à organização política da *polis*.

Conforme podemos observar, em Atenas, a noção de democracia estava alinhada à escravidão, e a noção de cidadão, com a de escravo. Assim, o período clássico é a época em que se cristalizam as diferenças sociais.

Ainda que se constate a existência de um grande número de escravos homens, as escravas eram mais numerosas. Elas ocupavam-se principalmente das lides domésticas: moagem dos grãos, cozinha, lavagem dos tecidos e roupas, limpeza, atendimento aos seus senhores e principalmente a fiação e a tecelagem. Os escravos homem também tinham afazeres domésticos, como atender nos banquetes, servindo os vinhos, cortando as carnes; mas trabalhavam igualmente nos campos. (FLORENZANO, 1986).

É importante observar que o desenvolvimento da Cidade-Estado Esparta se constituiu em um caso à parte no conjunto das *poleis* gregas. Nessa não se desenvolveu a escravidão, no sentido do escravo-mercadoria. O sustento da elite espartana (esparciatas) dependia da conquista militar de terras e da redução à servidão dos seus habitantes, a condição de hilotas. Assim, o “hilotismo” foi um regime de trabalho que se situava entre a liberdade e a escravidão. (FLORENZANO, 1986).

O pensamento grego desprezava o trabalho material produtivo e a atividade comercial. Nenhum cidadão poderia possuir mais de quatro lotes de terra, por exemplo. Além disso, havia uma visão negativa dos cidadãos gregos sobre o trabalho manual. Por isso, “se o Estado [grego] levava em conta os interesses econômicos de seus membros, era unicamente enquanto consumidores e não produtores.” (FLORENZANO, 1986, p. 48).

O que vale é que as rédeas da sociedade sempre estiveram em mãos dos donos de terras e que esses tomavam as decisões em seu interesse. Desse modo, a civilização grega permaneceu enraizada no solo, mesmo para as comunidades

mais urbanizadas, como Atenas, Corinto e Mileto. O comércio e a manufatura não chegaram a alcançar uma posição predominante na estrutura sociopolítica. Nesse sentido, a moeda cumpria entre os gregos também um papel político, ligado ao desenvolvimento da *polis*, como um emblema cívico. A moeda funcionava simplesmente como instrumento de troca, sem jamais ser um elemento da reprodução do capital. A mentalidade dominante era aquisitiva, porém, não produtiva. (FLORENZANO, 1986).

No período Helenístico, houve uma tentativa de unificação das cidades gregas por Alexandre, o Grande (Macedônia). Esse evento, apesar de não alcançar a unificação política, conseguiu a unificação cultural grega, além de favorecer fortemente o comércio. A unificação grega deu início ao processo de especialização produtiva regional, em que cada parte do império se especializava na produção de um produto específico, o qual depois era distribuído para as outras áreas.

Roma

Na Antiguidade, o Império Romano promoveu uma unificação político-econômica do sul da Europa, norte da África e Oriente Médio. Influenciada fortemente pelo helenismo, a cultura romana se espalhou e, junto com ela, um modo de produzir riquezas, o qual acabou influenciando todo o ocidente (Europa, África do Norte e Américas) até os dias atuais.

Nessa mesma época, Roma era uma Cidade-Estado como tantas outras na região do Mediterrâneo. Estava localizada no interior da península itálica, em um vau (passagem rasa) do rio Tibre. Esse rio era importante rota de comércio entre o norte e o sul da península. Inicialmente, vivam aí pequenas e médias famílias que praticavam agricultura (trigo, cevada, uvas, gado bovino). Predominavam os trabalhadores livres que prestavam serviço militar em épocas de necessidade. (HUBERMANN, 1981; HUNT; SHERMAN, 2000).

Figura 3.4 - Império Romano em 117



Fonte: História do mundo (2014b).

Os trabalhadores começaram a explorar jazidas de sal existentes na região. O sal era um produto muito importante para conservação dos alimentos, principalmente carnes. Esse produto passou a ser comercializado com outras regiões da península. Era tão importante que passou a ser usado como unidade padrão para trocas.



Foi do uso do sal como padrão de trocas na Roma Antiga que surgiram as palavras “salário” e “assalariado”.

Com a riqueza trazida pelo comércio do sal, Roma montou um pequeno exército e começou a conquistar as Cidades-Estados vizinhas. Formou um território do qual era a capital, sem sofrer grandes transformações econômicas. A única transformação significativa foi a crescente monetarização, onde o sal foi dando lugar a barras de bronze e, depois, a moedas de prata cunhadas há 2.300 anos.

Contudo, quando os romanos conquistaram algumas Cidades-Estados gregas existentes na península itálica e tiveram contato com a cultura helenística, ocorreu uma transformação radical. Os romanos descobriram o lucrativo comércio marítimo do Mediterrâneo, que era disputado há séculos pelas Cidades-Estados gregas e Cartago (norte da África). Aos poucos, foram conquistando diversos portos importantes ao longo do Mediterrâneo, como a Gália (atual França), a península Ibérica (atuais Portugal e Espanha), as Ilhas Gregas, a Macedônia e Ásia Menor (atuais Grécia e Turquia), a Palestina (atual Israel, Palestina, Líbano),

o Egito e o norte da África (atuais Marrocos e Tunísia). Apenas Cartago não foi conquistada.



Todas essas conquistas militares provocaram fortes modificações na economia romana. Um grande afluxo de capitais, saques, impostos, indenizações impostas aos conquistados, bem como a exploração de jazidas minerais e o comércio de produtos de cada uma destas regiões, transformaram Roma no maior centro financeiro da Europa e África.

Surgiram bancos públicos e privados. Para explorar os recursos econômicos das províncias conquistadas, foram criadas sociedades por ações. (HUBERMANN, 1981; HUNT; SHERMAN, 2000).

Nas regiões conquistadas, os romanos estabeleciam um governo (administradores e militares) e controlavam o comércio. Mas mantinham a aristocracia dominante, as práticas agrícolas, os costumes e a religião local sobre os quais eram cobrados tributos. A dominação romana trouxe obras de infraestrutura, como estradas, pontes, moinhos, entre outras, para as regiões conquistadas.

Vale observar que a integração entre as províncias e a influência do Helenismo levou os romanos a organizar produtivamente o território por meio da especialização produtiva regional ou divisão internacional do trabalho. As províncias romanas tinham uma produção específica, distribuída a todas as outras regiões. Assim, o trigo era produzido pela Sicília, Egito e Norte da África; o vinho e o azeite eram produzidos pelas penínsulas Itálicas e Gregas; os minérios, pela península Ibérica; o gado pela península itálica e Ásia Menor; a madeira, pela Ásia Menor; e os manufaturados, pela Gália e Síria. Esse sistema promoveu grande crescimento econômico, uma vez que as diferentes regiões não competiam entre si. Essa especialização na produção nas regiões conquistadas por Roma favorecia ainda o comércio, responsável pela distribuição da produção.

A escravidão passou a ser a forma de trabalho padrão em todas as províncias romanas por mais de duzentos anos. A cidade era o universo romano. Apesar de a riqueza derivar das atividades agrícolas e comerciais, a maior parte dessas atividades era desempenhada por escravos. Para os romanos e todos os povos romanizados, apenas atividades administrativas, a magistratura e a carreira militar eram consideradas dignas dos cidadãos.

O avanço romano acabou levando a um êxodo rural, pois as pessoas buscavam a vida urbana e o afastamento dos trabalhos braçais. Isso induziu uma grande concentração da propriedade e ao aumento da escravidão rural. Nas cidades, essa massa de pessoas provenientes do campo não podia ser empregada em

nenhuma atividade, uma vez que não eram escravos. Como consequência disso, incharam as cidades e aumentaram a violência urbana.



Mas o que foi feito para contornar os problemas surgidos nas cidades romanas e romanizadas?

Para tentar contornar essa situação, os romanos estabeleceram a política do pão e circo, em que os cidadãos ricos mantinham, por meio de donativos, espetáculos para entreter a população urbana ociosa. Nessas ocasiões, é que os gladiadores lutavam entre si e com animais selvagens.

No entanto, a saída da população do campo levou à queda na produção (já que escravos não trabalhavam da mesma forma que homens livres), que associada ao aumento da população urbana demandava mais e mais estoques de alimentos e bebidas. Esse foi o primeiro dos problemas.

Outro problema foi o enorme e especializado exército romano. Em duzentos anos de conquistas, o exército romano se tornou o melhor exército do mundo. Seus membros eram profissionais treinados e de alta categoria. Recebiam volumosos salários. Mas, com o tempo, o ritmo das conquistas diminuiu, isso também diminuiu o fluxo de riquezas para Roma. No entanto, as regiões conquistadas precisavam ser controladas constantemente, para evitar rebeliões locais por liberdade ou invasões de povos que estavam fora do império (chamadas civilizações bárbaras). Além disso, o fim das guerras trouxe uma crise do escravismo, já que a maioria dos escravos era obtida nas batalhas. Por fim, o exército, apesar de necessário, tornou-se caro demais para os cofres romanos.

Em consequência, começou a ocorrer o êxodo urbano e o despovoamento das cidades - o que tornou essas cidades alvos fáceis para as invasões estrangeiras. E foi exatamente isso que ocorreu. Por volta do século V, tribos germânicas, que já viviam nos arredores do império, foram forçadas a invadirem as cidades romanas, pois também estavam sofrendo as invasões de outro povo nômade (os hunos, originários da Mongólia) em seus territórios.

Entretanto, o problema mais grave que afetou a estrutura do império romano, o qual é o mesmo que atormenta grande parte dos países na atualidade, entre eles o Brasil, está relacionado à política e ao dinheiro, ou seja, é a corrupção. O Império Romano tinha uma burocracia administrativa tão grande que a corrupção era facilmente conduzida.

Todos esses fatores levaram a um desequilíbrio econômico em Roma, o que, por sua vez, levou a uma profunda crise, ocorrida há 1.700 anos. Esse desequilíbrio continuou se agravando até a desagregação de todo o império. Desse modo, Roma caiu no século III, no período do Baixo Império, em decorrência da diminuição das conquistas militares e da queda no número de escravos, além das invasões bárbaras e da ascensão de Imperadores corruptos. Isso gerou uma revolta no exército, nas populações, e provocou uma inflação.

Assim, quando ocorreram as invasões bárbaras e a conquista de Roma por eles, todo o sistema econômico existente caiu, fazendo com que as leis, a forma de governo, as estradas, cidades, o sistema de produção, tudo fosse alterado. Com os bárbaros controlando o que era antes o Império Romano, o sistema de produção mudou, passou a ser o feudalismo, baseado na relação pessoal entre servos e senhores feudal, diferente do sistema romano que tinha como base econômica o escravismo.

Cabe ressaltar que o Império Romano era urbano, as pessoas viviam mais nos centros urbanos do império. Contudo, com a chegada dos bárbaros tudo mudou, houve um êxodo urbano, quer dizer, as pessoas saíram das cidades para viver no campo, e isso perdurou por séculos. Diante desse contexto, formaram-se os feudos, unidades econômicas e políticas autônomas, que juntas passaram 1000 anos defendendo o que restou da cultura romana, mais precisamente o cristianismo e a arte clássica, que passou todo esse tempo recluso nas abadias e suas posses.

1.5 A Idade Média europeia

Com o fim do Império Romano, boa parte da Europa se viu sem as leis e garantias que a estrutura romana proporcionava aos cidadãos de suas províncias. Assim, em virtude de uma série de invasões de povos que viviam fora do império, as cidades romanas esvaziaram-se e houve uma intensa migração para as áreas rurais. Nessas áreas, uma nova forma de produzir riqueza teve que se desenvolver: o feudalismo.

O Império Romano conquistou extensas áreas da Europa e norte da África. Apesar da falta de liberdade, essas regiões conheceram grandes avanços de infraestrutura, como estradas, pontes, cisternas, sistemas de abastecimento de água. No entanto, a principal contribuição romana às províncias diz respeito à segurança pública.

O exército romano era bem treinado e bem pago, garantindo a segurança nas mais distintas regiões do império. Seus esforços mantinham as províncias

controladas, sem ebulições rebeldes. Mantinham também os povos não conquistados fora das fronteiras do império.

No entanto, com o fim do império romano, essa segurança foi acabando. As cidades tornaram-se alvos de ataques de milícias estrangeiras. A população começou a migrar para as áreas rurais, as quais eram de propriedade de latifundiários escravagistas.

Com a crise de mão de obra do império, esses latifundiários passaram a aceitar o trabalho de homens livres para produção agrícola. (HUBERMANN, 1981; HUNT; SHERMAN, 2000). Mas esses trabalhadores livres não recebiam salários por seu trabalho. Em troca, recebiam apenas a possibilidade de plantar e criar animais próprios em algum lugar da propriedade.



Os latifundiários passaram a ser chamados de senhores; e os trabalhadores, de servos. Os senhores montavam pequenas milícias para proteger suas propriedades. Além desses personagens, também viviam nessas áreas sacerdotes católicos. Essas áreas passaram a ser denominados feudos. (HUBERMANN, 1981; HUNT; SHERMAN, 2000). Tal modo de produção foi chamado de feudalismo.

Nesse período histórico, a Igreja Católica, a qual ganhou força nos últimos períodos do império romano, tornou-se importante proprietária de terras e, conseqüentemente, senhora feudal. No sistema feudal, os senhores feudais vivam à custa do trabalho dos servos. O feudo era a unidade econômica básica, em que eram cultivados, principalmente, trigo, cevada e centeio, bem como os produtos locais. Eram criados animais como vacas, porcos, ovelhas, cabras e aves. Uma parte das terras era cultivada para o senhor e sua família, e outra, para os servos. O excedente de produção era trocado por tecidos, sal, metais e outras matérias-primas necessárias nas poucas cidades que ainda restaram espalhadas pela Europa. (HUBERMANN, 1981; HUNT; SHERMAN, 2000).

Além de senhores, servos e sacerdotes, existiam, na sociedade medieval, os vilões, indivíduos que viviam próximos aos feudos ou cidades (burgos) e gozavam de maiores privilégios, mas não chegavam a ser livres. Os burgos eram os centros comerciais dos “novos donos” da Europa e com eles interagiam vilões (habitantes das “vilas”, que praticavam um pequeno comércio de especiarias e artigos de luxo vindos do Oriente), vassalos e senhores feudais.



O feudalismo europeu foi bastante diferente em cada região da Europa. Suas principais diferenças dizem respeito aos produtos agrícolas e sua comercialização. Já no que se refere às relações sociais, eram bastante semelhantes.

O sistema feudal como forma de produzir riqueza perdurou dos anos 500 a 1500. No entanto, não foi apenas na Europa que esse sistema se estabeleceu. Na China, no Japão e nas Índias, esse sistema também prevaleceu por longo tempo. Vilas rurais produtoras agrícolas eram controladas e protegidas por senhores feudais e seus exércitos. Os trabalhadores não eram escravos, mas também não eram livres. Denominados servos, precisavam trabalhar a terra para garantir seu alimento e dos senhores e guerreiros.

Em todas essas regiões, com o passar dos séculos, os diferentes feudos foram estabelecendo alianças políticas entre si. Essas alianças foram gerando as relações de suserania e vassalagem, sendo que:

- o Suserano é o senhor feudal mais poderoso, que cede feudos ou vantagens a outros senhores feudais que lhe devem obediência e fidelidade;
- o Vassalo é o senhor feudal, que recebeu feudos ou vantagens de um suserano e, por isso, deve-lhe obediência e fidelidade.

Por fim, o sistema feudal produzia riqueza por meio da exploração agrícola e mineral, baseada na mão de obra dos servos (nem livres, nem escravos). Esse sistema repousava sobre uma organização que visava (mas nem sempre cumpria) a proteger as classes trabalhadoras da violência e dos desequilíbrios sociais, além de conceder terras aos que eram politicamente incapazes de se apoderar dela.

Seção 2

A Europa pré-capitalista

As ideologias greco-romanas são consideradas pré-capitalistas. De acordo os filósofos desse período, as relações econômicas e sociais refletiam a ordem natural e eterna vinda de Deus. Essa lógica é a antítese daquela que rege o sistema capitalista.

2.1 A ideologia greco-romana e seus efeitos econômicos

Segundo o dicionário Aurélio, ideologia é um “sistema de ideias”. Assim, podemos compreender a ideologia como um conjunto de ideias e crenças que tem como objetivo justificar ou explicar moralmente as relações sociais e econômicas de uma sociedade.

Na Grécia e em Roma, a base da economia era o escravismo. As principais atividades econômicas eram o comércio e a agricultura. Todas as atividades eram coordenadas por cidadãos, mas desenvolvidas por escravos. Por meio de uma política expansionista, era mantido um fluxo contínuo de escravos. Para justificar esta forma de organização econômica e social, diversos filósofos escreveram sobre o escravismo e o discutiram.

Nossa espécie, ao contrário de muitas outras, necessita da vida em grupo para perpetuar-se. Temos necessidade de trabalhar coletivamente para atender nossas demandas e precisamos, também, de segurança física. Por isso, costumamos buscar a vida em sociedade.

Diante deste contexto, todas as sociedades apresentam sistemas econômicos, os quais visam a organizar o esforço das pessoas para transformar os recursos naturais em bens econômicos úteis.

Na pré-história, as sociedades eram bastante igualitárias. O trabalho era dividido entre os membros de um grupo, de acordo com a idade e o sexo. Com o tempo, surgiram as primeiras civilizações e, com elas, novas formas de organizar o trabalho e a produção econômica.

Essas novas formas criaram diferenças sociais profundas. De um lado, estavam as camadas dominantes que não trabalhavam na produção, ou seja, as não produtivas. De outro lado, estavam as camadas dos trabalhadores que produziam os bens para atender às próprias necessidades e às da camada não produtiva. Essas desigualdades foram logo questionadas. Visando a manter seu poder político, as camadas não produtivas e dominantes buscaram explicar as diferenças sociais a partir de sistemas de ideias ou ideologias. Muitas ideologias se tornaram religiões, enquanto outras foram denominadas de correntes filosóficas.

Na Grécia e em Roma, as camadas dominantes eram compostas por pessoas nascidas nos territórios gregos e romanos. Os cidadãos não trabalhavam em atividades braçais, essas eram desenvolvidas por escravos, os quais compunham mais da metade da população, e recebiam em troca de seus trabalhos apenas alimentos, vestuário e moradia. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Nesse período histórico, a escravidão acontecia basicamente de três formas:

- por nascimento: filhos de escravos eram automaticamente considerados escravos também;
- por guerras: todos aqueles aprisionados em batalhas eram levados para trabalhar como escravos nas cidades e fazendas;
- por dívidas: aqueles que não honrassem os seus compromissos financeiros tornavam-se escravos de seus credores, até quitar sua dívida.

Todas as outras pessoas dedicavam suas vidas à política, à filosofia e à família. Para gregos e romanos, a economia era uma pequena parte de sua existência, suprida pelo trabalho dos escravos. O centro da vida de gregos e romanos era a busca da felicidade. Mas essa felicidade não estava relacionada exclusivamente com o prazer. A honra (a admiração do próximo), o convívio familiar e o convívio em sociedade eram mais importantes do que o prazer carnal.

Para gregos e romanos, a busca pelo prazer físico e pelo enriquecimento era fortemente condenada. Esses dois objetivos aproximavam as pessoas dos animais e escravos. Por essa lógica, qualquer atividade remunerada era malvista, ninguém poderia trabalhar e receber salário por seu trabalho. Logo, o único tipo de trabalho possível era o escravo. Da mesma forma, não era bem visto o empréstimo de dinheiro a juros, por constituir uma forma de enriquecimento.

Para explicar essa forma de vida, muitos filósofos gregos e romanos discutiram o escravismo e escreveram sobre ele. Suas ideias eram aceitas pela sociedade e formavam um sistema ideológico que mantinha a unidade político-administrativa, bem como a estrutura econômica e social.



Para os gregos e romanos, o conceito de alma difere fortemente do sentido moderno da palavra, pois é muito mais complexo do que o conceito cristão. A alma, segundo essas civilizações, tinha o sentido da *psykhé*, a qual, por sua vez, possuía três sentidos principais: vida ou princípio vital, ou seja, o que anima um ser, o que lhe dá vida; consciência ou princípio da vida mental e espiritual, ou seja, a *psykhé* (ou alma), princípio cognoscente ou o que, em nós, conhece e permite conhecer; origem supraterestral, ou seja, sua vocação ou destinação é o conhecimento da verdade e do bem, estando orientada para o divino, como seu fim (télós).

De acordo com Hunt e Sherman (2000), os filósofos gregos não defendiam o escravismo apenas verbalmente. Suas apologias estavam relacionadas com a ideologia dominante, que todos aceitavam como um fato.

Platão defendeu a ideia de que a filosofia tem um fim prático, moral. Para ele, a filosofia era a ciência que poderia resolver os problemas da vida. Esse fim prático acontecia intelectualmente. Platão estendeu a pesquisa filosófica a toda a realidade. Em seu livro *A República*, explicou por que o trabalho não devia ser realizado por cidadãos. Em primeiro lugar, todos os cidadãos necessitavam de tempo livre para realizar atividades políticas e filosóficas, para atender suas famílias e a comunidade em que viviam.

Nessas atividades, estavam as virtudes que deveriam ser praticadas para manter sua alma limpa. Platão compreendia que o trabalho era necessário para transformar os recursos naturais em bens utilizáveis pela sociedade. Em sua lógica, esse trabalho só poderia ser realizado por escravos.

Aristóteles foi outro filósofo grego importante. Hoje conhecemos melhor suas ideias relacionadas com matemática e física, mas seu trabalho de filosofia foi igualmente relevante. Esse pensador foi discípulo de Platão e concordava com a maior parte das ideias do mestre. Para esse pensador, a filosofia deveria decifrar o enigma do universo. O seu problema fundamental é o problema do ser, as essências imutáveis e as formas e suas relações.

A filosofia aristotélica partia da experiência, mas era dedutiva. Sua filosofia estava dividida em teórica (física, matemática, metafísica e teologia), filosofia prática (ética e política) e filosofia poética (estética e técnica). Aristóteles foi o criador da lógica como metodologia científica.

Segundo ele, a desigualdade entre ricos, pobres e escravos era facilmente compreendida, pois uma vez que as pessoas são todas diferentes entre si, também não deveriam ter a mesma participação, tanto na propriedade de bens quanto na sociedade.

Assim, na cultura da Grécia e de Roma, a escravidão era explicada por uma ideologia naturalista, com base na ideia de destino. O destino era a linha que regia a vida de todas as pessoas. Era concebido antes do nascimento de cada pessoa pelos deuses, ou seja, por forças sobrenaturais. Por isso, não era possível fugir do destino, isso visto como natural. A ideia do destino representava a fatalidade, pois ditava todos os acontecimentos e era imutável. Dessa forma, alguns nasciam para ser escravos, e outros para ser livres. O escravismo era, então, a única forma possível de organizar o trabalho, levando em conta o destino de cada pessoa.

Nem mesmo os poderosos deuses gregos e romanos eram capazes de evitar ou mudar o destino. Na mitologia desses povos, o destino era representado por três irmãs, chamadas as moiras, filhas do Caos e da Noite. Eram três mulheres assustadoras, que fiavam e cortavam o fio da vida de todos os indivíduos. Durante seu trabalho, faziam uso da Roda da Fortuna para tecer os fios. Essa roda simbolizava as mudanças que ocorriam ao longo da vida de uma pessoa: quando o fio do indivíduo estava no topo, a pessoa passava por um período de boa sorte; e, quando seu fio estava na base da roda, enfrentava a má sorte.

É importante ressaltar que a economia grega e romana era principalmente agrícola. No entanto, devido à organização do trabalho pela escravatura e por limitações produtivas relacionadas com o solo e climas locais, o comércio tornou-se essencial para essas sociedades. Por meio do comércio marítimo, eram obtidos outros produtos agrícolas, produtos manufaturados e bens econômicos em geral.

Na cultura greco-romana, o trabalho físico era visto como indigno e, por isso, desenvolvido por seres inferiores, como animais e escravos. Essa forma de pensar trouxe consequências positivas e negativas para a economia. A

organização escravista permitiu a construção de grandes obras, como estradas, pontes, aquedutos, fortalezas, que não poderiam ser feitas pelo trabalho remunerado, pois seriam muitíssimo caras. Além disso, liberou grande número de pessoas para o desenvolvimento do pensamento, tanto na filosofia e cultura, quanto na matemática, física e astronomia.



A possibilidade de construir grandes obras arquitetônicas como utilidade pública era também de natureza econômica.

Por outro lado, a organização da economia a partir do escravismo impediu o desenvolvimento tecnológico nessas sociedades. Isso foi especialmente prejudicial na atividade agrícola. Toda a produção precisava ser realizada com instrumentos muito simples e rudimentares, uma vez que qualquer ferramenta poderia ser utilizada como arma por escravos em suas inúmeras revoltas. Além disso, o trabalhador escravo não almejava recompensas por seus esforços e, por isso, era muito ineficiente, demorando o máximo possível em cada atividade e desperdiçando recursos. Como a maioria dos escravos não era instruída, também era impossível fazê-los operar mecanismos complexos ou desenvolver máquinas.

Ainda, a ideologia da busca da felicidade por meio da vida social e familiar e o desprezo pelo luxo e riqueza não favoreceu o desenvolvimento do consumo e, conseqüentemente, não estimulava a produção. Isso reduziu bastante a diversidade da economia na Grécia e em Roma. A figura a seguir mostra um aqueduto romano chamado “*Pont du Gard*” com dois mil anos de idade que se localiza perto da cidade de Nimes, na França.

Figura 3.5 – Aqueduto romano



Fonte: Lúcia (2013).

Assim, o escravismo foi a ideologia predominante na Grécia e em Roma. Nessa ideologia, as pessoas eram vistas como naturalmente diferentes e conduzidas em suas vidas por um destino pré-concebido por forças sobrenaturais. A partir dessa ideia, justificava-se o trabalho escravo e a busca pela virtude, por meio da política e da filosofia. Essa forma de pensar moldou uma economia de baixa eficiência produtiva, mas capaz de edificar grandes obras. Levou também a um forte desenvolvimento cultural e do pensamento.

2.2 A ética paternalista-cristã

Após o final do Império Romano, desapareceu as leis e garantias estatais. Diante dessa situação, surgiu a organização feudal. Nela, o servo (camponês) recebia proteção do senhor do feudo, que era protegido por outro senhor mais poderoso, e assim por diante.

Para compreender as ideias medievais, é necessário compreender que as relações estavam baseadas no costume do feudo, já que não havia nenhuma instituição central para elaborar e impor leis.



Durante a Idade Média europeia, a figura dos reis praticamente desapareceu e, portanto, não existia governo central.

Desse modo, a ideologia garantidora do *status quo* nesse período é denominada de ética paternalista-cristã. Nessa ideologia, a sociedade era comparada à família, onde os mais poderosos tinham obrigações paternalistas com os homens comuns. Desses esperava-se submissão e respeito para com os poderosos, como de um filho para com seu pai. Segundo os filósofos desse período, as relações econômicas e sociais refletiam a ordem natural e eterna vinda de Deus.

Essa lógica é a antítese daquela que rege o sistema capitalista, que se define como uma forma de organização socioeconômica ligada à determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Esse sistema reúne assim as características do trabalho preconizado, seja ele artesanal, manufaturado ou industrial, constituído pelo objeto sobre o qual se trabalha e por todos os meios de trabalho necessários à sua produção (instrumentos ou ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas etc.).

A debilidade econômica, política e social do império romano o deixaram vulnerável aos ataques de grupos germânicos e eslavos. Sua organização entrou em colapso e, rapidamente, as zonas conquistadas fora da península itálica foram abandonadas pelos poderosos exércitos romanos. Sem a presença dos pelotões romanos, a insegurança e as pilhagens tornam-se muito comuns. O comércio conheceu forte declínio. As trocas, antes continentais, passaram a acontecer

apenas em nível local. Todo o sistema de estradas construído pelos romanos deixou de ser conservado e boa parte tornou-se intransitável. (HUGON, 1988). Diante disso, foi necessário buscar uma nova forma de atender as necessidades de segurança e de produção das sociedades. Essa nova forma de organização foi chamada de feudalismo. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Com o fim do Império Romano, o poder político deixou de ser centralizado. Nas diversas regiões que hoje conhecemos como França, Inglaterra, Alemanha, Portugal e Espanha, existiam nobres e príncipes, os quais se haviam associado aos romanos por vários séculos. Desde o século VI, quando a religião cristã se tornou a religião oficial do Império Romano e foi criada a Igreja Católica, sua influência se expandiu por toda a Europa. Após o final do império, a Igreja já era a maior proprietária de terras de todo o continente. Os nobres, príncipes e os componentes da Igreja compunham a camada não produtiva dessas regiões. Além desses, viviam nessas áreas muitos camponeses e artesãos que produziam materiais para todas as necessidades. (ELIAS, 1993).



Na ausência de um governo central, as camadas não produtivas disputavam entre si o controle e a produção da terra. Além dessa disputa, todas as comunidades enfrentavam problemas graves de insegurança relacionados com invasões procedidas por diferentes grupos, os quais buscavam conquistar novas terras e riquezas.

Em virtude deste estado constante de guerras, as camadas não produtivas começaram a compor pequenos exércitos e milícias para defender pequenas áreas, denominadas feudos. Então, fortes muralhas passaram a cercá-las. A população que vivia nessas regiões buscou a proteção de príncipes e da Igreja, dentro das muralhas. Existiam ainda pequenas cidades, que eram centros comerciais e manufatureiros. Também essas cidades foram sendo cercadas e protegidas por imensas muralhas.

Figura 3.6 – Esquema de feudo



Fonte: História.com (2010).

A partir dessa dinâmica, as comunidades se reorganizaram. O sistema econômico estava baseado em um conjunto de obrigações e serviços mútuos, organizados hierarquicamente. Tanto nas cidades quanto nos feudos prevalecia a lógica de troca de ações, responsabilidades e obrigações mútuas. Nos feudos, os componentes mais altos na hierarquia eram os senhores ou nobres. Nas cidades, os componentes mais altos da hierarquia eram os mestres artesãos e os comerciantes que se reuniam em guildas ou corporações.

Tanto os senhores feudais quanto as guildas regulamentavam as atividades econômicas e definiam regras de conduta para seus componentes. No entanto, devido às instabilidades políticas e ao constante estado de guerra, o comércio não alcançava grandes extensões. Esse mesmo estado de guerra favorecia o poder dos senhores feudais, que mantinham alianças e pactos para o fortalecimento de seus exércitos.



Os nobres, os príncipes e a Igreja, mantinham entre si relações de suserania e vassalagem. Por meio de um juramento solene de fidelidade, estabeleciam-se as mais fortes relações políticas da Idade Média europeia, denominadas de Relações de Suserania e Vassalagem. Por esse juramento, um nobre recebia de outro nobre mais poderoso um feudo, que representava um direito hereditário de usar a terra.

Secular: É oposto a eclesiástico. Secular se refere a tudo que não tem a ver com religião. Já eclesiástico se refere a aspectos relacionados com religião.

Os bispos e abades estavam no mesmo nível social de duques e condes. Mas havia uma **forte diferença** entre os nobres e os membros da Igreja no que se refere às relações de suserania e vassalagem: os nobres podiam transferir sua lealdade entre diferentes príncipes, enquanto os membros da Igreja jamais poderiam deixar de ser vassalos do papa. Devido a essa característica, o domínio da Igreja foi mais permanente, em muitas partes da Europa

do que o de qualquer outra dinastia **secular**. Essa particularidade também é fundamental para compreender por que as ideias difundidas pela Igreja Católica influenciaram tão fortemente o pensamento europeu medieval.

Os nobres, os príncipes e a Igreja, concediam feudos a seus vassalos em troca de dinheiro, alimentos, trabalho e, também, lealdade militar. Os camponeses eram chamados de servos. Recebiam proteção dos senhores feudais, em troca, trabalhavam na produção agrícola e manufatureira. O trabalho dos servos não era remunerado. Tinham o direito de ficar apenas com a parte da produção suficiente para a alimentação e vestimenta de sua família. Todo o excedente era entregue aos senhores feudais.



Os servos não eram remunerados de forma alguma, na verdade pagavam para trabalhar. Eles deixavam parte da produção para os senhores, então, além de trabalhar, eles ainda pagavam com produtos pelo uso da terra, da água, do moinho.

Idade Média:

Considera-se Idade Média o período que vai da queda do Império Romano do Ocidente, no ano de 476, até a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453.

Na **Idade Média** não existia um conjunto de leis como conhecemos hoje. Todas as leis romanas foram extintas. As comunidades eram organizadas segundo o costume do feudo. Esses costumes variavam muito, conforme a região e a época; e a maior parte deles nunca foi escrita. Segundo os costumes, o uso e a posse da terra pelos servos implicava a prestação de determinados serviços e pagamentos aos nobres. Assim, os servos entregavam a colheita e a produção animal. Por outro lado, pelo

costume, os nobres deveriam proteger os servos no caso de ataques e pilhagens do feudo, com seus exércitos e milícias.

Os costumes tinham forte influência na forma de viver e pensar de todos na sociedade medieval. No entanto, esses costumes nem sempre eram seguidos perfeitamente. Quando não eram cumpridos, as contendas eram decididas na corte do feudo, sempre de acordo com os costumes aplicáveis a cada situação. Em caso de controvérsias entre servos e senhores, as contendas em geral eram decididas em favor dos senhores, já que esses faziam o papel de juízes.

A palavra “servo” tem origem latina, *servus*, que significa escravo. No entanto, os servos não eram escravos. Os escravos são propriedade de seus donos e, então, podiam ser comprados e vendidos ou separados de suas famílias. Já os servos não eram considerados como propriedade dos senhores feudais e não podiam ser separados de suas famílias. Apesar disso, os servos não eram pessoas livres, uma vez que estavam ligados a terra. Jamais poderiam deixar o feudo em que viviam definitivamente. Quando um senhor feudal passava a posse de um feudo a outro senhor, eram transmitidos o direito de uso da terra e toda a população de servos que nela vivia. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Assim, no feudo os senhores viviam às custas dos servos, os quais praticavam a agricultura e pagavam seus tributos em produtos ou em dinheiro, conforme o costume do feudo. Os senhores tinham a obrigação de proteger todos os servos e tinham o direito de administrar a justiça, também conforme os costumes do feudo. Esse sistema de obrigações recíprocas promovia profundas desigualdades sociais e a exploração máxima dos servos. (HUBERMAN, 1986).



Alguns feudos tinham moedas próprias, as quais só valiam dentro do feudo que as produziu. Essas moedas não tinham valor, como atribuímos hoje, elas valiam pelo que pesavam, sendo consideradas trocas, e não pagamentos pelas negociações assim executadas (por exemplo, 1 kg de batata por 1 kg de moedas). Esse processo de monetarização medieval foi lento, descontínuo, regionalizado, portanto, não há como datar, exatamente, quando isso aconteceu.

Figura 3.7 – Pirâmide social na Idade Média Europeia



Fonte: Wermuth (2014).

Basicamente, havia dois tipos de feudos: os seculares e os eclesiásticos. Mas, no que se refere às relações entre servos e senhores, essa diferença não era marcante. Além dos feudos, existiam algumas cidades. Essas se localizavam em áreas distantes umas das outras e eram importantes produtoras de produtos manufaturados. Esses produtos eram vendidos aos feudos em troca de produtos alimentícios, por exemplo.

É importante destacar que as transações em dinheiro não eram muito comuns porque havia uma dificuldade básica: cada feudo possuía moeda própria. Assim, existiam inúmeras moedas diferentes. Seu valor estava fortemente relacionado a seu peso em ouro, prata, estanho ou cobre.

Para justificar a organização da sociedade medieval, as camadas não produtivas buscaram elaborar uma ideologia nova. Essa ideologia estava baseada na tradição judaico-cristã e mostrava a sociedade como uma família. Assim, as camadas não produtivas representadas por nobres, príncipes, bispos e abades eram consideradas como o pai, este que era tido como o protetor da família, durante o período. Suas obrigações eram a proteção, a administração e a resolução de conflitos na sociedade. Já as pessoas comuns eram vistas como filhos, os quais tinham como obrigações a obediência e a submissão ao pai. (HUBERMAN, 1986; HUNT; SHERMAN, 2000).

Essa ideologia é chamada de ética da corporação cristã ou ética paternalista cristã. Defendia a ideia de que a propriedade e a desigualdade social eram moralmente aceitáveis, porque implicavam obrigações dos ricos no cuidado com os pobres.

Essas ideias existiam desde o Antigo Testamento, onde todos os judeus eram vistos como filhos de um único Deus. Assim, compunham uma sociedade de irmãos. Devido à sua trajetória, esse sentimento de unidade familiar foi muito importante para garantir a existência da etnia judaica, que, por isso, se manteve ao longo dos tempos. Os judeus possuíam muitas obrigações para com seus irmãos, como cuidar de seus animais quando esses cruzassem seu caminho, cuidar da família caso um irmão morresse. Mas a principal dessas obrigações era o dever dos ricos em cuidar dos pobres. Nem todos os judeus respeitavam esses preceitos, mas tais ideias tiveram profunda repercussão no curso da história do pensamento econômico. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Na Idade Média, a noção da sociedade como uma família foi absorvida e divulgada pela Igreja Católica. Os ensinamentos de Cristo, contidos no novo testamento, também enfatizaram isso. Suas recomendações apontaram fortemente para a responsabilidade dos membros de uma comunidade para com seus irmãos e da responsabilidade dos ricos com os pobres. Cristo criticou fortemente a avareza, o egoísmo e a ganância e, com isso, contribuiu para a elaboração de uma ideologia econômica.

A Igreja era detentora de muitos feudos, dessa forma, tinha forte influência social e econômica. A ética paternalista cristã foi discutida e disseminada enquanto uma teologia (teo = deus e logia = estudo). Diversos padres desenvolveram escritos sobre essa ideologia. Clemente de Alexandria defendeu que a riqueza deveria ser encarada como uma dádiva divina a ser utilizada para melhorar a vida dos semelhantes. Para ele, os ricos não precisavam desfazer-se das riquezas para encontrar a salvação, e sim fazer bom uso dessa riqueza, aliviando o sofrimento dos irmãos e promovendo o bem-estar de toda a sociedade.

Tal conceito foi defendido também por Ambrósio. Esse padre apontou para o fato de que a posse de riquezas não era um mal, desde que elas fossem usadas para benefício geral, e não de modo egoístico. Tomás de Aquino, outro padre católico, também escreveu sobre a ética paternalista cristã e a defendeu como sendo um reflexo de uma ordenação natural e eterna que emanava de Deus. Para ele, a propriedade só era justificável enquanto forma de assistir aos pobres. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Durante a Idade Média, essa ideologia foi amplamente divulgada e profundamente encravada nas mentalidades europeias. A ganância, o egoísmo, a avareza e o desejo de acumular riquezas eram vistos de forma extremamente negativa pela sociedade. Os homens ricos, gananciosos e individualistas eram

a antítese do homem bom e honrado. A honra residia na consciência de que a riqueza e o poder eram dádivas de Deus as quais deveriam ser colocadas a serviço dos pobres. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Nessa ideologia, persistiam ainda traços da mentalidade fatalista greco-romana, segundo a qual a vida das pessoas era regida por um destino imutável, definido por forças sobrenaturais e fora do alcance das pessoas. Esse tipo de mentalidade procurava levar ao conformismo, comportamento desejável em sociedades com desigualdades sociais profundas, já que não promove a mobilização social das camadas pobres, as quais geralmente contam com maior número de indivíduos do que as classes dominantes.

Segundo a ética paternalista cristã, a acumulação de riquezas e a cobiça eram condenáveis. Um homem não deveria almejar algo que não recebeu desde o nascimento. Nesse pensamento, as pessoas nascem com diferentes aptidões naturais, e as desigualdades sociais refletiam apenas este estado natural. Assim, as diferenças econômicas e sociais eram reflexos das diferenças naturais existentes entre as pessoas.

O homem deveria preocupar-se com a salvação da alma e com seu cotidiano, ao invés de almejar ou cobiçar novas condições de vida. A teologia cristã da época pregava que a vida terrena deveria estar em segundo plano e que o foco da vida deveria ser a vida espiritual, uma vez que a terrena era passageira, enquanto a espiritual seria eterna. O prazer e a felicidade deveriam ser buscados na eternidade. (HUGON, 1983).

No entanto, o acúmulo de riquezas era necessário para aqueles predestinados por Deus para cuidar dos irmãos pobres. Logo, os senhores feudais, tanto seculares quanto eclesiásticos, precisavam dispor de abundante riqueza, para que fossem capazes de cumprir sua missão terrena. Já os pobres deveriam se conformar com o que a providência divina havia definido para sua vida. Segundo essa forma de pensar, ninguém tinha o direito de discutir suas tarefas a cumprir e nem a posição social a que pertencia; muito menos os privilégios e regalias das camadas não produtivas. (HUNT; SHERMAN, 2000).



A ética paternalista cristã, enquanto ideologia econômica, apresentava um caráter fortemente anticapitalista. Em primeiro lugar, a defesa do conformismo e a impossibilidade de conquistar melhores condições de vida são contrárias à lógica capitalista.

Vale observar que reinava na Idade Média europeia um profundo desprezo pela atividade comercial, capaz de modificar as condições sociais e econômicas daqueles que a praticavam. Naquela época, o empréstimo de dinheiro a juros era denominado usura. A usura era proibida por se tratar de uma forma de

enriquecimento. Uma vez que cada pessoa deveria conformar-se com sua posição social de nascimento e não cobiçar riquezas, o enriquecimento era uma atitude a ser evitada. Essa proibição permitiu que uma parte do sistema econômico medieval ficasse na mão de comunidades não católicas que viviam na Europa, para as quais a usura não era proibida. (HUBERMAN, 1972).

O modo de vida desse período estava baseado nos costumes que, por sua vez, estavam baseados nos princípios da ética paternalista cristã. Para que os costumes continuassem ordenando a vida social e econômica medieval, precisavam ser aceitos pela população, em sua maioria pobre e, portanto, desfavorecida por esses mesmos costumes. Na ética comercial capitalista, a ganância, o individualismo e o desejo de enriquecer são considerados virtudes essenciais. Tais atitudes eram vistas como indignas pelos costumes medievais. Logo, essa é outra característica da ética paternalista que a torna anticapitalista.

Outro aspecto dessa ideologia contrário ao pensamento capitalista está relacionado com o chamado preço justo.



Era costume, nesse período, que os preços das mercadorias fossem compostos pelo valor necessário para sua produção, adicionados ao valor dos esforços necessários para seu transporte e distribuição.

Assim, o comerciante não deveria somar a esse valor o lucro, base do raciocínio capitalista. Segundo Hugon (1983, p.51): “o justo preço é aquele bastante baixo para poder o consumidor comprar (ponto de vista econômico) sem extorsão, e suficientemente elevado para ter o vendedor interesse em vender e poder viver de maneira decente (ponto de vista moral) ”.

Essa doutrina do justo preço servia para frear a cobiça e a acumulação de riquezas por parte daqueles que não compunham as camadas não produtivas (os senhores feudais não praticavam o comércio). (HUNT; SHERMAN, 2000). Associado à ideia do justo preço estava o conceito do justo salário, o qual permite ao servo ou artesão, bem como sua família, viver de acordo com os costumes de seus semelhantes em sua região. Esses elementos de justiça na determinação de preços e salários implicavam também a ideia de justiça na definição do lucro. Assim, o justo lucro resultava da justiça nas trocas. Dessa forma, o agricultor e o artesão não podiam enriquecer. É possível perceber claramente a existência de julgamentos de valor na conduta econômica. (HUGON, 1983).

Podemos observar que a insistência em negar a acumulação de riquezas está fortemente relacionada com a necessidade de manter o *status quo* da sociedade, ou seja, de garantir a manutenção das camadas sociais distintas. Mesmo na Idade Média, o acúmulo de riquezas traria consigo o aumento de poder político,

o que poderia promover ascensão social e desestruturar as camadas sociais existentes. (HUBERMAN, 1986).

Apesar de todas estas ideias anticapitalistas, vários historiadores já comprovaram que tais sanções eram comumente desrespeitadas tanto por nobres como por bispos e abades. No entanto, o tema que nos interessa aqui são os valores, as ideias, as normas que se estabeleceram ao longo da história. Portanto, é possível dizer que a ética paternalista cristã desenvolveu os valores e ideias que permitiram a legitimação moral das relações econômicas e sociais medievais. Seus valores são contrários àqueles em que se baseia o sistema capitalista de mercado. A partir desses valores, desenvolveu-se uma sociedade hierarquicamente rígida, baseada na produção agrícola e com baixa atividade comercial.

Seção 3

O mercantilismo entre os mundos feudal e capitalista

Durante a Idade Média europeia, a base da economia era a agricultura. Com o passar do tempo, algumas mudanças tecnológicas possibilitaram o aumento da produtividade dessa atividade. Este fato teve fortes consequências como o crescimento populacional, o crescimento de cidades, a ampliação da atividade manufatureira e o ressurgimento do comércio de longa distância.

Na antiguidade, o comércio internacional era totalmente inexpressível, tanto que numa das civilizações mais antigas, a egípcia, o comércio exterior era inexpressivo e as importações e exportações se limitavam apenas a artigos de luxo. O primeiro sinal de estabelecimento de uma relação comercial surge com a civilização mesopotâmica e com os fenícios que passaram a estabelecer portos comerciais em diversos pontos da Europa. A Grécia Antiga passou a realizar trocas comerciais com o Império Romano, trocando alimentos por vinho e azeite.

Essas modificações aconteceram ao longo de séculos e foram acompanhadas de profundas transformações nas relações sociais e, conseqüentemente, nos costumes e nas mentalidades. Essas transformações foram fundamentais para o surgimento de uma nova ideologia que justifica moralmente o novo sistema econômico que se moldava. A nova ideologia, ao contrário da ética paternalista cristã, enfatizava o individualismo e o desejo de acumular riquezas como virtudes desejáveis na sociedade. Diversos pensadores, como Adam Smith, escreveram livros e ensaios sobre essa ideologia, que, mais tarde, culminaria no capitalismo.

3.1 O desenvolvimento tecnológico agrícola na Idade Média e suas implicações

O desenvolvimento tecnológico agrícola na Idade Média trouxe acentuadas transformações econômicas que, além de aumentar a produtividade da agricultura, promoveram um efeito em cadeia, o qual culminou com o final do feudalismo. Esse desenvolvimento promoveu crescimento populacional e das cidades. Em consequência, surgiram novas formas de trabalho e novas relações econômicas, sendo que aos poucos, todas estas mudanças permitiram o desenvolvimento do capitalismo de mercado.

Cabe destacar que a prática agrícola nos feudos europeus era bastante simples. Os principais produtos plantados como o trigo, o centeio, a cevada, a aveia, alfafa e hortaliças (couve, repolho) serviam tanto para alimentação humana quanto animal. Entretanto, existiam fortes limitantes dessa agricultura. Um deles era a pequena diversidade de espécies adaptadas ao clima rigoroso, o qual cobre boa parte da Europa. Uma exceção a essa situação são os países mediterrâneos que possuem clima mais ameno e, por isso, conseguiam produzir mais espécies vegetais, como a oliveira, as videiras e outras frutas.

Para compensar essa pequena diversidade de produtos vegetais, os europeus enfatizaram bastante a criação de animais. Assim, criavam-se porcos, aves, cavalos, bovinos, ovelhas e cabras. A imensa maioria da população tinha sua alimentação baseada em carne, pão e cerveja ou vinho, pois naquela época, doenças como a cólera tornavam o consumo de água bastante perigoso.

Outro fator que dificultava a agricultura era a reduzida estação quente dessas regiões. Seus invernos são rigorosos e a neve cobre boa parte do continente. Com a neve, a matéria orgânica demora muito tempo a se decompor, isso compromete a fertilização natural dos solos. Dessa forma, o cultivo continuado de uma mesma área exaure rapidamente os solos, reduzindo ainda mais sua capacidade produtiva.

Pousio: Segundo o dicionário Aurélio é: sm 1 Estado de inulto. 2 Repouso periódico, de um ou mais anos, em que se deixam certas terras de sementeira para recuperarem a fertilidade. 3 Terreno cuja cultura se interrompeu para esse repouso).

Diante de tal situação, agricultores criaram, já no século VIII, o sistema de rodízio de culturas em dois campos. Por esse sistema, metade da terra, depois de ter sido cultivada em uma estação, permanecia em **pousio** pelo mesmo período de tempo, para recuperar sua fertilidade. A partir do século XI, foi introduzido o sistema de pousio em três campos. Assim, a terra era dividida em três áreas do mesmo tamanho. Em uma parte, era plantado centeio ou trigo no outono, para colheita de primavera. Na segunda parte, era plantada aveia, favas ou ervilhas na primavera. Já a terceira parte ficava em pousio. Dese

modo, utilizavam um sistema de três fases: no primeiro ano, uma cultura de outono; no segundo, uma cultura de primavera; e, no terceiro, o descanso. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Ademais, novos produtos foram inseridos nas áreas rurais, para servir de matéria-prima às manufaturas urbanas. Na França, incluíram a amoreira e o bicho-da-seda. Na Inglaterra, foi enfatizada a produção de ovelhas para a exploração da lã, como base para a indústria têxtil. (DENIS, 1993).

Essas simples alterações técnicas possibilitaram o aumento da produtividade das regiões frias da Europa em cerca de 50%. (WHITE JUNIOR, 1962). Além disso, uma maior produção de aveia e outras forragens levou, também, a um aumento na produção de animais. Com isso, os agricultores passaram a criar mais cavalos e a utilizá-los para o trabalho. O arado já havia sido introduzido há alguns séculos. Inicialmente, era puxado por homens; depois, foi adaptado para o uso de bois como força de trabalho. Com o aumento do número de cavalos e a seleção genética para produzir animais fortes, esses passaram a ser utilizados como tração para os arados.



Os cavalos são considerados animais fortes e muito mais rápidos que os bois. Com sua utilização, era possível preparar áreas para cultivo, em tempo reduzido, com apenas um homem trabalhando junto. Outra tecnologia introduzida nessa época foi a carroça de quatro rodas, em substituição à carroça de duas rodas. A de quatro rodas era mais rápida e permitiu redução nos custos dos transportes.

Assim, a partir dos anos 1000, duas mudanças importantes ocorreram: aumento da produção agrícola e redução dos custos de transporte de mercadorias. A primeira consequência disso foi um rápido crescimento populacional. Muitos pesquisadores afirmam que a população europeia duplicou entre os séculos XI e XIV. (HUNT; SHERMAN, 2000). Muitas dessas pessoas foram viver nas pequenas cidades medievais, onde ocorreu rápido surto de crescimento. O crescimento desses centros urbanos criou uma especialização do trabalho rural (produtor de alimentos) e do trabalho urbano (produtor de bens econômicos transformados pela manufatura). A consequência seguinte foi o aumento da produção de bens manufaturados, já que havia mão de obra disponível nas cidades.

As cidades, cada vez mais povoadas, dependiam das áreas rurais para a obtenção de comida e de boa parte da matéria-prima utilizada nas manufaturas. Por outro lado, os senhores feudais passaram a depender das cidades para comprar produtos manufaturados. Para esse intercâmbio, surgiu um novo tipo de trabalhador: o mercador, responsável apenas pelo transporte de mercadorias entre o feudo e as cidades. (HUNT; SHERMAN, 2000). Além disso, os agricultores,

apesar de não serem oficialmente os donos das terras e da produção agrícola, passaram a vender excedentes nos mercados de grãos locais em troca de dinheiro.

Com o dinheiro, poderiam pagar ao senhor e reduzir sua carga de trabalho. Isso possibilitou que muitos agricultores conseguissem dinheiro suficiente, com essas vendas, para arrendar terras do senhor, pagar suas responsabilidades e ainda obter algum lucro. Isso estimulou fortemente o aumento da produção, o que gerou uma reação em cadeia, a qual acabou modificando os antigos costumes que predominavam nos feudos, transformando-os em relações de mercado baseadas em dinheiro.

Esta situação foi possível, porque os senhores tinham interesse na alienação de suas terras, pelo arrendamento. O objetivo era obter dinheiro para comprar os produtos manufaturados urbanos, os quais passaram a simbolizar, crescentemente, luxo e riqueza. Aos poucos, os senhores feudais tornaram-se proprietários de terras que viviam de rendas e perderam seus direitos de administradores e juizes do feudo, logo, perderiam boa parte de seu poder político também.

Mas, no século XIV, quando esse sistema já se estabelecera há outros tantos, ocorreram novas mudanças. Guerras entre Inglaterra e França e epidemias de peste negra reduziram abruptamente a população europeia. A falta de mão de obra aumentou o preço dos salários e reduziu fortemente a produção, tanto agrícola como manufatureira. Os senhores feudais tentaram restabelecer as antigas relações de trabalho dos feudos (troca de trabalho por possibilidade de produzir na terra do senhor). Mas os agricultores fizeram forte resistência à desvalorização de sua atividade e ao retorno à dependência do senhor feudal. Esse conflito de interesses levou a sangrentas revoltas camponesas, onde agricultores matavam os senhores, e esses aos agricultores, com enorme ferocidade e violência. (HUNT; SHERMAN, 2000). Tais revoltas ilustram o fato de que mudanças ideológicas em geral são traumáticas. Muitos dos sistemas econômicos geram camadas com privilégios e camadas trabalhadoras exploradas. No entanto, sempre que a situação tende a se modificar, as camadas com privilégios tentam manter a situação, ou seja, o *status quo*, a qualquer preço e, muitas vezes, com violência. Assim, a nobreza feudal lutou para impedir o desenvolvimento do capitalismo. Embora as mudanças fundamentais na transição do feudalismo para o capitalismo tenham sido introduzidas por ambiciosos mercadores e comerciantes, os agricultores foram as principais vítimas. Apesar de sua condição de vida ter de fato melhorado em alguns aspectos, esses agricultores continuaram a ser explorados pelo sistema nascente.

O crescimento da produção agrícola produziu excedentes que podiam ser comercializados. O aumento da produtividade por área gerou mão de obra para

os centros urbanos manufatureiros. A utilização mais racional da energia e dos transportes permitiu avanços na produção das manufaturas. Todos estes fatores associados tornaram o ambiente propício ao aumento do comércio local e regional. Desde o início da Idade Média, o comércio continuou existindo em algumas regiões, especificamente no mar do Norte e no mar Mediterrâneo.

Cruzadas: São tradicionalmente definidas como expedições de caráter “militar”, organizadas pela Igreja para combaterem os inimigos do cristianismo e libertarem a Terra Santa (Jerusalém) das mãos desses infiéis. O movimento estendeu-se desde os fins do século XI até meados do século XIII. O termo Cruzadas passou a designá-lo em virtude de seus adeptos (os chamados soldados de Cristo) serem identificados pelo símbolo da cruz bordado em suas vestes.

Com as **Cruzadas**, as estradas continentais passaram a ser reutilizadas e tornaram-se um pouco mais seguras, o que estimulou o comércio de longa distância. As Cruzadas não foram expedições meramente militares, uma vez que os árabes sempre mantiveram uma política de tolerância com os peregrinos de outras religiões. Seus principais objetivos eram comerciais e estavam relacionados com interesses da oligarquia francesa e de mercadores venezianos interessados em ampliar suas ações comerciais.

Assim, a partir do século XII, o comércio se tornou uma atividade importante nos níveis local, regional e internacional. O comércio com os árabes e os vikings estimulou ainda mais a produção manufatureira. Além disso, estimulou também o surgimento de feiras de comércio nos entroncamentos das principais estradas continentais. As feiras funcionavam por algumas semanas e, nelas, os mercadores do norte traziam peixes, cereais, lã, roupas, madeiras, alcatrão e sal para trocar com os mercadores do sul, que, por sua vez, traziam especiarias asiáticas, seda, brocados, vinhos, frutas, ouro e prata. (HUNT; SHERMAN, 2000; DENIS, 1993).

Estas feiras tornaram-se, com o tempo, importantes cidades comerciais que não seguiam os costumes e restrições impostas pelo regime feudal e pela ética paternalista cristã. Em muitas cidades, foram necessárias revoltas para obter liberdade da tutela dos senhores feudais e da Igreja. Nelas surgiram os instrumentos mercantis que concretizaram a mudança do regime feudal para o capitalismo de mercado. Entre esses é possível citar as operações financeiras de câmbio, liquidação de dívidas e crédito, o uso de letras de câmbio (já que havia grande diversidade de moedas) e outros instrumentos financeiros modernos. Também nas cidades foi adotada uma legislação comercial escrita, fato que não ocorria desde o final do império romano. Essa legislação era fundamental, porque permitia o estabelecimento de contratos, de papéis negociáveis, representações comerciais e vendas em leilão. (HUNT; SHERMAN, 2000). Todos esses instrumentos financeiros não têm nenhuma relação com o feudalismo e demonstram claramente a transição para o capitalismo no século XV.

Por fim, outra característica marcante desse período do final da Idade Média europeia foi a especialização do trabalho. Durante o feudalismo, os agricultores eram, muitas vezes, artesãos, os artesãos das cidades eram também mercadores, enfim, as atividades econômicas se mesclavam em uma mesma pessoa. Com o crescimento urbano e das manufaturas, a especialização do trabalho se acentuou. Assim, os agricultores passaram a exercer apenas a atividade agrícola.

Por outro lado, os artesãos apenas confeccionavam os produtos e os vendiam em grandes quantidades (atacado) para os mercadores. Esses últimos praticamente inexistiam no feudalismo e tornaram-se componentes importantes dessa sociedade em transformação. Aos poucos, a atividade mercantil se especializou profundamente, a ponto de cada mercador trabalhar com apenas alguns produtos. O auge da especialização foi a criação de companhias de comércio que organizavam essa atividade nas diversas regiões europeias. Um dessas companhias, muito conhecida, a das Índias Ocidentais, foi responsável pelo comércio com as Américas.

Inicialmente, os produtos manufaturados eram produzidos em oficinas de artesãos. Esse modelo foi substituído pelo sistema manufatureiro doméstico, especialmente nos ramos voltados para a exportação. Nesse sistema, o mercador-capitalista adquiria a matéria-prima que era fornecida ao mestre artesão. O trabalho desse artesão era remunerado em moeda, e os produtos eram comercializados pelos mercadores. Em fases posteriores, o mercador passou a ser dono dos espaços físicos e das máquinas e instrumentos necessários à produção.

Aos poucos, surgiu na sociedade uma camada de pessoas totalmente desprovidas de capital e de bens de produção e que só possuíam sua força de trabalho. Essa foi uma transformação econômica muito importante: ao invés de vender o produto acabado para os mercadores, os artesãos passaram a vender sua força de trabalho para os mercadores capitalistas. (HUNT; SHERMAN, 2000). Esse tipo de relação econômica foi-se estendendo das manufaturas para outras esferas da economia, como a agricultura. Desse modo, os agricultores perderam aos poucos sua capacidade de definir o que produzir e passaram a determinar sua produção conforme a demanda de mercado. Além disso, com a redução de mão de obra, resultante das guerras e epidemias, as manufaturas têxteis, em muitas regiões, deixaram as cidades e ocuparam as regiões rurais.

Entretanto, independente da localização, rural ou urbana, foi comum aos mercadores-capitalistas manufatureiros a busca pelo monopólio, tanto de produção quanto de comércio de suas mercadorias. Assim, começaram a surgir as associações entre mercadores-capitalistas e oligarquias governantes locais e barreiras alfandegárias.

3.2 Mudanças de mentalidade

A ideologia do feudalismo, a ética paternalista cristã, propunha uma visão da sociedade como uma família, onde cada membro tinha seu papel pré-definido. A base das relações sociais eram os costumes. Essa era uma ideologia muito conservadora, e as relações que dela derivaram foram muito rígidas.

Com as mudanças desencadeadas a partir da agricultura, tanto as relações econômicas quanto sociais também se transformaram. Consequentemente, houve a necessidade de se elaborar uma nova ideologia. Essas novas ideias provocaram fortes resistências, mas, aos poucos, foram estabelecendo-se em todas as esferas econômicas. As novas relações de trabalho e a aceitação do individualismo e da busca por riquezas como virtudes aceitáveis marcaram a ascensão do capitalismo como modo de produção de riquezas.

A ética paternalista cristã condenava a aquisição de bens materiais e, por isso, entrou em conflito com os interesses dos mercadores-capitalistas. Esse conflito ficou sempre mais grave, conforme ia crescendo o comércio regional e internacional. Com a formação dos estados-nação, os governos passaram a tomar o lugar da Igreja e dos senhores feudais na organização e administração da produção interna de mercadorias, assim como, no zelo pelo cumprimento da ética paternalista cristã. Essa ética exigia que as atividades dos comerciantes fossem supervisionadas para garantir que atendessem aos interesses de toda a sociedade.

No final da Idade Média europeia, todo o processo produtivo manufatureiro estava nas mãos dos mercadores-capitalistas. Isso levou ao surgimento de uma camada de artesãos e agricultores que não possuíam os meios de produção e precisavam vender sua força de trabalho. A venda da força de trabalho é uma característica muito forte das relações de trabalho capitalista. O avanço do comércio e a evolução das relações de trabalho para a venda da força humana são duas características marcantes desse período. Elas apontam para o capitalismo nascente. Ao invés de costumes e tradições, o que determinou a divisão das tarefas produtivas foi o mercado e a busca por lucros monetários. Isso determinou a criação do capitalismo. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Associado a essa mudança nos padrões de relações de trabalho, o renascimento intelectual também provocou fortes mudanças nas mentalidades e lançou as bases para o estabelecimento de uma nova ideologia que justificasse o capitalismo. No século XVI, inovações tecnológicas importantes foram fundamentais para as grandes navegações: pesquisadores desenvolveram equipamentos como a bússola e o telescópio, sem os quais seria impossível a navegação oceânica. Além disso, as técnicas de cartografia também sofreram avanços. Os mapas tornaram-se produtos de imenso valor, em uma época

onde o conhecimento era restrito e estava fortemente ligado ao poder político e econômico.

Além disso, a redescoberta de obras antigas, como Homero, as cartas e discursos de Cícero e Platão tiveram grande influência na mudança das mentalidades em diversas regiões da Europa. Com a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453, grande número de gregos se refugiou na Itália. Esse movimento migratório estimulou um retorno aos modelos clássicos de artes, filosofia e literatura (Renascimento) e se associou, logo adiante, a uma curiosidade científica inaugural, cuja figura mais emblemática era, então, Leonardo Da Vinci, ao mesmo tempo artista e cientista. Esse renascimento cultural se espalhou aos poucos por toda a Europa. Duas inovações tecnológicas foram fundamentais aí: a invenção da imprensa e a substituição do pergaminho (feito de couro, na maioria das vezes) por papel à base de celulose. (DENIS, 1993).

De forma geral, esse movimento intelectual buscou novas formas de explicar o mundo (que passava por intensas transformações sociais e econômicas) e levou a uma forte reação contra as crenças cristãs, as quais haviam predominado por toda a Idade Média. Em todas as áreas do conhecimento, as ideias medievais foram submetidas a profundas críticas. Desse movimento de crítica à Igreja surgem as primeiras ideias de reforma religiosa, anticlerical e revolucionária na Inglaterra, na Alemanha e na França, principalmente. (DENIS, 1993). Esses movimentos contra o catolicismo tomaram feições violentas em diferentes regiões da Europa e seus efeitos ainda podem ser vistos nos tempos modernos, em países como a Irlanda, por exemplo.

De outro lado, o questionamento das ideias cristãs foi fundamental para o estabelecimento do capitalismo. Em suas discussões, os pensadores reformistas relativizaram os dogmas católicos e se questionaram sobre a validade das proibições para o individualismo e a aquisição de riquezas. A aceitação dessas duas características como benéficas teve profundo impacto sobre os costumes e tradições em muitas regiões, desagregando a mentalidade feudal e sua ideologia.

O sociólogo alemão Max Weber aponta a importância da reforma protestante para o desenvolvimento do capitalismo, destacando um trecho de um pastor puritano não conformista, ou seja, Richard Baxter (*apud* WEBER, 1964, p. 215):

[...] se Deus vos designa tal caminho no qual podeis legalmente ganhar mais que em tal outro (isso sem dano para vossa alma nem para de outrem) e recusais o mais vantajoso para escolher o que é menos, contrariais um dos fins da vossa vocação, recusais fazer-vos o intendente de Deus e aceitar os seus dons e empregá-los no seu serviço se ele exigir. Trabalhai, pois, por ser ricos para Deus não para a carne e o pecado.

Essa passagem que Weber destaca demonstra uma inversão da atitude cristã em relação à riqueza. A mudança foi fundamental para a construção da ideologia do capitalismo, defensora do individualismo e da acumulação de riqueza. Outros autores mostraram que ela não se produz entre os católicos rapidamente.

No final do século XVI, uma escassez de moeda fez com que os preços de produtos agrícolas e manufaturados subissem de forma astronômica na Europa. A disparidade entre preços e salários tornou-se imensa e persistiu até o século XVII. Tanto os antigos senhores feudais, agora apenas proprietários de terras, quanto os trabalhadores foram profundamente atingidos por essa crise, perdendo boa parte de seu poder aquisitivo. Os únicos beneficiados foram os mercadores-capitalistas, cujos lucros se multiplicavam, tanto pelo declínio do valor real dos salários que pagavam quanto pela valorização das mercadorias estocadas. A venda da força de trabalho é uma característica muito forte das relações de trabalho capitalista. O avanço do comércio e a evolução das relações de trabalho para a venda da força humana são duas características marcantes desse período, que apontam para o capitalismo nascente. Ao invés de costumes e tradições, o que determinou a divisão das tarefas produtivas foi o mercado e a busca por lucros monetários. Isso determinou a criação do capitalismo. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Capital: É um conceito central para o capitalismo (daí o nome). Nesse modelo econômico, a busca por lucros e por acumulação de capitais são os pilares de sustentação.

Cabe destacar que os lucros dessa camada da sociedade eram acumulados na forma de ferramentas, equipamentos, instalações de fábricas, matérias-primas, meios de transporte e dinheiro, ou seja, eram acumulados na forma de materiais necessários para a produção e comércio de mercadorias. Esses materiais necessários são denominados **capital**.

A essência do capitalismo consiste na existência de uma camada de pessoas que detém o capital. Segundo Hunt e Sherman (2000, p.34):

[...] é a propriedade do capital que faculta aos capitalistas a obtenção de lucros; quando não são retirados do processo produtivo, os lucros convertem-se em estoque suplementar de capital; essa acumulação de capital redundando em mais lucros, que, por sua vez, conduzem a nova acumulação ainda maior, e assim por diante numa espiral ascendente.

No capitalismo, o capital é a fonte dos lucros. Então, esse sistema só pode surgir com uma acumulação prévia de capital. Conforme Hunt e Sherman (2000), essa acumulação prévia ocorreu a partir de quatro eventos:

- a. crescimento do comércio local, regional e internacional europeu;
- b. crescimento da produção manufatureira;

- c. cercamento dos campos comunais feudais e migração de parte da população rural para as cidades, para servir como mão de obra nas manufaturas;
- d. inflação dos preços no final do século XVI.

Essas foram as fontes mais relevantes para a acumulação de capital. No entanto, ainda existiram outras, como a pirataria, a exploração colonial e o tráfico de escravos. Com este acúmulo de capital, a camada dos mercadores-capitalistas, também chamados de burgueses, passou a ser a camada dominante, econômica e politicamente. Essa ascensão social esteve profundamente relacionada com o financiamento, por parte dos mercadores-capitalistas, das guerras de unificação dos estados-nação modernos.

Somente com a ascensão dos mercadores-capitalistas, ou seja, a classe média capitalista, ao poder político, a ética paternalista cristã perdeu realmente sua força sobre os costumes e tradições. A transição entre feudalismo e capitalismo foi marcada pelas práticas mercantilistas, por meio do qual o individualismo foi, aos poucos, tomando o lugar das relações sociais paternalistas.

3.3 O Mercantilismo e a transição para a economia moderna

O termo mercantilismo é utilizado para designar a fase inicial do capitalismo, quando as transformações nas relações econômicas e sociais ainda estavam ocorrendo. O mercantilismo não é, portanto, um modo de produção de riquezas, como o feudalismo ou o escravismo, mas uma fase intermediária e inicial do capitalismo.



Alguns acontecimentos como o renascimento do comércio, o ressurgimento das cidades, a unificação de Portugal e Espanha e o avanço árabe sobre Constantinopla, impedindo o comércio com o Oriente, estimularam a formação do mercantilismo.

Sendo assim, historiadores definem o final da Idade Média a partir da unificação de Portugal e Espanha, que se deu entre 1580 e 1640. Isto significa que, com o final da Idade Média, novas relações político-econômicas levaram à substituição do Feudalismo como forma de produzir riquezas na Europa. Essas novas relações, que tiveram início no século XV, foram chamadas de Mercantilismo.

Conforme Falcon (1987), o mercantilismo pode ser entendido como o conjunto de ideias e práticas econômicas que caracterizam a história econômica europeia e, principalmente, a política econômica dos Estados modernos europeus durante o período situado entre os séculos XV/XVI e XVIII.

Nesse sentido, entendemos que a definição de Dobb (1965 *apud* FALCON, 1987, p. 11) – “o mercantilismo foi essencialmente a política econômica de uma era de acumulação primitiva” – é ainda bastante esclarecedora, se entendermos essa acumulação primitiva como a acumulação prévia de Adam Smith, ou seja, um período anterior à existência da produção capitalista propriamente dita enquanto forma ou modo de produção dominante, como diria Marx, durante o qual diversas formas de acumulação de capital, não capitalistas por definição, tiveram lugar.

Nesse aspecto, se atentarmos para a expressão “política econômica”, poderemos recuperar a afirmação de Eli Heckscher (1955 *apud* FALCON, 1987, p. 12) de que “o Estado foi o sujeito e o objeto da política mercantilista”, ou seja, o mercantilismo foi, principalmente, a política econômica dos Estados modernos europeus.

Como se nota, no conceito de mercantilismo é impossível a dissociação entre o político e o econômico, a qual constitui uma das principais características da época situada entre o final da Idade Média e o início da Revolução Industrial. Vale observar que esse período histórico iniciou-se com as grandes navegações marítimas e os descobrimentos ocorridos nos séculos XV/XVI, que levaram à expansão comercial e colonial europeia. Ela também se dividiu em diversas fases, conforme os processos de transformação foram desenvolvendo-se.

Sua primeira fase é chamada de bulionismo. Esse período corresponde ao momento de grande inflação nos preços dos produtos agrícolas e manufaturados europeus, relacionado com a escassez de ouro e prata. Para permitir o intercâmbio de mercadorias, foram criadas políticas bulionistas que visavam a atrair para os países um fluxo constante de ouro e prata e, ao mesmo tempo, preservar o estoque desses metais por meio da proibição de sua exportação. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Essa fase durou do século XVI ao XVII. O país que mais aplicou medidas bulionistas foi a Espanha, para onde afluía a maior parte do ouro e prata proveniente da exploração colonial americana. No entanto, esse país dependia fortemente de produtos agrícolas e manufaturados de outras regiões europeias. Por meio de subornos de burocratas, os mercadores-capitalistas conseguiram contrabandear boa parte desses metais preciosos que logo se espalharam por toda a Europa. (HUNT; SHERMAN, 2000).

A segunda fase do mercantilismo estava relacionada com **políticas de manutenção da balança comercial favorável**. Assim, aos países interessava favorecer a exportação de produtos e, ainda, a prestação de serviços (navegação e seguros). Por meio dessas estratégias, era possível aumentar as reservas de ouro e prata do país, acumulando capitais. Para alcançar tais objetivos, foram estabelecidos monopólios comerciais. O monopólio concretizou-se com a

criação de companhias comerciais, as que controlavam determinados ramos da economia, e, ainda, com o estabelecimento de impérios coloniais submetidos ao monopólio comercial controlado pela metrópole. (SOUZA, 1999). Esse é também um fato conhecido nosso, já que o Brasil, durante seu período colonial, esteve submetido a esse tipo de monopólio controlado pela coroa portuguesa.

Para a manutenção da balança comercial favorável, a maior parte dos países europeus promulgou extensa legislação regulamentadora das atividades comerciais internas e externas. Nessas leis, ficaram estabelecidas as práticas de subsídios à produção interna e barreiras alfandegárias para produtos estrangeiros. Assim, a produção de mercadorias que enfrentava forte concorrência estrangeira era subsidiada pelo governo. Por outro lado, as matérias-primas necessárias para a indústria nacional tinham suas exportações dificultadas, enquanto aquelas que faltavam no país sofriam pouca restrição alfandegária. Por fim, diversas medidas foram adotadas para desestimular as exportações, como proibição de compra de determinadas mercadorias e o estabelecimento de taxas alfandegárias altíssimas sobre outras. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Além de regulamentar o comércio exterior, os governos dos países europeus também intervieram fortemente na produção local. Por meio de isenções fiscais e outros instrumentos de estímulo, os governos buscavam estimular o desenvolvimento de indústrias voltadas à exportação (pois visavam a acumular capitais internamente). Além disso, os governantes estabeleceram leis regulamentadoras dos métodos de produção e da qualidade das mercadorias.

Evidentemente, tais medidas favoreciam apenas a alguns grupos específicos, provocando fortes descontentamentos em outros. Esses grupos descontentes se organizaram para pressionar os governos a mudanças das normas.



O que significava esse amplo controle dos governos nas questões econômicas?

É possível dizer que os governos dos estados-nação utilizavam seu poder político para defender os interesses dos mercadores capitalistas, os quais haviam financiado a formação dos países. É evidente que muitas leis e regulamentações estavam fortemente relacionadas com os interesses de grupos que apoiavam economicamente os governos nacionais. No entanto, esse complexo arranjo de interesses e legislações muitas vezes tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento das atividades capitalistas. Aos poucos, os regulamentos que antes favoreciam a atividade comercial passaram a tornar-se o pesadelo dos empresários. Muitos grupos começaram a reivindicar a liberalização do controle dos impostos pelos governos.

Segundo Hunt e Sherman (2000, p. 45): [...] a característica mais marcante do período mercantilista foi o conflito que se estabeleceu entre uma ideologia econômica ultrapassada, a versão medieval da ética corporativa cristã, e uma nova ordem econômica e social com a qual essa ideologia tornou-se incompatível.

Durante todo o período mercantilista, os mercadores-capitalistas buscaram garantir a obtenção de lucros pela implantação de restrições legais. Essas restrições ainda eram vestígios da ética paternalista cristã medieval. Mas, aos poucos, ficou difícil conciliar essa ideologia com os interesses individualistas relacionados com a atividade comercial. Não era mais possível apelar para os costumes e tradições para proteger o lucro. Mas o princípio do lucro e da acumulação de capitais apenas seria possível numa sociedade que protegesse a propriedade e garantisse o cumprimento dos contratos impessoais.

Principais aspectos do mercantilismo

- a) Objetivo mercantilista: explorar outros países (ou regiões) para proporcionar acúmulo de riqueza ao país explorador.
- b) Características:
 - Metalismo: ouro e prata para obtenção de riquezas – Portugal e Espanha.
 - Balança comercial favorável: vender mais que comprar; restringir o negócio (Atos de Navegação) – Inglaterra.
 - Protecionismo: taxar impostos sobre produtos estrangeiros; coibir a saída de matérias-primas, ferramentas, armas e munições, conhecimentos técnicos; atingir maior eficiência agrícola – Inglaterra e França.
 - Industrialismo: produção uniforme e de alta qualidade de manufaturados (monopólios e subvenções) – França e Inglaterra.
 - Colonialismo: exploração e subordinação da colônia pela metrópole – Portugal e Espanha.

Vale reforçar que os dois pontos cruciais do mercantilismo foram a sua teoria monetária e a sua teoria da balança comercial, pois os demais itens do seu ideário têm esses dois pontos como pressupostos. Também não há dúvidas sobre o papel subordinário que o mercantilismo destinou à produção em geral, pois, a rigor, não se acha ligado a nenhum modo de produção em particular. (FALCON, 1987).

Isso demonstra que segundo a historiografia econômica tradicional, o mercantilismo não pode ser definido como um modo de produção, mas como um conjunto de práticas econômicas que variaram nos Estados europeus.

Há autores que discordam da tese de que o mercantilismo não se constituiu num modo de produção. Destaca-se, por exemplo, Cosimo Perrotta (1988 *apud* FALCON, 1996), para o qual os mercantilistas têm conceitos próprios e consistentes para a “produção” e o “trabalho produtivo”, e são estes conceitos que permeiam e embasam o conjunto de suas ideias econômicas. Assim sendo, faz-se urgente esclarecer dois outros grandes equívocos muito difundidos na historiografia econômica:

a) o de que o pensamento mercantilista, por definição, é um pensamento voltado quase exclusivamente para a circulação, as “trocas”, e que, portanto, privilegia sempre o comércio, a atividade mercantil e relega a plano secundário ou mesmo ao silêncio, a produção e o trabalho produtivo;

b) o de que os fisiocratas representam um notável avanço sobre as concepções mercantilistas, pois produziram o conceito de “excedente” e/ou “produto líquido”.

Nesse sentido, fica posto que os mercantilistas elaboraram os conceitos de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo. Reconheceram como “produtivo”, o trabalho que contribui para a reprodução da riqueza social, produzindo, pelo menos, tanta riqueza quanto àquela que esse mesmo trabalho consome; definiram como “trabalho produtivo”, também, o trabalho que produz excedente de riqueza em relação àquela por ele consumida; sobretudo, num e noutro caso, existe uma valoração positiva tanto do trabalho quanto do enriquecimento. (FALCON, 1996).

Contudo, é interessante que voltemos o nosso olhar para o papel transitório desempenhado pelo mercantilismo, que se caracterizou por uma forte intervenção do Estado na economia. Esse período histórico foi constituído por uma série de medidas tendentes a unificar o mercado interno e teve como finalidade a formação de fortes Estados-nacionais.

Figura 3.8 – Mercantilismo e absolutismo



Fonte: NOT1(2011).

A sociedade rural e artesanal, que corresponde à fase medieval, antecede a comercial e de manufatura, inerente à época moderna. Agora o comércio depende da abundância de moeda e da circulação das mercadorias. Alcançar a abundância de moeda era, efetivamente, um dos objetivos básicos dos mercantilistas, já que, segundo estes, a força do Estado dependia de suas reservas monetárias. Por outro lado, entre outros fatores, para obter uma produção suficiente, deviam ser utilizados hábil e eficazmente todos os recursos produtivos do país, em especial o fator trabalho.

Assim, toda nação forte precisava possuir uma grande população que fornecesse trabalhadores e soldados, e ao mesmo tempo o mercado correspondente. As possessões coloniais deveriam fornecer metais preciosos e matérias-primas para alimentar a manufatura nacional, ao mesmo tempo em que constituíssem mercados consumidores dos produtos manufaturados da metrópole. Proibiam-se as atividades manufatureiras nas colônias, e o comércio, em regime de monopólio, era reservado à metrópole.

Tráfico de negros atende às exigências do mercantilismo

Durante muito tempo, justificou-se a escravidão do negro africano no Brasil pela falta de adaptação do índio nativo ao regime de trabalho compulsório, o que dava a entender que o negro se adaptava mais facilmente à escravidão ou, ao menos, não apresentava tanta resistência, sendo, portanto, mais servil e obediente.

[...]

A opção pela escravidão do negro decorreu, na verdade, da natureza do sistema que ordenava as relações entre a metrópole e as colônias de exploração, denominado sistema colonial, o qual era parte de um receituário econômico que, ao lado do protecionismo, dos monopólios e das medidas de apoio às manufaturas, compunha o mercantilismo.

No contexto dessa estratégia, cabia à colônia complementar a economia metropolitana suprindo, de um lado, as necessidades de consumo e, de outro, fornecendo produtos que pudessem ser exportados com vista à obtenção de uma balança comercial favorável. Dessa forma, a metrópole acumularia ouro e prata, metais considerados pelos pensadores mercantilistas expressão da riqueza e do poder dos Estados durante a Idade Moderna.

A captura do negro na África e a sua venda para as colônias na América eram um instrumento de poder sobre a colônia (pois controlava o fluxo da mão de obra, vital para a produção colonial) e, ao mesmo tempo, o negócio mais lucrativo entre todos os que envolviam o comércio colonial.

O tráfico atendia, portanto, às exigências do sistema colonial e do mercantilismo, pois gerava uma via de comércio que proporcionava acumulação de capitais na metrópole. Seu papel decisivo levou alguns historiadores a afirmar que não foi a escravidão que gerou o tráfico, mas o tráfico que gerou a escravidão. (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, é importante destacar que a economia clássica posterior ao mercantilismo, cujo principal representante foi Adam Smith, preconizou, ao contrário, a livre atividade comercial e manufatureira em qualquer território -- colônia ou metrópole --, já que, segundo seus princípios, a riqueza não se identificava com o simples acúmulo de reservas monetárias, mas com a própria produção de bens. No século XX, porém, o economista britânico John Maynard Keynes retomou formulações do mercantilismo e afirmou a existência de similitudes entre sua própria teoria do processo econômico e a teoria mercantilista.

Independentemente das diversas análises econômicas a que foi submetido, o mercantilismo foi o instrumento que assegurou as condições econômicas e financeiras necessárias a garantir a expansão dos estados absolutistas europeus. Entre os representantes do mercantilismo distinguiu-se o francês Jean-Baptiste Colbert, ministro da Fazenda de Luís XIV, de tal importância que seu nome serviu para cunhar o termo pelo qual é conhecida a variante francesa do mercantilismo, o colbertismo.

Na Grã-Bretanha, além de Thomas Mun, sustentaram a mesma orientação James Steuart e Josiah Child, assim como na França Jean Bodin e Antoine de Montchrestien. Em Portugal, as primeiras reformas do marquês de Pombal revelam sua filiação à teoria mercantilista.

Capítulo 4

A economia entre o moderno e o contemporâneo

Paola Beatriz May Rebollar

Alexandre de Medeiros Motta (Revisão e ampliação)

Habilidades

No presente estudo, você desenvolverá a habilidade de identificar as principais características dos modos de produção construídos ao longo da história e os principais fenômenos econômicos da época moderna.

Seções de estudo

Seção 1: Mudanças econômicas e a colonização da América

Seção 2: Do triunfo do capitalismo industrial ao protesto socialista

Seção 1

Mudanças econômicas e a colonização da América

Com o fim do império romano (século V), o comércio e as cidades perderam importância econômica. Durante a Idade Média europeia, a maior parte das pessoas vivia nas áreas rurais, como servos de senhores feudais. A agricultura voltara a ser a principal atividade econômica. A partir do ano 800 houve uma queda da taxa de mortalidade em decorrência da diminuição das guerras, de avanços da medicina e melhorias da alimentação, com o cultivo de novos produtos, por exemplo, a aveia. Teve início um período de grande crescimento demográfico, o que levou à necessidade de aumentar a produção agrícola. Assim, novas áreas passaram a ser cultivadas; novas tecnologias, como arados de madeira, foram introduzidas.

Diante desse contexto, a produção agrícola passou a gerar excedentes, que puderam ser comercializados. Com o passar dos séculos, o comércio foi renascendo na Europa. Produtos da Ásia, principalmente da China e da Índia, passaram a ser comercializados e adquiriram grande valor econômico. O comércio era feito nas encruzilhadas das antigas estradas. Nesses locais foram fundadas cidades, inicialmente pequenas, mas que, aos poucos, foram aumentando de tamanho e importância. Essas cidades eram chamadas de burgos, e seus habitantes, burgueses.

Na Europa, o poder político estava descentralizado. Por outro lado, o norte da África, o Oriente Médio e a Península Ibérica foram conquistados por um forte império: o Império Árabe. O renascimento comercial foi estimulado pelas Cruzadas, expedições de cristãos que buscavam retomar Jerusalém, na época dominada pelos árabes. Em 1453, os árabes conquistaram a cidade de Constantinopla. Por essa cidade passavam as principais rotas comerciais entre Oriente e Ocidente.

A conquista de Constantinopla fechou a passagem e cortou o sistema comercial europeu. Esse evento causou profundas transformações em todo o mundo. Além disso, o mercantilismo tornou-se a política econômica dos Estados modernos europeus, que impulsionaram as grandes navegações marítimas europeias. Na sequência, vamos compreender como tudo aconteceu.

1.1 A Europa no limiar do moderno

São vários os fatores que permitem entender as grandes navegações marítimas europeias. Para isso, primeiramente, é necessário analisar algumas características da Europa que, a partir dos séculos XI a XIII, inauguraram o período conhecido como Renascimento Comercial.

No decorrer desse período, a Europa foi marcada por um crescimento acentuado do comércio. Seu território foi cortado por rotas comerciais e multiplicaram-se as feiras, onde os comerciantes se encontravam para negociar produtos locais ou especiarias e a seda das distantes Índias. A moeda passou a ser usada novamente e ressurgiram as cidades, com sua economia mais dinâmica, ampliando a população e com ela a produção agrícola.

Porém, esse renascimento comercial chegou a seu limite frente à estrutura feudal. O crescimento da população urbana provocou uma crise no campo sem precedente, tornando incapaz de sustentar a população em geral. Além disso, a produção de moeda provocou o esgotamento das minas e a exploração dos servos no trabalho gerou revolta por toda parte da Europa. Tudo isso provocou contradições, que forçaram reavaliar a estrutura político-econômica europeia.



A partir do século XIV, o enriquecimento econômico descrito sofreu sério abalo. Por essa época, uma conjunção de fatores levou os europeus a mergulhar em uma profunda crise econômica e social, fazendo-os conviver com a desolação, medo, fome e morte.

Entre esses fatores, destaca-se a instabilidade decorrente da conquista de territórios do Império Bizantino pelos turcos otomanos, fazendo com que a economia europeia se retraísse, pois os bizantinos eram parceiros comerciais da Europa ocidental. Além disso, nesse mesmo período, secas prolongadas prejudicaram a agricultura e deixaram parte da população europeia sem alimento.

Agravando ainda mais essa situação, em meados do século XIV, a Europa é atingida pela Peste Negra. Essa doença chegou em 1374 por meio de navio genovês vindo do Oriente e espalhou-se rapidamente pelo continente. Calcula-se que entre as décadas de 1340 a 1350 a Peste Negra tenha matado cerca de 25 milhões de pessoas, ou seja, quase um terço de toda população europeia. Esses fatores, associados às guerras travadas entre os reinos europeus – Guerra dos Cem Anos, da Reconquista e das Duas Rosas, por exemplo – provocaram insatisfação generalizada em toda população.

Desse modo, para contornar essa crise, era necessário promover a descoberta de novas fontes de minérios e de mercadorias, bem como frear a crise política, por meio do fortalecimento do Estado, para conter as revoltas. Assim, a expansão marítima associada à centralização monárquica tornaram-se as alternativas mais concretas para superar a crise europeia. Inauguravam-se, assim, os tempos modernos.

Os europeus passaram então a estimular as navegações marítimas em grande escala, com a finalidade de obter metais preciosos, pois a expansão comercial europeia acarretou a crescente necessidade dos metais para a cunhagem de moedas. O fato é que boa parte do ouro e da prata existentes na Europa já tinha destino certo: o pagamento de mercadorias no comércio com o Oriente. Por isso, esses metais se tornaram escassos no continente, forçando a procura por novas fontes fora da Europa.

1.2 A Península Ibérica e o expansionismo marítimo

A Península Ibérica se encontra no sudoeste da Europa, onde, hoje, estão localizados Portugal e Espanha. Nesta sentido, vamos analisar o processo de formação desses países e como sua unificação causou mudanças profundas na economia mundial.

Figura 4.1- Península Ibérica



Fonte: Petrin (2014).

Ao longo de séculos, a Península Ibérica foi ocupada por gregos, romanos, visigodos e por árabes. Com os gregos, foram introduzidas as oliveiras e as

técnicas de fazer azeite de oliva. Os romanos trouxeram o comércio. A partir do século XIII, os árabes islâmicos invadiram a região, em suas conquistas de expansão.

Depois de séculos de domínio árabe, os cristãos da península uniram-se para reconquistá-la. Essa união deu origem às Guerras de Reconquista. Com a reconquista, aos poucos, os cristãos retomaram parte do território e formaram alguns reinos: Aragão, Castela e Leão. Esses estados cristãos tinham como principal objetivo a luta contra os árabes e a reconquista de toda a península ibérica, lutas que levaram mais de 400 anos.

No século XV, os reinos de Leão e Castela se uniram e formaram um só reino, que correspondia à maior parte da região. Em 1476, o casamento entre Isabel (rainha de Castela e Leão) e Fernando de Aragão deu novo fôlego às guerras de reconquista, e os árabes foram finalmente expulsos da Península Ibérica. (DUBY, 1990; HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).

Durante as lutas, uma região dessa península foi negociada com a família nobre dos Borgonha. Essa negociação previa que, caso a referida família conseguisse a expulsão dos árabes do chamado Condado Portucalense, receberia a propriedade desse condado como prêmio. Com a expulsão total dos árabes, os Borgonha receberam o condado e declararam sua independência em relação ao reino da Espanha. Assim, surgiu o primeiro país de fato do mundo: Portugal. (DUBY, 1990; HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963). Vale observar que, antes do século XV, não existiam os países como hoje os conhecemos. Antes disso, as regiões eram divididas, mas não formavam países. Algumas regiões eram reinos; outras, condados; outras eram cidades livres. Apenas com a formação de Portugal, teve início a formação dos modernos **Estados Nacionais**. Durante as Guerras de Reconquista, a economia da península ibérica passou por fortes transformações. Depois do fim do império romano, a base da economia da península era a agricultura e a pesca marítima, tanto no mar Mediterrâneo quanto no Oceano Atlântico. Com a expulsão dos árabes, o comércio teve novo crescimento.



No período que abrangeu toda a Idade Média europeia, o comércio ficou enfraquecido devido à grande violência e instabilidade que reinavam em todo esse continente. Mas, no império árabe, a situação era outra, uma vez que com poderosos exércitos e importantes generais, os árabes conseguiram conquistar muitas regiões. Sua medicina, matemática, astronomia e literatura tiveram grande avanço.

Enquanto isso, na Europa, a Igreja Católica foi aos poucos se tornando a única detentora de conhecimentos desse tipo. A Igreja promoveu a não alfabetização

da população e reuniu em seus acervos os poucos livros que restaram do império romano. Já na Península Ibérica, a invasão árabe e a subsequente expulsão dele, trouxe a portugueses e espanhóis não apenas desvantagens, uma vez que possibilitou a construção do conhecimento.

Assim, a passagem dos árabes deixou um legado de conhecimentos variados de matemática e astronomia que favoreceram fortemente o comércio na Península Ibérica. A matemática foi importante para calcular custos e lucros, bem como juros, por exemplo. Já a astronomia foi fundamental para a navegação tanto no Mediterrâneo quanto no Atlântico.

Enquanto portugueses e espanhóis lutavam contra os árabes, na Península Itálica a situação era outra. A retomada do comércio no final da Idade Média europeia teve profunda relação com o crescimento de Cidades-Estados italianas, como Gênova e Veneza. Essas Cidades-Estados eram controladas por famílias nobres, que se dedicaram a reabrir o mar Mediterrâneo para o comércio, como haviam feito muitos séculos antes os romanos.

Os comerciantes das Cidades-Estados italianas buscavam suas mercadorias na Ásia e na África. Da Ásia, as mercadorias eram transportadas por caravanas terrestres até a cidade de Constantinopla (atual Istambul, capital da Turquia). Da África, os europeus recebiam as mercadorias vindas da Índia, também por meio de caravanas terrestres. Genoveses e Venezianos obtinham essas mercadorias e as distribuíam na Europa, alcançando grandes lucros. (HILTON, 1982; HUBERMANN, 1981; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).

Com o fim do império romano, Constantinopla tornou-se a única cidade importante da Europa. Ela havia sido fundada há muitos séculos e seu primeiro nome foi Bizâncio. Sua localização é extremamente privilegiada para o comércio, pois fica no estreito de Bósforo, a ligação mais simples e segura entre Europa e Ásia. Além desse estreito, existem apenas altas montanhas congeladas ou inhóspitos desertos. Assim, podemos imaginar a importância dessa cidade.

Com o fim da dominação imposta a portugueses e espanhóis, pelos árabes, o caminho para o comércio tornou-se mais fácil. As cidades de Porto e Lisboa, localizadas no litoral português, tornaram-se pontos importantes para o comércio dos italianos com o restante da Europa. Os reis de Portugal e Espanha viram no comércio uma importante fonte de renda e passaram a estimulá-lo em seus territórios. Aos poucos, o número de feiras e empresas de comércio ligadas à distribuição de produtos orientais e pesqueiros aumentou significativamente. (DUBY, 1990; HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).



A sociedade em Portugal, na Espanha e nos países árabes se complexificou. Além de nobres proprietários de terras e servos trabalhadores agrícolas, surgiu a burguesia mercantil, que dominava o comércio; e os navegadores, que detinham os conhecimentos necessários para essa atividade. (DUBY, 1990; HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).

O expansionismo marítimo-comercial português

A dinastia dos Borgonha, que levou à unificação de Portugal, chegou ao fim no século XV. Uma crise política relacionada com a atividade comercial levou ao poder outra família nobre, os Avis. Essa família centralizou todo o poder nas mãos do rei, mas manteve alianças com a nobreza proprietária de terras, grupo predominante na sociedade portuguesa; e com a burguesia mercantil, visando a desenvolver ainda mais o comércio. A dinastia Avis deu início a uma monarquia absolutista. Essa centralização significava o controle da arrecadação de impostos, constituição de um exército unificado e mediação entre os interesses da nobreza e da burguesia. (HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).

Cabe destacar que Portugal apresentou, nesse processo de expansão marítima, algumas características importantes em relação à Espanha, entre as quais Duby (1990); Hilton (1982); Hubermann (1986); Le Mené (1979) e Pirenne (1963) destacam:

- a. experiência com pesca no Atlântico;
- b. localização à beira do oceano Atlântico;
- c. desenvolvimento comercial das cidades litorâneas;
- d. comércio com algumas tribos africanas na região de Ceuta, Cabo Bojador, Guiné e Congo;
- e. centralização do poder na figura do rei.

Quando os árabes invadiram Constantinopla em 1453, o lucrativo comércio com o Oriente foi ameaçado. A rota segura até então utilizada pelas caravanas terrestres e pelos navegadores genoveses e venezianos foi fechada. Diante disso, havia duas opções: desistir do comércio como atividade econômica ou buscar uma nova rota para a distribuição dos produtos chineses e indianos. (DUBY, 1990; HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).

Assim, em virtude das mencionadas características, os portugueses estavam numa situação que facilitou o seu pioneirismo na expansão marítima e na busca

do novo caminho para o Oriente. Ao longo do século XV, os portugueses conseguiram contornar o extremo sul da África e chegar às Índias. Esse evento foi extremamente importante, pois o fluxo de mercadorias orientais foi retomado e os navegadores, burgueses e nobres portugueses, obtiveram grandes lucros. (HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).

Mouro é um termo que se relaciona ao povo de origem árabe-berbere, do noroeste da África, que conquistaram a Península Ibérica por volta do século VIII.

Destaca-se, também, além desses fatores, o papel exercido pela Ordem dos templários na expansão marítima portuguesa. A Ordem do Templo, como era conhecida na época, foi fundamental na reconquista cristã e, por conseguinte, na formação de Portugal, bem como no seu papel relevante no processo de povoamento e controle do território conquistado ao **Mouro**. Esse serviço foi recompensado com a atribuição de bens, nomeadamente terras, castelos e outras regalias, que a tornou uma instituição muito poderosa e influente.

No entanto, a Ordem do Templo, depois de quase duzentos anos de existência, foi perseguida, levando-a à extinção. Esse episódio foi encabeçado pelo Rei Filipe, o Belo, da França, que obteve o consentimento do Papa Clemente V para condenar ao fim a instituição.

No entanto, o rei de Portugal, Dom Dinis, não concordou com o decreto papal que findou a Ordem do Templo, em reconhecimento aos serviços prestados na defesa e povoamento do seu território. Assim, por meio do consentimento do Papa mantiveram-se os mesmos efetivos, bens e estrutura organizativa da instituição, embora alterasse o nome para Ordem de Cristo (e não mais Ordem do Templo).

A partir daí, essa Ordem promoverá as empresas mais importantes e significativas de toda a História de Portugal: as viagens marítimas de descobrimento. Por meio da liderança do Grão Mestre da Ordem de Cristo, o Infante Dom Henrique, Portugal ficará conhecido como o primeiro império global da humanidade e o pioneiro da construção da globalização. Assim, por volta do século XV, a Dinastia de Avis, fundada por Dom João I, comandou o processo de descobrimento de novos caminhos marítimos e de novos territórios e povos desconhecidos.



Após a conquista de Ceuta, em 1415, o Arquipélago da Madeira foi descoberto em 1419/20. Isso sucedeu uma série de viagens que culminaram com a navegação da costa africana, na passagem do temível Cabo das Tormentas, até a chegada à Índia por via marítima (1498) e a descoberta oficial do Brasil em 1500. Agora, Portugal tornara-se uma potência mundial.

A concorrência espanhola foi regulamentada sob os auspícios da Santa Sé e consagrada no Tratado de Tordesilhas em 1494, com a divisão do mundo em duas partes, à luz da teoria do *Mare Clausum*, de forma a conciliar as duas monarquias cristãs (Portugal e Espanha), em relação aos territórios conquistados e por serem conquistados. A figura a seguir apresenta um mapa com as principais expedições marítimas portuguesas que se conduziram para além do território europeu.

Figura 4.2 – As grandes navegações marítimas portuguesas



Fonte: Luiz Júnior (2011).

O expansionismo marítimo-comercial espanhol

Como visto, os espanhóis também entraram na corrida pela expansão marítima, porém, um pouco depois dos portugueses, porque ainda lutavam contra os árabes em seu território. Sem navegadores experientes, os reis espanhóis decidiram financiar o projeto de um genovês: Cristóvão Colombo. (HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).

Sousa (2013) destaca alguns aspectos referentes a expansão marítima espanhola.

No ano de 1492, a aliança matrimonial entre os herdeiros dos tronos dos reinos católicos de Aragão e de Castela, Fernando e Isabel, asseguraram a vitória contra os muçulmanos na chamada Guerra de Reconquista. A partir de então, o recém-formado governo espanhol decide contratar os serviços de um navegador italiano chamado Cristóvão Colombo. Na época, os reis espanhóis investem no projeto de criação de uma rota que dava acesso às Índias através da navegação do Atlântico rumo a Oeste.

Em princípio, a ideia era de que a circunavegação da Terra pudesse oferecer um novo acesso ao continente indiano. Contudo, os três navios utilizados para esse fim acabaram batendo na ilha de Guanaani, no Caribe. Após batizar a ilha de San Salvador, Colombo fez outras viagens onde encontrou as ilhas de Cuba, Bahamas e São Domingos. Ainda pensando estar nas Índias, Colombo batizou os moradores locais de “índios”.

Pouco tempo depois, outros navegadores e companheiros de viagem demonstraram que Cristóvão Colombo havia feito a descoberta de um novo continente entre a Europa e a Ásia. O navegador florentino Américo Vespúcio foi o responsável por oficializar tal constatação e, por tal razão, acabou tendo o nome usado para nomear a América, o mais novo continente do mundo.

Após essa valorosa conquista marítima, o navegador Vasco de Balboa conseguiu, em 1513, alcançar o oceano Pacífico, atravessando a América Central. Em um projeto ainda mais ousado – executado entre 1519 e 1521 – a expedição de Fernão de Magalhães realizou a primeira circunavegação ao redor do mundo. Dos quinhentos e doze tripulantes dessa corajosa viagem, apenas dezoito sobreviveram no retorno à Europa.

Durante seu processo de expansão, os espanhóis adentraram o interior das terras conquistadas em busca de metais preciosos. Nesse contexto, encontraram diversas civilizações contra as quais travaram um sangrento processo de conquista e dominação. E assim, pela cobiça e a força das armas, os espanhóis formaram um grande império colonial que fortalecia a Coroa Espanhola. SOUSA (2013).

O expansionismo marítimo-comercial francês, holandês e inglês

Inglaterra, França e Holanda seguiram atrás de Portugal e Espanha no processo expansionista marítimo-comercial, em decorrência da centralização política tardia dessas nações. Inglaterra e França envolveram-se na Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e, após este longo conflito, a Inglaterra passa por uma guerra civil - a Guerra das Duas Rosas (1455-1485); já a França, no final do conflito com a Inglaterra, enfrenta uma fase de lutas internas no reinado de Luís XI (1461-1483).

Após esses eventos, os ingleses, durante o reinado de Elizabeth I (1558-1603), e os franceses, no reinado de Francisco I, iniciaram a expansão marítima. A Holanda, por sua vez, pelo fato de ser um feudo espanhol, tem seu processo de centralização política atrasado, o que consegue com o enfraquecimento da Espanha e sua consequente independência, dando início a sua expansão marítima.

A França organizou as suas primeiras expedições marítimas no século XVI, com a intenção de atingir a América, atacando e saqueando possessões portuguesas e espanholas. Entre 1534 e 1535 ocuparam a foz do Rio São Lourenço, na América do Norte, onde foi criada a colônia Nova França. A partir daí, aos poucos, seguiram as expedições, até atingir uma vasta região dos EUA, onde atualmente localiza-se o Estado de Luisiana.

As expedições inglesas só tiveram êxito em 1607, quando a empresa privada London Company fundou a colônia Virginia, no litoral atlântico dos Estados Unidos. Nesse mesmo período, outra empresa privada, a Plymouth Company, iniciou a ocupação da Nova Inglaterra. Desde então, o processo de colonização inglesa se fortaleceu, formando as treze colônias inglesas que deram origem aos Estados Unidos.

Os holandeses, só depois da criação da Companhia de Comércio das Índias Orientais, em 1602, e da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, em 1621, iniciaram, de fato, a sua expansão marítima. No Oriente Médio, atingiram porções do Império luso-espanhol. Entre os anos de 1630 e 1654, ocuparam as regiões da Bahia e Pernambuco no Brasil, tomando posse da produção açucareira e dos lucros do tráfico negreiro. Em 1654, foram obrigados a deixar o território brasileiro e se instalaram na Guiana e nas ilhas de Curaçao, nas Antilhas, onde desenvolveram a produção açucareira. Na América do Norte, atingiram o vale do Hudson, onde foi criada a colônia Nova Amsterdã, que posteriormente viraria a cidade de Nova York.

Como consequências deste expansionismo marítimo europeu, várias mudanças ocorreram, principalmente na Europa, entre as quais citamos: fortalecimento do Estado absolutista; mudança do eixo econômico do mar Mediterrâneo para o oceano Atlântico – Indico, havendo, assim, um crescimento dos países ibéricos e um declínio das cidades mercantis italianas; adoção da política econômica mercantilista, que se baseava tanto no protecionismo do Estado como no regime de monopólios, como foi o caso do Sistema Colonial de exploração; enorme afluxo de metais (ouro e prata) para a Europa proveniente da América, provocando a chamada revolução dos preços; o retorno do escravismo dos povos africanos em moldes capitalistas; o eurocentrismo ou a hegemonia europeia sobre o mundo; o processo de acumulação primitiva de capitais que resultou na formação social do capitalismo, do qual se destaca a burguesia

mercantil nos países do atlântico, que logo se internacionalizou. Nessa última consequência, esclarece-se que o comércio passou a ser realizado em escala global, onde as mercadorias saíam da Ásia com destino às Américas e à Europa, que também comerciava com a África. Eram produtos das mais diversas naturezas que percorriam o globo em quantidades cada vez maiores. Agora, a classe da burguesia mercantil viu seus lucros aumentarem de maneira espantosa e os soberanos aproveitaram essa prosperidade para aumentar ainda mais o seu poder, tornando-o absoluto.

Reforça-se também que o processo de desenvolvimento das grandes navegações marítimas europeia deu-se no contexto das práticas mercantilistas, em plena transição entre o feudalismo e o capitalismo, cujas principais características serão abordadas na sequência.

1.3 O Mercantilismo como política econômica

Na Europa, no final da Idade Média, ocorreram profundas mudanças. Alguns fatos levaram ao estabelecimento de novas relações político-econômicas, o chamado Mercantilismo que, apesar de não ser considerado por muitos pesquisadores como um verdadeiro modo de produção, foi o conjunto de práticas econômicas que se desenvolveu na Europa após a queda de Constantinopla. Perdurou até o século XVIII, coincidindo como uma era de grande expansão econômica na Europa.



Muitos pesquisadores apontam o mercantilismo como uma fase inicial do Capitalismo, e não como um modo de produção separado. (FRANCO JR; CHACON, 1991).

De forma simplificada, o Capitalismo é o sistema econômico em que o capital é de posse privada e é conduzido por seu proprietário para que possa ser reproduzido. Mas o que isso significa? Em primeiro lugar, precisamos entender o que é capital.

O capital é um conjunto heterogêneo de riquezas. Pode ser moeda, terras, navios, instrumentos necessários para a realização da agricultura, máquinas e equipamentos como moinhos, engenhos, fábricas etc. O capital é tudo aquilo que se usa para produzir mais riquezas, ou seja, podemos dizer que é um “valor que se valoriza”. (FRANCO JR; CHACON, 1991).

O Capitalismo como o vivenciamos hoje não surgiu do dia para a noite. Esse modo de produção de riquezas foi-se desenvolvendo ao longo do tempo. Com isso, suas características também foram se transformando. É possível dizer que

o Capitalismo passou por diferentes estágios, como o Capitalismo Comercial, o Capitalismo Industrial, até chegar ao Capitalismo Financeiro que vivemos hoje.

Em sua fase comercial, o Capitalismo tinha na circulação a base do sistema. Assim, para que o capital pudesse gerar riquezas, era necessária a sua circulação. Contudo, no século XV, o sistema econômico não era capaz de se automanter. Isto ocorreu segundo Franco Jr e Chacon (1991), em virtude de diversas características da prática econômica desse período, as quais são apresentadas na sequência.

- a. A agricultura não era capitalista: a mão de obra não era assalariada, diferentemente do Feudalismo, em que os agricultores eram servos que trocavam seu trabalho nas terras dos nobres por proteção, em caso de ataques e guerras.
- b. A produção industrial também não era capitalista: a transformação de produtos naturais em produtos manufaturados era muito incipiente, não havia padronização da produção, cada produto era elaborado especialmente para seu comprador.
- c. Nem todos os segmentos da sociedade eram produtivos: a nobreza e o clero apenas consumiam as riquezas, sem reproduzi-las.

Diante dessas características, o Capitalismo Comercial precisou de intervenção externa. Essa intervenção foi realizada pelo Estado por meio da política mercantilista. Assim, quando Portugal se tornou um país moderno e constituiu uma monarquia absolutista, a ação dos reis foi fundamental para o desenvolvimento econômico. Essas ações foram chamadas de Mercantilismo. (DUBY, 1990; FRANCO JR, H.; CHACON, P.P., 1991; HILTON, 1982; HUBERMANN, 1986; LE MENÉ, 1979; PIRENNE, 1963).

É importante destacar que o Mercantilismo marcou uma mudança profunda nos objetivos econômicos da Idade Moderna em relação à Idade Média. Durante a Idade Média, o principal objetivo econômico do feudalismo era a transformação da situação dos indivíduos dentro da sociedade, ou seja, a produção econômica visava a garantir a situação da nobreza e do clero, como segmentos dominantes e dos servos como segmentos produtivos. Já na Idade Moderna, o principal objetivo econômico do mercantilismo era obter o maior lucro possível para o país. Para a obtenção de lucros, o Mercantilismo pregava a necessidade de explorar outros países.



Segundo o pensamento mercantilista, a única forma de aumentar as riquezas de um país seria a exploração de outras regiões.

Assim, o Mercantilismo foi uma política de intervenção econômica praticada pelos modernos Estados Nacionais visando à unificação de seus territórios, à superação de crises e ao engrandecimento do país. (FRANCO JR; CHACON, 1991). A figura a seguir ilustra um organograma com essas principais características do mercantilismo.

Figura 4.3 - O Mercantilismo



Fonte: Araújo (2014).

O Mercantilismo teve início em Portugal e na Espanha, pois foram os primeiros países a se formarem. Mas, aos poucos, outros países europeus foram constituindo-se e adotando o Mercantilismo. Apesar das especificidades locais que o Mercantilismo assumiu em cada país europeu, Franco Jr. e Chacon (1991) destacam cinco traços essenciais, os quais são apresentados na sequência.

Metalismo

Desde a Idade Média, a riqueza de uma região era mensurada a partir da quantidade de metais preciosos (ouro e prata) disponíveis. Com o passar dos séculos, a obsessão pelos metais se tornou cada vez maior, especialmente depois da descoberta de jazidas nas Américas. Os metais eram necessários, porque havia pouco crédito. A moeda era utilizada para a compra de alimentos em ocasiões de crises agrícolas e para a manutenção de exércitos. Para os mercantilistas, o ouro e a prata não eram as únicas formas de riqueza, mas os melhores instrumentos para obtenção de riquezas.

Balança comercial favorável

Essa característica foi marcante, principalmente nos países que não possuíam suas próprias fontes de metais preciosos, como a Inglaterra. O conceito de balanço comercial favorável não se restringia apenas ao balanço entre importação e exportação de mercadorias. Esse conceito englobava as mercadorias e o balanço de pagamentos. Esse balanço de pagamentos era uma demonstração contábil das mercadorias, direitos e compromissos como débitos, créditos, seguros, fretes etc. Na prática, a Inglaterra definiu a balanço comercial favorável como objetivo econômico, por meio dos Atos de Navegação, os quais definiam que todas as mercadorias só poderiam ser levadas ou trazidas da Inglaterra em navios ingleses.

Protecionismo

Para atingir o objetivo econômico da balanço comercial favorável, alguns países, como a Inglaterra, adotaram políticas protecionistas, as quais definiam altas taxas alfandegárias sobre as mercadorias estrangeiras, em especial as que tivessem similares nacionais. Por outro lado, as matérias-primas eram pouco taxadas, já que, depois de processadas, poderiam ser exportadas por valores superiores, gerando lucros ao país. Ao lado do Protecionismo, que evitava a entrada de produtos estrangeiros e garantia o mercado interno aos produtos nacionais, havia ainda a preocupação de evitar a saída de matérias-primas, ferramentas, armas e munições, bem como de conhecimentos técnicos. Essas estratégias, associadas à maior eficiência agrícola, permitiram que houvesse grande acúmulo de capitais na Inglaterra, o que possibilitou o desenvolvimento industrial desse país.

Industrialismo

Alguns países, como França e Inglaterra, perceberam logo que a exportação de produtos manufaturados era muito mais lucrativa que a exportação de matérias-primas. Assim, os governos desses países estimularam a produção industrial por meio do estabelecimento de monopólios e subvenções. O objetivo econômico dessas ações era gerar a produção de manufaturados uniformizada e de alta qualidade, com preços favoráveis e margens de lucro maiores.

Colonialismo

A base do pensamento mercantilista era de que a única forma de aumentar as riquezas de um país seria a exploração de outras regiões. Dessa forma, o colonialismo tornou-se uma estratégia interessante. Se a colônia dispusesse de metais nobres, o principal objetivo econômico de produzir o máximo de riqueza para o país seria atingido direta e imediatamente. Se, por outro lado, a colônia não dispusesse de metais nobres, outros produtos que pudessem ser revendidos

na Europa seriam explorados. Assim, o sistema colonial mercantilista propiciava a acumulação de capitais nas metrópoles. É importante destacar que esses traços foram explorados de forma diferente em cada país. Enquanto Portugal e Espanha enfatizaram o Metalismo e o Colonialismo, voltando-se para a circulação, Inglaterra e França enfatizaram o Protecionismo e o Industrialismo e voltaram-se para a produção.

1.4 Os efeitos econômicos das grandes navegações marítimas europeias

O renascimento comercial do final da Idade Média reanimou o comércio entre Europa e Ásia. Portugal e Espanha buscaram novos caminhos e novos produtos para o lucrativo comércio europeu, por meio da expansão marítima. O acúmulo de capital, possibilitado pelo renascimento comercial e a entrada de produtos americanos na Europa, levou o Capitalismo (comercial) a uma nova fase: a industrial. As tecnologias desenvolvidas ao longo de séculos, associadas aos capitais comerciais, tornaram a atividade industrial uma importante atividade econômica.

Bens de produção

são propriedades que permitem a obtenção de capital. Podem ser exemplos de bens de produção naquele período: os navios, as velas, os estaleiros, os depósitos, as terras agrícolas, os instrumentos agrícolas, os moinhos, entre outros.

No século XV, o comércio europeu viveu um momento de crise devido à conquista de Constantinopla (1453), impedindo o comércio direto com o oriente. Com esse bloqueio, os produtos orientais, principalmente especiarias importantes para a conservação de alimentos, atingiram preços altíssimos nos mercados europeus. Na Península Ibérica, reis e grandes mercadores procuraram reunir capitais e navegadores para organizar viagens, visando a encontrar um novo caminho para o oriente. Essas viagens eram muito caras, pois os navios eram **bens de produção** extremamente caros, e as viagens em si nem sempre bem-sucedidas, o que tornava os seguros bastante caros também.

Somente em 1498, a primeira expedição portuguesa atingiu a cidade de Calicute, na Índia. Apesar de quase cinquenta anos de investimentos, essa viagem possibilitou a obtenção de altíssimos lucros, oriundos da comercialização dos produtos orientais.

Paralelamente, o reino de Aragão também começava a investir em navegações. Com a união a Castela, esses reinos deram origem à Espanha, que iniciou sua política de expansão marítima financiando o projeto do navegador genovês, Cristóvão Colombo.

Como sabemos, Colombo não chegou à Ásia, e sim à América. Os reis espanhóis, buscando tomar posse das novas terras, levaram ao início de uma forte reação

dos portugueses e de longas disputas diplomáticas entre os dois países. Para resolver o conflito, foi feito um acordo de divisão das terras: o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494. (BERLOTTO; CORREA, 1979; CHAUNU, 1969; DECCA, 1985; FERLINI, 1984; FREYRE, 1987; PRADO JR, 1976; ROMANO, 1973).

Figura 4.4- Localização do Tratado de Tordesilhas



Fonte: Dreguer e Toledo (1995, p. 139).

A realização desse tratado demonstra algumas características do Mercantilismo, como, primeiramente, a intervenção estatal para garantir a posse de terras a serem exploradas visando a gerar o maior lucro possível para cada país. Demonstra também o desejo de Colonialismo por parte de Portugal e Espanha.

Vale observar que o primeiro objetivo do colonialismo era a exploração de metais preciosos, o Metalismo. No caso da inexistência desses metais, então, seriam explorados outros produtos com elevado preço comercial na Europa. Dessa forma, as terras americanas assumiram um papel importante: fornecer produtos com elevado preço no mercado europeu, além de vender por baixo preços suas matérias-primas e pagar altos preços pelos produtos europeus. Essa dinâmica comercial garantia altos lucros e levava a outra característica do Mercantilismo: a balança comercial favorável. (BERLOTTO; CORREA, 1979; CHAUNU, 1969; DECCA, 1985; FERLINI, 1984; FREYRE, 1987; PRADO JR, 1976; ROMANO, 1973).

Na América espanhola, foram encontradas minas de prata e ouro, que logo passaram a ser exploradas. Já na América portuguesa, apenas o pau-brasil foi explorado inicialmente, o que estava relacionado com o interesse prioritário dos portugueses em concentrar homens e investimentos no lucrativo comércio de produtos orientais. Porém, a partir de 1530, outros países europeus, como França e Inglaterra, já tinham condições tecnológicas, políticas e econômicas de chegar à Ásia pelo Oceano Atlântico. (BERLOTTO; CORREA, 1979; CHAUNU, 1969; DECCA, 1985; FERLINI, 1984; FREYRE, 1987; PRADO JR, 1976; ROMANO, 1973).

Diante do aumento da concorrência, houve queda dos preços e redução dos lucros portugueses. Para evitar prejuízos aos investidores, o governo português decidiu colonizar as terras, evitando as invasões de franceses e ingleses, ávidos por participar da partilha da América.

Ainda dentro do objetivo do Colonialismo, os portugueses buscaram um produto com alta margem de lucro na Europa e que pudesse adaptar-se às terras americanas. Nesse contexto, o açúcar apareceu como uma proposta interessante: era raro na Europa, o que tornava seu preço alto; e os portugueses dominavam suas técnicas de produção nas ilhas da Madeira e de Cabo Verde, colônias portuguesas na costa da África. (DECCA, 1985; FERLINI, 1984; FREYRE, 1987; PRADO JR, 1976). Apesar de a cana-de-açúcar ser uma planta asiática, foi trazida primeiro para a África e depois para o Brasil.

De acordo com Dean (1996); Diamond (2002) e Crosby (1993) é possível dizer que os primeiros produtos comerciais explorados pelos europeus na América foram a prata, o ouro (Espanha) e o açúcar (Portugal). Entretanto, muitos outros produtos foram levados pelas navegações ibéricas, como:

- a. produtos originários da América, levados para a Europa: tabaco, milho, batatas, borracha, madeira, cacau – chocolate;
- b. produtos originários da Ásia, levados para a América: cana-de-açúcar, citrus (laranja, limão), bananas, arroz, suínos, bovinos, aves;
- c. produtos originários da África, levados para as Américas: café, bovinos, cabras, ovelhas;
- d. produtos trazidos da Europa para as Américas: trigo, cevada, centeio, uva.).



A distribuição desses produtos pelos diversos continentes foi uma importante contribuição da expansão marítima ibérica, pois permitiu uma forte transformação na prática agrícola em várias regiões do planeta.

Em virtude do fenômeno da coevolução, quando uma espécie vegetal ou animal evolui em determinado ambiente, também evoluem com ela seus predadores, parasitas e doenças. Quando os ibéricos levaram espécies de um lugar para outro, muitas vezes não levaram, inicialmente as doenças, parasitas e predadores que atacavam essas espécies. Assim, as diversas espécies transportadas entre os continentes puderam se reproduzir com todo seu potencial, sem perigos, até surgirem doenças, parasitas e predadores também nos novos lugares. Isso permitiu um grande aumento da produtividade agrícola. (SMITH, 1998).

Para encerrar, vale a pena destacar que o Colonialismo português e espanhol remeteu a uma retomada do modo de produção escravista nas colônias, enquanto prevalecia o modo de produção capitalista comercial na Europa. (BERLOTTO; CORREA, 1979; CHAUNU, 1969; DECCA, 1985; FERLINI, 1984; FREYRE, 1987; PRADO JR, 1976; ROMANO, 1973).

1.5 O regime de trabalho nas Américas Portuguesa e Espanhola

Por volta dos séculos XIII e XIV, com a expansão marítima e conseqüente crescimento comercial, vimos a economia e a sociedade europeia sofrerem profundas mudanças, como foi o caso da produção de excedentes em Portugal e Espanha, que suprimiu a economia de subsistência.

Logo, esses reinos recorreram ao trabalho escravo para suprir a produção agrícola na América Portuguesa e também aos sistemas de *repartimiento* e da *encomienda*, para a extração de metais preciosos, no caso da América Espanhola, a fim de abastecer o mercado europeu. Dessa forma, a América Portuguesa constituiu o que se conhece como Colônia de Exploração, enquanto a América Espanhola formou uma Colônia Metalista.

A América portuguesa

A montagem econômica da Colônia brasileira (ou América Portuguesa) terá como um de seus pilares a implantação do trabalho escravo africano. O negro passa a ser definido como uma peça de trabalho valiosa que integra o sistema mercantilista. Nesse sentido, o tráfico escravista para o Brasil começou a se organizar em meados de século XVI, com a participação de navegadores portugueses, ingleses e holandeses. Nesse período, houve a decadência do comércio entre Portugal e as Índias, então, o rei D. João III resolveu colonizar o Brasil, e uma expedição comandada por Martim Afonso de Souza aportou na Bahia, em 13 de março de 1531, já trazendo consigo alguns escravos negros, iniciando efetivamente o processo de colonização no Brasil.

Os primeiros escravos foram os índios, mas, algum tempo depois o trabalho indígena foi substituído pelo trabalho escravo negro, por motivos de lucratividade

ou mesmo por esse último fazer parte do esquema do comércio triangular internacional. Segundo Ferreira (1999, p.137), “mais de 20 milhões de africanos foram arrancados de suas terras, famílias e amigos para trabalhar e enriquecer fazendeiros, mineradores e traficantes”. Os africanos eram mercadorias de alto valor para a época e passaram a ser disputados desde que nessas terras pusessem seus pés acorrentados.

Mas, nem durante o longo período de lutas, nem depois do advento da escravidão negra, o braço cativo do índio foi desprezado. Continuaram os dominadores lusitanos a preá-los e cativá-los, juntando-os aos africanos escravizados. (LUNA, 1967 p. 15).

Os traficantes adquiriam a mercadoria (assim eram chamados os escravos), na Costa da África, a troco de produtos, como: aguardente, fumo, bugigangas e quinquilharias. Os negros eram caçados nas suas tribos pelos governantes locais, sendo negociados sem contemplação ou piedade. Depois de caçados, os negros eram negociados e colocados em porões dos navios negreiros, onde eram amontoados, sem a mínima condição de higiene. As formas de negociação no país de destino variavam, por exemplo: “Uma vez no Brasil, o negro, antes de ser vendido, era posto de quarentena para verificar se não contraía nenhuma doença contagiosa. Isso feito, era então negociado”, conforme Lopez (1985, p. 39).

Os que conseguiam sobreviver a dura travessia pelo Atlântico chegavam ao porto e eram levados para os mercados de escravos onde eram expostos. Os escravos negros que vieram para o Brasil colônia foram os responsáveis por todo o trabalho de construção do Brasil. Podemos dizer que os escravos eram “as mãos e os pés da sociedade colonial”, dessa forma, todos necessitavam deles.

Naquele período era costume, em alguns engenhos, o senhor conceder pequenos lotes aos seus escravos que possuíam família, permitindo o cultivo aos domingos e com raras exceções aos feriados e sábados. Alguns senhores permitiam que, ao término do trabalho obrigatório, os escravos cultivassem seus pequenos lotes de terra, e, mesmo que raramente, vendessem o excedente, a fim de arrecadar dinheiro para, posteriormente, comprar a sua liberdade e de seus familiares.



Engana-se quem cogita que esse sistema era sem interesse algum por parte do senhor de engenho, já que tinha como finalidade principal uma aparente filantropia, mas ao fazer esse tipo de concessão, entre outras, prendia o escravo a terra, eliminando parcialmente o risco de fuga e promovendo um clima de cooperação, e, principalmente, criando uma sensação de independência nos escravos.

A escravidão encontrava-se protegida por legislações brutais que permitiam castigos severos, penas, maus-tratos pelos seus senhores, assim, os donos de engenho abusavam dos direitos de maltratar.

[...] se sabe que algum destes miseráveis lhe furta alguma coisa, ele o manda atar a um carro e ali preso lhe manda dar com um chicote de três pernas, ou duas feito de couro cru torcido, pelo menos duzentos açoites sobre as nádegas, que por boa conta são quatrocentos a seiscentos açoites; se aqueles golpes sangrarem bem, lhos mandam lavar com sal e vinagre para evitar gangrena, e alguns lhes misturam pimentas malaguetas, por ser contra a corrupção, e se fica alguma tumescência as mandam retalhar e em cima lhe dão tal lavagem. (LUNA, 1967, p. 29).

Assim, qualquer deslize dos escravos implicava severos castigos como o tronco, em que o negro, preso pelas canelas, era açoitado com chicote que abria fendas, nas quais colocavam sal. Existia também o vira-mundo, um instrumento de ferro menor que o tronco, de mesmo feitio e finalidade, que prendia o escravo pelas mãos e pelos pés, imobilizando-o durante muito tempo. As faltas mais graves podiam merecer penas mais cruéis, como a castração, amputação de seio, quebra de dentes a martelada e emparedamento vivo.

Diante dessas atrocidades e condição, os escravos resistiam de várias formas, em que alguns se suicidavam ou até matavam os feitores. Esses, quase todos portugueses, excediam-se no cumprimento das ordens de castigo. Para Luna (1967, p.76), “foram eles os elementos que mais concorreram para os crimes e as revoltas dos escravos”.

Para o trabalho na fazenda existiam também os chamados “parceiros”, lavradores que recebiam terras para plantar e davam uma parte da produção para o proprietário, assemelhando-se, de certa forma, com o sistema feudal, e é claro que esses dependiam da boa vontade do senhor para permanecer na fazenda, só que o grau de dependência e subordinação não era tão alto como no período feudal. Até os padres e as igrejas sobreviviam com os recursos do senhor de engenho, assim sendo, quanto maior a fazenda, maior o número de pessoas submetidas ao poder de seu proprietário.

Os escravos que fugiam eram caçados pelos capitães do mato, profissionais que recebiam certa quantia por escravos recapturados. Esses homens eram odiados pelos negros e desprezados pelos brancos. No entanto, se não se submetessem ao senhor de engenho, retornavam à sua condição de escravo. Com a privação

de liberdade, trabalho forçado e os duros castigos, os negros começaram a se rebelar, quando muitos fugiam e os que conseguiam escapar se refugiavam em locais de difícil acesso, sertão adentro e formavam mocambos, que eram conjuntos de casas que, por sua vez, formavam o quilombo.

Conforme Luna (1967, p. 73), “qualquer acidente na engrenagem da máquina escrava acarretava prejuízos para a produção, incipiente e desorganizada”. Além disso, as desordens ocasionadas pelas fugas, os quilombos e o início da agitação abolicionista no século XIX começaram a causar prejuízos à economia das propriedades.

Os próprios senhores sentiam diante da decadência de suas propriedades a necessidade de outro regime. Iniciava-se a era industrial e não seria com o trabalho escravo, de pouca produção pela sua própria qualidade de obrigação forçada, por isso mesmo corrompido e degradado, que se poderia chegar a essa nova e revolucionária etapa do desenvolvimento capitalista. (LUNA, 1967, p. 118).

Assim, com o desenvolvimento do capitalismo necessitava-se de mais trabalhadores, sendo que a solução mais adequada seria o trabalho estrangeiro. A imigração europeia não poderia se processar com o regime do trabalho escravo e a abolição se impunha como condição da própria sobrevivência do capitalismo. Ou melhor, era necessário que o trabalho passasse a ser assalariado, com o fim de estimular o trabalho lucrativo, o que no início foi muito difícil para o imigrante europeu em território brasileiro.

A América espanhola

Na América espanhola (ou Colônia espanhola) o fator econômico mais importante para a montagem do sistema colonial foi a mineração. A base da economia espanhola eram as riquezas que provinham especialmente da Bolívia, a prata e também o ouro de outras colônias. Foi esta atividade, a mineração, a responsável pelo crescimento da agricultura e da criação de gado, necessários para o consumo de quem trabalhava nas minas. Quando a mineração decaiu, a pecuária e a agricultura passaram a ser as atividades básicas da América Espanhola.

A grande maioria da população das colônias americanas era composta pelos índios. O número de escravos negros era pequeno, os quais tiveram sua mão de obra utilizada, principalmente em Cuba, Haiti, Jamaica e outras ilhas do Caribe. Porém, de modo geral, nas demais regiões da América Espanhola, o sistema de produção se baseou na exploração do trabalho indígena. Esses eram arrancados de suas comunidades e forçados ao trabalho temporário nas minas, pelo qual

recebiam um salário miserável. E em decorrência dos maus-tratos no processo produtivo, a maioria dos indígenas morria muito rápido.

Para organizar a força de trabalho a ser empregada, os espanhóis preferiram trabalhar junto às populações indígenas locais. A escravidão não era permitida, tendo em vista os interesses religiosos que a Igreja tinha na conversão da população nativa. Dessa forma, a Coroa Espanhola resolveu adotar outras modalidades de trabalho compulsório que resolvessem essa questão. Para tanto, utilizaram os sistemas de *repartimiento* e da *encomienda*. (SOUSA, 2011).

O *repartimiento*, na verdade, era uma modalidade já conhecida pelas populações indígenas anteriormente subjugadas ao império inca (mita) e asteca (cuatéquil). Esse tipo de sistema era usualmente gerido por meio de um sorteio, onde os índios selecionados deveriam trabalhar compulsoriamente durante certo tempo. Em geral, os indígenas eram submetidos à realização de tarefas desgastantes em um ambiente bastante adverso. Ao fim da jornada, os índios recebiam uma compensação financeira de baixo valor. (SOUSA, 2011).

Com o passar do tempo, as populações escolhidas para esse tipo de atividade passaram a receber um “partido”, ou seja, uma parcela dos metais preciosos recolhidos durante o tempo de serviço. Em outro momento, a falta de indígenas disponíveis para a execução das tarefas forçou a substituição do *repartimiento* pelo trabalho livre. O uso desse tipo de trabalho acarretou na desintegração de várias comunidades indígenas americanas.

Outra forma de exploração da mão de obra indígena foi a *encomienda*. Nesse sistema, o rei espanhol, na figura de seus administradores, concedia uma permissão à figura de um *encomendero*. Esse, por conseguinte, poderia utilizar a mão de obra de toda uma comunidade indígena para a exploração dos minérios e terras disponíveis. Em troca, o *encomendero* era obrigado a oferecer a catequização a todos os indígenas postos sob a sua responsabilidade. (SOUSA, 2011).



O *encomendero* não poderia tomar as terras das comunidades indígenas e a sua concessão era repassada somente às duas gerações seguintes. Apesar dessas restrições, o sistema de *encomienda* também foi marcado pelo abuso e a exploração intensa das populações nativas. Uma das maiores provas da violência e imposição dos espanhóis pode ser observada no rápido processo de dizimação das várias comunidades indígenas americanas. (SOUSA, 2011).

Por fim, como se observa, quem realmente mandava e explorava a população nativa eram os espanhóis, brancos, que eram a minoria, mas, eram os dominadores. O fim desse esquema deu-se em função do desenvolvimento do

capitalismo, da mesma forma que na América Portuguesa, necessitando-se para isso dinamizar ou modernizar o sistema econômico, a fim de estimular a estrutura administrativa local, o que se conseguiria com o trabalho assalariado, voltado para o mercado, com o fim de estimular o trabalho lucrativo.

1.6 A revolução industrial inglesa

Portugal e Espanha foram os dois primeiros Estados Nacionais modernos a serem constituídos. Depois deles, a França e a Inglaterra conseguiram sua unificação e também constituíram estados nacionais. Portugal e Espanha buscavam gerar riquezas a partir do comércio de produtos orientais e por meio do Colonialismo e Metalismo. Já Inglaterra e França enfatizaram a balança comercial favorável, o Industrialismo e o Protecionismo como formas de gerar riqueza. Em função dessa especificidade, esses dois países originaram as indústrias europeias em grande escala.

No século XV, quando Portugal e Espanha se constituíram em Estados Nacionais, a Inglaterra e a França estavam envolvidas em guerras. Esses dois países se envolveram em diversas guerras longas e dispendiosas em várias situações. Por isso, sua unificação interna e a formação de seus Estados Nacionais ocorreram depois de portugueses e espanhóis. (DECCA, 1985; FRANCO JR; CHACON, 1991; HUBERMANN, 1986).



Depois de unificados, Inglaterra e França também buscaram desenvolver a atividade comercial. Constituíram frotas de navios mercantes e reuniram grandes investimentos internos para sua expansão marítima. No entanto, quando começaram a participar do comércio oriental, a forte concorrência com os ibéricos fez com que os lucros diminuíssem para todos os interessados.

Apesar disso, ao lado da Holanda, a Inglaterra foi o país que mais acumulou capital a partir do comércio da época mercantilista (séculos XV, XVI, XVII). (DECCA, 1985; FRANCO JR; CHACON, 1991; HUBERMANN, 1986). Esse afluxo de capitais, associado à chegada de produtos americanos e africanos (especialmente batatas, café e tabaco) e a algumas inovações tecnológicas, levou ao aumento da produção agrícola. (CROSBY, 1993; DEAN, 1996; DIAMOND, 2002).

Com o aumento da disponibilidade de alimentos, também ocorreu um crescimento populacional considerável. A área rural inglesa era fornecedora de alimentos e fibras, mão de obra abundante e barata e capitais acumulados pela aristocracia rural, além de se constituir em imenso mercado consumidor interno. Esse mercado passou por firme processo de alargamento nesse período, devido

à elevação do padrão de vida dos habitantes das áreas rurais, que constituíam a maioria da população.

Ao contrário de França, Portugal e Espanha, na Inglaterra a população tinha poder aquisitivo para consumir produtos manufaturados. Apesar de pouco rica em recursos naturais, a Inglaterra dispunha das principais matérias-primas necessárias à industrialização naquele momento, como: lã: fornecida em quantidade, graças ao crescimento do rebanho nacional; minério de ferro e carvão: cujas minas encontravam-se próximas umas das outras; algodão: fornecido pelas colônias. (CROSBY, 1993; DEAN, 1996; DIAMOND, 2002).

Seguindo o raciocínio mercantilista, os ingleses buscaram no incentivo à balança comercial favorável, uma estratégia econômica para competir com os demais países.



Os ingleses buscavam, como regra geral de suas transações comerciais, vender mais do que comprar. Buscavam ainda vender produtos manufaturados (preço maior) e comprar matérias-primas (preço menor).

A existência de imenso mercado consumidor interno parece ter-se constituído uma motivação fundamental para os empresários ingleses. No entanto, o governo inglês promoveu diversos incentivos aos investidores dispostos a financiar a transformação de produtos naturais em manufaturas. Esses incentivos eram, principalmente, monopólios e subvenções, os quais garantiam grandes lucros.

Havia estrita regulamentação sobre o tipo de matéria-prima a ser usada na produção industrial, as ferramentas que deveriam participar do processo produtivo e as especificações dos produtos acabados, visando a uma produção uniformizada e de qualidade. Além disso, procuravam atrair mão de obra estrangeira especializada. Essa preocupação com a qualidade estava relacionada à promoção dos artigos ingleses, tanto no mercado interno quanto externo.

Para conquistar o mercado externo, instável em virtude das constantes guerras mercantis do período, os ingleses constituíram uma poderosa frota naval, considerada a melhor do mundo. Como resultado dessas guerras, dominaram, a partir do século XVIII, o estreito de Gibraltar (ligação entre o mar Mediterrâneo e o Atlântico), vários territórios da América do norte, e o monopólio do comércio de escravos com a América espanhola. Mais tarde, outras batalhas confirmaram sua hegemonia e expandiram seus mercados para o Canadá, Flórida, América Central e Índia.



A partir de então, a Inglaterra tornou-se a maior potência colonial acima da França, Portugal e Espanha. (FRANCO JR; CHACON, 1991).

Além disso, o fim do absolutismo monárquico inglês (século XVII) também é interpretado como favorável à industrialização, uma vez que aumentou a influência política da burguesia, segmento da sociedade que foi um dos principais patrocinadores da indústria na Inglaterra. Ainda, a sociedade inglesa desse período era mais liberal do que a sociedade de outros países europeus, e o Liberalismo contribuiu para o desenvolvimento da indústria, na medida em que tornou a sociedade mais flexível.

Entretanto, apesar da influência do Liberalismo, o desenvolvimento da indústria na Inglaterra contou com intervenção estatal nas decisões econômicas. (FRANCO JR.; CHACON, 1991).

Diversos autores, entre eles Franco Jr. e Chacon (1991), apontaram a Inglaterra como pioneira da indústria no continente europeu, devido a diversos fatores:

- a. existência de vastos capitais obtidos do comércio de produtos orientais, da agricultura e da produção e comércio de produtos manufaturados;
- b. grande oferta de matérias-primas industriais, provenientes da agricultura e da mineração;
- c. grande oferta de mão de obra, proveniente do crescimento populacional;
- d. existência de mercado consumidor, já que as relações de trabalho industriais eram assalariadas;
- e. existência de uma sociedade liberal, mais flexível do que os regimes absolutistas que predominavam nos demais países europeus.

Desse modo, apesar de ter iniciado tardiamente sua expansão marítima, a Inglaterra utilizou diversas estratégias eficientes para atingir seu desenvolvimento econômico. Graças a sua produção industrial, obteve grandes lucros na atividade comercial, comprando matérias-primas das colônias e de suas metrópoles, como Portugal e Espanha, e vendendo produtos manufaturados com maior valor agregado.

Assim, principal centro financeiro do mundo, Londres canalizava capitais de várias procedências: do comércio de produtos orientais, do comércio de produtos de sua crescente indústria, da produção agrícola e comércio de seus excedentes, e, ainda, da produção mineral nacional. (DECCA, 1985; FRANCO JR; CHACON, 1991; HUBERMANN, 1986).



Diversos fatores indicam que a Inglaterra, mais do que qualquer outro país, tinha uma riqueza nacional per capita que lhe deixava recursos disponíveis para financiar sua industrialização.

No processo de industrialização da Inglaterra, foi decisiva a distribuição de riqueza menos desigual do que em países como França e Espanha, teoricamente donos de mercado interno potencialmente maior, mas com baixo poder aquisitivo devido à maior concentração de renda.

Acreditando que o mercado é tão importante quanto os capitais e os preços na dinâmica econômica, aos poucos a Inglaterra acumulou mais capital do que seus rivais Holanda, Espanha, Portugal e França. Tornou-se a maior potência econômica ocidental e deu início a novas relações de trabalho e novas formas de produção de riqueza, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. (DECCA, 1985; FRANCO JR; CHACON, 1991; HUBERMANN, 1986).

Seção 2

Do triunfo do capitalismo industrial ao protesto socialista

A melhoria alimentar da população europeia associada ao desenvolvimento de tecnologias para utilização de fontes de energia (hidráulica e, depois, a vapor), durante os séculos XVII e XVIII, permitiu o desenvolvimento de máquinas e equipamentos para melhoria da produção, para redução dos custos de produção e para o aumento dos lucros. Esse foi um momento de grandes atividades inventivas, denominado usualmente Revolução Industrial.

Desde o período de transição mercantilista, a ideologia liberal clássica começou a desenvolver-se. Entretanto, seu estabelecimento concretizou-se apenas com a Revolução Industrial. A Inglaterra e outros países europeus, como França e Holanda, tornaram-se centros industriais com grandes cidades manufatureiras, nas quais os ideais liberais levaram a profundas mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas.



As políticas liberais permitiram o amplo desenvolvimento da indústria. Esse desenvolvimento industrial elevou a produtividade do trabalho a níveis nunca antes alcançados na história. Tal aumento estava relacionado com o avanço das fábricas e a adoção generalizada de máquinas, conduzindo os capitalistas a grandes lucros. Contudo, este avanço industrial não foi acompanhado de melhoria na qualidade de vida da maior parte da população, gerando grandes custos sociais.

Diante desse contexto, vamos analisar como as transformações nas ideologias dominantes refletiram na economia, na política e na sociedade, em diversos países europeus. Para tanto, vamos conhecer as principais correntes de pensamento econômico que se desenvolveram na Inglaterra e na França, entre os séculos XVII e XIX: a fisiocracia, o liberalismo clássico, o socialismo, o liberalismo neoclássico.

2.1 A fisiocracia

Fisiocracia corresponde à primeira escola econômica científica, da França do século XVIII, que tomava a terra como fonte de toda a riqueza. A palavra grega “fisiocracia” decorre de *fisios* (natureza) e *kracia* (governo), significando “governo da natureza”.

Os fisiocratas surgiram em uma França em crise, em péssimas condições econômicas e financeiras, com uma dívida externa elevadíssima e população reduzida, sem falar nos impostos que aumentavam periodicamente. O contraste entre o luxo da nobreza e a miséria do povo era acentuado. A agricultura estava em decadência, escasseando até o trigo para semente.

Em termos de doutrina econômica, para essa escola, apenas efetua trocas o homem que dispõe de produtos “supérfluos” (excesso sobre a subsistência), por meio dos quais virá a obter o que melhor lhe convier. Produção de subsistência significa pobreza homogênea; todos têm apenas o suficiente. Sendo assim, o excesso de produção agrícola sobre as necessidades imediatas é que permitirá o desenvolvimento do comércio, a existência de artesãos e a organização governamental.



É sempre o excesso de bens em relação à subsistência que assume a forma derivada de rendimento e (indiretamente) de tributos. Toda população viveria, em última análise, de produto agrícola apropriando-se dele em proporção variada, conforme sua posição na produção e nas relações de propriedade.

De forma simplificada, os proprietários e o soberano se apropriam de rendas fundiárias ou de renda fiscal; os empresários viveriam do que Richard Cantillon (1680-1734) denominou “rendas incertas”; os assalariados, de “renda certa”, estabelecida pelo custo de subsistência, ou por algo aproximado a preço de oferta da força de trabalho (abarcando o custo de reprodução da mão de obra e outros fatores). Conforme Cantillon, a propriedade da terra é a principal forma de propriedade e o funcionamento da estrutura social.

Já para François Quesnay (1694-1774), principal pensador fisiocrata, excedente é sempre excesso de produção sobre os custos diretos e indiretos de subsistência. Se subsistência é consumo de produtos agrícolas, o excedente é excesso de produção agrícola sobre insumos e subsistência. Essa teoria econômica opunha-se ao mercantilismo, que se caracterizou por uma forte intervenção do Estado na economia, com base na aplicação de uma série de medidas tendentes a unificar o mercado interno. A teoria agrícola do excedente, como já demonstrado, assenta-se na suposição de que apenas o trabalho agrícola é produtivo, e não o comércio, no sentido de ser capaz de gerar excedente sobre os custos. Do contrário, o trabalho não agrícola é estéril.

Conforme notamos, os fisiocratas preocupavam-se, notadamente, com o preço dos produtos agrícolas, que determinariam os rendimentos dos produtores e dos proprietários. Daí a atenção conferida à liberdade comercial e à organização do sistema tributário, ao contrário do que se defendia no mercantilismo. O livre comércio sustentaria os preços; os tributos adequados seriam aqueles que não deprimissem a renda dos produtores e, em consequência, sua capacidade de efetuar adiantamentos. Assim, em outras palavras, o comércio e o preço de mercado devem ser determinados pela concorrência. A principal ideia dos fisiocratas relaciona-se ao valor que se dá a terra, por meio da qual só os produtos retirados da terra é que proporcionam riqueza.

Em suma, entre as principais características do pensamento fisiocrático, para Santiago (2011), é importante mencionar:

- **Ordem natural:** conceito introduzido pelos fisiocratas, em que a economia funcionava por uma ordem natural inerente e pré-existente. De acordo com essa premissa, as atividades humanas deveriam ser mantidas em harmonia com as leis naturais.
- **“Laissez faire, laissez passer” (“deixe fazer, deixe passar”):** expressão creditada a Vincent de Gournay e que é o resumo de um conceito caro aos fisiocratas, que determinava que os governos não devessem interferir nas atividades humanas, sendo que estas estariam em conformidade com as leis naturais.
- **Ênfase na agricultura:** era consenso entre os fisiocratas que a indústria, comércio e manufatura estavam subordinados à agricultura, e, em menor proporção à mineração, por serem estas as fontes de riqueza, enquanto que os demais setores não detinham o fator produção, sendo, na concepção fisiocrata, meros transformadores.
- **Reforma tributária:** sendo a agricultura a atividade nuclear no desenvolvimento do modelo fisiocrata, os seguidores de tal doutrina econômica acreditavam que países como a França (a esmagadora maioria dos fisiocratas era de intelectuais franceses) deveriam unificar a série de impostos existentes, transformando-o num único imposto, a ser cobrado da atividade

agrícola, tendo como foco principal os grandes donos de terra. Esta ideia refletia uma reação à condição em que se encontrava economicamente a França, com traços de mercantilismo, mas também de feudalismo, e tal reforma procurava atuar na parte feudal da economia francesa, principalmente.

2.2 Considerações sobre a economia clássica

Antes de abordar as correntes econômicas é importante que façamos algumas considerações sobre a Economia Clássica, a qual corresponde à primeira escola moderna de pensamento econômico. O seu marco é a obra “A Riqueza das Nações”, do escocês Adam Smith.



O pensamento clássico se desenvolveu na segunda metade do século XVIII e no século XIX. Desse modo, centrou suas reflexões nas transformações do processo produtivo, trazidas pela Revolução Industrial. Os clássicos alteram mais uma vez a noção de riqueza.

Os conceitos dos pensadores clássicos giram em torno da noção básica de que os mercados tendem a encontrar um equilíbrio econômico em longo prazo, ajustando-se a determinadas mudanças no cenário econômico. A economia clássica preconizou, ao contrário do mercantilismo, a livre atividade comercial e manufatureira em qualquer território – colônia ou metrópole –, já que, segundo seus princípios, a riqueza não se identificava com o simples acúmulo de reservas monetárias, mas com a própria produção de bens.

Desse modo, os clássicos defendem o liberalismo e elaboram o conceito de racionalidade econômica, no qual cada indivíduo deve satisfazer suas necessidades da melhor forma possível, sem se preocupar com o bem-estar da coletividade. Seus principais representantes são: Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, entre outros economistas.

Adam Smith

Na obra **A Riqueza das Nações**, Adam Smith (1723-1790) defende a ideia de que o mercado, aparentemente caótico, é, na verdade, organizado e produz as espécies e quantidades de bens que são mais desejados pela população. Nesse sentido, o Estado não precisa interferir na economia, fazendo com que cada país concentre-se em produzir somente as mercadorias que apresentam melhores condições de fazê-lo. Para isso, um mercado livre produzirá bens na quantidade e no preço que a sociedade espera, pois a sociedade, na busca por lucros, responderá às exigências do mercado.

David Ricardo

David Ricardo (1772-1823) defendia que o trabalho, a máquina e o capital, uma vez aplicados em conjunto no processo produtivo, geram um produto, sem a intervenção estatal ou ingerência do mundo da política. Para isso, o papel da economia consiste em determinar as leis naturais que melhor orientem a distribuição da sociedade (composta de proprietários de terra, trabalhadores assalariados e arrendatários capitalistas), sem perder de vista o crescimento econômico em longo prazo.

Para ele, a emissão de notas bancárias acima do volume em estoque em ouro causa inflação. Por isso, a moeda devia ser gerida por uma estância estatal, sem intervenção política. Além disso, entendia que os salários eram determinados pela quantidade de mão de obra disponível e pelo custo de vida ao nível de subsistência.

Ao defender o livre comércio, objetiva enfrentar, sobretudo, o poder de monopólio dos proprietários fundiários sobre a terra, bem como quebrar com as limitações da oferta de grãos, favorecendo a diminuição do custo de vida e o aumento das margens de lucro industriais. Essa tese condiz com a sua Teoria das Vantagens Comparativas, que se tornará a base essencial da teoria do comércio internacional, na qual cada país deve concentrar-se em mercadorias que apresentem maior vantagem absoluta e menor desvantagem comparativa entre si. O fim desse controle é a comodidade e o bem-estar de seus habitantes.

Os pressupostos da Teoria das Vantagens Comparativas são os seguintes: livre mobilidade de mão de obra; valor das mercadorias com base na quantidade (medida em tempo) de trabalho despendido em sua produção; os países trocariam mercadorias as quais fossem capazes de produzi-las com o menor custo possível, em termos de quantidade de trabalho.

Jean Baptiste Say

Segundo Say (1767-1832), a produção realiza-se por meio do concurso de três elementos: trabalho, capital e agentes naturais (terra etc.). Tal como Smith, ele considerava o mercado essencial, pois afirmava que os salários, os lucros e as rendas são preços de serviços, sendo determinados pelo jogo da oferta e da procura no mercado desses fatores. A lei dos mercados, também conhecida como lei de Say, resume-se no seguinte enunciado: “A oferta cria sua própria procura”. Outra contribuição sua corresponde à ênfase que deu ao empreendedor para o bom funcionamento do sistema econômico.

No entanto, Say acreditava, contrariamente a Adam Smith, que não haveria distinção entre trabalho produtivo e trabalho não produtivo, pois entendia que todo trabalho útil em troca do seu salário é produtivo.

Thomas Robert Malthus

Segundo o economista e demógrafo britânico Thomas Malthus (1776-1834), a população mundial cresceria em um ritmo rápido, na forma de uma progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32, 64...), que superaria a lenta produção de alimentos, comparado a uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6...). Por isso, defendia o controle da natalidade para evitar uma situação catastrófica, em que a humanidade poderia ser tomada pela fome. Calculava ele que ao final de um período de apenas dois séculos, o crescimento da população seria 28 vezes maior do que o crescimento da produção de alimentos.

Nesse sentido, para contornar o problema da defasagem entre população e alimentos, propunha a restrição dos programas assistenciais públicos de caráter caritativo e a abstinência sexual da população menos favorecida da sociedade, denominando de “sujeição moral”.

John Stuart Mill

John Stuart Mill (1806-1873), pensador liberal e individualista, criticou a sociedade de sua época, defendendo que o bem individual coincidisse com o bem coletivo, mas sem choques, no qual seriam dominantes os valores morais e altruísticos. Para isso, introduziu no campo de estudo da economia preocupações de “justiça social”, sugerindo uma economia de cooperativas voltada para o interesse dos trabalhadores. Foi um pensador polêmico, considerado um integrante do liberalismo clássico por alguns autores e um pré-socialista por outros. Enfim, em seus estudos, Stuart Mill combinou utilitarismo e socialismo, para ressaltar o valor do altruísmo.

2.3 O liberalismo clássico

Com os avanços industriais do século XVIII, essa situação ficou ainda mais crítica. Nesse período, diversas inovações tecnológicas, por exemplo, a utilização do carvão mineral como combustível, o desenvolvimento de máquinas diversas e das indústrias siderúrgicas, levou a uma nova possibilidade de acumulação de capital por meio da maximização dos lucros. Nesse período, o liberalismo clássico tornou-se a ideologia dominante do capitalismo. (GIVERTZ, 1963). A ideologia do liberalismo baseava-se em quatro pontos centrais:

- a. as pessoas são egoístas (movidos pela busca do prazer e fuga da dor);
- b. as pessoas são frias e calculistas (as decisões são puramente racionais);
- c. as pessoas são inertes (só se movem para buscar prazer ou fugir da dor);
- d. as pessoas são atomistas (o indivíduo é mais importante que a sociedade).

A consequência prática dessa doutrina foi a divulgação da crença de que os trabalhadores são por natureza preguiçosos e somente a busca de uma recompensa ou o medo da punição poderia fazê-los trabalhar. Por outro lado, o pensamento liberalista destacava que as pessoas em posições superiores eram movidas pela ambição.

Para os liberalistas, a sociedade era muito útil, pois garantia a segurança coletiva e possibilitava a divisão do trabalho. No entanto, a vida em sociedade necessitava de instrumentos para refrear os impulsos egoístas humanos. Para os liberais, as relações de competição entre os indivíduos de uma sociedade eram boas tanto para eles quanto para a sociedade como um todo. Para os pensadores liberais, a existência de um mercado livre, onde produtores pudessem competir para obter cada vez mais lucro, garantiria que o trabalho e o capital fossem empregados da forma mais útil possível para o conjunto da comunidade, assegurando a produção de todas as mercadorias necessárias. Ainda, esse mercado livre levaria os empresários a produzir de forma cada vez mais eficiente e menos dispendiosa. Assim, o mercado seria uma mão invisível capaz de organizar a vida econômica e social. Mas, para essa mão agir, seria necessário suprimir as regras e restrições paternalistas por parte dos governos, de modo que ocorresse uma regulação natural dos processos econômicos. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Assim, a ideologia liberal englobou doutrinas econômicas e sociais que justificaram moralmente o individualismo e a busca pela acumulação de riquezas. Essas ideias eram bastante radicais e acabaram completamente com a influência da ética paternalista cristã nas mentalidades, costumes e tradições.

Segundo Adam Smith (2008, p. 21), cada produtor

tem em vista exclusivamente sua própria segurança ao dirigir a indústria, de modo a que os bens produzidos alcancem o maior valor possível, está preocupado unicamente com o próprio ganho, e, nesse caso, como em muitos outros, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não figurava em suas intenções. Nem sempre é pior para a sociedade que esse fim não figure em suas intenções. Ao perseguir o seu próprio interesse, frequentemente, promove o interesse da sociedade de forma mais eficaz do que quando é realmente sua intenção promovê-lo. EU nunca soube de grandes ações praticadas por aqueles que se dedicam ao comércio em nome do bem comum. Em verdade, esse é um sentimento raro entre os mercadores, e bastariam poucas palavras para dissuadi-los de abraçar causa tão nobre.

Conforme podemos observar, Adam Smith adotava uma atitude liberal, apoiava o não intervencionismo. Para esse economista, o Estado deve desempenhar três

funções: manutenção da segurança militar, administração da justiça e erguer e manter certas instituições públicas. Adam Smith acredita, nesse sentido, que a intervenção do Estado noutros domínios, além de ser inútil, é também prejudicial.



O comércio implica uma liberdade de circulação. Assim pode-se adquirir mais quantidades a menores preços no mercado externo, essa liberdade deve ser procurada, nem que tal implique desigualdade. Essa ação está alinhada a um dos fundamentos de Adam Smith, que é a tal desigualdade geradora do crescimento.

A desigualdade é vista por ele como um incentivo ao trabalho e ao enriquecimento (logicamente os pobres querem ficar ricos e atingir o padrão de vida das classes privilegiadas), sendo uma condição fundamental para que as pessoas se movam e tentem atingir níveis melhores de vida. O problema dessa análise é que apesar de ser feita à luz da ética, indica o não intervencionismo.

Para resolver o problema da justiça social e da equidade, Adam Smith aponta um caminho – o Progresso Econômico. A riqueza das nações cresceria somente se os homens, por meio de seus governos, não inibissem esse crescimento, concedendo privilégios especiais que iriam impedir o sistema competitivo de exercer seus efeitos benéficos. Consequentemente, muito da obra “Riqueza das Nações”, especialmente o Livro IV, é uma crítica contra as medidas restritivas do “sistema mercantil” que favorecem monopólios no país e no exterior.

Cabe destacar que a grande contribuição de Adam Smith para o Pensamento Econômico é exatamente a chamada “Teoria da Mão Invisível”. Para esse autor, todos aplicam o seu capital para que ele renda o mais possível. A pessoa, ao fazer isso, não tem em conta o interesse geral da comunidade, mas sim o seu próprio interesse – nesse sentido, é egoísta. O que Adam Smith defende é que ao promover o interesse pessoal, cada indivíduo acaba por ajudar na consecução do Interesse Geral e Coletivo. Dizia ele que não é pela benevolência do padeiro ou do açougueiro que nós temos o nosso jantar, mas é pelo egoísmo deles, pois os homens agindo segundo seu próprio interesse é que permitem que todos se ajudem mutuamente. Nesse caminho, ele é conduzido e guiado por uma espécie de Mão Invisível.

Adam Smith defende, então, que ao conduzir e perseguir os seus interesses, o homem acaba por beneficiar a sociedade como um todo de uma maneira mais eficaz. Graças à “mão invisível”, não há necessidade de fixar o preço. Por exemplo, a Inflação é corrigida por um reequilíbrio entre oferta e procura, reequilíbrio esse que seria atingido e conduzido pela Mão Invisível. É o início da glorificação do mercado que Adam Smith preconiza.

Pela lógica liberal, o capital seria acumulado a partir dos lucros obtidos com a produção. Se houvesse procura para tais produtos, os capitalistas continuariam investindo seus lucros para expandir o capital. A expansão do capital levaria a uma divisão do trabalho cada vez mais complexa, que aumentaria ainda mais a produtividade, gerando mais lucros, mais capital acumulado e progresso social. Nesse processo, qualquer tentativa de regulamentação governamental seria negativa. Logo, não havia mais espaço para a lógica paternalista.

Smith conclui que o valor do produto era a soma de três componentes: o salário, os lucros e os aluguéis. Como os lucros e os aluguéis têm que ser somados aos salários para a determinação dos preços, na qual esta teoria dos preços de Smith foi chamada de Teoria da Soma, ou melhor, uma mera soma dos três componentes básicos para o preço.

Smith estabeleceu distinção entre preço de mercado e preço natural. O preço de mercado era o verdadeiro preço da mercadoria e era determinado pelas forças da oferta e da procura. O preço natural era o preço ao qual a receita da venda fosse apenas suficiente para dar lucro, era o preço de equilíbrio determinado pelos custos de produção, mas estabelecido no mercado pelas forças da oferta e da procura. Havia uma relação entre esses dois preços: o preço natural era o preço de equilíbrio determinado pelos custos de produção, mas estabelecido no mercado pelas forças da oferta e da procura.

Outra base da ideologia liberal clássica corresponde à teoria da população de Malthus, que apresentou a justificativa moral para evitar políticas assistencialistas aos pobres. Segundo esse pensador, a população crescia em progressão geométrica, mas a produção alimentar crescia em projeção aritmética. Assim, o caminho natural das sociedades seria a fome, a miséria e o estado de guerra para obtenção de recursos. Esse pesquisador apontou a necessidade de conter a natalidade. Além disso, propôs que a fome, a miséria, as pragas e as guerras eram formas de controle positivo do tamanho das populações. Logo, as iniciativas paternalistas de auxílio aos pobres seriam sempre fracassadas, porque as massas eram incapazes de respeitar restrições morais e, por isso, estavam destinadas a viver, sempre, no nível mínimo de subsistência. Usar recursos financeiros para ajudar as camadas empobrecidas seria uma inconsequência. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Podemos observar que Malthus era um pessimista que considerava a pobreza como um destino ao qual o homem não podia fugir. Ele argumentava que a alta taxa de mortalidade e fecundidade seria praticamente impossível de reduzir, uma vez que eram consequências de fatores fora do alcance da intervenção humana. Por isso, ele defendia que desastres como a fome, a epidemia e a guerra eram benéficas no sentido de ser um controle para o crescimento populacional. Aos

poucos, o “malthusianismo” foi incorporado à teoria econômica, atuando como freio de teses mais otimistas.

David Ricardo foi outro economista que deu sequência ao liberalismo econômico de Adam Smith. No entanto, apresentou uma visão mais crítica das relações internacionais e do equilíbrio fundamental para o desenvolvimento sustentável do comércio exterior. Com base nessas questões, Ricardo enfatizava a relevância da vocação do país, seguindo as ideias de Smith e também a garantia de continuidade das relações comerciais internacionais. Com relação à intervenção do Estado, a sua principal preocupação foi saber como ficaria a divisão de dividendos entre os trabalhadores, os donos de terras e aos capitalistas. Ou melhor, ele questionava a intervenção do Estado para manutenção de elevadas rendas para os arrendatários e donos de terras.

Ricardo distinguia também a noção de valor e a noção de riqueza. Valor é a quantidade de trabalho necessária à produção do bem, ligado ao maior ou menor grau de esforço no processo produtivo. Já a riqueza equivalia aos bens que as pessoas se apropriam, desde que necessários, úteis e agradáveis.



O preço de um bem era o resultado de uma relação entre o bem e outro bem. Esse preço era representado por uma determinada quantidade de moeda, obviamente que variações no valor da moeda implicam variações no preço do bem.

David Ricardo definia o Valor da Moeda como a quantidade de trabalho necessária à produção do metal que servia para fabricar o numerário. Assim, se o Valor da Moeda variasse, o preço do bem variava também, mas não necessariamente o seu Valor. Como observamos, sua teoria vincula-se aos bens reproduzíveis, como é o caso do valor de um objeto de arte, que se mede por sua escassez e não pela quantidade de trabalho que lhe é inerente. A qualidade e não a quantidade de trabalho é muito importante para medir o valor de um bem.

2.4 As mudanças políticas, econômicas e sociais causadas pelo estabelecimento do Liberalismo

O desenvolvimento industrial ocorreu a partir do século XVIII, e seu centro dispersor foi a Inglaterra. Nesse país, a produção industrial foi favorecida pelo cercamento dos campos comunais que obrigaram grandes quantidades de agricultores a procurar trabalho nas indústrias florescentes. A indústria têxtil alcançou o maior crescimento nos primeiros séculos da indústria inglesa, e com isso promoveu muitas inovações tecnológicas.

Nas primeiras décadas dos anos 1700, diferentes inventores/industriais se dedicavam à criação de novas máquinas que permitissem a redução de custos de produção e, assim, o aumento dos lucros. Dessa forma, foram criadas:

- a máquina de fiar (*spinning jenny*), com a qual uma pessoa era capaz de fiar vários fios;
- a máquina de fiar movida a água (*water frame*), a qual continha cilindros e fusos para otimizar a fiação;
- a fiadeira automática, que agregava as vantagens das anteriores com a possibilidade de usar energia a vapor.

Coque é um combustível derivado do carvão betuminoso. Começou a ser utilizado na Inglaterra do século XVII.

Por outro lado, com o avanço do processo de industrialização, a indústria siderúrgica também se desenvolveu. O principal empecilho estava relacionado com a fonte de energia. Inicialmente, era utilizado o carvão vegetal. Mas, rapidamente, as florestas no entorno de minas de ferro começaram a se esgotar. No final do século XVIII, com o aumento da produção de armas e outros materiais bélicos, foi desenvolvida uma nova tecnologia para a utilização de carvão mineral como fonte de energia. O **coque** passou a ser empregado amplamente pelas indústrias siderúrgicas inglesas. Essa disponibilidade de fonte de energia permitiu o aumento da produção de máquinas fabricadas com ferro para diversos ramos industriais. (HUNT; SHERMAN, 2000).

No entanto, a mais importante evolução tecnológica foi a **máquina a vapor**. Essa invenção surtiu efeitos sociais e econômicos.



Inicialmente, a máquina a vapor liberou as indústrias das imposições geográficas da energia hidráulica (que exigia a proximidade de um rio). Isso levou ao crescimento acelerado de diversos ramos industriais.

A partir da máquina a vapor, as indústrias passaram a localizar-se próximas às áreas de exploração de carvão, e lá surgiram agrupamentos urbanos e cidades, conseqüentemente, mercados consumidores. O crescimento urbano na Inglaterra nesse período era assombroso. “A população de Manchester, estimada em 17.000 habitantes em 1760, subiu para 237.000 habitantes em 1831 e 400.000 em 1851.” (HUNT; SHERMAN, 2000, p. 56).

Já no século XVIII, grande parte da ideologia medieval que contrariava a acumulação de capitais e o ideal do individualismo capitalista havia sido superada. (HUNT; SHERMAN, 2000). O liberalismo clássico com sua visão de mundo individualista tornava-se a ideologia do capitalismo. Suas ideias tomaram

forma ainda no período de transição mercantilista, mas, no final do século XVIII, o liberalismo dominava a política, economia e sociedade inglesas. Por outro lado, a ética paternalista cristã (ideologia feudal) continuou sendo defendida por minorias filiadas à antiga nobreza ou às correntes socialistas.

A ideologia do liberalismo clássico se apoiava em quatro pilares: psicológico, econômico, político e populacional.

Psicológico

É a tese sobre o egoísmo das pessoas, desenvolvida por Hobbes e Bentham. A ênfase no egoísmo levava à aceitação do individualismo como característica inerente das pessoas. Essa crença ia de encontro à ideologia paternalista cristã, que via a sociedade como uma família. Enquanto a ideologia paternalista cristã feudal defendia a responsabilidade dos ricos pelos miseráveis (uma vez que a riqueza era dádiva divina que incluía deveres com a sociedade), a ideologia do liberalismo defendia que o individualismo salvava da destruição a propriedade e a riqueza dos trabalhadores dedicados. Para essa vertente, esses trabalhadores dedicados não deveriam ser responsabilizados por aqueles que se recusavam a trabalhar, preferindo viver às custas dos próximos.

Uma consequência desse raciocínio foi a ênfase política na defesa da propriedade privada. Seu principal argumento era a necessidade de garantir aos trabalhadores a posse dos frutos de seu trabalho. (DENIS, 1993; HUNT; SHERMAN, 2000).

Econômico

Tese relacionada à importância da competição para o desenvolvimento econômico, elaborada por Adam Smith. Sobre essa tese, Hobbes destacou o aspecto do egoísmo das pessoas e apontou a utilização de instrumentos coercitivos para possibilitar a vida em sociedade e a necessária divisão do trabalho para garantir o desenvolvimento econômico. No entanto, nem todas as pessoas deveriam sofrer ações coercitivas sobre seus impulsos egoístas, uma vez que a competição era fundamental para o avanço econômico, como apontou Adam Smith. Segundo esse pensador, num mercado livre, o egoísmo dos diferentes produtores (visando ao lucro) levaria à concorrência para atrair consumidores, o capital e o trabalho. Nesse sentido, o livre mercado seria, para toda a sociedade, a melhor forma de investir os capitais. Isto seria possível, porque as forças inerentes ao mercado (a mão invisível do mercado) levariam à constante busca de melhoria da qualidade e ao aumento da eficiência produtiva. O objetivo de atingir tal eficiência levaria os pensadores do liberalismo clássico a identificar algumas leis imutáveis que regem o funcionamento do mercado.

Político

Teoria do estado mínimo. Para os liberais, os governos apresentavam apenas três funções:

- a. proteger os cidadãos contra invasores estrangeiros;
- b. zelar pela execução de contratos;
- c. preservar a ordem interna e erigir e manter as instituições e obras necessárias para o funcionamento da economia do país (de importância fundamental, mas que não geram lucros).

Dessa forma, o liberalismo clássico condenava a interferência governamental nos assuntos econômicos, mas exigia sua atuação na manutenção da economia.

Populacional

Teoria da população de Malthus. Esse pensador acreditava que as pessoas são movidas pela busca insaciável do prazer sexual. Em decorrência disso, a população mundial tende a crescer em progressão geométrica. Mas a produção de alimentos poderia crescer apenas em progressão aritmética. Para controlar essa situação, seria possível aplicar medidas preventivas e controles positivos.

As medidas preventivas seriam o controle da natalidade; as restrições morais; o vício. Essas questões influenciavam diretamente a taxa de natalidade. Já as pragas, a fome, a miséria e as guerras seriam os mecanismos de controle positivo, pois aumentavam as taxas de mortalidade. A conclusão da teoria de Malthus foi de que as ações governamentais paternalistas para auxiliar as camadas pobres da sociedade acabam por dificultar o bom funcionamento da economia. Esse raciocínio foi também introduzido na lógica liberalista clássica.

O somatório desses quatro pilares (psicológico, econômico, político e populacional) que caracterizam o liberalismo clássico levou à necessidade de redução da intervenção estatal na economia, para que o mercado pudesse se autorregular. (DENIS, 1993). Essa característica vai de encontro à ideologia paternalista cristã que prevaleceu, inclusive, durante a transição mercantilista, quando a intervenção era a base da política econômica. Para os liberais, o perfeito funcionamento do mercado só seria possível com a supressão de restrições e regras de cunho paternalista. “A ausência da coerção era compatível com a regularidade natural dos processos econômicos, da qual resultaria a maximização do bem-estar individual e do bem-estar de toda a sociedade”. (HUNT; SHERMAN, 2000, p. 62).

É importante ressaltar que a ideologia do liberalismo clássico defendia a interferência mínima do governo na economia. Essa ideologia era baseada

no *laissez-faire*, ou seja, no “deixar fazer”. Portanto, o Estado Liberal é aquele adequado aos interesses econômicos de um país.

Com exceção de Thomas Malthus, os economistas clássicos acreditavam que o livre comércio no mercado internacional promoveria o desenvolvimento econômico de um país. David Ricardo e Adam Smith reforçavam a ideia de que a especialização produtiva poderia ser benéfica para um país. (BRUE, 2005).

As ideias econômicas desenvolvidas pela Inglaterra seguiram os caminhos de seus produtos e de suas tecnologias, influenciando o pensamento econômico de países europeus, americanos, africanos e asiáticos, com diferentes intensidades.

Segundo Hunt e Sherman (2000, p.71):

[...] a revolução industrial elevou a produtividade do trabalho a níveis sem precedentes na história do homem. Contudo a canalização do potencial produtivo da economia para a criação de bens de capital exigiu que uma parte relativamente menor desse potencial fosse dedicada à produção de bens de consumo. A aquisição de bens de capital fez-se, portanto, a um custo social elevado, resultando em grandes privações para as massas.

Esses custos sociais levaram ao surgimento de formas de pensar contrárias ao liberalismo clássico, o que, conseqüentemente, criou condições para novas transformações nas relações sociais, econômicas e políticas.

Segundo Denis (1993), a economia política que surgiu na Europa nos séculos XVIII e XIX deu origem ao pensamento liberal. Os economistas dessa vertente percebiam a miséria e a injustiça social do período, mas acreditavam na possibilidade de aumentar o bem-estar geral e produção por meio do investimento de capitais. Para tanto, a condição fundamental era a liberdade de comércio e indústria.



De acordo com o pensamento liberal, os problemas sociais são provenientes das intervenções governamentais na economia.

Para esses economistas, “o liberalismo econômico suprimirá a miséria e assegurará o reino da moralidade, pelo menos em toda medida possível.” (DENIS, 1993, p.237).

No entanto, é importante compreendermos que o liberalismo se baseou em análises econômicas insuficientes, porque desprezaram a questão dos mercados. Além disso, o otimismo liberal se baseou em uma visão estreita das pessoas e da vida social, pois as pessoas se diferenciam dos animais por sua consciência e

liberdade. A doutrina liberal defende a liberdade, entendida como a possibilidade de fazer qualquer coisa para satisfazer interesses pessoais.

2.5 Reações contra o liberalismo

Embora a Escola Clássica dominasse o pensamento econômico da primeira metade do século XIX, a realidade econômica e social europeia manifesta-se em contradição com seus princípios. Surgem, então, pensadores que defendem a necessidade da intervenção do Estado na vida econômica; outros que defendem uma economia nacional; e outros que fazem a apologia da proteção do mercado nacional à concorrência estrangeira.

A Alemanha do começo do século XIX, comparada à Inglaterra e à França, era um país economicamente atrasado. O seu território, tanto política como economicamente, encontra-se dividido em principados governados despoticamente. Cada um deles tinha a sua própria proteção aduaneira e o seu sistema monetário diferente. Em 1815, após o bloqueio continental decretado por Napoleão, a Inglaterra envia grandes quantidades de mercadorias para a Europa Continental. E a indústria alemã, embrionária, sente-se ameaçada, e o protecionismo torna-se necessário. Em 1828 começa a união dos principados alemães, movimento que levantou o problema que seguiria nas relações econômicas com o exterior. Os proprietários agrícolas inclinavam-se para o comércio livre, os industriais para o protecionismo.

O economista Georg Friedrich List (1789-1846) defendia a doutrina do sistema nacional, em lugar da doutrina clássica do liberalismo econômico de Adam Smith. Para List, era de fundamental importância o papel do Estado como indutor e planejador de desenvolvimento, em face de diferentes interesses particulares. Dessa forma, estudou a história do desenvolvimento das nações, a partir de experiências bem-sucedidas ou não, fundando o que chamou de método histórico. Buscou, assim, criar uma teoria que partisse da realidade, e não o contrário, criar uma realidade (modelo) que se encaixasse em sua teoria. (PADULA, 2007). Além disso, List impulsionou a reunificação da Europa, defendendo as ideias da escola histórica de economia, que serviram de base para a criação da Comunidade Econômica Europeia.

Para isso, List sustentou que o sistema econômico de Smith era mercantil e não industrial, denominando-o de “sistema de valor de troca”. Ao contrário do que Smith defendia, ele argumentou que o interesse privado imediato de indivíduos não levaria ao bem maior da sociedade.

Ainda, conforme List, a finalidade da economia nacional deveria ser o pleno desenvolvimento das forças produtivas do país. Nesse sentido, para desenvolver

as indústrias já existentes e para criar novas indústrias, um país deveria adotar uma política protecionista que favorecesse a sua indústria, e não a agricultura.

O economista Henry Carey (1793-1879) também criticou a doutrina liberal de Adam Smith. Segundo esse, a política livre-cambista era o que mantinha os Estados Unidos como colônia da Inglaterra e, para isso, defendia a proteção aduaneira como medida de longa duração em prol do desenvolvimento da indústria e da agricultura. Assim, Carey acreditava que a intervenção do Estado era a única forma capaz de remover os obstáculos criados pelas políticas aplicadas pelas nações mais antigas e mais ricas em favor do desenvolvimento econômico das comunidades mais novas.

Carey também combateu a teoria malthusiana da população, defendendo que os meios de subsistência determinarão o crescimento da população somente naquela sociedade em que não haja introdução de novas tecnologias ou não se adote visão de futuro da política governamental. Para ele, a terra é um instrumento de produção formado pela atividade humana em uma sociedade industrial, sendo seu valor medido pelo trabalho despendido sobre ela.

Nesse mesmo contexto de críticas ao liberalismo, podemos considerar outro economista, Jean Charles Léonard de Sismondi (1773-1842), também um historiador. Seus estudos vinculam-se às diferentes fases da economia, em especial da França e da Itália. Em princípio, era adepto à tese do comércio livre, mas aos poucos se convenceu do contrário, desenvolvendo críticas à liberdade de comércio e industrialização.

Diferente dos demais economistas, assumiu uma posição mais humanitária, transferindo o interesse dos estudos econômicos do setor de produção para o da distribuição, bem como do setor da oferta para o da procura. Além disso, sem esquecer os aspectos econômicos, valoriza essencialmente os aspectos sociais.

Sismondi preconizava o desenvolvimento da propriedade desde que esse desenvolvimento dependesse do trabalho do seu proprietário. Almejava assim que o Estado intervisse em defesa pequena propriedade agrícola, do pequeno comércio e da pequena indústria doméstica ou artesanal. Essa intervenção do Estado deveria estender-se a toda a vida econômica, para evitar a superprodução e a miséria operária.

Diante do exposto, é possível observar que foram vários os economistas que discordaram da doutrina clássica liberal. Esses buscaram repensar o papel do Estado na economia, como solução para o desenvolvimento intervencionista, sem necessariamente reivindicar substituição do sistema capitalista por outro. O que ocorreu com as doutrinas socialistas quando defenderam a superação do sistema capitalista pelo socialista, como forma de combater e acabar com a desigualdade social, um dos pilares das críticas.

2.6 As doutrinas socialistas

Os pensadores da doutrina socialista (séculos XVIII e XIX) não concordavam que a liberdade econômica seria suficiente para garantir o aumento do bem-estar de todas as classes sociais, ou, no mínimo, não seria capaz de prejudicar a nenhuma classe. (DENIS, 1993). Inicialmente, os ganhos salariais dos empregados da indústria foram maiores do que os ganhos dos operários agrícolas. Dessa forma, aos poucos, as indústrias passaram a atrair cada vez mais pessoas para os centros industriais. No entanto, o planejamento e a organização dessa massa de indivíduos não eram realizados, o que levou a péssimas condições de alojamento.

Proletário é o nome dado às camadas de trabalhadores pelos pensadores socialistas.

É importante destacar que o desenvolvimento industrial nesse período foi, portanto, acompanhado pela aglomeração de **proletários** pobres nos centros industriais. O problema da miséria foi-se agravando cada vez mais. (DENIS, 1993).

A rápida urbanização que acompanhou o processo de industrialização capitalista exerceu influência na queda da qualidade de vida de parte da população. Segundo Hobsbawn (1968), a situação nas cidades europeias no início do século XIX era terrível, devido a nuvens de fumaça, sujeira e deficiência no abastecimento de serviços básicos, que não conseguiam atender a tantas pessoas.

Segundo Hobsbawn (1968, p. 67-68):

[...] essa situação calamitosa era responsável, sobretudo depois de 1830, pelas epidemias de cólera, de febre tifoide e as constantes e pavorosas perdas humanas causadas pelos dois grandes agentes mortíferos que assolavam os centros urbanos do século XIX: a poluição do ar e da água, ou as doenças intestinais ou respiratórias.

Durante o desenvolvimento industrial, o padrão de vida das camadas pobres, em termos relativos, diminuiu. Por outro lado, é nesse período que a classe média enriquece fortemente.

O sistema fabril também modificou significativamente o modo de vida tradicional dos trabalhadores: desapareceu o orgulho profissional dos antigos artesãos, assim como as estreitas relações pessoais. Na indústria, a principal relação entre empregador e empregado passou a ser o vínculo monetário. Nas fábricas, o ritmo de trabalho obedecia à regularidade das máquinas, e essa monotonia teve forte impacto na saúde das pessoas. A dominação implacável das máquinas sobre as pessoas gerou diversas revoltas espontâneas, como as revoltas ludistas, quando multidões de pessoas destruíam máquinas e instalações.

Nas fábricas, a divisão do trabalho e uso de máquinas simplificaram a maioria das operações produtivas, a ponto de serem executadas até mesmo por crianças. Isso tornou comum o emprego de crianças e mulheres nas fábricas, já que recebiam salários inferiores e eram mais facilmente reduzidas à passividade. A lei dos pobres na Inglaterra permitia negociações de lotes de crianças indigentes entre as fábricas e as autoridades municipais. As crianças ficavam ligadas às fábricas por contrato de aprendizagem, até completarem um ano. Trabalhavam de quatorze a dezoito horas por dia. A situação das mulheres também era degradante. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Esta população via com cautela a introdução de máquinas na produção industrial, porque temiam a redução dos empregos. Diversas revoltas ocorreram nas regiões fabris inglesas para evitar a introdução das máquinas. De fato, com ou sem a introdução das máquinas, a mão de obra existente era excessiva e o desemprego generalizado. Em épocas de superprodução, o desemprego aumentava ainda mais, e os salários industriais eram fortemente reduzidos, deixando a população operária na miséria. Além da péssima qualidade de vida das camadas operárias nas cidades industriais, a condição de trabalho nas fábricas também era péssima.

Segundo Denis (1993, p. 305):

[...] é necessário sublinhar as condições de trabalho geralmente muito más. Foi este, talvez, o efeito mais funesto da criação das fábricas. Habitados a trabalhar em suas casas, sem dúvida longas horas, mas à sua vontade, os operários suportaram muito mal a disciplina rigorosa das fábricas. As condições de trabalho foram particularmente penosas para as mulheres e crianças, recrutadas em grande número por salários muito baixos. As fábricas utilizaram nomeadamente, em condições muitas vezes odiosas, batalhões de crianças assistidas, que lhes eram enviadas pelas paróquias.

Quando ocorriam acidentes nas indústrias, os funcionários recebiam pouca ou nenhuma compensação. Os direitos políticos para os empregados não existiam, e os sindicatos eram proibidos. O capitalismo industrial se desenvolveu sobre os sofrimentos e privações da classe operária, a qual não teve acesso aos benefícios do crescimento econômico. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Apesar dessa situação crítica, a maioria dos proprietários citava os pensadores como Smith para enfatizar o conceito de estado mínimo e liberdade econômica. (BRUE, 2005). A política do *laissez-faire* concedeu grande poder aos capitalistas que, para aumentar os lucros, cometeram muitos excessos. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Protestos moralistas:

Com o advento do capitalismo, a Europa rompe com a moral e os costumes que regiam a sociedade até então. Nesse caso, os protestos moralistas referem-se àqueles protestos que buscavam resgatar os valores e as ideias pré-capitalistas.

Desde o início da Revolução Industrial, **protestos moralistas** apontaram as desigualdades e criticaram a doutrina liberal. Desde o início do desenvolvimento industrial, os operários começaram aos poucos a se organizar para defender seus interesses coletivamente.

Em 1790, já proliferavam organizações sindicais na Inglaterra. Os liberais clássicos se empenharam, nesse período, na revogação das leis de auxílio aos pobres. Segundo Hunt e Sherman (2000, p. 77), “os liberais clássicos partiam do princípio de que os trabalhadores deviam aceitar qualquer emprego que lhes fosse oferecido no mercado, independentemente do salário ou das condições de trabalho”.

Em 1834, as organizações sindicais conseguiram aprovar a lei dos pobres a qual estabelecia um auxílio pecuniário aos desempregados com valor inferior ao menor salário oferecido no mercado de trabalho. Além disso, a assistência era concedida somente a pessoas internas em asilos públicos, que separavam arbitrariamente maridos, esposas e filhos. Essa assistência visava a encorajar o trabalho nas fábricas e minas.



Para Hobsbawn (1968, p. 69): “a nova lei visava muito mais degradar e oprimir do que proporcionar auxílio material. Poucas leis foram mais desumanas que a lei dos pobres de 1834”.

A principal corrente que se opôs ao liberalismo clássico foi o socialismo. Os socialistas protestavam contra as desigualdades do capitalismo e defendiam a necessidade de mudanças para a criação de uma sociedade digna e justa. Com o tempo, muitas vertentes do socialismo foram surgindo, e seus pensadores divergiam fortemente sobre o tipo de socialismo que deveria ser defendido. Essas vertentes estão detalhadas na sequência.

Socialismo utópico

Começa a partir dos anos de 1800. Seus principais representantes foram Henri Comte Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen. Esses autores destacaram a injustiça e irracionalidade da economia baseada no livre mercado. Também defendiam a cooperação entre capitalistas e operários e propunham a criação de comunidades cooperativas modelo (que foram implantadas sem grande sucesso em algumas áreas).

Os pensadores do socialismo utópico surgiram em uma época em que os trabalhadores ainda eram fracos e desorganizados. (BRUE, 2005). Por isso, suas ideias não alcançaram grande destaque na sociedade, economia e política da época.

Socialismo de estado

Os pensadores do socialismo de estado, como Lênin e Trotski, consideravam que o aparato estatal poderia ter um poder imparcial e ser influenciado em favor da classe trabalhadora, caso o voto fosse difundido e a população educada e organizada. Então, o Estado poderia ter a posse e a operação de todos ou de alguns setores produtivos, tomando decisões em favor dos proletários. Cabe destacar que este foi o modelo de socialismo aplicado na União Soviética e em Cuba.

Socialismo cristão

Essa versão do socialismo se desenvolveu na Inglaterra e na Alemanha, e seu principal pensador foi Charles Kingsley. Os socialistas desta vertente utilizavam a Bíblia para definir o modelo de comportamento e as relações sociais e econômicas aceitáveis na sociedade industrial.

Para esses pensadores, a propriedade era administrada com o objetivo do bem comum e melhoria da qualidade de vida de todos. As relações sociais deveriam ser baseadas no amor e companheirismo mútuos. Eram contrários à violência e, principalmente, à luta de classes. Defendiam o sanitarismo, a educação e a criação de leis para as fábricas. (BRUE, 2005).

Anarquismo

Seu principal pensador foi Pierre Joseph Proudhon. Os anarquistas eram contrários ao liberalismo clássico em vários sentidos. Acreditavam que as pessoas são boas por natureza, a menos que sejam corrompidas pelo Estado, pelo sistema econômico e pela propriedade privada. Segundo seus pensadores, nenhum Estado em toda a história teria defendido as classes trabalhadoras, e, por isso, deveriam ser abolidos.

Os anarquistas defendiam o fim da propriedade privada em favor da propriedade coletiva. Acreditavam em organizações comunitárias controlando a produção agrícola, a industrial e o comércio, bem como, o estabelecimento da infraestrutura de habitação, iluminação, transporte, saúde, alimentação, saneamento. (BRUE, 2005).

Socialismo Marxista

Seus principais pensadores foram Karl Marx e Friedrich Engels. O socialismo marxista também é conhecido como socialismo científico. Apesar do desprezo pelo capitalismo, seus pensadores admitiam a importância do aumento da produção industrial. Mas esse desenvolvimento econômico levaria a relações críticas entre capitalistas e proletários, denominadas lutas de classe. Essas lutas de classe, conseqüentemente, levariam a revoltas e ao estabelecimento do socialismo. (BRUE, 2005). Baseava-se na teoria do valor do trabalho e da exploração dos assalariados pelos capitalistas. Esta foi a corrente socialista que mais fortemente se relaciona ao sanitarismo, introduzindo estratégias de higiene e saúde nos locais de trabalho. Influenciou o pensamento socialista e o pensamento político de grande parte dos países atuais. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Segundo Hunt e Sherman (2000, p. 92):

Marx baseou seu estudo da sociedade capitalista numa abordagem histórica que ficou conhecida como materialismo histórico. Marx procurou simplificar as complexas relações de causa e efeito que interligavam as múltiplas facetas dos sistemas sociais, isto é, a teia de ideias, leis, crenças religiosas, costumes, códigos morais, instituições econômicas e sociais presentes em todos os sistemas sociais. Tal simplificação, julgava ele, lhe permitiria focalizar a sua atenção sobre as relações verdadeiramente fundamentais que determinam a direção geral em que se movem os sistemas sociais.

A partir dessas ideias, o pensamento marxista influenciou até mesmo a forma de construir a história escrita. Sua influência está presente mesmo nos materiais que estudamos agora, pois grande parte das correntes historiográficas que tratam da história econômica utilizam o materialismo histórico para analisar os fatos passados.

O método de análise histórica de Marx é chamado também de materialismo dialético: a palavra materialismo relacionasse à ideia de que os aspectos econômicos (materiais) exercem a influência mais poderosa sobre todas as relações sociais e políticas; e dialético refere-se ao processo analítico desenvolvido por Georg Hegel.



O método hegeliano, chamado dialética, propunha que o progresso histórico ocorre por conflitos de ideias. Assim, uma ideia preexistente, a tese, é confrontada por outra ideia, a antítese. O embate entre as duas ideias transforma ambas e cria uma nova ideia, ou seja, a síntese e é a partir dela que o processo recomeça.

Para entender melhor essa ideia, pense na seguinte situação: um grupo de pessoas que acredita na necessidade de asfaltar uma rua (tese) opõe-se a outro grupo que resiste ao asfaltamento devido aos altos custos financeiros decorrentes do asfalto (antítese). Após várias discussões, ambos concordam com o calçamento da rua com lajotas (síntese).

Vale observar que, a partir dessas ideias, o marxismo buscou demonstrar que todas as instituições sociais e tradições intelectuais estão relacionadas e compõem complexas relações de causa e efeito. De todas essas relações, a economia é a mais influente.

O conjunto dessas relações de produção é denominado por Marx de **modo de produção**. O modo de produção é composto por forças produtivas e relações de produção. As **forças produtivas** são as ferramentas, fábricas, equipamentos, as habilidades e conhecimentos. As relações de produção são as relações entre as pessoas e dessas com a propriedade dos meios de produção, o que implica diferentes formas de divisão de riquezas. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Em cada período histórico, as forças de produção geram as relações de produção que as suportam, compondo, assim, um modo de produção. (BRUE, 2005). Na ótica marxista, o modo de produção é denominado infraestrutura. As religiões, a ética, as leis, as instituições sociais e os costumes são chamados de superestrutura.

Marx identificou quatro modos de produção ao longo da história: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo. Entre eles, o que havia em comum era o antagonismo entre as classes sociais. É esse antagonismo, chamado de luta de classes, que impulsiona a história.



Em todos os modos de produção, a disputa entre a classe dominante dos meios de produção e a classe majoritária e explorada provocou a destruição do modo de produção e sua substituição. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Os principais conceitos criados por Marx para desenvolver a teoria do capitalismo foram:

- a. a teoria do valor do trabalho;
- b. a teoria da exploração;
- c. o acúmulo de capital e a queda da taxa de lucro;
- d. o acúmulo de capital e a crise;
- e. a centralização de capital e a concentração de riquezas;
- f. o conflito de classe.

A relação entre essas teorias é chamada de **Lei do Movimento do Capitalismo**. De acordo com Marx, como a mão de obra é a origem de todo o valor, a mais valia e os lucros aumentam com a exploração dos trabalhadores. A concorrência entre os capitalistas resulta em acúmulo de capital, que causa queda da taxa de lucro e crises comerciais de desemprego tecnológico. Tais consequências produzem centralização de capital e concentração de riquezas, assim como o aumento no nível de desemprego e da pobreza. A polarização dos capitalistas e dos trabalhadores leva ao conflito de classes e à queda do capitalismo. (BRUE, 2005).

Os principais economistas da época (Smith, Ricardo e o próprio Marx) acreditavam que o valor de uma mercadoria era determinado pelo tempo de trabalho dedicado a sua produção. Marx percebeu que, após a conclusão do processo de produção, o capitalista vende as mercadorias por um valor superior ao investimento. Assim, o valor pago pelo salário de um trabalhador é menor do que o valor das mercadorias produzidas com seu trabalho. A diferença neste valor é razão entre o tempo de trabalho não pago e tempo de trabalho pago aos trabalhadores. Essa diferença é denominada **mais-valia**.

No capitalismo, o valor das mercadorias é definido pela soma do capital constante (equipamentos, instalações, matérias-primas), do capital variável (custos de pagamentos de mão de obra) e da mais-valia (valor extra apropriado pelo capitalista e não pago ao trabalhador). Nesse sentido, têm-se a seguinte equação:

$$\text{Valor} = C + V + S$$

Onde:

C = capital constante (equipamentos, instalações, matérias-primas).

V = capital variável (custos de pagamentos de mão de obra).

S = mais-valia (valor extra apropriado pelo capitalista e não pago ao trabalhador).

O socialismo marxista defende o fim da propriedade da terra e do capital, controlados pelo Estado, porém, acredita na manutenção da propriedade de bens de consumo. Nesse sistema, a produção é planejada com vista a eliminar o lucro e o livre-mercado como principais forças econômicas atuantes. (BRUE, 2005).

É importante observar que a principal crítica ao marxismo está relacionada com a maneira rígida de analisar a influência da economia na superestrutura. No entanto, diversos autores discutiram falhas analíticas presentes na teoria do valor do trabalho, na teoria da exploração e do acúmulo de capital e, ainda, na ideia de conflito de classes.

Comunismo

Marx também foi o principal pensador do comunismo. De acordo com ele, o comunismo seria a evolução do socialismo.

Para Brue (2005, p.153): “sob o socialismo o slogan é ‘De cada um de acordo com sua habilidade, para cada um de acordo com seu trabalho’. Sob o comunismo, o slogan é ‘De cada um de acordo com sua habilidade, para cada um de acordo com sua necessidade’.” Isso significa que a transição do socialismo para o comunismo implicaria grande abundância de bens em relação à necessidade, o fim dos pagamentos em dinheiro e o retorno do sentimento familiar em relação à sociedade. Com isto, o Estado seria naturalmente enfraquecido e o controle sobre as pessoas seria substituído pelo controle sobre as coisas.

Nesse sentido, é fundamental compreendermos que o comunismo não existe como modo de produção em nenhum país, apenas em pequenas comunidades cooperativas. Portanto, os países que se dizem, hoje, comunistas apresentam de fato um Socialismo de Estado.

Socialistas fabianos:

é uma referência ao militar romano Fábio Máximo que, com cautela e determinação, conseguiu vencer exércitos mais poderosos.

Revisionismo

Seus principais pensadores foram Bernstein (Alemanha), Sydney e Beatrice Webb (Inglaterra). São chamados também de **socialistas fabianos**. Esses pensadores eram contrários à luta de classes e negavam que o Estado apenas servia às classes ricas. Defendiam a importância da educação, das propagandas eleitorais e do voto secreto. Para esses, o governo deveria controlar os serviços públicos, regulamentar os monopólios e controlar as condições de trabalho nas indústrias. (BRUE, 2005).

Sindicalismo

Seu principal representante foi Georges Sorel. Esse movimento foi mais forte nos países latinos, na Europa. Os pensadores dessa vertente defendiam a existência de grandes sindicatos para provocar reforma social e o melhoramento das condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, os sindicatos poderiam realizar greves e propor negociações. Poderiam, também, atuar de forma radical, propondo o fim do capitalismo.



Os pensadores do sindicalismo defendiam a organização industrial em unidades autônomas administradas por trabalhadores, unificadas em uma federação. (BRUE, 2005).

Apesar das várias divergências quanto aos objetivos finais, os vários tipos de socialismo vistos anteriormente tinham diversas características em comum:

- a. não acreditavam na ideia liberalista de harmonia de interesses, e sim numa sociedade composta por classes diferentes, com objetivos conflitantes;
- b. todos os socialistas eram contrários ao conceito de *laissez-faire*, pois concordavam com a necessidade de governo para garantir os interesses da classe trabalhadora;
- c. acreditavam que o capitalismo é caracterizado por crises econômicas periódicas;
- d. defendiam a ação coletiva e a posse pública das empresas para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Durante o desenvolvimento industrial europeu, o capitalismo do *laissez-faire* possibilitou que os trabalhadores tivessem reclamações legítimas. O pensamento socialista demonstrou a complexa sociedade contemporânea e expôs seus males. Apesar de seu objetivo de acabar com o capitalismo jamais ter-se realizado, suas críticas levaram a importantes reformas que, hoje, tomamos como naturais em nossa sociedade. Graças à ação das diferentes correntes socialistas, temos conquistas como:

- o controle municipal ou estadual de serviços públicos, como gás, água e luz (revisionistas);
- a responsabilidade pública sobre habitação, saúde, alimentação e saneamento (anarquismo);
- educação pública (socialismo cristão, revisionismo).



Em sua época, os socialistas foram capazes de estimular a consciência da sociedade e promover reformas da legislação, as quais, aos poucos, determinaram melhorias significativas nas condições de trabalho e vida dos assalariados.

No entanto, diversos fatores impediram uma aplicação efetiva do modelo socialista. Entre eles, podemos destacar:

- a dificuldade de distribuição equitativa de renda, sem prejudicar os incentivos que conduzem a produção de mercadorias;
- a insegurança sobre a ação de governos que definem pagamentos de renda de forma arbitrária;

- a capacidade dos governos socialistas de manter a justiça diante de ideias diferentes e contrárias;
- a incerteza da possibilidade de liberdade política na ausência de liberdade econômica.

Entretanto, apesar disso, a contribuição do pensamento socialista é inegável, pois, a partir dele, muitos benefícios aos trabalhadores foram alcançados em diversos países do mundo, a partir de várias reformas legislativas com base em ideias socialistas, tais como: a previdência social, o salário desemprego, as leis do salário mínimo, o pagamento por horas extras, as leis de segurança e saúde no trabalho.

Outro aspecto de grande relevância no pensamento socialista foi o destaque dado à análise do crescimento do poder econômico dos monopólios e suas distorções; à questão da desigualdade de renda; e, à realidade dos ciclos de comércio. Esses destaques promoveram longas discussões nos círculos econômicos, levando à revisão de concepções básicas e à introdução de novas teorias econômicas. (BRUE, 2005).

2.7 O capitalismo monopolista e imperialista e seus reflexos no pensamento socialista

Desde o início da industrialização inglesa, o mercado externo foi maior do que o mercado interno. Nos anos 1700 a 1750, as indústrias que atendiam ao mercado interno cresceram 7%, e as indústrias que vendiam para outros países cresceram 76% (HUNT; SHERMAN, 2000). No século XIX, o avanço do liberalismo econômico em diversos países da Europa permitiu o estabelecimento da livre concorrência entre as indústrias. Para essa rápida expansão econômica, eram necessários bens de produção (máquinas e equipamentos) produzidos na Inglaterra.

Como Marx havia previsto, quando o capitalismo liberal estava em sua fase de maior crescimento até então, seus efeitos puderam ser percebidos. O avanço tecnológico foi tão intenso que apenas as fábricas de grande porte eram capazes de incorporar as inovações tecnológicas em seus processos produtivos. A concorrência se tornou tão agressiva que destruiu as empresas menores. Até mesmo entre as empresas grandes, a concorrência desenfreada ameaçava eliminar a todos.

Diante disso, as indústrias mais poderosas optavam pela associação em cartéis, trustes ou fusões, visando a assegurar sua continuidade. Associado a isso, houve grandes investimentos nas áreas de transportes e comunicações, o que ampliou

consideravelmente os mercados. Esses mercados podiam ser atendidos com eficiência por apenas algumas corporações.



Segundo Hunt e Sherman (2000, p.108) “a sociedade anônima ou a corporação converteu-se num recurso eficaz que possibilitava a uma única organização financeira assumir o controle sobre vultosas quantidades de capital.”

Um dos traços característicos do capitalismo no final do século XIX foi a formação dessas gigantescas corporações que produziam artigos em massa e aplicavam concorrências devastadoras. As principais indústrias foram submetidas a um controle cada vez mais centralizado. Paralelamente a essa concentração industrial, também ocorreu imensa concentração das rendas de uma pequena percentagem da população. Ao mesmo tempo em que os capitalistas prosperavam, a miséria ainda era generalizada entre os trabalhadores.

Assim, em virtude da grande concentração de capitais e do surgimento das grandes corporações, o liberalismo clássico (centrado na existência de uma economia composta por inúmeras empresas pequenas e relativamente fracas) não correspondia mais à prática econômica. Para Hunt e Sherman (2000, p.121), nesse contexto, “criara-se um imenso abismo entre a teoria e a realidade econômica”.

Foi diante desse quadro que o pensamento marxista dissemina-se nos círculos intelectuais e entre operários. Os economistas, por outro lado, colocaram-se em duas posições distintas: alguns aderiram ao marxismo e passaram a lutar pelo movimento operário; outros (a maioria) rejeitaram o marxismo e repudiaram a revolução social. (DENIS, 1993). Os economistas contrários ao marxismo atualizaram e revigoraram a ideologia clássica, tentando demonstrar as vantagens do liberalismo econômico a partir de raciocínios diferentes. Os economistas contrários ao marxismo continuaram enfatizando a ideia de que a política liberal canalizava o interesse pelo lucro para práticas socialmente benéficas. (HUNT; SHERMAN, 2000). Essa nova corrente de pensamento econômico foi denominada escola liberal neoclássica. O principal representante dessa corrente de pensamento foi Alfred Marshall.

Para os economistas neoclássicos, a ênfase recaía sobre a ideia da tomada de decisões. Eles salientavam a oferta e a demanda como forma de determinar o preço dos bens, serviços e recursos utilizados no mercado. Em suas teorias, investigaram o papel da moeda na economia e analisaram as estruturas do mercado relacionadas ao monopólio e ao duopólio. (BRUE, 2005). Esses aspectos influenciaram fortemente o pensamento político-econômico atual.

Para a construção do pensamento liberal neoclássico, os economistas neoclássicos atualizaram as prescrições políticas do *laissez-faire*. Assim, reduziram ainda mais as atribuições do governo, o qual seria responsável apenas por funções direta ou indiretamente ligadas à lucratividade dos negócios.



Os economistas liberais defendiam a intervenção governamental em um número limitado de áreas em que os mecanismos do livre mercado não maximizavam o bem-estar social.

De qualquer forma, a teoria econômica neoclássica “continuava sendo, em sua essência, uma ideologia destinada a legitimar o *status quo*.” (HUNT; SHERMAN, 2000, p.122). Ou seja, a corrente de pensamento liberal neoclássica buscava justificar a situação atual, explicando as desigualdades econômicas e sociais. Essa explicação foi desenvolvida a partir dos conceitos do darwinismo social. Segundo essa teoria, assim como na natureza, na sociedade a competição entre as pessoas no campo econômico permitia a seleção dos indivíduos mais aptos. Os mais aptos seriam aqueles cujas iniciativas econômicas permitiram a acumulação de capital e o enriquecimento. O darwinismo social foi a ideologia da maior parte dos homens de negócio no final do século XVIII. A partir desse conceito, os economistas neoclássicos consideravam socialmente benéfica a concentração do poder corporativo e das riquezas atribuídas à superioridade evolutiva dos homens abastados. (HUNT; SHERMAN, 2000).

A concorrência entre as indústrias tornou-se praticamente uma guerra. Essas guerras aceleraram o processo de concentração de capital, inaugurando uma era de fusões e conluíus entre as grandes corporações no final do século XIX. Atuando em conluio, as corporações que controlavam ramos industriais específicos exerciam o monopólio sobre esse ramo e maximizavam seus lucros em conjunto. As agências governamentais eram utilizadas para mediação de acordos de cooperação. Mesmo com essa mediação governamental, a concorrência levou a diversas crises econômicas nos países industrializados.

Segundo Hunt e Sherman (2000, p.128), “durante a segunda metade do século, os Estados Unidos sofreram cinco crises (1854, 1857, 1873, 1884 e 1893), e a Inglaterra, seis (em 1857, 1866, 1873, 1890 e 1900).” Todas estas crises causaram grandes prejuízos econômicos e levaram a discussões sobre os riscos da formação de grandes corporações para as economias nacionais. Aos poucos foram criadas leis para coibir a formação de cartéis e trustes.

Nesse novo contexto, muitos ideólogos do capitalismo rejeitaram os postulados clássicos do liberalismo, por considerá-los inadequados à realidade política e econômica de seu tempo. Existia grande distância entre as ideias apresentadas pelos liberalistas neoclássicos e a realidade econômica e social do capitalismo

corporativo. Diversos economistas buscaram desenvolver uma nova ideologia mais adequada a esta realidade. Como resultado, surgiu uma nova versão da ética paternalista cristã, apresentando os novos magnatas da indústria e das finanças como homens generosos e paternais, que colocavam o bem-estar social acima de seus interesses pessoais. (HUNT; SHERMAN, 2000). Sob esta nova ideologia, as desigualdades e injustiças sociais eram denunciadas, mas a necessidade de interferência governamental continua enfatizada.

Nesse mesmo período, as teorias socialistas sobre o capitalismo foram influenciadas pelas conquistas políticas e econômicas alcançadas pela classe operária (ainda que pequenas) e pela partilha imperialista realizada pelas principais potências industriais, em regiões com pouco desenvolvimento econômico-industrial.

No século XIX, os salários reais dos trabalhadores finalmente sofreram aumentos em todos os países capitalistas. Os trabalhadores tiveram maior acesso a itens alimentares como carnes, frutas e doces, bem como, calçados, roupas, móveis, jornais, bicicletas e diversos outros produtos fabricados em massa.



Somente no século XIX, os trabalhadores passaram a ter acesso aos benefícios do desenvolvimento industrial. Evidentemente, essa melhoria na qualidade de vida dos assalariados não foi igual em todas as regiões dos países industrializados.

Nesse período, surgiram em diversos países os partidos políticos ligados às demandas dos operários e, também, às novas leis, favoráveis e contrárias às reformas sociais. Esses eventos provocaram uma cisão no seio do movimento socialista: enquanto os revolucionários marxistas insistiam na via revolucionária para o socialismo, os revisionistas e fabianos afirmavam que o socialismo poderia ser alcançado pelas reformas legislativas pacíficas e graduais. As discussões entre os dois grupos criaram fortes divergências, as quais não foram contornadas.

Ao longo do século XIX, os reformistas assumiram o controle dos partidos socialistas na maior parte dos países capitalistas. Acreditavam que a causa fundamental das desigualdades sociais e da miséria era a má distribuição de riqueza e renda. Portanto, propunham reformas para corrigir essa distorção, sem alterar o sistema capitalista. Contudo, preocupados em apenas conquistar maiorias eleitorais, os reformistas foram obrigados a renunciar ao princípio fundamental do socialismo, que era a socialização dos meios de produção.

Imperialismo foi o segundo movimento de conquista de regiões do planeta para exploração colonial. Nesse movimento, foram dominadas diversas regiões da África e Ásia por países capitalistas europeus.

No entanto, a questão do estabelecimento de governos democráticos em países capitalistas, levantada pelos socialistas reformistas, a qual levaria gradualmente ao socialismo, não foi o único ponto de divergência com os socialistas revolucionários. Outro ponto de discordância dentro do movimento socialista estava relacionado com o **imperialismo** europeu e norte-americano.

Com o objetivo de conquistar novas regiões, esse modelo imperialista disseminou diversas ideias que influenciaram o pensamento europeu e norte-americano. A ideologia central que possibilitava a aceitação da ocupação de áreas como a África e a Ásia foi a definição do imperialismo como a luta pela dominação política e econômica de regiões povoadas por “raças inferiores”. A base econômica desse raciocínio estava relacionada com a necessidade que os países capitalistas apresentavam de ampliar mercados consumidores e adquirir novas fontes de matéria-prima.

Os socialistas, que visavam à melhoria da qualidade de vida, ficaram divididos sobre qual postura tomar em relação a essa dominação que colocava populações inteiras sob a exploração de capitalistas. A partilha imperialista das regiões economicamente subdesenvolvidas do mundo levou à cruel exploração dos povos nativos, em proveito dos lucros das grandes corporações capitalistas. Apesar disso, a questão do imperialismo dividiu os socialistas, uma vez que, muitos socialistas reformistas posicionaram-se em favor do imperialismo, enquanto outros o repudiaram vigorosamente.



Rosa Luxemburg, uma das principais líderes do marxismo, dedicou-se à análise do imperialismo. Para ela, a razão fundamental do imperialismo estava relacionada com a insuficiência da demanda agregada de produtos. Isso levava à necessidade de conquistar mais e mais mercados.

Apesar das imperfeições de pressupostos teóricos estabelecidos por Rosa Luxemburg, ela desenvolveu excelentes análises sobre a natureza do imperialismo, do nacionalismo e do militarismo.

Segundo Hunt e Sherman (2000, p. 162):

[...] as lacunas de sua teoria foram preenchidas por Lenin, na obra intitulada *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Lenin atribuiu grande importância à necessidade de exportar capitais e de incorporar zonas que oferecessem boas oportunidades de investimentos para esses capitais. Suas análises representam, ainda hoje, a crítica marxista mais penetrante do imperialismo.

As críticas socialistas ao imperialismo se ampliaram ao longo do tempo, atingindo inicialmente os intelectuais e operários (esses mais preocupados com seus próprios problemas). No entanto, a dominação europeia e norte-americana demorou ainda várias décadas, até ser oficialmente encerrada na maior parte das regiões. O encerramento da dominação oficial não significou realmente a independência dessas áreas (que dependiam economicamente dos países capitalistas) e, em muitos casos, levou a guerras civis entre os grupos tribais residentes.

Vale observar que o início do século XX foi marcado por grande crescimento econômico, especialmente nos Estados Unidos. As guerras ocorridas na Europa favoreceram essa situação. Por outro lado, também ocorreram diversas crises econômicas nesse período, as quais sinalizaram a necessidade de repensar os pressupostos liberais que ainda dominavam a prática política nos países capitalistas.

A imagem do industrial paternalista vai permanecer até a década de 1930, exercendo influência considerável na legislação econômica e social da primeira fase do *New Deal* (programa de recuperação da economia dos Estados Unidos após o evento chamado Grande Depressão, que consistiu na maior crise econômica já enfrentada pelo país).

Capítulo 5

A economia no mundo contemporâneo

Paola Beatriz May Rebollar

Alexandre de Medeiros Motta (Revisão e ampliação)

Habilidades

Por meio do presente estudo você desenvolverá a habilidade de criar instrumentos analíticos para análise de situações atuais. Desenvolverá ainda a habilidade de identificar as principais características dos modos de produção construídos ao longo da história e também os principais fenômenos econômicos da época moderna.

Seções de estudo

Seção 1: Capitalismo, socialismo e a economia ecológica

Seção 2: O capitalismo contemporâneo e seus críticos radicais

Seção 3: O Pensamento econômico presente: origens e futuro

Seção 4: As ideologias econômicas brasileiras modernas

Seção 5: A ideologia ecológica

Seção 1

Capitalismo, socialismo e a economia ecológica

1.1 Conceitos básicos de economia

Para estudar economia, é necessário o conhecimento dos conceitos básicos sobre o tema, associado à análise do cotidiano das sociedades estudadas. É no fazer cotidiano que se expressa a forma de produzir riqueza de uma comunidade ou nação.

O historiador Eric Hobsbawm (1981) lembra palavras que surgiram ou adquiriram novos significados a partir do século XVIII: industrial, fábrica, classe média, classe trabalhadora, liberal, conservador, ferrovia, ideologia, greve, entre outras. Ao observar essas palavras com atenção, podemos constatar novos elementos econômicos que surgiram nesse período. A fábrica, ou a Indústria de maneira geral, torna-se uma atividade econômica, tão importante quanto à agricultura, que, até então, prevalecia sobre todas as outras atividades. Com a Indústria, surgiram novas profissões, novas tecnologias, novas ideias e novos conflitos entre os componentes que constituem o ambiente de uma mesma sociedade.



O ambiente é o sistema base sobre o qual a economia se desenvolve. A Economia é uma parte do ambiente. Ela precisa de matéria e energia, obtidas do ambiente natural, para serem processadas e transformadas em produtos econômicos. O conjunto desses produtos compõe os Serviços Econômicos. O conjunto de produtos naturais explorados diretamente da natureza compõe os Serviços da Natureza. Esses dois serviços geram nossa qualidade de vida.

Desde o surgimento do homem, há 100.000 anos, o sentido da nossa evolução foi de processar e transformar cada vez mais a matéria e a energia obtidas no ambiente natural. Ou seja, nós, humanos, fomos desenvolvendo crescentemente nossa capacidade de transformar os recursos naturais em bens econômicos.

Inicialmente, vivíamos da caça, da pesca e da coleta de produtos naturais. Depois, desenvolvemos a agricultura, e, associada a ela, a capacidade de processar e armazenar os produtos agrícolas e de transformar as paisagens naturais. Assim, aterramos imensas áreas, construímos terraços e barramos rios para que a agricultura pudesse ser atividade econômica mais eficiente.

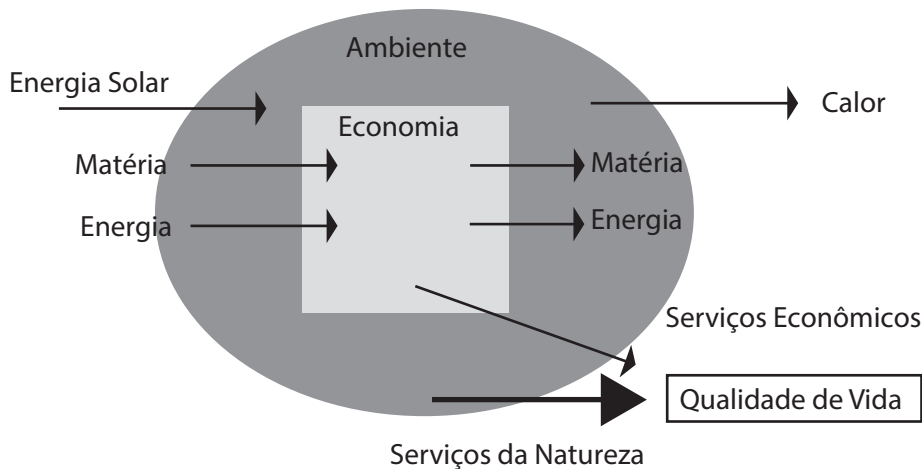
A manufatura já existia nesses tempos. Diversos profissionais eram especialistas na transformação de produtos naturais em bens de consumo, como roupas, sapatos, joias, móveis, ferramentas, armas, entre muitas outras coisas.

A partir do século XVIII, a indústria se tornou uma atividade econômica tão importante quanto a agricultura. A capacidade humana de transformar os produtos naturais em bens de consumo aumentou vertiginosamente com a utilização de máquinas. Com elas, foi possível produzir com mais velocidade. Além disso, as máquinas permitiram a padronização dos produtos, ao invés da exclusividade do trabalho manufatureiro artesanal.

Essas mudanças econômicas desencadearam muitas outras em diversas esferas, como a política (novas formas de confronto entre componentes da sociedade, agora chamados de classes sociais); a cultural (a reascensão das cidades e a evolução da urbanização, da moda, do cinema, da literatura, do teatro e da comunicação); a educação (disseminação das escolas, possibilidade de educação para as camadas pobres das sociedades).

A figura a seguir é uma representação da economia tal como ela era antes da industrialização.

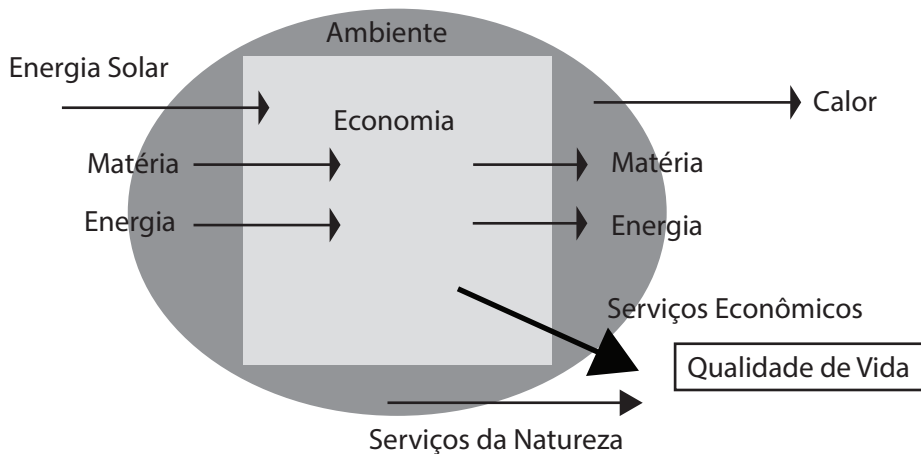
Figura 5.1 - Economia antes da industrialização



Fonte: Adaptado de Farley (2009).

Podemos utilizar a mesma figura para compreender a economia pós-industrial.

Figura 5.2 - Economia pós-industrial



Fonte: Adaptado de Farley (2009).

Podemos perceber como as atividades econômicas, no período pós-industrial, teve um aumento significativo. Esse aumento significa que estamos utilizando cada vez mais serviços econômicos para melhorar nossa qualidade de vida. Além disso, continuamos necessitando de diversos serviços da natureza, como ar limpo, clima estável, água pura, ecossistemas equilibrados.

A economia atual é composta de três setores: primário (agricultura e extrativismo), secundário (indústria) e terciário (serviços). Os setores primário e secundário são responsáveis pela extração e transformação dos produtos naturais em bens de consumo. Por mais de 100 anos, desde o surgimento das indústrias modernas, a produção de bens de consumo aumentou muito a qualidade de vida das populações humanas que tiveram acesso a esses produtos.

Por outro lado, muitos grupos humanos jamais tiveram acesso aos bens industriais e às diversas modernidades que melhoram a qualidade de vida (como luz elétrica, acesso a informação, alimentos de qualidade), o que foi aumentando cada vez mais as diferenças entre as pessoas e entre os povos.

A sociedade atual adquiriu níveis de consumo de bens tão altos que comprometem a continuidade dos ecossistemas e talvez do próprio sistema econômico capitalista. Por outro lado, grupos humanos ainda morrem de fome e sede ou guerras civis por recursos naturais.



Exemplos dessa disputa por recursos naturais ocorrem hoje no Iraque e no Afeganistão, por petróleo; e, em países africanos, por água.

Diante desse contexto, o estudo da História se faz importante, na medida em que permite compreender a forma como um sistema está evoluindo e as tendências futuras. Em Economia, isto é fundamental, já que o planejamento econômico não pode ser conduzido em qualquer direção, apenas no sentido da evolução do sistema. Assim, vamos analisar as mudanças econômicas nos séculos XVIII, XIX e XX, ou seja, desde os anos 1700 até o final da década de 1990. Com essa análise, seremos capazes de compreender como a economia mundial chegou a sua situação atual.

1.2 Dos ingleses aos americanos

A hegemonia inglesa

No século XVIII, a Inglaterra despontou como potência econômica devido a sua intensa participação no comércio mundial e ao desenvolvimento pioneiro de indústrias modernas, a partir da máquina a vapor. Ao longo dos séculos XIX e XX, no entanto, a situação da Inglaterra se modificou, e os Estados Unidos assumiram o papel de principal economia mundial.

A poderosa marinha inglesa, no século XVIII, dominava o comércio marítimo entre oriente e ocidente. Duas empresas de comércio, a Companhia das Índias Orientais e a Companhia das Índias Ocidentais, levaram a cabo os ideais mercantilistas de balança comercial favorável, protecionismo e exploração das colônias (mesmo que pertencentes a outros países, como Portugal e Espanha). Além disso, avanços na agricultura e na indústria permitiram a acumulação de capitais para o desenvolvimento do Industrialismo inglês.

A unificação da Inglaterra ocorreu depois de Portugal e Espanha. Por esse motivo, quando os ingleses deram início a sua expansão marítima, os novos continentes (África e América) já haviam sido divididos entre portugueses e espanhóis. Apesar de não possuir colônias extensas além da América do Norte, a Inglaterra conquistou alguns entrepostos comerciais importantes, como a Jamaica no Caribe, Hong Kong, no sudeste asiático, e a África do Sul, no continente africano. Nesses locais, suas companhias de comércio obtinham os produtos valorizados

na Europa. No entanto, Portugal e Espanha ainda mantinham a maior parte da exploração colonial do período. (FERRO, 1996).

Escarificador: É um implemento agrícola que se utiliza no preparo da terra, para a quebra da compactação ou adensamento superficial do solo, decorrente da utilização de outros implementos mecanizados. Assim, o solo fica menos pulverizado, evitando a possibilidade de processos erosivos.

Por outro lado, a Inglaterra conheceu fortes avanços na agricultura, com a introdução de produtos alimentícios americanos e com a invenção de **escarificadores** e semeadeiras, que permitiram maior produtividade por área e reduziram a necessidade de mão de obra (substituída pela tração animal).

Desde a Idade Média, nas áreas rurais inglesas, predominava o regime comunal de uso da terra. Assim, os agricultores viviam nas mesmas terras de seus antepassados e dispunham dos recursos naturais (solo, florestas, caça, pesca, exploração mineral etc.) de forma ordenada pelo aristocrata proprietário da região. Os agricultores usavam os recursos naturais, mas não eram

seus proprietários.



A economia rural inglesa do século XVIII estava relacionada com uma cultura popular conservadora, baseada nos usos costumeiros. Mas o excedente de produção, que antes não existia e não fazia parte das relações econômicas, passou a ter valor de mercado. Os agricultores comercializavam esses produtos, o que levou a diversos problemas jurídicos relacionados à propriedade. (THOMPSON, 1998).

Além disso, a fábrica aos poucos foi se materializando como um espaço de nova organização capitalista do trabalho, sem a necessidade de ocorrência de qualquer transformação profunda do aparato tecnológico. As máquinas criadas e usadas durante os anos cruciais da revolução industrial não foram apenas e tão somente aquelas que substituíram o trabalho manual, mas, principalmente, aquelas que tornaram inevitável a concentração das atividades produtivas sob a forma de fábricas. (DECCA, 1984).

Com a chegada dos produtos americanos, aos poucos assimilados aos cardápios regionais, gerou maior disponibilidade de alimentos, e, conseqüentemente, permitiu o aumento populacional. Essas mudanças transformaram fortemente a realidade econômica das áreas rurais inglesas. Em locais onde predominava a incerteza e também a fome, surgiu a abundância de alimentos e a redução da necessidade de trabalho.

Nas cidades, também ocorreram transformações. Esses lugares eram espaços de comércio, até que o aumento populacional despertou a possibilidade de novos

lucros por meio da produção de bens de consumo para a crescente população. A invenção de máquinas a vapor, as transformações sociais promovidas por mudanças alimentares (maior disponibilidade de alimentos) e o estímulo ao consumo do café, substituindo as bebidas alcoólicas, foram fatores que favoreceram as primeiras iniciativas industriais.

Vale observar que a água com qualidade para o consumo humano era um artigo difícil de encontrar em muitos lugares do mundo. Pelo menos nas áreas urbanas, parece que sempre foi assim. Um dos maiores perigos relacionados ao consumo de água contaminada é o cólera. Ele provoca efeitos rápidos e leva à profunda desidratação e morte. Por isso, durante muitos séculos, a água não era consumida diretamente nas áreas urbanas de diversas partes do mundo. Na Ásia, o consumo de chá feito com água fervida (que mata o cólera) substituiu o consumo de água. Já na Europa, norte da África e Oriente Médio, o consumo de bebidas fermentadas e destiladas substituiu boa parte do consumo de água em muitas regiões.

O Café como atividade econômica

A substituição das bebidas alcoólicas por café foi iniciada pelos árabes em seu processo de unificação. O consumo desse tipo de bebida foi proibido, assim como o jogo. Muitos séculos depois, o consumo de café passou a ser estimulado na Europa. Somente no século XVIII surgiram os Cafés, que se tornaram centros elegantes de encontro e reunião de aristocratas, burgueses e intelectuais.

A origem de todo esse café era brasileira, uma vez que com a decadência da produção de açúcar brasileiro, o café foi o produto econômico adotado. A produção e exportação do café modificaram também a sociedade brasileira. Entre muitas coisas que aconteceram, podemos citar a acumulação de capitais pela aristocracia cafeeira brasileira. Esses capitais foram empregados para o desenvolvimento da indústria no Brasil.

No entanto, não havia mão de obra suficiente para o desenvolvimento da indústria nas cidades cuja população era composta de aristocratas, burgueses e trabalhadores do comércio, basicamente. Nas áreas rurais, a prática capitalista entrou em conflito com a cultura rural, baseada na manutenção dos costumes. Isso significava que a população rural inglesa não tinha interesse em migrar para as cidades, porque desejava manter seus costumes e continuar vivendo nas terras de seus antepassados. (THOMPSON, 1998).

A Revolução Industrial

A primeira mudança ocorrida na economia inglesa está relacionada ao comércio interno de cereais. Nessa disputa entre proprietários de terras e agricultores, a decisão do Estado foi de permitir a autorregulação do mercado, a qual foi importante para o desenvolvimento do Capitalismo como modo de produção.

Esse evento ocorreu na mesma época em que Adam Smith escreveu o livro “A Riqueza das Nações.” Na prática, favoreceu os proprietários de terras e os atravessadores, que levavam os produtos das áreas com excedentes para as áreas com escassez. Os agricultores que não detinham a posse da terra perderam também a possibilidade de comércio. Diante disso, a indústria inglesa inicialmente se desenvolveu às margens de vilas agrícolas, onde os agricultores executavam os trabalhos manufatureiros como segunda atividade, visando a obter maiores lucros.

Os problemas jurídicos relacionados ao comércio do excedente agrícola, associados à necessidade crescente de mão de obra nas cidades, promoveram o processo de cercamento dos campos comunais na Inglaterra. Assim, os agricultores foram expulsos das terras onde moravam. Esse evento provocou a migração de grande contingente de pessoas para as cidades e o aumento da mão de obra disponível para a indústria, o que contribuiu para desenvolver o trabalho capitalista nas cidades.

Um indício desse desenvolvimento foi a disseminação dos relógios, os quais ajudaram a estabelecer a disciplina de trabalho, necessária ao Capitalismo. O relógio tornou-se símbolo de melhoria da qualidade de vida. Aos poucos, a disciplina das fábricas, o consumo, as disputas de mercado, foram tornando-se a base das ações econômicas na Inglaterra. (THOMPSON, 1998).

Para Decca (1984), a primeira vitória da sociedade burguesa foi a introjeção de um relógio moral no coração de cada trabalhador, e a fábrica apareceu desde logo como uma realidade estarrecedora, onde esse tempo útil encontrou o seu ambiente natural, sem que qualquer modificação tecnológica tivesse sido necessária. Foi por meio da porta da fábrica que o homem pobre, a partir do século XVIII, foi introduzido ao mundo burguês.

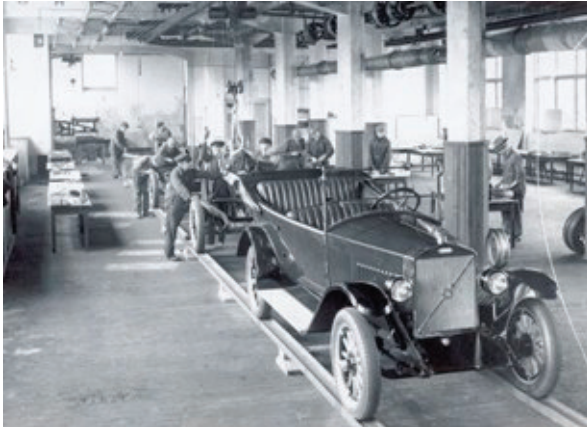


Disciplina, ordem, hierarquia, foram elementos sempre presentes durante todo o período em que se desenvolveu a produção capitalista, na busca de maiores lucros, transformou-se em elemento central para a organização do trabalho. (DECCA, 1984).

A fábrica ou a indústria mecanizada transformou-se assim na única medida capaz de aferir os avanços da sociedade. A produção de saberes técnicos numa esfera

especializada de controle social, e, progressivamente, as questões de eficácia e produtividade tornaram-se regras do jogo da acumulação capitalista. Eficácia e produtividade foram reduzidas aos problemas de melhor e mais racional utilização da tecnologia pelos trabalhadores fabris. (DECCA, 1984).

Figura 5.3 - Produção de automóveis no sistema Fordismo no século XIX



Fonte: BrasilEscola (2014).

É importante ressaltar que esse processo de desenvolvimento do capitalismo é chamado por alguns autores de Revolução Industrial. Essa chamada revolução não corresponde ao sucesso da indústria em si, mas da indústria capitalista, que se desenvolveu apenas em alguns lugares do mundo (parte da Europa e algumas áreas da América do Norte).

A Revolução Industrial não foi um movimento apenas inglês, mas também francês. A Inglaterra e a França eram rivais históricas e entraram em diversas guerras entre si. O desenvolvimento industrial inglês foi acompanhado pela França e culminou em outra chamada revolução: a Revolução Francesa. (HOBSBAWN, 1981).

Nessa mesma época, os Estados Unidos se tornaram independentes. Essa região era antiga colônia inglesa e, devido a problemas fiscais (cobrança excessiva de impostos), buscou sua independência por meio das armas.

Também na América do Norte, algumas mudanças tecnológicas, como o trator a vapor, aumentaram a produtividade agrícola e permitiram o crescimento da população. Nessa região, as máquinas industriais foram utilizadas para o processamento do algodão produzido nos estados agrícolas (atual sul dos EUA). Apesar de acompanhar o desenvolvimento econômico e político da Europa, os EUA não conseguiram alcançar grande destaque econômico nos séculos XVIII e XIX. Somente no século XX, ações políticas começaram a demonstrar a ascensão econômica norte-americana. (BLAINEY, 2009; FERRO, 1996).

As duas grandes guerras mundiais

Com o desenvolvimento da indústria na Europa, o controle de matérias-primas passou a representar uma situação política delicada. Diversas matérias-primas necessárias para a indústria eram, muitas vezes, escassas. A disputa pelo controle de regiões ricas em ferro, carvão e outros recursos naturais criou conflitos entre os países europeus. Nesse sentido, o século XX teve início, na Europa, com uma guerra por recursos naturais que abalou a economia do continente. (BLAINEY, 2009).



A primeira e a segunda guerra mundiais ocorreram na Europa. Os países desse continente transformaram a maior parte de suas indústrias, antes dedicadas à produção de bens de consumo (roupas, alimentos, móveis, eletrodomésticos), em indústrias bélicas, onde eram produzidas armas, munições, uniformes e rações. (RÉMOND, 1993).

Diante desse cenário, os demais continentes que compravam os produtos europeus industrializados perderam sua fonte. Também a população europeia, apesar das dificuldades da guerra, precisava de bens de consumo. Os EUA e outros países, entre os quais o Brasil, passaram a produzir bens industriais e comercializá-los, alcançando lucros consideráveis. Além disso, os países europeus realizaram vultosos empréstimos junto aos EUA. (RÉMOND, 1993).

As duas grandes guerras mundiais

As duas guerras mundiais foram muito diferentes. Ambas tiveram a Europa como ponto de partida, porém, enquanto a Primeira se desenvolveu quase todo o tempo nesse continente, a Segunda teve a Ásia, a Oceania, a África e até a América como protagonista. O Brasil, por exemplo, teve navios afundados por alemães e chegou a enviar tropas para combater os nazistas.

A Primeira foi o último grande conflito que se desenvolveu em campos de batalha. Ela ficou famosa pelos confrontos de trincheiras, nas quais os generais exortavam os jovens a se matarem mutuamente. Já na Segunda, a guerra chegou com toda a intensidade até os civis. Milhões de russos perderam a vida no cerco de Leningrado, Stalingrado e Moscou e em outras cidades soviéticas. Milhares de ingleses, japoneses e alemães também morreram por ocasião dos bombardeios adversários.

A Segunda Guerra foi, ainda, um conflito de ideologias. O fascismo italiano, o nazismo alemão e o comunismo da União Soviética apresentavam-se, na ocasião, como alternativas às democracias dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra. Também marcou pelo procedimento adotado pelos nazistas: eles confinaram e executaram milhões de civis inocentes, entre eles judeus, ciganos e homossexuais. O fim do conflito provocou, de certa forma, a Guerra Fria, que nunca eclodiu. (NICOLIELO, 2014).

Paralelamente aos eventos provocados pelas guerras, o desenvolvimento do socialismo também vai provocar fortes mudanças na economia de diversos países. Em virtude do avanço socialista, os EUA buscaram influenciar a resistência capitalista, em diferentes locais do mundo, por meio de incentivos financeiros. Assim, no século XX, após as guerras mundiais, muito dinheiro norte-americano foi emprestado a países da África, da Ásia (como as Filipinas), da América do Sul (como Argentina, Chile e Brasil), entre muitos outros. (FERRO, 1996).

Cabe observar que na América latina, os investimentos norte-americanos anticomunistas favoreceram o desenvolvimento econômico de duas formas: pelo financiamento de obras de infraestrutura (rodovias, portos, usinas de energia elétrica) e pela pesquisa agrônômica, tornando a produção de alimentos também industrial.

A ascensão dos Estados Unidos

Nos séculos XVIII, XIX e XX, profundas mudanças econômicas permitiram o desenvolvimento do **Capitalismo** como modo de produção de riquezas. Nos séculos XVIII e XIX, a Inglaterra alcançou a hegemonia econômica mundial, por meio do comércio internacional de produtos industrializados, do comércio interno de excedentes agrícolas e do controle de regiões coloniais, como a América do Norte.

A partir do século XX, a hegemonia inglesa entrou em decadência, devido ao envolvimento desse país em duas guerras na Europa, além do desequilíbrio econômico decorrente. Em tal contexto, os EUA avançam como economia forte, uma vez que substituíram a Inglaterra no controle do comércio internacional.

Terminada a Primeira Guerra, além de 13 milhões de europeus que morreram, houve não só prejuízo pela falta de crescimento da produção e de natalidade, mas também o endividamento dos países beligerantes. A Europa tornou-se um grande mercado dependente de exportações americanas, possuindo, aproximadamente, a metade de todo o ouro que circulava nos mercados financeiros mundiais, os Estados Unidos já se projetavam como maior potência financeira mundial do pós-guerra.

No entanto, os países devastados pela guerra começaram a se reconstruírem no início de 1920 e, com isso, cortaram os gastos com as importações americanas. Entretanto, os EUA continuavam com muita produção, mesmo os países tendo cortado/diminuído as importações dos produtos americanos. Como consequência, o país ficou com muita produção e não conseguiu vender as mercadorias. Esse período começou a partir de 1925, quando, em 1929, ocorreu a crise de Nova York, também chamada de Grande Depressão.

Mais tarde, posterior à Segunda Guerra, os EUA conseguiram reerguer sua economia e tornaram-se novamente credores dos países europeus, investindo pesadamente no combate ao socialismo/comunismo. Esses fatos tornaram os EUA a principal potência econômica e militar mundial do século XX.

Ao final dessa Guerra Mundial, a ruptura do acordo que unira os países aliados vitoriosos gerou um ordenamento político internacional baseado na bipolaridade (capitalismo *versus* socialismo). Nesse contexto, crises políticas e tensões sociais desencadearam um processo de construção do socialismo em diversos países.

1.3 O Socialismo teórico e prático

Para continuar nossa análise das mudanças econômicas ocorridas nos séculos XVIII, XIX e XX, vamos conhecer as características do modo de produção socialista/comunista e sua relação com o Capitalismo. Para tanto, estudaremos como surgiu essa forma de pensar e, ainda, discutiremos sua aplicação prática em algumas regiões do planeta.

O desenvolvimento do Capitalismo inicia-se concretamente a partir da época do renascimento comercial, no final da Idade Média. Esse sistema subdividiu-se em fases, conforme mostra o seguinte destaque.

Principais fases do Capitalismo

Pré-capitalismo: A produção se destinava a trocas e não apenas a uso imediato. Não se generalizou o trabalho assalariado, pois eram independentes e vendiam o produto de seu trabalho, mas não seu trabalho.

Capitalismo comercial: Generaliza-se o trabalho assalariado. A maior parte do lucro concentrava-se nas mãos dos comerciantes, intermediários, não nas mãos dos produtores.

Capitalismo industrial: O trabalho assalariado se instala, em prejuízo dos artesãos, separando claramente os possuidores dos meios de produção e o exército de trabalhadores.

Capitalismo financeiro: O sistema bancário e grandes corporações financeiras tornam-se dominantes e passam a controlar as demais atividades.

Capitalismo informacional: O capitalismo continua industrial e financeiro, sendo a especialização do conhecimento e da informação fatores de produção e de geração econômica.

É interessante observar que com o desenvolvimento da indústria moderna, o Capitalismo foi-se transformando e assumindo características mais próximas do sistema atual, como o trabalho assalariado, a formação de classes sociais e a regulação pelo mercado.

Em meio ao desenvolvimento capitalista, pensadores e trabalhadores questionaram diversas características do capitalismo que, segundo eles, levavam à exploração social e à desigualdade social dentro de uma mesma sociedade. Esses pensadores propuseram o Socialismo/Comunismo – sistema adotado em alguns lugares do mundo no século XX e duramente combatido pelos países capitalistas -- como uma alternativa ao Capitalismo.

Em muitos lugares, a prática do Socialismo/Comunismo se distanciou fortemente da teoria. Em alguns países, o Capitalismo transformou-se em outro sistema, mais semelhante a uma ditadura estatal; em outros, assumiu formas ditatoriais diversas e sofreu fortes transformações ideológicas ao longo do século XX.

O pensamento econômico europeu se desenvolveu muito ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Até o século XVIII, predominava o mercantilismo, conjunto de práticas políticas estatais que conduziram a economia para o Capitalismo comercial. No século XIX, o Liberalismo substituiu o Mercantilismo como forma de pensar a economia.



O Liberalismo se opunha diametralmente ao Mercantilismo, pois defendia a não intervenção estatal e a autorregulação dos mercados. Além disso, o Liberalismo permitiu o desenvolvimento rápido do Capitalismo em sua fase industrial. Mas, socialmente, seus efeitos foram negativos para a maior parte da população, os operários e agricultores, uma vez que a autorregulação do mercado tende a favorecer os que detêm os meios de produção, ou seja, os donos das fábricas, das terras, das máquinas.

A primeira reação ao Liberalismo está ligada à democracia, que ressurgiu como forma de pensar, na metade do século XIX (1848). Apesar de a ideia democrática apontar para a generalização dos direitos para todas as camadas sociais, na prática, a democracia dessa época continuou favorecendo as elites.

Um exemplo do favorecimento das elites está relacionado com a questão do direito ao voto, muito discutida no seio da democracia. No século XIX, não podiam votar mulheres e analfabetos que compunham boa parte da população pobre europeia.

O desenvolvimento do Socialismo

No final do século XIX, outra forma de pensar a economia se desenvolveu na Europa: o Socialismo. As origens do Socialismo estão relacionadas com a luta pela igualdade e pela partilha das riquezas provenientes da agricultura. Com o desenvolvimento da indústria na Europa, as ideias socialistas foram adotadas pelas camadas operárias a tal ponto que, hoje, o desenvolvimento do socialismo é relacionado diretamente com o desenvolvimento industrial. O nome mais citado desse período é Karl Marx.

Na Europa, as indústrias se desenvolveram a partir da utilização de um recurso natural não renovável como fonte de energia: o carvão. A necessidade de exploração desse recurso, associada ao novo trabalho fabril, modificou fortemente a forma de trabalho na Europa.

Até o final da Idade Média, os trabalhadores não eram empregados, e sim servos do proprietário de terras. Isso significa que esses trabalhadores não recebiam salários, estavam ligados à terra onde nasceram (não podiam se mudar) e produziam os produtos agrícolas apenas para seu sustento e para seu senhor, o proprietário de terras.

Com o avanço da agricultura, ocasionado pela descoberta dos produtos americanos e pela invenção de implementos agrícolas, o excedente passou a ser comercializado, contudo, os servos não receberam direito a esse comércio. Quando os agricultores europeus começaram a trabalhar nas indústrias, sua condição social foi mudando aos poucos.



Inicialmente, as indústrias estavam localizadas nas áreas rurais e, apesar de ainda vinculados a terra, os trabalhadores começaram a receber salários. Diante desse contexto, aos poucos, a migração rural-urbana liberou os indivíduos da servidão, transformando-os em homens livres assalariados.

No entanto, essa liberdade era bastante relativa, uma vez que a ampla disponibilidade de pessoas para o trabalho, associada ao liberalismo, permitia grande exploração dos trabalhadores, que recebiam salários extremamente reduzidos. No período em que o Liberalismo prevaleceu na Europa, não havia leis trabalhistas. Os empregadores poderiam pagar qualquer salário aos funcionários, podiam exigir jornadas de trabalho de mais de 10 horas diárias, podiam empregar mulheres e crianças pagando menos ainda. O lazer foi desestimulado fortemente. Essa situação levou as camadas operárias europeias a um sentimento de profundo desagrado. (RÉMOND, 1993).

Assim, a partir do desenvolvimento tecnológico advindo da máquina a vapor, o processo histórico conduzido pelo liberalismo econômico levou ao

surgimento de duas camadas sociais antagônicas: empregados e empregadores. Essas camadas ocupavam o mesmo espaço físico: a cidade. No entanto, a desigualdade entre estas camadas era marcante.



Aos poucos, os operários tomaram consciência da sua situação e perceberam que, apesar de explorados, estavam em maior número e, juntos, poderiam ser capazes de lutar para melhorar sua situação. Assim, foram surgindo as primeiras associações operárias europeias.

Inicialmente, essas associações foram reprimidas. Entretanto, na metade do século XIX (1824), a Inglaterra foi o primeiro país a reconhecer o direito de associação dos operários industriais, o que foi seguido por outros países. Na sequência, também foi reconhecido o direito a greves, coalizões, cooperativas e sindicatos. Nesses espaços, foram sendo adotadas ideias socialistas. A partir disso, os operários lutavam por estabilidade de emprego, menor duração da jornada de trabalho, condições de higiene e segurança adequadas no espaço do trabalho, enfim, lutavam por uma melhoria geral das condições de trabalho nas minas e fábricas europeias. (RÉMOND, 1993).

No começo do século XX, a democracia clássica estava profundamente desacreditada, pois, ao invés de favorecer as camadas pobres, continuou permitindo sua exploração. A ascensão do movimento operário provocou reações contrárias, representadas pela defesa de regimes políticos autoritários, capazes de conter a revolta das camadas empobrecidas.

A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa

Em 1914, teve início uma guerra entre vários países europeus, fortemente relacionados ao controle de regiões que dispunham de recursos naturais necessários para a indústria. A Rússia, apesar de não ser um país fortemente industrializado, contava com o apoio de movimentos operários e de vários intelectuais, influenciados pelas ideias socialistas. Esse país participou dessa guerra, depois conhecida como a Primeira Guerra Mundial, promovendo sofrimentos a sua população rural, privada de vários itens necessários, bem como sufocando as oposições políticas e o movimento operário. Diante desse cenário, em 1917, uma revolução (a Revolução Russa) tornou a Rússia o primeiro país comunista do mundo.

Essa transformação não foi pacífica. O governo russo socialista enfrentou guerras internas e externas para seu estabelecimento, o que deu origem a um clima bélico o qual permeou toda a experiência socialista nesta região do mundo. O governo estatizou muitas áreas da economia, mas permitiu que o comércio e o artesanato continuassem privados. O primeiro objetivo foi acabar

com o desemprego. Para tanto, os campos foram coletivizados e foram criadas indústrias pesadas de bens de produção. No entanto, essa coletivização dos meios de produção não permitiu que os operários obtivessem esses bens. Todo esse processo foi mediado por uma classe social nova, que compunha uma burguesia tanto agrária quanto industrial. (RÉMOND, 1993).



Na Rússia, o Socialismo se distanciou da teoria, uma vez que, com a tomada do poder político e dos bens de produção (terra, fábricas, equipamentos), esse sistema não foi levado a cabo pela classe operária, e sim por um conjunto de intelectuais e burgueses que constituíram uma nova classe. Assim, o objetivo de uma sociedade sem classes foi abandonado, situação que levou a fortes quedas na produção econômica. (RÉMOND, 1993).

A revolução socialista russa foi muito importante para esse país, porque significou a redução de seus oponentes na guerra, já que a Rússia deixou as armas de lado. (BLANCHEY, 2009).

A partir da influência russa, a possibilidade de implantar o socialismo chamou a atenção de diversos países. A Alemanha, foco central das guerras europeias, possuía um partido socialista com grande número de participantes. Na China, as aproximações com a Rússia começaram na década de 1920, e estavam relacionadas com as questões agrárias. Também a África do Norte e outras regiões da Ásia apresentavam boas relações com a Rússia (RÉMOND, 1993). Aos poucos, os países no entorno da Rússia passaram a ser comunistas e acabaram formando a União Soviética.

Cabe destacar que apesar de possuírem características semelhantes, como uma pequena classe operária e grandes problemas agrários, em cada uma dessas regiões o socialismo/comunismo assumiu formas diferentes.

A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria

Com a Segunda Guerra Mundial, a disputa entre capitalismo e socialismo ficou cada vez mais forte. Com o final da guerra na Europa, essa disputa dividiu o mundo em países capitalistas (1º. Mundo), socialistas (2º. Mundo) e subdesenvolvidos (3º. Mundo). A competição entre capitalistas e socialistas foi chamada de Guerra Fria.

A partir da década de 1950, a influência socialista se intensificou em diversas regiões, como leste da Ásia (Vietnam e Coreia), América Central (Cuba, Nicarágua, Honduras), América do sul (Brasil, Argentina, Chile), África.



Mas o que tem promovido tantas guerras ao longo da História?

As principais guerras e disputas que ocorreram no mundo estavam relacionadas fortemente com a economia. A posse de recursos naturais estratégicos, como o carvão no começo da indústria e o petróleo hoje, é o principal motivo de guerras. Outros recursos que promovem guerras são os alimentos. A agricultura é uma atividade econômica muito importante, mesmo em países muito industrializados. Por isso, o controle da agricultura também gera poder político.

Na Guerra Fria, a reação capitalista contra o Socialismo se relacionou com a agricultura. Nas regiões onde as ideias socialistas avançavam, as potências capitalistas, principalmente os EUA, apoiaram financeiramente pesquisas científicas relacionadas com produtos e práticas agrícolas. Apoiaram também governos contrários ao Comunismo. (BLANCHEY, 2009).

Assim, no sudeste da Ásia, na América do Sul e América central foram estabelecidos centros de pesquisa agrônômica, buscando adaptar as diversas espécies agrícolas (trigo, milho, arroz) aos mais variados climas e regiões do planeta. Esses pesquisadores reuniram conhecimentos de química, bastante avançada na Alemanha; de mecânica agrícola, nos EUA; e associaram essas pesquisas com as espécies pesquisadas para promover aumentos de produtividade agrícola. O objetivo dessas ações era aumentar a disponibilidade de alimentos e repassar a imagem de prosperidade capitalista.

Forte propaganda foi utilizada para demonstrar a fartura capitalista em relação à escassez comunista. Essas imagens eram muito importantes no processo de convencimento das massas sobre as vantagens do capitalismo. Além da prosperidade, outra imagem destacada no capitalismo era a liberdade (ou será a licenciosidade?) (BLANCHEY, 2009).

A partir da década de 1980, a economia soviética começou a entrar em crise. Aos poucos, os governantes russos permitiram a abertura de empresas particulares. Os países satélites que compunham a União Soviética apresentavam grande descontentamento econômico, e o crescimento de nacionalismos forçou a realização de eleições abertas nos países socialistas. Diversos movimentos nacionalistas levaram a lutas por independência em relação à União Soviética, até que, em 1991, essa deixou de existir. (BLANCHEY, 2009).

Nesse processo, todos os países europeus abandonaram o modo de produção socialista/comunista e autorizaram a exploração capitalista em seus territórios. Contudo, em outras regiões do mundo, diversos países continuaram comunistas, como Cuba, China, Angola, entre outros países africanos.

Em todos esses países, foram fortes os efeitos do fim da União Soviética. Enquanto essa união ainda existia, as economias dos diversos países comunistas eram bastante interdependentes e estavam baseadas na produção regional especializada. Isso significa que cada país produzia especialmente alguns produtos, que eram comercializados. Assim, Cuba produzia tabaco, açúcar e medicamentos; a Rússia produzia máquinas e equipamentos; os países satélites produziam trigo, cevada, arroz entre outros produtos agrícolas.

Com o fim da União Soviética, esse sistema se desarticulou. Desde a década de 1960, os EUA haviam estabelecido um bloqueio econômico contra os países comunistas, ou seja, haviam proibido todos os países capitalistas ou subdesenvolvidos de comercializar quaisquer produtos com os comunistas.



Com o fim da União Soviética, os diversos países que ainda permaneciam comunistas sofreram com a falta de muitos produtos, inclusive alguns produtos básicos para a sobrevivência humana.

Apesar das dificuldades surgidas nos países comunistas, o embargo econômico não foi quebrado. Na verdade, esse embargo existe até hoje, em países como Angola, Irã, Paquistão entre outros.

Nos países africanos comunistas ainda existem diversas dificuldades econômicas. Mas, aos poucos, a economia dos outros países foi se recuperando. Hoje, Cuba centraliza sua produção econômica nas práticas da agricultura ecológica, e seu principal produto é o leite em pó. Além disso, é um centro de atividade médica. Já a China optou por abrir sua economia, permitindo a entrada de capitais estrangeiros e o estabelecimento de indústrias. (BLANCHEY, 2009).

Mediante as situações apontadas, podemos dizer que o socialismo surgiu buscando o fim das desigualdades sociais e a divisão de riquezas no mundo rural, opondo-se à propriedade privada capitalista. Depois de ser adotado pelos operários industriais, o Socialismo atualmente passa por outra fase. Novamente, são os movimentos de agricultores, especialmente em países em desenvolvimento, que buscam as ideias socialistas. Na América Latina, os movimentos camponeses têm como base o Socialismo. Na África, os movimentos de retorno a culturas tribais buscam no socialismo a base para esse retorno. Da mesma forma, a China comunista dá forte ênfase às questões agrárias e, apenas secundariamente, às questões industriais. (RÉMOND, 1993).

Assim é possível afirmar que o Socialismo foi uma reação ao Capitalismo, promovida por intelectuais e líderes de movimentos operários e camponeses, em diferentes países do mundo. Os principais conflitos entre Socialismo e Capitalismo estão relacionados a conflitos entre classes sociais; ao aumento das

desigualdades sociais; à legitimidade da propriedade individual; à competição e à cooperação.

É importante destacar que o Socialismo/Comunismo não constitui uma forma única de pensar e gerar riquezas. Existem várias correntes de pensamento socialista e várias práticas comunistas distintas. Apesar do fim do regime soviético, o Socialismo ainda persiste em muitos países europeus, assim como a tentativa de estabelecer o Comunismo e uma sociedade sem classes persiste em Cuba. Da mesma forma, o Comunismo de Estado prevalece em diversos países africanos, na China e no sudeste asiático.

Para encerrar essa abordagem, deixamos a seguinte reflexão: Suécia e Noruega são atualmente os países capitalistas que possuem o menor coeficiente Gini (um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países). Mas e os outros países capitalistas? Como se encontram no cenário econômico mundial? Nesse contexto, vale a pena perguntar: O capitalismo deu certo?

Como resposta, podemos dizer que essa indagação suscita outras reflexões em torno da discussão sobre os aspectos positivos e os negativos do sistema capitalista. Trata-se de um assunto que exige constantes questionamentos em nossa sociedade. Assim, antes de se dizer que o socialismo não deu certo, pensemos nessa questão.

1.4 A Economia Ecológica

Para finalizar nossa análise das mudanças econômicas ocorridas nos séculos XVIII, XIX e XX, vamos observar a situação econômica do mundo hoje. Devido às fortes alterações que o desenvolvimento econômico industrial provocou nos ecossistemas naturais, hoje as maiores preocupações estão voltadas para a chamada sustentabilidade.



Mas, afinal, o que é sustentabilidade? De que forma economia e sustentabilidade podem relacionar-se?

No século XX, o desenvolvimento industrial europeu já contava com aproximadamente 200 anos. A base da indústria era a utilização de recursos naturais como fonte de energia. Inicialmente, a fonte de energia era o carvão, depois foram os derivados de petróleo. Mas, além desses, outros recursos naturais eram necessários para as indústrias. O ferro, o alumínio e outros metais são explorados da natureza por meio da mineração.

Essa exploração gerou impactos negativos ao meio ambiente, uma vez que a produção de aço demanda grandes quantidades de madeira para queima nos fornos. A produção agrícola, cada vez mais intensiva, e buscando maiores índices de produtividade, implica a expansão das fronteiras e a utilização de novas áreas, muitas florestadas. Toda produção industrial produz grande quantidade de resíduos, muitas vezes tóxicos, que podem poluir a água, o solo e o ar.

A partir da década de 1960, houve maior percepção da redução na qualidade de vida nos países industrializados. Cientistas apontaram a contaminação do rio Tâmbisa e a péssima qualidade do ar em Londres. Além disso, em outras regiões industrializadas ou onde recursos naturais eram explorados, diversas catástrofes ambientais começaram a acontecer, entre essas catástrofes, podemos citar:

No Japão, a contaminação da Baía de Minamata por mercúrio e a intoxicação de milhares de pessoas, após comerem peixes dali. Na União Soviética, o despejo de lixo nuclear no mar Ártico; a poluição das cidades por indústrias químicas; os vazamentos de petróleo. No mar de Aral, importante área pesqueira, a diminuição da água, que se tornava salgada devido à má utilização para irrigação agrícola, associada à produção de algodão. O Baikal, maior lago de água doce do mundo, estava ameaçado por resíduos da produção de papel. (BLANCHEY, 2009).

Esses eventos levaram ao desenvolvimento dos movimentos ambientalistas. Pequenos grupos de pessoas, organizados em movimentos ecologistas, começaram a questionar os impactos do desenvolvimento econômico acelerado sobre o meio ambiente. Nessa época, a preocupação ambiental se intensificou, por meio dos movimentos estudantis.

Algumas reações tiveram início nesse período, como a descontaminação do Tâmbisa e a melhoria na qualidade do ar de Londres. Em dezembro de 1969, os EUA editaram a *National Environmental Policy Act* (NEPA), primeira legislação ambiental mundial. Aos poucos, diversos países do mundo também elaboraram legislações ambientais. (ARAÚJO, 1997; SÁNCHEZ, 2006).

Em 1972, o Clube de Roma, entidade formada por um grupo de 30 indivíduos de 10 países, entre eles empresários e intelectuais, lançou os primeiros estudos científicos relacionados à preservação ambiental. Seus esforços produziram um relatório intitulado *Os Limites do Desenvolvimento*, que chamava atenção para as questões relacionadas ao esgotamento dos recursos naturais, à crise energética, ao crescimento populacional, ao desemprego em massa e à poluição como fatores determinantes do processo de degradação ambiental. (BRÜSEKE, 1995).

Nesse mesmo ano, ocorreu a primeira grande conferência internacional para discutir os problemas ambientais: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (1972).



A partir da Conferência de Estocolmo, surgiu o conceito de ecodesenvolvimento como objetivo econômico a ser atingido. O termo ecodesenvolvimento estava relacionado com a busca por formas de produzir riquezas não associadas à geração de poluição, ou seja, formas de produção agrícola e industrial que não depositassem materiais em excesso no ar, no solo ou na água. Essa conferência originou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em 1982, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), criada pelas Nações Unidas e presidida por Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega, gerou um relatório chamado **Nosso Futuro Comum** (ou relatório Brundtland). Nesse relatório, começou a ser utilizado o termo desenvolvimento sustentável (utilizado até hoje), em substituição ao ecodesenvolvimento.

É importante destacar que o desenvolvimento sustentável é uma evolução, uma vez que considera outros aspectos além da poluição ambiental. Nesse conceito, ganham destaque os impactos ambientais, que podem estar relacionados com deposição de materiais (poluição), com a supressão de elementos do ambiente (desmatamento) ou com a inserção de elementos no ambiente (introdução de espécies exóticas). Além disso, o desenvolvimento sustentável enfatiza a necessidade de desenvolvimento econômico viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

O relatório Brundtland foi a base das discussões de outra conferência importante, a ECO 92 ou RIO 92. A maior parte da discussão dessa conferência girou em torno das alterações climáticas e da biodiversidade, incluindo uma visão crítica sobre o modelo de desenvolvimento urbano e tecnológico dos países industrializados, o que motivou a elaboração de um documento oficial: a Agenda 21. Esse documento foi aprovado por todos os países presentes na RIO 92 e traz a indicação de ações sustentáveis para a questão ambiental urbana em níveis locais, regionais e internacionais, além de abrir portas para a aprovação de leis e novos programas relativos à questão ambiental em todo o mundo. (CARDOSO, 2002; LERÍPIO; SELIG, 1998; SÁNCHEZ, 2006).



A grande contribuição dessas discussões sobre desenvolvimento sustentável, nas Nações Unidas, está relacionada à influência que esta instituição tem nos grandes bancos internacionais que emprestam dinheiro

a países desenvolvidos e em desenvolvimento. A partir das instruções recebidas da ONU, os bancos estabelecem critérios para o empréstimo de dinheiro, obrigando os países a adotar medidas de proteção ambiental e social.

De fato, a principal atitude tomada para melhorar a qualidade ambiental na Europa foi o deslocamento das indústrias altamente degradadoras para os países do Hemisfério Sul. Somente no final do século XX, os diversos países perceberam a inoperância do deslocamento das indústrias para outros países, uma vez que o planeta é o mesmo. A partir disso, acordos, como o protocolo de Kyoto, tentaram levar os países a pactos que visem à redução da poluição e da degradação ambiental. Os países que mais resistiram a esses acordos são EUA e China, os maiores poluidores.

O avanço da industrialização permitiu a melhoria da qualidade de vida de muitas pessoas. Entretanto, essa melhoria não ocorreu em todas as partes do mundo. Em diversos lugares, as comunidades jamais tiveram acesso aos bens industriais. Por outro lado, o avanço industrial produziu consequências catastróficas para o ambiente natural, que afetaram tanto as populações beneficiadas pela indústria, quanto àquelas que não receberam benefícios.

No século XXI, o desafio da economia é encontrar um caminho que permita conciliar as necessidades humanas, naturais e a continuidade da produção de riquezas.

Da Eco-92 a Rio+20

No Brasil, ocorreu a **ECO 92** ou **RIO 92**, onde se firmou a “Agenda 21”, com indicações de ações sustentáveis para a questão ambiental urbana em níveis locais, regionais e internacionais. Além disso, influenciou grandes bancos internacionais a estabelecerem critérios para o empréstimo de dinheiro a países, tendo em vista a proteção ambiental e a melhoria social.

Depois, em 1997, no Japão, ocorreu o **Protocolo de Kyoto**, onde um acordo internacional firmado entre os países integrantes da ONU, com o objetivo de reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa e o consequente aquecimento global. Para isso, propôs-se um calendário a ser cumprido até 2012. China e EUA resistem a essas medidas.

No Brasil, em junho de 2012, foi organizado a **RIO+20** – em alusão aos 20 anos de realização da Rio-92 (ou Eco-92) – onde se concluiu um documento que reafirmou os compromissos acordados em protocolos anteriores, como a da Agenda 21. Muitos especialistas têm alertado para os efeitos danosos da poluição e o esgotamento de recursos naturais, como é o caso dos

mananciais de água doce. Prevê-se assim que em breve haverá mudanças drásticas no clima, podendo inclusive acarretar a extinção de um terço de todas as espécies conhecidas no planeta.

A Rio+20 foi promovida pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, quando se definiu uma agenda comum sobre o meio ambiente para as próximas décadas, com foco na economia verde e na erradicação da pobreza. Economia verde é aquela baseada na baixa emissão de gás carbônico e no uso mais inteligente dos recursos naturais. A proposta é conservar os avanços científicos e econômicos do capitalismo e, ao mesmo tempo, empregar estratégias que reduzam os impactos ambientais. Assim, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente saiu fortalecido com a aquisição de maior orçamento e representatividade, apesar de 140 países defenderem a transformação do programa numa agência especializada.

As medidas aprovadas na RIO+20 têm por meta provocar mudança de mentalidade na população. Como exemplo, destacamos a prática da economia de energia e reciclagem de lixo em áreas urbanas; nos campos, o estímulo à preservação de florestas em harmonia com os interesses da agropecuária; e nas indústrias, o incentivo aos investimentos em energias alternativas, como a solar e a eólica.

1.5 Inovação no contemporâneo

Inovação ou destruição criativa

Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) foi um economista austríaco que se transferiu para a Universidade de Harvard, nos EUA, após a Primeira Guerra Mundial, e tornou-se um dos ícones da economia moderna. Desenvolveu a teoria do ciclo econômico, segundo a qual seria necessário a introdução do fator inovação para que a economia sofra um *boom* (expansão econômica), alterando consideravelmente as condições prévias de equilíbrio.

Em seu livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1942), Schumpeter cunhou o conceito de “destruição criativa ou destruição criadora”, por meio do qual descreve o processo de inovação em uma economia de mercado, onde novos produtos destroem empresas velhas e antigos modelos de negócios.

Conforme Schumpeter, a inovação, ligada ao interesse do empresário, é um aspecto fundamental que move o crescimento econômico, desde que o mantenha sustentado em longo prazo, mesmo que nesse processo o ciclo de empresas bem estabelecidas seja concluído. Assim, ele acredita que se reduziria ou controlaria o monopólio do poder. Além disso, para Schumpeter, o empreendedor é aquele que aproveita as oportunidades provocadas pelas

mudanças tecnológicas, como forma de introduzir processos inovadores nos mercados.



Para Menezes (2003), as tecnologias podem destruir ou criar, impactando no valor de velhas técnicas e posições mercadológicas. O progresso resulta desse processo, fazendo com que o novo produto ocupe lugar do velho produto.

Cabe destacar que para a inovação se concretizar, é necessário que haja três condições: existência de novas e vantajosas possibilidades do ponto de vista econômico privado, na indústria ou em um ramo da indústria; acesso limitado a tais possibilidades, seja em razão das qualificações pessoais necessárias, seja por causa de circunstâncias exteriores; a viabilidade de uma situação de equilíbrio econômico.

Nessa perspectiva, muitos economistas, a partir do final de 1970, passaram a defender a tese de que a inovação é o aspecto fundamental na dinâmica econômica, bem como na definição dos padrões competitivos, frente aos novos desafios do cenário globalizante. Entre esses economistas (neoschumpeterianos) destacam-se o britânico Christopher Freeman, o português Mário Murteira e a venezuelana Carlota Perez, que desenvolveu o conceito de mudanças de paradigma tecnoeconômico, a partir da teoria de Thomas Kuhn.

Assim, desde o início do século XX, o tema tem sido objeto de estudo e parte da teoria do desenvolvimento econômico elaborada por Schumpeter, dentro do modelo capitalista do início da revolução industrial, quando o autor diferenciou invenção e inovação. Schumpeter (1988) afirma que:

uma invenção é uma ideia, esboço ou modelo para um novo ou melhorado artefato, produto, processo ou sistema. Uma inovação, no sentido econômico somente é completa quando há uma transação comercial envolvendo uma invenção e assim gerando riqueza.

O modelo capitalista evoluiu voltado para flutuações de oferta e demanda de bens e serviços. Ainda que essas flutuações gerem oportunidades de negócios, essa dinâmica é limitada e não considera mudanças tecnológicas e comportamentais. Portanto, essas organizações, com visão exclusiva na flutuação de oferta e demanda, possuem uma gestão de curto prazo, estão fechadas à conquista de novos mercados gerados por novas demandas e, por isso, não entendem a força do processo inovador e sua vital contribuição ao crescimento.

No entanto, empreendedorismo pode ser visto também de outra maneira. Ele pode vincular-se ao conceito de sustentabilidade, desde que inserido em parâmetros básicos, como: ecologicamente correto, ser economicamente viável, ser socialmente justo e ser culturalmente aceito. Assim, como visto, os empreendimentos devem impactar positivamente na qualidade de vida dos grupos humanos.

Nesse contexto, a economia solidária é uma tendência interessante que vem ganhando espaço em meio às comunidades mais carentes, principalmente, e articulada por organizações religiosas e sociais. Trata-se de uma proposta de mudança paradigmática frente à lógica capitalista do lucro, conforme é destacado a seguir.

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. (BRASIL, 2014).

Hoje, aborda-se também no meio organizacional a questão do Capital Humano, um investimento na melhoria das habilidades e talentos profissionais, por meio do estímulo a formação continuada, financiada tanto pelo poder público como pelo privado. Esse é mais um dos fatores que se volta à agregação de valor ao produto ou a empresa. Por exemplo, o setor de serviços requer conhecimentos mais especializados (finanças, comunicações, saúde, educação), tendo em vista o desafio da competitividade e o ideal de qualidade de vida.

Seção 2

O capitalismo contemporâneo e seus críticos radicais

2.1 As depressões econômicas dos séculos XIX e XX

Durante praticamente todo o século XIX, o capitalismo europeu caracterizou-se por grande dinamismo, apesar da existência de crises periódicas de superprodução. O capitalismo transformou a paisagem de diferentes regiões da Europa ocidental e favoreceu o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos.



Desde o início da Revolução Industrial, disputas por recursos naturais (como jazidas de carvão ou florestas) desencadeavam conflitos militares entre as potências econômicas europeias. Em 1873, depois de uma guerra franco-alemã, ocorreu um período de crise devido à superprodução industrial.

Esse tipo de crise já havia acontecido, mas, dessa vez, coincidiu com uma tendência persistente para a estagnação industrial na Inglaterra. Com essa estagnação, o aumento do número dos desempregados na Inglaterra foi considerável. Apesar dos movimentos de emigração, em 1895 os desempregados ingleses correspondiam a 7% da mão de obra industrial total. (DENIS, 1993).

Essa tendência à estagnação foi explicada pela redução dos mercados externos ingleses. Nessa época, o comércio mundial dos produtos manufaturados deixou de se desenvolver tão rapidamente como antes. Tal fato decorreu da expansão econômica de países como a Alemanha e Estados Unidos, os quais, com o desenvolvimento de sua indústria nacional, substituíram produtos importados da Inglaterra por similares. Além da tomada dos mercados internos, esses países também afetaram a economia inglesa, quando começaram a exportar seus produtos e a concorrer com a Inglaterra no mercado mundial.

Em reação a essa crise econômica inglesa de 1874, o governo buscou nova expansão imperialista. A Inglaterra já dispunha de grande território colonial na Índia e buscava a conquista de portos para proteção de seus navios mercantes. Com a crise econômica do final do século XIX, nova expansão imperialista foi empreendida pelo governo inglês, visando à conquista de novos territórios. Nessa época, cada nova conquista territorial era anunciada como uma vitória na direção da manutenção e expansão do Império Britânico: “uma Era de imperialismo confessado sucede-se a uma época em que se admitida oficialmente a

instauração do livre-câmbio como o principal instrumento da expansão do comércio inglês.” (DENIS, 1993, p.600).

Nessa época, a Inglaterra conquistou territórios na China, Birmânia, Bornéu, Nova Guiné, Malásia, Egito, Sudão, Zanzibar, a costa dos Somalis, Uganda, diversas regiões do Níger. Além disso, expulsou os Bôeres (população de origem holandesa) da África do Sul.

Também expandiu sua influência na América do Sul, ao emprestar dinheiro às recentes repúblicas (como Argentina e Brasil) e ao construir diversas ferrovias nesse continente. Dessa forma, conquistou as Ilhas Falklands (Malvinas) e o controle do Estreito de Magalhães.



Por meio dessa política expansionista, a Inglaterra alcançou os efeitos esperados do aumento rápido das exportações.

No entanto, da mesma forma que a Inglaterra, outras potências europeias buscaram mais expansão colonial neste período. A França expande seu território pela Tunísia, rio Níger, baixo Congo e Madagascar, na África. Além disso, conseguiu estabelecer territórios na China. A Bélgica, a Itália e a Alemanha buscam expandir suas áreas coloniais na África. Por outro lado, a Rússia buscou expansão na direção da Sibéria.

Na maior parte das vezes, esses territórios conquistados representavam:

- a. ou importantes portos comerciais;
- b. ou importantes portos para segurança dos navios mercantes;
- c. ou fontes de metais ou pedras preciosas (ouro e diamantes, principalmente).

Nesse mesmo movimento, os Estados Unidos também buscam expandir sua influência sobre outros países. No entanto, ao contrário da estratégia europeia, tal influência deu-se muito mais no plano político do que na ocupação efetiva de territórios.

Inicialmente, os Estados Unidos declararam guerra à Espanha e auxiliaram militarmente nas independências de Cuba, Porto Rico e Filipinas. Anexaram efetivamente o arquipélago do Havaí. Criaram crises e revoltas no Panamá, devido à construção do canal de ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Ocuparam a República Dominicana e promoveram intervenções militares na Nicarágua, Honduras e México.

O Japão (que havia iniciado seu desenvolvimento industrial e adotado princípios capitalistas na economia) também deu início a sua expansão territorial. Por certo tempo, o Japão também foi considerado um território colonial. Diversas ordens religiosas estavam presentes em seu território e diversos países mantinham o controle de portos específicos nas ilhas japonesas. Mas, no final do século XIX, o imperador japonês (com apenas 14 anos) optou por usar as estratégias europeias para recuperar o controle de seu território.

Assim, confiscou os domínios e bens das ordens religiosas, o regime de posse da terra foi modificado (a propriedade da terra foi entregue aos agricultores) e a industrialização foi estimulada. Além disso, o governo japonês buscou a conquista de domínios coloniais, ocupando a Coreia e vencendo uma guerra contra a China, a qual cedeu ao Japão a ilha de Formosa, a ilha dos Pescadores e o direito de estabelecer casas comerciais e manufaturas em diferentes portos chineses.

Essa corrida colonial criou diversos conflitos entre as potências econômicas citadas. Franceses e ingleses disputaram territórios na África. No entanto, as principais oposições ocorreram entre Inglaterra, Alemanha e Rússia. A economia alemã apresentou intenso crescimento no final do século XIX, nos anos 1910, sua economia já era tão grande quanto a inglesa. Esse crescimento estava ligado à conquista do mercado interno (antes controlado pela Inglaterra) e pelo avanço das exportações. Sua expansão estava barrada pelos domínios coloniais ingleses (na fronteira com o Império Otomano), pelos domínios franceses (na África) e pelos domínios russos, quando os alemães buscavam expansão de seus mercados consumidores pelos Balcãs.



Essa situação contrapôs, de um lado, Inglaterra, França e Rússia e, de outro lado, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro. Essa oposição levou às duas guerras mundiais (em 1914 e, depois, em 1936).

Na Rússia, a miséria da guerra possibilitou a ascensão do comunismo em 1917. A revolução comunista diminuiu o crescimento econômico russo, o qual só se recuperou no final da década de 1920:

Durante este tempo, os países capitalistas da Europa ocidental tiveram anos incertos e por vezes difíceis. Não conseguem reencontrar o ritmo de expansão comercial e industrial de antes da guerra: está fechada a era das grandes conquistas coloniais, dado que já não há novas terras para conquistar; o mercado do antigo Império Russo está fechado; os Estados Unidos, fabulosamente enriquecidos pela guerra, tornam-se um importante concorrente no mercado mundial. (DENIS, 1993, p. 605).

O início do século XX foi muito promissor para a economia dos Estados Unidos.

1. De um lado, o fim da guerra civil (que opôs os estados do norte industrializados e os estados do sul escravistas e agrários) permitiu a reorganização da economia interna e investimentos no crescimento industrial.
2. De outro lado, as guerras mundiais atingiram a Europa e, conseqüentemente, enfraqueceram os territórios das principais potências econômicas como a França, Inglaterra, Alemanha, Rússia, Bélgica, entre outras. Segundo Hunt e Sherman (2000, p.163): “calcula-se que a riqueza dos Estados Unidos (os valores de mercado de todos os ativos econômicos) tenha alcançado 86 milhões de dólares em 1900, saltando para 361 bilhões de dólares em 1929”.

Por duas vezes, durante a década de 1920, ocorreram eventos de recessão econômica (1923 e 1927). Mesmo assim, a economia norte-americana continuou crescendo. Nessa época, o desemprego foi de apenas 3,5% da população economicamente ativa. A indústria de bens de consumo, como rádios, geladeiras, automóveis, produziu em massa. Dessa forma, os Estados Unidos tornaram-se a principal potência econômica mundial.



Esta prosperidade e abundância, no entanto, se encerrou no dia 24 de outubro de 1929, a chamada **Quinta-Feira Negra**.

Naquele dia, o valor dos títulos (ou ações) negociados na bolsa de Nova Iorque apresentou uma queda seguida de longa trajetória descendente. Essa queda especulativa abalou a confiança nos negócios. Diversos empresários começaram a efetuar cortes na produção, investimentos e, principalmente, de pessoal. Como consequência, a renda nacional caiu fortemente e milhões de pessoas ficaram desempregadas. Esses eventos diminuíram ainda mais a confiança na economia, criando um círculo vicioso: milhares de corporações faliram e milhões de trabalhadores foram demitidos, reduzindo a circulação de mercadorias e causando mais falências e demissões:

Entre 1929 e 1932 registraram-se 85.000 falências de empresas; mais de 5.000 bancos suspenderam suas operações; o valor das ações na Bolsa de Nova Iorque caiu de 87 bilhões de dólares para 19 bilhões de dólares; 12 milhões de pessoas ficaram desempregadas e cerca de um quarto da população se viu privada dos meios necessários para garantir a sua subsistência; a renda agrícola reduziu-se a menos da metade; o produto industrial diminuiu cerca de 50%. (HUNT; SHERMAN, 2000, p.164).

Essa crise que atingiu a economia norte-americana afetou sua população de forma desigual. Enquanto as camadas ricas sofreram revezes (muitas vezes recuperáveis), as camadas pobres tornaram-se miseráveis. Os efeitos da crise foram particularmente graves para minorias étnicas, como os afro-americanos. A proporção de negros entre os desempregados superava a proporção de negros no conjunto da população norte-americana. Os seguros-desemprego norte-americanos eram municipais, mas a maioria das cidades não conseguiu manter o auxílio por mais de uma semana. (HUNT; SHERMAN, 2000).

Ainda para Hunt e Sherman (2000, p.166): “a grande depressão produziu um choque traumático na população norte-americana, abalando profundamente a sua convicção de que o país progrediria indefinidamente e alcançaria níveis de prosperidade material sem paralelo no mundo”.



Mas, qual foi a causa dessa crise?

Em uma economia capitalista, as decisões relacionadas com a produção de bens e serviços estão baseadas no princípio do lucro. Assim, uma atividade só ocorre quando é lucrativa para os donos dos meios de produção (donos da fábrica, da oficina, da loja etc.).

Durante a década de 1930, o desemprego e a miséria assolaram a sociedade norte-americana. No entanto, milhares de fábricas permaneciam fechadas ou operavam abaixo de sua capacidade produtiva. Por outro lado, a população ainda mantinha sua força de trabalho, mas não conseguia empregá-la e acabava aumentando os grupos de mendigos, pedintes ou ladrões. Diante dessa situação, as teorias sobre o bem-estar social tomaram frente nas discussões econômicas.

2.2 A economia do bem-estar social

Paralelamente a mais profunda crise da história do capitalismo, a década de 1930 apresentou o crescimento das economias comunistas e socialistas. Esses eventos apontavam para o colapso total do modo de produção capitalista. Diante disso, diversos economistas voltaram-se para o estudo detalhado do sistema capitalista, visando a localizar os problemas que levaram a tal situação de crise sem precedentes. Um desses economistas foi John Maynard Keynes (1883-1946).

Um de seus livros mais conhecidos foi *Teoria Geral do Emprego, Interesse e Dinheiro* (*The General Theory of Employment, Interest and Money*), publicado em 1936. Nesse livro, o economista analisou o que ocorreu com o sistema capitalista na crise de 1929. Sua análise teve início com a avaliação do processo de produção. Para ele, a teoria neoclássica considerava que o lucro de uma empresa seria a resultante da subtração daquilo que foi produzido pela empresa (em bens

ou em dólares) dos seus custos de produção (salários, remunerações, rendas, suprimentos, matérias-primas, juros, seguros etc.). Segundo a teoria **Neoclássica** a equação de Lucro = Valor da produção – Custos de produção.

Para Keynes, essa equação não leva em consideração que os custos de uma empresa podem representar renda para um indivíduo ou para outra empresa ou para os proprietários da empresa. Assim, se o valor da produção refere-se a seus custos e lucros, e esses constituem rendas, então, o valor da produção deve ser igual às rendas geradas no decorrer da produção.

Assim de acordo com a teoria **Keynesyana** a equação seria seguinte: Valor da produção = Lucros + Custos de produção = Rendas geradas.

Fluxo circular: É a ideia de que o dinheiro flui para a sociedade na forma de salários, rendas, juros, remunerações e lucros; depois flui novamente para as empresas, quando a sociedade adquire bens e serviços; o processo continua enquanto as empresas consigam vender sua produção e obter lucros adequados.

Dessa forma, Keynes defende a ideia de que o valor de tudo o que é produzido em um determinado período equivale às rendas recebidas no mesmo período. Assim, se a renda total recebida pela sociedade for gasta na aquisição de bens e serviços, as empresas podem continuar produzindo e os lucros permanecerão elevados. Esse processo foi chamado de **fluxo circular**.

No entanto, esse processo não ocorre de forma automática. Em geral, uma parte do dinheiro que flui das empresas para a sociedade não retorna às empresas. Keynes chamou esses desvios de vazamentos. Ele verificou a existência de três fontes de vazamento:

- **poupança:** uma parte do dinheiro recebido das empresas é poupada pelo público. Os indivíduos com rendas elevadas tendem a poupar mais do que aqueles com rendas mais baixas. No auge da prosperidade, as poupanças tendem a superar os gastos dos consumidores;
- **importação:** as empresas e indivíduos adquirem produtos estrangeiros ao invés de comprar produtos nacionais. Assim, o dinheiro recebido das empresas nacionais flui para empresas estrangeiras;
- **impostos:** uma parte das rendas recebidas pela sociedade é desviada para o pagamento de impostos. Dessa forma, não retorna para as empresas, sendo retirada do fluxo rendas-despesas.

Entretanto, Keynes apontou as seguintes soluções para esses vazamentos:

- as poupanças podem ser utilizadas para financiar novos investimentos em bens de capital – por meio de empréstimos dos bancos onde estão localizadas as poupanças –, aos empresários interessados em expandir seus negócios;
- as importações podem ser contrabalançadas pelas exportações. Para tanto, é necessário que as importações sejam igualadas pelas exportações;
- os impostos podem ser utilizados pelo governo para financiar a aquisição de bens e serviços. Assim, com o orçamento equilibrado, as despesas governamentais compensariam o recolhimento fiscal no fluxo rendas-despesas.

De acordo com a teoria de Keynes, se fosse possível controlar os vazamentos utilizando as estratégias anteriores, seria possível manter a prosperidade. No entanto, Keynes acreditava que esse processo não poderia se sustentar por muito tempo, uma vez que, com os empréstimos realizados aos empresários para absorver as poupanças, o estoque de capital seria aumentado e, conseqüentemente, a produtividade também. Esse aumento de produtividade aumentaria a produção e as rendas no período seguinte. Ao elevar a renda, também seriam elevadas as poupanças. Esse aumento das poupanças levaria à necessidade de novos investimentos para absorvê-las. No entanto, existe um limite para investimentos lucrativos em economias capitalistas maduras.



Isso quer dizer que, com o crescimento econômico, fica cada vez mais difícil encontrar caminhos para absorver os vazamentos e utilizar plenamente o capital.

Quando as possibilidades de investimentos lucrativos se esgotam, existe forte tendência de que as despesas se tornem menores do que as rendas. Isso quer dizer que os consumidores comprariam menos, deixando as empresas com estoques encalhados. Assim, as empresas entram em processo de retração, reduzindo a produção, revendo investimentos e cortando pessoal. Essas ações reduzem ainda mais o fluxo circular rendas-despesas, levando à crise econômica.

Para solucionar esse impasse, Keynes propôs a seguinte interferência governamental. Sempre que a poupança estivesse acima dos investimentos, os governos deveriam interferir recolhendo as poupanças por meio de empréstimos e investindo o dinheiro em projetos de interesse social. Contudo, a escolha desses projetos precisa ser cuidadosa, uma vez que eles:

- a. não devem concorrer com as empresas;
- b. não devem aumentar a capacidade produtiva da economia;
- c. não devem reduzir as oportunidades de investimentos futuros.

Cabe destacar que a crise econômica iniciada em 1929 se estendeu por toda a década de 1930, e intensas discussões sobre os méritos e deméritos das teorias econômicas de Keynes ocorreram na época. No entanto, os preparativos para a Segunda Guerra Mundial levaram os governos europeus e norte-americanos a investir grandes volumes de dinheiro na produção industrial militar.

A produção de armamentos reduziu significativamente o desemprego, a ponto de as altas taxas de desemprego serem substituídas por uma época de escassez de mão de obra:

As forças armadas norte-americanas mobilizaram 14 milhões de pessoas, que precisavam ser armadas, aquarteladas e alimentadas. Entre 1939 e 1944, a produção das fábricas, minas e indústrias de construção duplicou; a produtividade cresceu 50%. A economia norte-americana produziu 296.000 aviões, 5.400 navios cargueiros, 6.500 vasos de guerra, 64.500 barcaças de desembarque, 86.000 tanques e 2.500.000 caminhões. O problema mais grave para a economia norte-americana durante a guerra foi a escassez de trabalho, em contraste com a taxa de desemprego de 19% que subsistiu até 1939. (HUNT; SHERMAN, 2000, p. 171).

O período de guerra validou algumas das ideias de Keynes, uma vez que a intervenção estatal para o desenvolvimento da indústria bélica realmente conseguiu reduzir as taxas altas de desemprego e reestruturar a economia dos Estados Unidos.



Apesar de as ideias de Keynes ter sido aplicadas também na Europa, o seu efeito por lá não pôde ser mensurado devido aos imensos prejuízos causados pela guerra.

No pós-guerra, as ideias de Keynes precisaram ser remodeladas para constituir nova ideologia do capitalismo. Os defensores das ideias de Keynes anunciavam que o modo de produção capitalista poderia encontrar formas de contornar graves crises e continuar gerando riquezas, sem que houvesse necessidade de ser substituído por outro sistema econômico.

Ao contrário da Europa e da América do Norte, a União Soviética, cujo modelo comunista se opunha ao modelo capitalista, não sofreu com a crise de 1929 e

apresentava amplo crescimento econômico durante a década de 1930. As teorias de Keynes não foram aplicadas na União Soviética, porque esse país não era capitalista.

O economista Paul Anthony Samuelson (1915-2009) foi o responsável pela construção de uma nova ideologia capitalista, a qual reunia ideias de Keynes e as doutrinas neoclássicas apoiadas em sólidas construções matemáticas. Por isso, é considerado um economista “generalista”, uma vez que suas contribuições para a ciência econômica se aplicam em vários campos.

As ideias de Samuelson foram publicadas em dois livros muito importantes para a história do pensamento econômico: *Fundamentos da Análise Econômica* (*The Foundations of Economics Analysis*) e *Economia* (*Economics*).

Samuelson desenvolveu a teoria econômica estática e dinâmica e insistiu no desenvolvimento das técnicas matemáticas na explicação dos fenômenos econômicos. O pensamento de Samuelson representa uma evolução do pensamento liberal, pois acrescenta novas ideias em relação às já propostas por Keynes, mas não supera a ideia da mão invisível do mercado que se autorregula com baixa interferência externa. De qualquer forma, Samuelson recebeu um prêmio Nobel de Economia por seu trabalho.



A ideologia capitalista de Samuelson pregava que os conhecimentos desenvolvidos por Keynes eram capazes de manter a economia a pleno emprego, pois as forças do mercado seriam capazes de alocar os recursos de forma mais eficiente, conforme já afirmado anteriormente pelos liberalistas clássicos e neoclássicos.

A charge a seguir satiriza as oscilações entre os ideais liberalistas neoclássicos e as ideias keynesianas:

Figura 5.4 - Liberalismo e keynesianismo



Fonte: Meira (2008).

Conforme observarmos na charge apresentada, a intervenção governamental na economia pode ser bem-vinda, ou não, conforme o contexto econômico. Assim, se a economia está crescendo, a intervenção estatal é malvista. Mas, se a economia não está bem, a intervenção é desejada.

2.3 Ideias pró e contra o capitalismo moderno

O capitalismo enquanto modo de produção de riquezas nunca foi consenso. Desde suas origens mercantilistas, suas práticas sofreram críticas diversas. Inicialmente, as críticas ao capitalismo estavam relacionadas às profundas transformações sociais provocadas pelas relações econômicas.



As sociedades europeias saídas do modo de produção feudal, onde predominavam relações sociais solidárias e coletivas, bem como, o ideário cristão, chocaram-se com o individualismo, o egoísmo e a ambição apresentados durante a fase mercantilista de transição.

Laissez-faire: A política do laissez-faire, ou “deixar fazer”, implica a não intervenção estatal na economia. Segundo essa política, o mercado seria capaz de se autorregular, evitando crises econômicas.

Com o estabelecimento do capitalismo, essas características se tornaram mais fortes, uma vez que sua ideologia base – o liberalismo econômico – estava centrada no princípio da autorregulação, do **laissez-faire**, sem nenhuma preocupação com o conceito de justiça e equidade social.

Diante da crise de 1929, o debate em torno do capitalismo se intensificou. De um lado, existiam os liberais estimulando a não intervenção econômica. De outro lado, estavam os socialistas que enfatizavam o crescimento econômico dos países comunistas (em sua versão radical) e inspiravam partidos políticos em diferentes países do mundo (em sua versão reformista).

Após as análises de Keynes, alguns economistas com tendências liberais ainda acreditavam que o capitalismo estava condenado a um fim. Outros economistas marxistas continuavam a sustentar que o socialismo iria superar o capitalismo em algum momento histórico.

Além disso, diversos economistas alertaram para a escolha realizada pelos governos acerca do melhor projeto econômico, o qual fosse capaz de dinamizar a economia e atender aos interesses sociais. Esse projeto deveria ser capaz de evitar que as poupanças superassem os investimentos. Nos Estados Unidos, o projeto escolhido foi a indústria militar.

Segundo Hunt e Sherman (2000, p.175):

[...] as despesas militares desempenham o mesmo papel que Keynes atribuía à construção das pirâmides na economia do Egito Antigo [...] embora seja difícil convencer o público disso, o volume de pesquisas financiadas pelo complexo industrial-militar impõe-se a qualquer argumento. Os argumentos e sistemas de ataque à distância são rapidamente substituídos por novos modelos. O público é bombardeado por histórias horróricas, para que se convença da necessidade de novas escaladas na corrida armamentista e de que os modelos 'obsoletos' (que, na maioria das vezes, nunca foram usados) devem ser atirados no ferro velho.

Isso quer dizer que a escolha realizada pelos governos para gerar o fluxo circular rendas-despesas e manter o pleno emprego foi o estímulo ao desenvolvimento da indústria bélica. No entanto, esse estímulo pode ser altamente perigoso, pois coloca em risco a manutenção do próprio sistema.

Após a Segunda Guerra Mundial, a concentração de capitais aumentou consideravelmente. Surgiram diversas corporações gigantescas com grande poder político e econômico. Essas corporações foram defendidas por novas versões da ideologia liberal do *laissez-faire*. No entanto, diversos economistas apontam que o objetivo dessas corporações é sempre o aumento dos lucros em detrimento da justiça e igualdade social.

As críticas mais radicais ao capitalismo se desenvolveram entre as décadas de 1950 e 1970, dentro de discussões sobre os movimentos pelos direitos civis, pela libertação da mulher e contra a indústria da guerra. Esses críticos destacam que a desigualdade, a alienação, a destruição ambiental, a discriminação, o imperialismo e o militarismo são características intrínsecas ao capitalismo e que, portanto, não podem ser superadas, apresentando aspectos nocivos à convivência em sociedade.

Da mesma forma que as críticas acompanham o capitalismo desde sua origem, também, desde o início do estabelecimento desse sistema econômico, diversos argumentos eram utilizados para defendê-lo. Na fase mercantilista, os defensores da transição enfatizavam a necessidade de questionar os dogmas católicos, como o individualismo e aquisição de riquezas, que embasavam o modo de produção feudal. Os renascentistas, críticos do sistema feudal, buscavam superar o domínio intelectual da Igreja Católica, criando uma ideologia sustentada nas novas relações econômicas.

Quando o capitalismo comercial se estabeleceu, a ideologia do liberalismo defendia que o individualismo salvava da destruição a propriedade e riqueza

daqueles trabalhadores e que trabalhadores dedicados não deveriam ser responsabilizados por aqueles que se recusavam a trabalhar, preferindo viver às custas dos próximos. Uma consequência desse raciocínio foi a ênfase política na defesa da propriedade privada.

Durante o século XX, os defensores mais ferrenhos do capitalismo acreditavam que as ideias de Keynes permitiriam a salvação desse sistema econômico. Recentemente, outro argumento utilizado na construção da ideologia de sustentação do capitalismo é a **ética corporativa**.

De acordo com a ética corporativa de cunho liberal, as políticas eficientes e coerentes das grandes corporações valorizam o lado profissional e permitem que seus administradores possam investir em projetos amplos e humanistas.

Figura 5.5 - Negros e brancos em marcha pelos direitos civis



Fonte: Dia a dia (2014).

Após o final da Segunda Guerra Mundial, com críticas e defesas, as ideias de Keynes tornaram-se a ortodoxia nos EUA, ou seja, as ideias desse pensador passaram a ser consideradas as ações corretas e que devem ser executadas, quase que obrigatoriamente, por todos. Tais ideias estavam presentes nos discursos de economistas e políticos e tornaram-se leis, como a **Lei do Emprego**, que tornava obrigação legal o poder de cobrar impostos ou contrair empréstimos para garantir o pleno emprego.



Apesar do desenvolvimento econômico retomado nos Estados Unidos após a aplicação das ideias de Keynes, não é possível afirmar que tais estratégias tenham sido efetivas. Seus defensores apontam o fato de que esse país não enfrentou mais nenhuma grande crise após a aplicação das ideias de Keynes, porém, não conseguem explicar, por exemplo, a grande inflação que acompanhou todo o período.

As críticas mais intensas ao capitalismo enfrentam outros obstáculos além dos defensores desse sistema econômico. Um desses obstáculos está ligado ao fato de que poder político e poder econômico estão muito relacionados. Isso quer dizer que é difícil buscar alterações de um modo de produção a partir de reformas políticas, já que o sistema político atual é mantido pelo sistema capitalista.

De qualquer forma, a busca constante pela compreensão dos conceitos e mecanismos de funcionamento do capitalismo pode auxiliar a reduzir as distorções provocadas pelo próprio sistema. A decisão entre cooperação ou competição, coletivismo ou individualismo pode ser encarada como utópica por muitos grupos defensores do capitalismo.

No entanto, a disponibilidade de recursos, bens e serviços (especialmente aqueles provenientes diretamente da natureza), a tomada de consciência das minorias (seja étnicas ou de gênero), bem como, os movimentos pacifistas, forçam a necessidade de debater e questionar as bases ideológicas do capitalismo. Sua manutenção futura como modo de produção de riquezas predominante depende de grande número de variáveis.

Seção 3

O Pensamento econômico presente: origens e futuro

3.1 As crises do capitalismo e novas ideologias

O estabelecimento do sistema capitalista implicou processos de acumulação de capitais. Em Economia Política, esses processos são chamados de padrões de acumulação capitalista. Esses padrões causam problemas para o próprio sistema, gerando as crises do capitalismo, como a que ocorreu entre os anos de 1929 e 1930. Nessa época, a ideia de crescimento econômico levou à produção de mais e mais mercadorias para, assim, gerar acúmulo de capital.



No final da década de 1920, o montante produzido foi maior do que o consumo, resultando em uma crise de superprodução.

É importante destacar que cada vez que ocorre uma crise, as classes dominantes modificam seu padrão de acumulação, com o objetivo de sair dessa situação, continuar a produzir mercadorias e gerar mais capital. Conseqüentemente, algumas ideias que compõem a ideologia de manutenção do *status quo* dessa

classe social também são alteradas, permitindo a manutenção do modo de produção.

Outra crise relevante que implicou mudanças ideológicas foi a do petróleo, na década de 1970. Ela provocou mudanças no custo da energia utilizada nos sistemas industriais, em diversas regiões do mundo. Com isso, fortes mudanças ocorreram também no pensamento econômico.

Figura 5.6 - A crise do petróleo de 1970 no Brasil



Fonte: Zeppini (2009).

Crise do petróleo

Na década de 1970, descobriu-se que o petróleo é uma fonte esgotável, e tal afirmação levou o preço do produto - em pouco mais de sete anos, o preço do barril de petróleo praticamente triplicou. Isso provocou o aumento do valor do produto primário de países subdesenvolvidos, superando os produtos industrializados, oriundos de países desenvolvidos.

Foram vários os fatores que propiciaram a elevação do preço do petróleo, entre eles, podemos citar a criação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), formada pelos principais produtores de petróleo do mundo para unificar o preço do produto, promovendo um cartel internacional e controlando a oferta do produto no mercado.

Estados Unidos e Europa apoiaram Israel na guerra contra os árabes, fornecendo armamentos, tal fato irritou os países árabes, que utilizaram o petróleo como meio de atingir as nações que apoiavam Israel, pois diminuíram a produção e elevaram os preços. (FREITAS, 2008) .

Um aspecto ideológico importante, vinculado a essa crise, recai na ênfase da indústria bélica, como sustentação econômica. A economia norte-americana,

durante a crise de 1930, utilizou o desenvolvimento da indústria de armas para recuperar sua economia. Depois da Segunda Guerra Mundial, a guerra fria (conflito não declarado entre Estados Unidos e a antiga União Soviética) permitiu a ampliação dos investimentos governamentais nessa área da economia.

Nesse contexto da Guerra Fria, eclode, em 1970, outra a crise, conhecida como a Crise do Petróleo. É nesse momento que a ideologia da guerra fria dá ênfase aos “enormes riscos” na perda de produção de petróleo e, principalmente, na perda de influência econômica e política nas áreas produtivas no mundo árabe. Como consequência desse temor, alianças entre os países capitalistas e os produtores de petróleo e seus vizinhos permitiram garantir a influência ocidental na economia.

Hoje, passadas algumas décadas, estamos observando os efeitos das ideologias capitalistas implantadas nos países árabes após a crise do petróleo. Além das consequências geopolíticas da crise do petróleo, ocorreram também transformações no pensamento gerencial. Isso significa que a crise econômica da década de 1970 gerou transformações na ideologia que define a forma como os sistemas industriais são geridos. Essa crise gerou mudanças também na forma como tais sistemas respondem às pressões de seus mercados consumidores.

Ao analisarmos os efeitos de modificações econômicas ocorridas no século XX, é possível dizer que as crises econômicas desencadearam processos que alteraram os sistemas econômicos e os sistemas de ideias relacionados, e que a crise de 1930 promoveu alterações nas ideias liberais, por exemplo. Da mesma forma, podemos dizer que a crise do petróleo nos anos 1970 promoveu alterações nos ideais gerenciais.



As crises no capitalismo promoveram mudanças econômicas e ideológicas. Dessa forma, é possível observarmos como as crises do capitalismo podem ser motores de mudanças ideológicas que vão desde o padrão de acumulação de capital, considerado aceitável e até mesmo desejável, até as estratégias gerenciais e as relações de trabalho.

Todos esses componentes da economia são regidos por ideias que surgem e influenciam o desenvolvimento econômico. As mudanças no pensamento econômico ocorrem de forma lenta e gradual. Para perceber se estão ocorrendo em nosso momento histórico, podemos buscar informações em fontes variadas. Porém, a interpretação que damos a essas informações é pessoal. Além disso, só seremos capazes de conferir se nossas interpretações estavam corretas no futuro.

3.2 Milton Friedman e o (neo) liberalismo

O economista Milton Friedman (1912-2006) é considerado um dos maiores representantes do neoliberalismo do século XX. Foi fundador da Escola Monetarista de Chicago, para a qual o controle da emissão de moedas é condição necessária e determinante para minimizar a inflação e conseguir crescimento econômico. Para isso, segundo Friedman (1988), o monetarismo minimiza o papel do investimento e afirma ser possível manter a estabilidade da economia apenas com controle monetário e liberdade de mercado. Em outras palavras, Friedman defendia a redução das funções do Estado frente ao domínio do mercado livre, incluindo-se em sua proposta, o livre mercado entre as nações.

A tese do Estado de bem-estar social, idealizado por Keynes e aplicado logo após o término da Segunda Guerra Mundial, foi sendo desconstruído paulatinamente pela iniciativa privada, por meio da aplicação do modelo do Estado Mínimo, criado por Hayek (1899–1992) e Friedman. Devido a essas contribuições ao campo econômico, esse último recebeu, em 1976, o Prêmio Nobel de Economia.



O Estado do bem-estar consistia na intervenção do governo na área econômica, de modo a regulamentar as atividades produtivas, para gerar riquezas materiais e diminuir as desigualdades sociais. O referido Estado, tal como foi definido, surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de industrialização e aos problemas sociais gerados a partir dele. A Grã-Bretanha foi o país que se destacou na construção do Estado de bem-estar com a aprovação, em 1942, de uma série de providências nas áreas da saúde e escolarização. Nas décadas seguintes, outros países seguiriam essa direção. (CANCIAN, 2006).

Friedman assessorou os governos de Nixon (EUA, 1969-1974); Margaret Thatcher (Grã-Bretanha, 1979-1990) e Ronald Reagan (EUA, 1981-1989). Os dois últimos abriram a fase do neoliberalismo e construíram as bases para o Consenso de Washington, no qual se determinou medidas neoliberais para a economia mundial.

Vale observar que o neoliberalismo tem suas raízes no liberalismo de Adam Smith, do século XVIII. Antes dele, os fisiocratas também já haviam mencionado “*laissez faire*”: liberdade para produzir, liberdade para o mercado. Porém, ao contrário do previsto por Friedman, a concorrência no mercado não foi assim tão eficaz, fazendo com que as grandes empresas simplesmente absorvessem as pequenas, e as transnacionais, as grandes corporações passaram a dar as cartas. O sistema financeiro entrou em crise, e arrastou o neoliberalismo junto.

Diante deste contexto, com o avanço do neoliberalismo, nos anos 1980 e 1990, governos de diversos países abriram suas economias, desregulamentaram o câmbio e outros instrumentos de proteção de suas economias, privatizando o patrimônio estatal e retiraram direitos históricos de seus trabalhadores. Isso ocorreu, por exemplo, em muitos países latino-americanos.

Seção 4

As ideologias econômicas brasileiras modernas

As questões econômicas brasileiras foram profundamente influenciadas pelas ideologias europeias e norte-americanas. No entanto, apesar das fortes influências, no Brasil, tais ideologias sofreram e ainda sofrem adaptações locais. Em virtude de nosso território, com dimensões continentais, e à diversidade cultural, a forma como as ideologias europeias e norte-americanas são apropriadas por nossa cultura é variada. Uma forma interessante de perceber como esse processo ocorre, é analisar os discursos políticos e os reflexos deles nas mudanças econômicas.

Ao analisarmos a história do pensamento econômico brasileiro, vemos que o Brasil teve momentos mais ou menos intensos de aplicação de políticas neoliberais, a partir da metade do século XX. No entanto, as privatizações e desregulamentações se deram em intensidade bem menor do que em muitos outros países do mundo. Isso foi, em parte, resultado das instabilidades políticas internas no país.

Cabe destacar que as mudanças na economia brasileira, provocadas pela crise econômica da década de 1980 (devido à estagnação da renda per capita e às altas taxas de inflação), levaram a mudanças políticas e sociais. Um dos efeitos dessa crise foi o processo de redemocratização que ocorreu no país, a partir do final da década de 1970. Nesse processo, as relações pessoais foram modificadas. Pereira (1989 *apud* MACPHERSON, 1966, p. 10-11) dizia que:

[...] a democracia surgiu como uma adição tardia à sociedade de mercado competitivo e ao estado liberal [...] foi uma tentativa por parte da classe mais baixa de conseguir seu lugar justo e totalmente competitivo dentro daquelas instituições e aquele sistema de sociedade. Foi nesse sentido que Pereira (1989) buscou analisar as diferentes correntes ideológicas que se desenvolveram a partir da crise econômica dos anos 1970 e 1980 e do processo de redemocratização brasileiro no mesmo período.

Na sequência é apresentada a abordagem feita por Pereira (1989) sobre as ideologias econômicas que permeiam a fase de redemocratização no Brasil.

4.1 Ideologias da esquerda moderada

Nacionalismo

A ideologia de esquerda, a partir dos anos 1940, criou a tese de que o imperialismo estava aliado ao capital agromercantil para evitar a industrialização brasileira. Apresentavam posições contrárias às multinacionais.

- Orientação no sentido do mercado interno

Ideologia que defende projetos de substituição de exportações altamente intensivos em capital, em oposição à estratégia de desenvolvimento voltada para as exportações.

- Não às políticas de ajustamento

A ideia da esquerda era contrária às políticas de ajustamento dos altos déficits comerciais brasileiros e desenvolveram a teoria da inflação inercial.

- Distributivismo salarial

Essa ideologia se preocupa com a concentração de renda e defende um distributivismo salarial que pode ser irrealista ou “proteger o salário real da inflação, assegurar a transferência das elevações na produtividade para os trabalhadores e reduzir as diferenças salariais por meio do aumento gradual do salário mínimo”.

4.2 Ideologias da direita moderada

Populismo econômico

As políticas econômicas populistas levaram, direta ou indiretamente, ao aumento do déficit público e ao desequilíbrio da balança de pagamentos. Entre as práticas populistas mais comuns temos:

- a. a elevação dos ordenados e salários dos funcionários e dos trabalhadores públicos e privados;
- b. o aumento das compras ao setor privado;
- c. o estabelecimento de subsídios ao consumo;
- d. o estabelecimento de subsídios e incentivos (renúncias fiscais) ao setor privado;

- e. a valorização artificial da moeda local;
- f. o aumento dos créditos subsidiados por meio dos bancos oficiais estão entre as práticas populistas mais comuns.

Essas práticas beneficiam, aparentemente, a todos — a funcionários, empresários e trabalhadores.

O resultado do populismo é o ciclo populista. No primeiro momento, o governo adota uma combinação das seguintes medidas: eleva os salários dos funcionários públicos e facilita o aumento dos salários do setor privado, aumenta as despesas públicas, valoriza a moeda local ao atrasar as desvalorizações nominais da taxa de câmbio, mantém artificialmente baixa a taxa interna de juros, e segura artificialmente os preços do setor público. Em consequência, temos a elevação do consumo e dos investimentos, a aceleração da taxa de crescimento e uma inflação declinante em função da valorização cambial e do atraso dos preços públicos. É o momentâneo paraíso. Mas logo as distorções provocadas por essas práticas se manifestam.

Aparecem os desequilíbrios no balanço de pagamentos na medida em que os exportadores suspendem suas exportações e os importadores aumentam suas compras. A inflação volta a se acelerar, muitas vezes de forma dramática. O ciclo termina geralmente com uma mudança radical na política econômica, frequentemente precedida por uma grave crise e pela mudança dos ministros responsáveis, senão por um golpe de Estado. As políticas expansionistas de 1979/1980 e do Plano Cruzado são exemplos típicos do ciclo populista no Brasil.

Clientelismo

Forma semipessoal de uso dos fundos públicos, beneficiando diretamente eleitores potenciais e indiretamente o autor da prática clientelística. No Brasil, inventou-se uma palavra nova e muito expressiva para significar clientelismo: fisiologismo. Essas duas práticas políticas oportunistas estão profundamente arraigadas no sistema político brasileiro. PEREIRA (1989).

4.3 Ideologias da direita conservadora

A direita ideológica é representada pelos “economistas neoclássicos ou monetaristas que adotam uma posição teórica militante contra praticamente qualquer tipo de intervenção do Estado na economia. Boa parte da elite empresarial brasileira deve também ser incluída nesta categoria” (PEREIRA, 1989). Ainda segundo o mesmo autor (1989), essa ideologia coloca

a ordem acima da justiça social, além de resistir a mudanças, como ocorre em todos os conservadorismos — significa subordinação ideológica ao sistema de valores e crenças dominantes nos países centrais. Dado seu controle sobre os meios de comunicação, eles conseguem habilmente veicular essas ideias para a sociedade, e, assim, reforçar sua hegemonia ideológica.

Conservadorismo social

Em um país onde a concentração de renda é alta, estratégias fiscais podem reduzir o déficit público e melhorar a distribuição da renda. A direita ideológica se opõe sistematicamente a reformas fiscais que elevem a carga fiscal ou a tornem mais progressiva.

Monetarismo

Essa foi uma contrarrevolução conservadora contra o keynesianismo, que aparece em sua forma original na versão de Friedman e desenvolve-se pela teoria das expectativas racionais dos “novos clássicos” — Sargent, Lucas. Baseia-se em uma contradição fundamental: é uma teoria macroeconômica necessariamente voltada para a política econômica (a política econômica tornou-se inevitável a partir da revolução keynesiana), que, no entanto, postula a abstinência radical de intervenção estatal.

Na verdade, essa abstinência não é posta em prática, primeiro, porque as políticas econômicas recomendadas pelo monetarismo para alcançar a estabilização — a partir da qual se poderia praticar aquela abstinência — devem ser muito ativas; segundo, porque a estabilização, quando alcançada, é sempre muito precária, exigindo uma contínua intervenção do Estado para tentar mantê-la. Atualmente, o monetarismo é uma religião econômica dos países capitalistas desenvolvidos.

Dada a subordinação ideológica ao centro das elites nos países periféricos, é adotado quase que sem restrições pela direita ideológica em um país periférico como o Brasil. Dois exemplos: a inflação no Brasil tem origens estruturais e um caráter inercial, mas acredita-se que ela pode ser controlada somente pela adoção de políticas fiscais e monetárias. Os desequilíbrios econômicos em uma economia subdesenvolvida como a brasileira são muito profundos, mas, apoiada no monetarismo, a direita ideológica acredita que as forças de mercado serão capazes de resolver todos os problemas.

Os fracassos sucessivos dessa estratégia para enfrentar as crises econômicas na Argentina, no Brasil e no Chile levaram o monetarismo a certo grau de descrédito

no início dos anos de 1980, mas depois do fracasso dos heterodoxos planos, Austral e Cruzado, o monetarismo recuperou parte de seu prestígio. O caráter ideológico e dogmático da recusa à intervenção estatal, inclusive à regulação macroeconômica, torna evidentemente uma política econômica monetarista muito limitada. Por outro lado, há uma tendência fundamental no monetarismo de desconsiderar as características específicas da economia do País, em nome de uma pretensa universalidade da teoria econômica. Não há dúvida de que essa universalidade existe, mas seus limites históricos e geográficos devem estar sempre presentes aos economistas.

Internacionalismo subordinado

Uma internacionalização maior da economia brasileira é uma aspiração natural da elite empresarial local [...]. Forma de uma subordinação pouco crítica aos interesses dos países desenvolvidos. Essa atitude, que Pereira (1989) chama de internacionalismo subordinado, é um fenômeno da vida cotidiana no Brasil. É uma consequência da dominação econômica e cultural que o mundo desenvolvido central exerce sobre sua periferia.

Conforme observamos todos os sistemas de ideias apresentados por Pereira (1989) coexistem no Brasil desde a década de 1980. Diante dessa pluralidade de ideias, é necessário ter clareza dos conceitos econômicos e políticos para ser capaz de elaborar pensamentos críticos e assumir posições coerentes.

Seção 5

A ideologia ecológica

No século XX, o desenvolvimento industrial europeu já contava com aproximadamente 200 anos. A base da indústria era a utilização de recursos naturais como fonte de energia. Inicialmente, a fonte de energia era o carvão, depois foram os derivados de petróleo. Mas, além desses, outros recursos naturais eram necessários para as indústrias:

- O ferro, o alumínio e outros metais sempre foram explorados da natureza por meio da mineração.
- A produção de aço demanda grandes quantidades de madeira para queima nos fornos.
- A produção agrícola (cada vez mais intensiva) busca maiores índices de produtividade, implicando a expansão das fronteiras e a utilização de novas áreas, a maioria delas abrangendo matas e florestas.

Portanto, é notório que toda produção industrial produz grande quantidade de resíduos. No século XXI, o desafio da economia é encontrar um caminho que permita conciliar as necessidades humanas, naturais e a continuidade da produção de riquezas.

Nos últimos 50 anos, determinadas indústrias que visam à dianteira de mercados específicos buscaram reduzir emissões de substâncias poluentes e modificaram as relações de trabalho, almejando qualificação e segurança para os funcionários, em resposta à crescente pressão da sociedade quanto à preocupação com a sustentabilidade. Essas atitudes empresariais ficaram conhecidas pela expressão “fim de tubo”, porque, apesar da inovação que representaram, buscavam apenas reduzir os danos ambientais.

A implantação de leis ambientais em diferentes países do mundo reflete a pressão social e as mudanças empresariais citadas. O surgimento e crescimento dos setores de “produtos verdes” que representam (ou deveriam representar) preocupações com a sustentabilidade, do mercado verde, marketing verde, auditorias e certificações ambientais são exemplos da ideologia ecológica que ganha espaço no pensamento econômico atual.

Atualmente, a ideologia ecológica já foi capaz de consolidar instrumentos voltados para a gestão dos bens naturais. Entre esses instrumentos podemos citar:

- comando e controle - padrões de emissões, licenciamento ambiental, proibição e restrições de produção, comercialização e uso de produtos específicos;
- fiscais - tributação sobre a poluição e sobre o uso de recursos naturais;
- sociais - educação ambiental, gestão participativa de recursos, proteção de áreas especiais.

Esses exemplos mostram como as questões ambientais estão cada vez mais inseridas nas ideias econômicas e, conseqüentemente, nas questões sociais também. Atualmente, o discurso ecológico vem apresentando vertentes radicais, contrárias ao desenvolvimento tecnológico, ao consumo e ao crescimento populacional. No entanto, nem todos aqueles que defendem ideias ecológicas apresentam perspectivas tão radicais.

Essa é uma temática que certamente envolve mudança de paradigma, ético e holístico, tanto dos cidadãos como das organizações e isso passa por uma reinvenção dos modelos de gestão, produção e consumo adotados pelo ser humano. Uma sociedade é sustentável, “ao atender, simultaneamente, aos

critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p.35).

Ligado a essa temática, podemos citar o aspecto da eco eficiência, por exemplo. Segundo o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) (apud DIAS, 2000, p.130): a eco eficiência atinge-se por meio da oferta de bens e serviços a preços competitivos, que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização de recursos ao longo do ciclo de vida, até atingirem um nível, que, pelo menos, respeite a capacidade de sustentação estimada para o planeta Terra.

Na sequência, destacamos os comentários de Alier (2011) sobre essa temática:

A economia ecológica

“A crítica ecológica questiona as definições dos termos do discurso econômico, como ocorre com o termo ‘produção’. Nesse sentido, foi sempre a destrutiva das teorias do crescimento econômico, embora isso não signifique que os primeiros ecologistas tenham sido pessimistas tecnológicos.

Frederick Soddy (1877-1956) foi um crítico da teoria econômica sem ser pessimista com relação ao progresso técnico. Desde 1903, acreditou que a energia radioativa procedente da desintegração do átomo poderia mudar as perspectivas da humanidade, embora duvidasse das possibilidades de desenvolver a tecnologia que acelerasse a fissão dos átomos autofissionáveis das substâncias radioativas. [...]. Soddy descobriu e deu nome aos isótopos, pelo que obteve o Prêmio Nobel de Química em 1921.

Em 1919, regressara a Oxford, como professor de Química; em sua segunda tentativa de obter uma cátedra na universidade em que fora estudante. Soddy deu o título de Economia Cartesiana a duas conferências pronunciadas em 1921 para estudantes da London School of Economics e do Birkbeck College da Universidade de Londres. Com esse título, propunha-se a ressaltar que sua crítica não se baseava num pessimismo romântico quanto ao porvir tecnológico, mas num enfoque nacionalista das categorias econômicas e da ciência econômica. [...].

Soddy dissentiu das opiniões de Keynes sobre o crescimento a longo prazo, expostas por este em seu texto sobre as Consequências Econômicas da Paz. A riqueza foi definida por Soddy como um fluxo que não poderia ser poupado. Para ele, a riqueza real provinha do fluxo de energia solar, consumida à medida que chegava, não podendo ser acumulada. Parte dessa riqueza tomava a forma dos chamados bens de capital, sendo medida como capital financeiro, isto é, como créditos contra

a comunidade. A riqueza real, na forma de uma colheita de trigo, por exemplo, apodreceria ao ser armazenada por muito tempo, enquanto que a riqueza que tomava a forma de bens de capital e que se contabilizava como capital financeiro era vista como não sujeita à decomposição, mas, ao contrário, destinada a crescer a juros compostos, *ad infinitum*. [...].

Os economistas são vítimas desse engano. Keynes parecia acreditar que a riqueza, e não a dívida, aumenta segundo as regras dos juros compostos, “fato” que ele opôs à lei malthusiana da população.

Escrevera ele que uma progressão geométrica pode cancelar outra, e que o século XIX fora capaz de esquecer a fertilidade da espécie humana devido às virtudes vertiginosas dos juros compostos. [...] Para Soddy, “não é possível ter um bolo e comê-lo ao mesmo tempo. O capital não poderia ser de fato armazenado, porque estaria sujeito a uma lei de decréscimo contínuo, já que, em termos físicos, trata-se de uma energia incorporada a certos objetos, sujeita à lei da entropia”. ALIER (2014).

Para finalizar, vamos analisar as ideias de Adair Turner (2011), que é ex-presidente do Financial Services Authority do Reino Unido e membro do Comitê de Política Financeira do Reino Unido e da Câmara dos Lordes. Sobre o assunto ele afirma:

O uso e o abuso da ideologia econômica

[...] Na área da economia financeira, uma versão comum da teoria do equilíbrio adquiriu predominância nos anos que antecederam a crise, ao apresentar os mercados como a cura para todos os problemas, e a sofisticação matemática, separada do entendimento filosófico, como a chave para uma gestão de risco eficaz. Instituições como o Fundo Monetário Internacional, no seu Relatório Global de Estabilidade Financeira, expuseram, com confiança, a história de um sistema que se autoequilibra.

Assim, apenas 18 meses antes da crise começar, o relatório de estabilidade financeira, de Abril de 2006, registrava, com satisfação, “um reconhecimento cada vez maior de que a dispersão dos riscos de crédito por um grupo maior e mais diverso de investidores [...] tinha contribuído, em sentido lato, para um sistema bancário e financeiro mais resistente. Prova dessa resistência é um número menor de falências no setor bancário e uma concessão de crédito mais coerente”. A plena realização do mercado era a chave para um sistema mais seguro.

Assim, os gestores de risco dos bancos aplicaram as técnicas da análise de probabilidade aos cálculos do “valor do risco”, sem perguntarem se os eventos recentes tinham, ou não, fortes interferências na distribuição de probabilidades de futuros eventos. E nas entidades reguladoras, como a Autoridade de Serviços Financeiros Britânica (que eu liderei), a crença da inovação financeira e o aumento da liquidez do mercado eram valiosos porque completavam os mercados e melhoravam a determinação dos preços.

Esse sistema de crenças não excluía, como é óbvio, a possibilidade de intervenção no mercado. Mas determinava as hipóteses sobre a natureza e os limites apropriados da intervenção.

[...]. Mas o sistema de crenças dos reguladores e dos decisores políticos, na maioria dos centros financeiros mais avançados, tende a excluir a possibilidade de que a procura racional do lucro por participantes profissionais do mercado pode gerar um comportamento que visa apenas à procura de rendimentos e à instabilidade financeira, ao invés do benefício social – mesmo que vários economistas já tenham claramente mostrado porque é que isso acontece.[...].

A transparência era essencial para reduzir os custos de informação, mas estava fora da ideologia reconhecer que as imperfeições da informação podem ser tão profundas como irreparáveis e que algumas transações, mesmo transparentes, podem ser socialmente inúteis.

[...].

O setor financeiro domina a maioria dos empregos não acadêmicos dos economistas profissionais. Como são apenas humanos, tendem, implicitamente a apoiar - ou pelo menos a não desafiar de forma agressiva - a visão convencional que serve aos interesses da indústria, por muito independentes que sejam na abordagem de questões concretas.

As teorias sobre a eficiência do mercado podem ajudar os altos executivos das entidades financeiras a acreditar que de alguma forma sutil eles estão a fazer o trabalho de Deus, mesmo que à primeira vista algumas das suas transações sejam simples especulação. Os reguladores precisam contratar especialistas do setor para fazer uma regulação eficaz; mas esses especialistas são quase obrigados a partilhar as hipóteses implícitas do setor.

[...].

Não devemos esquecer a importância da ideologia. Instituições humanas complexas - como as que formam o sistema de regulação e de tomada de decisões políticas – são impossíveis de gerir sem um conjunto de ideias que sejam

suficientemente complexas e internamente coerentes para serem intelectualmente credíveis. Mas simples o suficiente para criarem uma base de trabalho para o dia a dia das decisões políticas.

[...].

É aqui, acredito eu, que reside o maior desafio do nosso futuro. Enquanto a visão convencional e simplificada da era pré-crise oferecia um conjunto completo de respostas com base num sistema intelectual e numa metodologia unificadas, um verdadeiro pensamento econômico deve fornecer múltiplas ideias parciais, baseadas em diversos planejamentos analíticos. [...].TURNER (2010).

A partir de abordagens de diferentes fontes, orientadas pelos conhecimentos históricos que adquirimos nesse estudo, podemos pensar criticamente, analisando tais abordagens, concordando ou discordando. Essa avaliação crítica permite construirmos nossas próprias ideias, as quais podem ajudar na elaboração de teorias ou hipóteses sobre as consequências futuras dos eventos e processos econômicos atuais. Nesse sentido, faz-se necessário lembrarmos que o senso crítico é uma ferramenta muito importante para o profissional que atua na área econômica, pois condiz com a dimensão científica, que se sustenta no tripé: teoria, objeto e método.

Considerações Finais

O estudo da História Econômica é muito importante para a formação dos profissionais da área econômica. Durante certo tempo, o ensino superior ficou restrito à especialização dos conhecimentos, preocupada apenas com a especificidade da área do conhecimento. Essa especialização, por sua vez, era necessária, porque permitia um diferencial ao profissional no mercado de trabalho.

Atualmente, porém, a especialização dos conhecimentos, sem negar a vantagem da profundidade de análise, traz consigo alguns problemas. Um desses diz respeito ao afastamento dos profissionais da área econômica da realidade cotidiana da sua cidade, região, país e mesmo do mundo, em função das exigências da formação acadêmica. Isso é bastante grave, já que das propostas dos economistas dependem decisões muito importantes para a melhoria na qualidade da vida humana, como o consumo de alimentos, as formas de trabalho e a forma de exploração do ambiente natural. Sendo assim, para contornar esse problema, urge que o economista busque também informações de outras áreas do conhecimento, de modo que sua visão se alargue e seja capaz de perceber que a realidade pode ser interpretada a partir de diferentes pontos de vista. É uma visão mais ampla, sem perder o foco na área econômica.

Portanto, a Unidade de Aprendizagem (UA) de História Econômica constitui um espaço diverso para a formação do pensamento econômico e da percepção da realidade, que se constitui de forma interdisciplinar. A compreensão global dos processos históricos em diferentes regiões do mundo permite um olhar diferenciado em direção à evolução da economia, das relações de trabalho e dos pensamentos econômicos. O estudo da História Econômica é uma base do pensamento crítico, por meio do qual se desenvolvem habilidades para interpretar os instrumentos analíticos de situações atuais, bem como identificar as principais características dos modos de produção construídos ao longo da história.

Vale dizer também que, por meio do estudo desta UA, História Econômica, após percorrer o desenvolvimento das diferentes ideologias as quais ajudaram a estabelecer os modos de produção que se sucederam na história ocidental, você perceberá a estreita e a tênue relação entre diversos fatores, como economia e cultura, economia e comportamentos sociais, economia e ideologias, entre outros.

Diante disso, você está de posse de uma ferramenta de análise mais eficaz: a perspectiva histórica. Trata-se de uma forma mais dinâmica de avaliar nosso próprio momento histórico, por exemplo. Sabemos que olhar os eventos atuais com a perspectiva do passado, imbricada no presente, pode estar atravessado pela miopia. Assim, considera-se a Economia como uma atividade fundamental para as sociedades humanas, diante da complexidade dos modelos econômicos.

Um economista capaz de compreender e avaliar seu próprio momento histórico, vinculado às ideologias subjacentes, está de posse de um diferencial muito interessante. Somente por meio desse pensamento é possível acompanhar a dinâmica da economia mundial e suas tendências futuras. O economista que inclui em sua análise as ferramentas da História desenvolve uma visão de mundo mais ampla, e não reducionista. Essa qualidade é capaz de proporcionar novos raciocínios e talvez soluções mais próximas ao cotidiano, tendo em vista os problemas que a própria economia provocou.

Sucesso nos estudos!

Prof. Alexandre de Medeiros Motta.

Prof^a. Paola Beatriz May Rebollar.

Referências

- ALIER, J. M. **Economia e Ecologia**: questões fundamentais. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_07/rbcs07_05.htm>. Acesso em: 23 fev. 2011.
- ARAÚJO, U. 1997. **Notas sobre a política nacional do meio ambiente**. Revista de Direito ambiental 2 (7): p. 1-16.
- ARAÚJO, F. C. A. **História Moderna**. Disponível em:< <http://slideplayer.com.br/slide/343657/>>. Acesso em: 21 out. 2014.
- AQUINO, Rubim S. L. de; FRANCO, Denize de A.; LOPES, Oscar G. P. C. **História das sociedades**: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- BATISTA, João Marcos. **A evolução da economia**: uma abordagem histórica sobre os principais modelos, teorias e pensadores. Renefara. Dossiê Docente. v. 2, n. 2 (2012), Disponível em: <<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/68>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- BERLOTTO, M.L.; CORREA, A.M.M. **América latina de colonização espanhola**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BLANCHEY, G. Uma breve história do século XX. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2009.
- BLOG DO PROFESSOR DENYS. Pré-História 1º Ano Ensino Médio. 24 mar.2012. Disponível em: Pré-História 1º Ano Ensino Médio. Acesso em: 20 jun. 2014.
- BRASILESCOLA. **Modalidades de produção industrial**. R7. Disponível em:< <http://www.brasilescola.com/geografia/modalidades-producao-industrial.htm>>. Acesso em 30nov. 2014.
- BRASIL. **A Economia Solidária**. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:< <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- BRÜSEKE, F.J. 1995. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: VIOLA, Eduardo et. al (Org) **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. Santa Catarina: Cortez Editora. p. 29-49.

BRUE, S.L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

CANCIAN, Renato. **Estado do bem-estar social: História e crise do welfare state**. 29 maio 2006. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm> Acesso em: 20 fev. 2014.

CARDOSO, A.L.M. **Trajetórias da Questão Ambiental Urbana: da Rio 92 às Agendas 21 locais**. Revista Paranaense de desenvolvimento, Curitiba, n. 102, p.51-69, jan./jun. 2002.

CARDOSO, Ciro F. **Trabalho compulsório na antiguidade**. 29 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARNEY, J. A. **Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas**. London: Harvard University Press, 2001.

CARVALHO, L. J. C. B. Evolution, Domestication, and Agrobiodiversity in the Tropical Crop Cassava. In: T. J. Otley; N. Zerega; H. Cross (Orgs.). **Darwin's Harvest. New York: Columbia University Press, 2005. p. 269-284.**

CHAUNU, P. **A América e as Américas**. Rio de Janeiro: Cosmos, 1969.

COLESTETE, Renato Perim. **O que é História Econômica**. Departamento de Economia. FEA-USP, 2008. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/11319840/o-Que-e-Historia-Economica> Acesso em: 20 maio 2014.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia na Pré-História**. 4 mar. 2013. Disponível em: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2013/03/04/economia-na-pre-historia/> . Acesso em: 12 set. 2014.

CROSBY, A. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CULTURAMIX. **Mamute: Animal Pré-histórico do período Paleolítico**. Disponível em: <http://animais.culturamix.com/curiosidades/mamute-animal-pre-historico-do-periodo-paleolitico>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIA A DIA. **Negros e brancos em marcha pelos direitos civis**. Disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive/arquivos/Image/conteudos/imagens/filosofia/6direitos_civis.jpg>. Acesso em: 30 jun. 2014.

- DANEY, Nikolay. **Métodos econômicos**. 2012. Traduzido por Vanessa Arnaud
Disponível em: <http://www.ehow.com.br/metodos-economicos-info_37712/>.
Acesso em: 06 jun. 2014.
- DENIS, H. **História do pensamento econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- DE MASI, M.A.N. **Xokleng 2.860 a.C.**: as terras altas do sul do Brasil, transcrições do seminário de arqueologia e etno-história. Tubarão: Editora da Unisul, 2006.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.
- DOEBLEY, J. **The genetics of maize evolution**. Annual Review of Genetics 38: 37-59, 2004.
- DEAN, W. **A ferro e a fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. SP: Cia Letras, 1996.
- DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DECCA, E. S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DREGUER, R.; TOLEDO, E. **História**: cotidiano e mentalidades. São Paulo: Atual, 1995.
- DUBY, G. **História da vida privada**: da Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1993. 2v.
- FERRO, M. **A história das colonizações**: das conquistas às independências, século XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FREITAS, Eduardo de. **Crise do Petróleo**, 2008. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/a-crise-do-petroleo.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- FALCON, Francisco J. C. **Mercantilismo e transição**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Tudo é História).
- FALCON, Francisco J. C. **Comércio colonial e exclusivo metropolitano**: questões recentes. In.: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). História econômica do período colonial. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 1996. p. 225-238.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B. **O mundo antigo**: economia e sociedade. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tudo é História).

FREITAS, F. O.; VALLS, J. F. M.; PEÑALOZA, A. P. S. **O amendoim contador de história**. Brasília: Embrapa, 2003.

FORUMEJA. **História dos Povos Sambaquis**. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/rj/?q=node/143>>. Acesso em: 12 set. 2014.

FERLINI, V.L.A. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, José R. Martins. **História Geral**. São Paulo: FTD, 1999.

FRANCO JUNIOR, H.; CHACON, P.P. **História econômica geral**. São Paulo: Atlas, 1991.

FRANCO, José Eduardo. **Os templários e a Ordem de Cristo**. Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. In: Agência Ecclesia, 13 mar. 2012.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1987.

GARANGER, José. Pré-História: uma revolução lenta... mas decisiva. **Revista Super Interessante**, agosto 1992.

GIVERTZ, H.K. **The evolution of liberalism**. Nova Iorque: Collier, 1963.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. **A Pré-História**: uma abordagem ecológica. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Tudo é História).

HARLAN, J.R. **The living fields**: our agricultural heritage. Cambridge: University Press, 1995.

HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HUNT, E.K.; SHERMAN, H.J. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

HISTÓRIA DO MUNDO. **Egípcia**. Disponível em: < <http://www.historiadomundo.com.br/egipcia/>>. Acesso em: 8 out. 2014a.

_____. **Egípcia**. Disponível em: < <http://www.historiadomundo.com.br/romana/mapa-do-imperio-romano.htm>>. Acesso em: 8 out. 2014b.

HISTÓRIANET. **As Primeiras Civilizações**. Disponível em: < <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=82> >. Acesso em: 8 out. 2014.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. RJ: LTC Editora, 1986.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1988.

HUNT, E.K.; SHERMAN, H.J. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

HILTON, R. (org.). **A transição do feudalismo ao capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. RJ: LTC Editora , 1986.

HUNT, E.K.; SHERMAN, H.J. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

LERÍPIO, A.A.; SELIG, P.M. (Org). 1998. **Curso de capacitação em controle da gestão ambiental para analistas de controle externo do tribunal de contas da união**. Florianópolis LED-LGQA.

LE MENÉ, M. **A economia medieval**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LEITE, André Luiz da. **Fundamentos econômicos**: livro didático. 8. ed. rev. e atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2008.

LOPEZ, Luís Roberto. **História do Brasil Colonial**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1985.

LUIZ JÚNIOR. **Arcos, Penas e Papagaios de Vera Cruz na Corte de Dom Manoel I**. Fale com seu professor. 28 mar. 2011. Disponível em:< <http://google.com/2q4vNr> >. Acesso em: 21 out. 2014.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Belo Horizonte: Ed. Leitura, 1967.

MEIRA, Sandro. **Neoliberalismo**. Disponível em: <<http://sandromeira12.files.wordpress.com/2008/09/neoliberalismo1.jpg>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MENEZES, Robert K. **Destruição Criativa**: a contribuição de Schumpeter para o Empreendedorismo UFCG. 24 jul. 2003. Disponível em: <http://www.cdvhs.org.br/oktiva.net/1029/nota/450/> Acesso em: 13 abr. 2014.

MIGUEL, João. **O homem e o trabalho**. 6 jan. 2012. Disponível em: <http://joaomiguelsoares.blogspot.com.br/> Acesso em: 20 jun. 2014.

MARSHALL, F.; HILDEBRAND, E. **Cattle before crops**: the beginnings of food productions in Africa. *Journal of World Prehistory* 16 (2): 99 – 144, 2002.

NICOLIELO, Bruna. **Quais as diferenças entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial?** Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/quais-diferencas-primeira-segunda-guerra-mundial-611950.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

NOT1. **Resumo absolutismo conceito**. Disponível em:< <http://not1.xpg.uol.com.br/wp-content/uploads/2011/06/resumo-absolutismo-conceitos.gif>>. Acesso em: 8 out. 2014.

OLIVEIRA, Carlos. **Nós contra Eles – a Diversidade Humana**. 25 maio 2010. Disponível em:< <http://www.astropt.org/2010/05/25/nos-contras-eles-a-diversidade-humana/>>. Acesso em: 12 set. 2014.

OLIVEIRA, Roberson de. **Tráfico de negros atende às exigências do mercantilismo**. Especial para a Folha de São Paulo, [2011].

PADULA, Raphael. Friedrich List: nota introdutória. **OIKOS**: revista de economia heterodoxa, n. 08, ano VI, 2007. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/14/10> Acesso em: 20 out. 2014.

PETRIN, Natália. **Península Ibérica, a segunda maior península da Europa**. Disponível em: <http://www.estudopratico.com.br/peninsula-iberica-segunda-maior-peninsula-da-europa/> . Acesso em: 20 maio 2014.

PEREIRA, L.C.B. **Ideologias econômicas e democracia no Brasil**. São Paulo. Estudos Avançados, vol.3, n.6, 1989.

PIRENNE, H. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 16. ed. revista, ampliada e digitada. São Paulo: Hagar, 1994. (Discutindo a história).

PIPERNO, D. R; PEARSALL, D.M. **The origins of agriculture in the lowland neotropics**. London: Academic Press, 1998.

RÉMOND, R. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

ROMANO, R. **Mecanismos de conquista colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

SANTIAGO, Emerson. **Fisiocracia**. 2011. Disponível em: <http://www.infoescola.com/economia/fisiocracia/> Acesso em: 13 mar. 2014.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, 2008.

SOUSA, Rainer G. **Formas de trabalho na América Hispânica**. 2011. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/historia-america/formas-trabalho-na-america-hispanica.htm>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. **Expansão marítima espanhola**. 2013. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/historiageral/expansao-maritima-espanhola.htm> Acesso em: 20 maio 2014.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, 2008. SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

STALLER, J.; TYKOT, R.; BENZ, B. **Histories of maize: multidisciplinary approaches to the prehistory, linguistics, biogeography, domestication and evolution of maize**. California: Academic Press, 2006.

SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica, teoria econômica e economia aplicada. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 3 (47), jul.-set. 1992.

_____. **História Econômica do período colonial**. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 1996.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TURNER, Adair. **Os usos e abusos da ideologia econômica**. Negócios *on line*. 16 ago. 2010. Disponível em: < http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/os_usos_e_abusos_da_ideologia_econoacutemica.html >. Acesso em: 20 mar. 2014.

ZEPPINI. **A crise do petróleo de 1970 no Brasil**. Blog do Zeppini. Ago 2009. Disponível em: <<http://blog.zeppini.com.br/2009/08/>> Acesso em: 20 mar. 2014.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia micro e macro**. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos da economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

XAVIER, Luciana. O homem no continente americano para os 2º anos. 7 fev. 2014. Disponível em: <http://lucianahistoriadora.blogspot.com.br/2014/02/o-homem-no-continente-americano.html>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Vozes, 1964.

WERMUTH, Cédric. **Wir sind zurück im Mittelalter**. Disponível em: <http://www.cedricwermuth.ch/blog/wird-sind-zuerueck-im-mittelalter>. Acesso em: 20 set. 2014.

WHITE JUNIOR, L. **Medieval technology and social change**. Oxford: Clarendon, 1962.

Sobre os Professores Conteudistas

Alexandre de Medeiros Motta, natural do município de Tubarão (SC), é graduado em Estudos Sociais e História pela extinta Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), atual Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul); especialista em Metodologia do Ensino Superior também pela extinta FESSC; mestre em Ciências da Linguagem pela Unisul, desde 2005. Atuou como professor de História no ensino fundamental e médio nas redes de ensino público e privada do município de Tubarão. Desde 1987, atua como professor nos cursos de graduação e de pós-graduação da Unisul, tanto presencial como a distância. Por ora, coordena também as Licenciaturas de História e de Geografia da Unisul. É também autor de várias obras, como Aspectos catarinenses (2008), Ciência e Pesquisa (2009), O TCC e o fazer científico (2010), Viajando pelas fronteiras de Santa Catarina (2011), Metodologia da Pesquisa Jurídica (2012); Universidade e Ciência (2013); Teoria do Conhecimento (2013).

Paola Beatriz May Rebollar é licenciada e bacharel em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2001) e Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Doutora em Engenharia Civil na Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Ministrou disciplinas para os cursos de Agronomia, Zootecnia, Engenharia Ambiental e Engenharia Elétrica, no nível de graduação e pós-graduação, em diferentes universidades, entre elas a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de Gestão e Planejamento Ambiental. Possui diversos trabalhos publicados em livros e revistas científicas, especialmente na área de História Econômica Ambiental e Desenvolvimento Rural.

História Econômica

O livro História Econômica apresenta um importante marco conceitual para o estudante, uma vez que aborda uma temática histórica relacionada à formação da economia, em diversas regiões. Assim, os conteúdos e habilidades aqui reunidos objetivam proporcionar ao estudante uma compreensão mais precisa sobre a dinâmica dos vários tipos de economia e, até mesmo, viajar por diferentes épocas históricas e perceber como as pessoas produziam seus bens econômicos.



9 788578 177362 >

www.unisul.br